

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

VINÍCIUS VIANA JUCHEM

**LITERATURA DE TESTEMUNHO E CINEMA:
Uma Análise de Batismo de Sangue**

**São Leopoldo
2019**

VINÍCIUS VIANA JUCHEM

**LITERATURA DE TESTEMUNHO E CINEMA:
Uma Análise de Batismo de Sangue**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2019

J91L Juchem, Vinícius Viana.
Literatura de testemunho e cinema : uma análise
de batismo de sangue / Vinícius Viana Juchem. –
2019.
200 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História,
2019.
“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.”

1. História do tempo presente. 2. Literatura de
testemunho. 3. Ditadura militar. 4. Batismo de sangue.
I. Título.

CDU 94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

À minha querida avô Eva
Teresa dos Santos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pelo incentivo, carinho e dedicação durante toda a jornada. Eu não estaria aqui se não fossem vocês.

Ao meu amor Gabriela Magri da Silva, que jamais duvidou de mim durante toda a jornada. Obrigado, amor da minha vida, pelo incentivo e tenha certeza que a tese não seria possível sem você.

Ao prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez, que orientou a escrita da tese desde o quarto semestre e forneceu preciosas dicas durante o processo de escrita da tese.

Ao prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, que orientou os primeiros passos da pesquisa e sugeriu o livro *Batismo de sangue* como fonte.

Ao diretor Helvécio Rattón e sua esposa, que receberam eu e minha namorada de forma tão carinhosa na ocasião da entrevista em Minas Gerais.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que permitiu sobreviver por quatro anos.

Está é a força da literatura sob as ditaduras: traduz o sofrimento das vítimas e dialoga com elas. Dá voz a quem foi silenciado. Dá vida a quem morreu assassinado. Não nasce da encomenda do poder, e sim do grito parado no ar, da garganta sufocada, do sentimento reprimido, da oceânica vocação humana à liberdade. É literalmente uma literatura subversiva, que corre 'por baixo' e projeta luz crítica sobre o que se passa 'por cima' (FREI BETTO, 2017, p. 98).

RESUMO

A presente tese se enquadra num campo historiográfico que cada vez atrai pesquisadores no Brasil e no exterior: a História do Tempo Presente (HTP). Trata-se de um recorte temporal que privilegia acontecimentos relativamente recentes e que pode incluir fontes históricas que refletem o desenvolvimento tecnológico do século XX. Neste sentido, a literatura de testemunho e o cinema são fontes históricas que permitem analisar a memória de resistência construída sobre a ditadura militar (1964-1985). Publicado em 1982, o livro *Batismo de sangue*, de Frei Betto, é um relato que revela as razões da aproximação dos frades dominicanos com a luta armada, questiona as circunstâncias da morte de Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), e descreve os traumas psicológicos que levaram Frei Tito a cometer suicídio. Sucesso de público e crítica, *Batismo de sangue* é hoje apontado como uma referência na literatura de testemunho brasileira porque denuncia as arbitrariedades e a violência cometidas pela repressão, com destacada ênfase num dos símbolos da ditadura militar: o torturador Sérgio Paranhos Fleury. Um quarto de século após sua primeira edição, o livro de Frei Betto foi adaptado para o cinema pelo diretor Helvécio Ratton de forma a revelar a uma nova geração de brasileiros esse capítulo relativamente pouco conhecido da ditadura militar. A seguinte indagação guiará a pesquisa científica: como foi construída a narrativa do filme *Batismo de sangue* a partir do livro de Frei Betto? O objetivo é contribuir para o conjunto de estudos sobre a História do tempo presente e as possíveis interpretações do cinema sobre a ditadura militar.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Literatura de Testemunho. Ditadura Militar. *Batismo de Sangue*.

ABSTRACT

The present thesis fits into a historiographical field that increasingly attracts researchers in Brazil and abroad: the History of the Present Time (HTP). It is a time frame that privileges relatively recent events and may include historical sources that reflect the technological development of the twentieth century. In this sense, witness literature and cinema are historical sources that allow us to analyze the memory of resistance built on the military dictatorship (1964-1985). Published in 1982, Frei Betto's book *Baptism of Blood* is a story that reveals the reasons for the approach of the Dominican friars to the armed struggle, questions the circumstances of the death of Carlos Marighella, leader of the National Liberating Action (ALN), and describes the psychological trauma that led Frei Tito to commit suicide. Public and critical success, *Baptism of blood* is today pointed as a reference in the Brazilian witness literature because it denounces the arbitrariness and violence committed by repression, with emphasis on one of the symbols of the military dictatorship: the torturer Sérgio Paranhos Fleury. A quarter of a century after its first edition, Frei Betto's book was adapted for film by director Helvécio Ratton to reveal to a new generation of Brazilians this relatively little-known chapter of the military dictatorship. The following question will guide scientific research: how was the narrative of the movie *Blood Baptism* constructed from the book of Frei Betto? The aim is to contribute to the set of studies on the history of the present time and the possible interpretations of cinema about the military dictatorship.

Key words: History of the Present Time. Testimonial Literature. Military Dictatorship. *Blood Baptism*.

LISTA DE FIGURAS

oFigura 1 - Foto do delegado Sérgio Paranhos Fleury	50
Figura 2 - Foto de Frei Betto na década de 1960.....	67
Figura 3 - Freis Fernando, Betto e Ivo durante o julgamento em 1971	73
Figura 4 - Foto de Helvécio Ratton e sua mãe no Chile, em 1972.....	81
Figura 5 - Frei Tito sendo fichado.....	118
Figura 6 - Cartaz de divulgação do filme <i>E agora, Jose? Tortura do sexo</i>	130
Figura 7 - Cartaz de divulgação do filme <i>Batismo de sangue</i>	138
Figura 8 - Letreiro inicial de <i>Batismo de sangue</i>	140
Figura 9 - Painel sobre o 30º Congresso Nacional da UNE	143
Figura 10 - Painel sobre o encontro de Carlos Marighella com os dominicanos.....	151
Figura 11 - Painel sobre Frei Tito e o delegado Fleury	153
Figura 12 - Painel sobre a tortura dos dominicanos.....	154
Figura 13 - Painel sobre a equipe do delegado Fleury e a obtenção da “senha” ...	157
Figura 14 - Painel sobre Frei Tito no exílio.....	160

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ADEP	Ação Democrática Parlamentar
Aerp	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
AP	Ação Popular
APERS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil: Nunca Mais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIA	Central Intelligence Agency
CMP	Central de Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCDP/DPF	Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOI/CODI II	Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército
DOPS	Departamento de Ordem Pública e Social
ESG	Escola Superior de Guerra

FVG	Fundação de Getúlio Vargas
HTP	História do Tempo Presente
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INC	Instituto Nacional de Cinema
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OP	Ordem dos Pregadores
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PM	Polícia Militar
POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PP	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SISTEMA CGI	Comissão Geral de Investigações

STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL	32
2.1 História do Tempo Presente.....	32
2.2 Apontamentos sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar	37
2.3 Os Primeiros Anos da Ditadura Militar	42
2.4 Memórias sobre o Anticomunismo e Ditadura Militar.....	52
3 VIDAS ENTRELAÇADAS PELA DITADURA MILITAR: FREI BETTO E HELVÉCIO RATTON	60
3.1 Frei Betto.....	64
3.2 Helvécio Ratton	79
4 LITERATURA DE TESTEMUNHO E O LIVRO BATISMO DE SANGUE	87
4.1 Dominicanos e a Luta Armada	94
4.2 O Esquema do Sul e a Queda dos Dominicanos.....	107
4.3 A Tragédia de Frei Tito.....	117
5 CINEMA E DITADURA MILITAR	126
5.1 Fragmentos do Cinema Latino-americano sobre as Ditaduras Militares ...	126
5.2 O Período Ditatorial no Cinema Brasileiro	128
5.3 <i>Batismo de Sangue</i> : Uma Visão Singular sobre a Resistência na Ditadura Militar.....	135
5.3.1 O Coadjuvante Carlos Marighella.....	148
5.3.2 A Repressão, Delegado Fleury e a Morte de Carlos Marighella.....	152
5.4 Exílio e Morte: Os Últimos Anos de Frei Tito.....	159
6 APONTAMENTOS FINAIS	165
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICE A - ENTREVISTA POR E-MAIL COM FREI BETTO	191
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O DIRETOR HELVÉCIO RATTON	195
ANEXO A - REQUISIÇÃO DE FREI BETTO PARA RECEBER OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 11.042 DE 18.11.97	199

1 INTRODUÇÃO

Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella (1982), de Frei Betto, é um livro de memórias cujo tema principal é o envolvimento, na segunda metade da década de 1960, de um grupo de dominicanos com a luta armada. Através do relato de perseguição política, prisão, tortura física e mental, críticas dos setores conservadores da Igreja Católica e dos meios de comunicação da época, Frei Betto transformou o lamento dos oprimidos numa denúncia dos excessos ocorridos no auge da repressão na ditadura militar (1964-1985). Décadas depois de sua primeira edição, sua é leitura permanece relevante para a sociedade como um alerta sobre os perigos do autoritarismo e do enfraquecimento dos princípios democráticos, além de contrapor o discurso daqueles que insistem em defender a ditadura militar. Para análise, será utilizada a 14^a edição revisada de Batismo de sangue publicada pela editora Rocco em 2006, pois ela é a mais recente até a presente data.

Publicado sob a vigência da ditadura militar, *Batismo de Sangue* pode ser entendido como um esforço que se enquadra no movimento pela redemocratização, então em curso, na primeira metade da década de 1980. O livro apresentou uma interpretação considerada inédita naquela conjuntura histórica sobre as circunstâncias da morte de Carlos Marighella. Na versão divulgada pelas autoridades e os meios de comunicação, os Freis Ivo e Fernando de Brito revelaram para as autoridades como era marcado os encontros com o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN). Para Frei Betto (2006), as informações obtidas através de tortura já eram de conhecimento das autoridades porque havia um espião dentro da ALN. Desta forma, seria injusto responsabilizar os dominicanos porque eles teriam sido vítimas de uma conspiração que envolveu autoridades brasileiras e a *Central Intelligence Agency* (CIA) que tinha como objetivo desacreditá-los perante a esquerda nacional e a Igreja Católica. Independentemente da veracidade ou não dessa versão, *Batismo de Sangue* tem o mérito de possibilitar que os perseguidos políticos pudessem questionar a versão oficial das autoridades da ditadura militar e propor outra interpretação.

O livro possui um forte componente religioso que pode ser notado até mesmo na escolha do título. No dicionário *Michaelis*, encontramos a seguinte definição da palavra batismo: “Sacramento do cristianismo no qual a simples aspensão com água

ou a imersão apaga o pecado original do indivíduo que é batizado, promovendo seu renascimento espiritual”. Já a expressão batismo de sangue pode ser relacionada diretamente ao passado do cristianismo na época do Império romano. Numa entrevista a pesquisadora Mariângela Ricardo Alves Moreira, Frei Betto (2011, p. 101) revelou que Batismo de Sangue é uma expressão com conotação teológica: “Os primeiros cristãos, antes de serem batizados na igreja e mortos na perseguição romana, receberam, pois, o Batismo de Sangue tão válido quanto o Canônico na Igreja”. Portanto, o título *Batismo de sangue* altera o sentido original da expressão, mas mantém a referência ao martírio que os dominicanos passaram ao ser torturados por professar uma interpretação do cristianismo que os aproximou da luta armada e os distanciou da ala conservadora da Igreja Católica, o que explica o subtítulo *guerrilha e morte de Carlos Marighella*.

O posicionamento político dos dominicanos não pode ser dissociado das mudanças estruturais que ocorriam na Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II que incentivavam o envolvimento da população menos favorecida da sociedade em questões sociais e políticas. Neste sentido, é pertinente a observação de Löwy (1989), no artigo *Marxismo e Cristianismo na América Latina*, que aponta que na doutrina tradicional da Igreja, os pobres eles exercem um papel passivo, enquanto que, no marxismo, desempenham o papel ativo na revolução. Os dominicanos que participaram da resistência política contra a ditadura militar foram influenciados pelo pensamento de esquerda que questionava o sistema capitalista, a desigualdade social e, principalmente, a exploração dos trabalhadores imposta pela burguesia nacional e estrangeira. O anticomunismo estava tão cristalizado na sociedade brasileira que parecia improvável dialogar com duas formas de pensamento diferentes e até mesmo contraditórias. Por isso, a notícia do envolvimento de cristãos com a luta armada escandalizou a sociedade brasileira conservadora da época. Desta forma, entendemos que é incorreto interpretar a relação entre os dominicanos e a luta armada como uma mera nota de rodapé na biografia de Carlos Marighella¹ que, junto com Carlos Lamarca, foi uma das principais lideranças na

¹ Carlos Marighella é uma figura política que hoje faz parte da cultura brasileira. Em 2012, os *Racionais Mc's* lançaram a canção *Mil Faces de Um Homem Leal (Marighella)* como uma forma de homenageá-lo: “Irmão, esquinas revelam a sina de um rebelde, oh meu/Que ousou lutar, amou a raça/Honrou a causa que adotou/ Aplauso é pra poucos/ Revolução no Brasil tem um nome/ Vejam o homem\ Sei que esse era um homem também/A imagem e o gesto/Lutar por amor/Indigesto como o sequestro do embaixador”. Na seara dos documentários, a trajetória dele foi abordada em *Marighella: retrato falado de um guerrilheiro (2001)*, dirigido por Silvio Tendler, e *Marighella (2012)*,

guerrilha brasileira. Trata-se de um episódio singular da história do Brasil que está repleto de significados de cunho político e religioso.

A ditadura militar é um tema de pesquisa que fortalece o compromisso do historiador com o passado. Trata-se de uma questão complexa que evidencia a tensão entre a objetividade e a subjetividade. Desta forma, é importante esclarecermos a natureza desse compromisso. Conforme Gagnebin (1998, p.221),

[...] as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho com luto que deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro.

Os indivíduos que arriscaram a vida no enfrentamento armado contra a ditadura militar não foram as únicas vítimas da repressão. Não podemos esquecer os familiares que até hoje não enterraram seus entes queridos, pois os corpos repousam em locais desconhecidos. Em vista disso, existe o compromisso do historiador com os guerrilheiros, seus familiares e as pessoas que foram perseguidas mesmo não tendo nenhuma relação direta com a oposição². Talvez um dos maiores legados da ditadura militar seja a consciência da responsabilidade do exercício da liberdade intelectual. Se hoje podemos criticar a ditadura militar e divulgar os resultados com a devida liberdade, isso é resultado de disputas políticas travadas no passado, dentro e fora do ambiente acadêmico. Em outras palavras, a liberdade é um preço pago pelas pessoas que arriscaram seu *status* social e até mesmo a vida para desacreditar as falácias da ditadura militar. Hoje, cabe aos historiadores manter acessa a chama da memória da resistência a formas não democráticas de exercer o poder.

Em vista do que foi afirmado acima, o trabalho dos historiadores deve ser norteado pelo respeito e temperança. Por exemplo, seria irresponsável justificar a utilização sistemática da tortura por autoridades militares e civis sob a justificativa³

dirigido pela sobrinha do guerrilheiro, Isa Grinspum Ferraz. A adaptação cinematográfica do livro *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães, foi dirigida por Wagner Moura e tem data de previsão de estreia para 2019.

² No livro *O mago*, Fernando Moraes (2008) relata que Paulo Coelho foi interrogado no Dops em virtude de uma revista em quadrinhos escrita por ele e desenhada por sua companheira da época, Adalgina Rios, que acompanhava o LP de Raul Seixas, *Krig-há, bandalo!*. Após serem libertados, eles foram sequestrados por um comando do Doi-Codi. Apesar de não ter sofrido torturas físicas, o episódio causou problemas emocionais a Paulo Coelho.

³ Podemos fazer um parêntese com a chamada “teoría de los dos demonios” (“teoria dos dois demônios”). De acordo Franco (2014), ela está relacionada ao passado de violência entre a

de que o Brasil estava numa “guerra” contra o terrorismo de esquerda. O correto é explicar as causas das da violência perpetuada pelo Estado e denunciá-las. Entretanto, os historiadores tampouco podem silenciar com relação aos atos de violência cometidos pela esquerda armada, tais como os assassinatos de guardas de bancos e os casos de justicamento. Gorender (1998, p.271) descreve o justicamento como “[...] a execução capital como ato da justiça revolucionária”. As organizações de esquerda armada poderiam assassinar desde indivíduos considerados inimigos da revolução quanto acusados de trair os ideais comunistas e fornecer informações para os órgãos de repressão. Ao evitar o maniqueísmo que rotula o passado, avançamos o entendimento histórico baseado numa realidade complexa, repleta de nuances e contradições.

Ao analisarmos a ditadura militar no Brasil, não podemos esquecer o debate com relação à nomenclatura mais adequada para se referir ao período⁴. O termo ditadura militar é amplamente utilizado pelos historiadores, políticos, ativistas dos direitos humanos e pelos meios de comunicação. Mas também é possível encontrar em trabalhos historiográficos termos como ditadura civil-militar, ditadura empresarial-militar e ditadura de segurança nacional. Com relação ao termo ditadura civil-militar, o historiador Daniel Aarão Reis Filho afirma que

De modo geral, quem opta por esta expressão quer avaliar melhor e mais profundamente o que houve neste país, evitando o canto de sereia dos "bodes expiatórios". Não se nega o protagonismo - óbvio - dos milicos, mas eles não governaram solitariamente o país. Quanto a mim, ultimamente, tenho preferido o termo simples de "ditadura". Liderada por milicos mas com ampla e decisiva participação civil.

esquerda armada e as Forças Armadas argentinas na década de 1970. Trata-se de um discurso muito difundido na imprensa, pelos militantes de esquerda, governo e até mesmo militares. Entretanto, a chamada “teoria dos dois demônios” não possui corpo de ideias e tampouco possui corpo teórico. Na realidade, a autora citada salienta que não se trata de uma teoria e sim de representações coletivas que começaram a circular nos primeiros anos pós-ditadura. Estão relacionadas a “teoria dos dois demônios” argumentos como “—la equiparación entre ambas violencias a partir de relaciones que van desde la equiparación de responsabilidades históricas hasta la equiparación por simetría de fuerzas y/o de métodos” (FRANCO, 2014, p.24). Outros argumentos são os seguintes: foi a esquerda argentina que iniciou o ciclo de violência e coube as Forças Armadas a reação; a sociedade estaria à parte desse conflito, ou seja, foi uma vítima da violência de ambos os lados. Ressalva-se que tais afirmações sofreram inúmeras críticas. Outra interpretação é que não é possível equiparar no conflito forças com poder diferente. Como a ditadura possuía a força do Estado e a guerrilha não, a disparidade gritante impossibilita uma comparação.

⁴ Na entrevista por e-mail, Frei Betto afirmou que costuma “[...] escrever e dizer apenas ditadura militar. Sem o apoio do poder econômico, os militares não teriam êxito no golpe que derrubou o governo constitucional e democraticamente eleito de João Goulart”.

Mesmo que o termo ditadura civil-militar possa ter interpretado como um esforço de aprofundar a análise do período ditatorial, é necessário delimitar o seu escopo. O historiador Demian Melo (2014) salienta que o referido termo é muitas vezes utilizado de forma imprecisa porque foi desvirtuado do sentido original. No livro *1964: A conquista do Estado*, René Armand Dreifuss cunhou o termo ditadura civil-militar para se referir aos capitalistas e “tecno-empresários”. Ao perder a conotação de classe, o termo civil deixou de explicar a colaboração da burguesia com a ditadura e passou a englobar a ideia de que os brasileiros apoiaram a ditadura militar. Trata-se de um erro porque a sociedade não deve ser vista como um grupo homogêneo. A resistência às Forças Armadas pode ser constatada na arte, na política, movimentos sociais, Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo.

Já para Fico (2017), o golpe de 1964 foi apoiado e efetivado graças à colaboração entre as Forças Armadas e os civis, ou seja, a adjetivação civil-militar é adequada. Mas ao observar que os militares controlaram os rumos da política no Brasil, o citado autor (2017, p.53) considera que não importa o termo utilizado ao lado da palavra militar, pois ele seria [...] supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares”. Em vista dessa constatação, acreditamos que o termo ditadura militar seja o mais apropriado em vista da predominância dos militares no exercício do poder. Independentemente do termo utilizado, a participação civil na ditadura é um fato que não deve ser menosprezado pelos historiadores.

Ao mencionarmos o passado ditatorial, torna-se imprescindível abordar a memória porque ela é um dos elementos fundamentais ao analisarmos o livro *Batismo de sangue*. Desta forma, é necessário diferenciar história e memória coletiva. Halbwachs (2006) afirma que a história é uma forma de esquematização arbitrária do passado que contém delimitações de ordem cronológica e de períodos que são artificiais e que intencionam uma visão universal sobre o passado. Já a memória coletiva possui um ordenamento contínuo que não utiliza as mesmas delimitações da história e está restrita a um grupo. Para Halbwachs (2006, p.18), “[...] a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior,

como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. ” *Batismo de sangue* retrata fatos traumáticos que fazem parte da memória coletiva dos dominicanos, como a invasão do Convento de Perdizes, a prisão e a tortura de religiosos e o suicídio de Frei Tito. Mesmo que apenas um pequeno grupo de dominicanos tenha se envolvido com a esquerda armada, o fato causou grande impacto em toda a Ordem dos Pregadores. Frei Betto utilizou suas lembranças e relatou os testemunhos de outros dominicanos, como os Freis Ivo e Fernando de Brito. Deste ponto de vista, o livro em questão representa a memória de resistência dos dominicanos e a denúncia dos crimes cometidos contra eles pela repressão.

Para Izquierdo (2017, p. 13), “Memória é aquisição, conservação e evocação de informações. A aquisição se denomina também *aprendizado*. A evocação também se denomina *recordação* ou *lembrança*. Só se pode avaliar a memória por meio da evocação”. Conectada a uma série de operações mentais, a memória é evocada através do fluxo de informações cerebrais que sofre variações no decorrer do tempo. Conseqüentemente, podemos indagar o grau de confiabilidade da memória humana ao relembrar fatos que ocorreram há décadas. Em outras palavras, é possível a memória não ser fidedigna com os acontecimentos? Ramírez (2010, p.48) aponta a necessidade de realizar “[...] uma clara distinção entre o ‘recordado’ e o ‘vivido’. A memória, pode-se afirmar, não é neutra, mas uma poderosa produtora de significados que tinge ou descolora, transforma, deforma ou informa e, às vezes, também oculta e esquece”. Eventos ou sentimentos evocados pela memória podem não ter ocorrido exatamente da forma que são narrados no presente. A memória é, portanto, passível de falhas⁵ ou lapsos intencionais e deve ser abordada pelo historiador de forma cuidadosa.

A evocação de uma memória que coloca em seu centro a resistência pacífica contra a ditadura militar é encontrada no livro de Frei Betto e na adaptação cinematográfica co-roteirizada, produzida e dirigida pelo mineiro Helvécio Ratton.

⁵ Neste sentido, um episódio narrado por Carlos Fico no livro *Tempo presente & usos do passado* demonstra as fragilidades da memória. Durante uma entrevista, um general moderado justificou o apoio ao AI-5 em vista das ações dos guerrilheiros que até mesmo sequestraram o embaixador dos Estados Unidos. Fico apontou o erro cronológico: o AI-5 foi decretado antes do sequestro de Charles Elbrick. “Ele não estava mentindo. Durante o momentâneo silêncio que se instaurou, o militar me olhou surpreso consigo mesmo, balançou a cabeça como se afastasse o lapso e logo tivemos a percepção de que as coisas estavam mais claras. A partir de então, a entrevista prosseguiu de maneira muito eficaz” (2012, p. 68).

Guerrilheiro na juventude e diretor⁶ de obras audiovisuais premiadas em festivais brasileiros e internacionais, Rattton teve a disposição um orçamento considerável – segundo os parâmetros do cinema nacional – e um elenco formado por atores da emissora *Rede Globo* (Caio Blat, Daniel de Oliveira, Ângelo Antônio, Cássio Gabus Mendes). Percebemos a tentativa dos realizadores de *Batismo de sangue* em narrar as circunstâncias do envolvimento dos dominicanos com a guerrilha de forma a se aproximar dos principais elementos do livro de Frei Betto. Desta forma, os personagens principais são divididos entre dois espectros políticos dominantes na década de 1960: a esquerda (os dominicanos, guerrilheiros, movimento estudantil) e direita (os agentes da repressão). Neste sentido, o filme retrata como principal antagonista dos dominicanos o responsável pelo comando da operação que resultou na morte de Carlos Marighella: o delegado Sérgio Fleury. É interessante perceber que Leme (2013) afirma que *Batismo de sangue* foi o primeiro filme a citá-lo nominalmente, sendo que os filmes *Paula – A história de uma subversiva* (1980), *Pra frente, Brasil* (1982) e *Lamarca* (1994) possuem personagens que foram inspirados em características do delegado Fleury.

Ao abordamos *Batismo de sangue*, é necessário situá-lo na filmografia brasileira sobre o período ditatorial que abrange o ano de 1980 até os dias atuais. Por diferentes motivos (ausência de qualidade artística, *marketing* insuficiente, orçamentos irrisórios, baixa bilheteria) inúmeros filmes sobre a ditadura são hoje praticamente desconhecidos do grande público, tais como *E agora, José? Tortura do sexo* e *Paula - A história de uma subversiva*, ambos de 1980. Já outros filmes tiveram êxito nas bilheterias e/ou receberam elogios da crítica, tais como *Pra Frente, Brasil* (1983), *Lamarca* (1994) e *O que é isso companheiro?* (1997). Acreditamos que *Batismo de sangue* se encontra num meio-termo: apesar de não é considerado um filme referência sobre a ditadura militar pela crítica especializada e não obteve resultados expressivos nas bilheterias, possui o mérito de abordar, pela primeira vez no cinema brasileiro, a história do envolvimento dos dominicanos com a guerrilha. Além disso, o longa-metragem possui uma narrativa que não despreza a inteligência do público, atuações convincentes do elenco principal e uma direção que sabe

⁶ Trata-se de uma função de grande importância dentro do processo de feitura de um longa-metragem. conforme Rodrigues (2002, p.78), o diretor possui “[...] a responsabilidade pela parte artística e visual [...] é responsável pelo clima, ritmo de ação, ambientação e contexto dramático dos atores. para o desempenho de suas funções, conta com as habilidades técnicas de diversos profissionais imbuídos sobretudo da responsabilidade de conseguir que ele atinja os seus objetivos atuando junto à equipe, como um maestro e seus músicos”.

narrar a história de forma impactante e verossímil. É possível recomendar *Batismo de sangue* tanto para historiadores quanto para pessoas interessadas em conhecer um pouco mais aspectos religiosos e políticos da sociedade brasileira do final da década de 1960 e da primeira metade dos anos 1970.

Em vista da temática que será abordada, apresentaremos algumas reflexões sobre as possíveis conexões entre cinema-história⁷. De acordo com Macedo (2009, p. 24-25), as técnicas e recursos utilizados na realização de um longa-metragem possuem um “[...] alto potencial de convencimento, gerando aquilo que se denomina de ‘efeito real’, quer dizer, uma situação cuja coerência e clareza pode vir a ser tomada como equivalente ao que de fato ocorreu no passado”. Neste sentido, Ferro (2010) afirma que o filme *Encouraçado de Potemkin* (1925), do cineasta soviético Sergei Eisenstein, conseguiu evocar o espírito revolucionário melhor do que qualquer outra obra historiográfica utilizando-se para tanto de informações que não condizem com a realidade: “Assim, com fatos imaginários, o artista retranscreve o verdadeiro, torna a História inteligível, o que traz á baila o problema da ficção, do imaginário, como modo de investigação histórica, científica” (FERRO, 2010, p. 175). Em vista da verossimilhança do efeito real, alguns historiadores afirmam que o cinema é um agente histórico porque

[...] interfere direta ou indiretamente na história. Ou mais propriamente, poderíamos acrescentar que o cinema tem se mostrado um instrumento particularmente importante ou um veículo significativo para a ação dos vários agentes históricos, para a interferência desses agentes na própria história. (BARROS, 2012, p.63)

O cinema foi utilizado pelos governos em diferentes partes do mundo para divulgar determinadas interpretações sobre o passado e influenciar o presente. O documentário *Triumph des Willens (Triunfo da vontade)*, dirigido por Leni Riefenstahl (1902-2003), é um exemplo da utilização do cinema como propaganda política⁸ para enaltecer o regime nazista na Alemanha. No Brasil, podemos apontar como exemplo

⁷ Com relação ao termo cinema-história, Nóvoa (2012, p.33-34) acredita que, desde os primórdios da história por “[...] Heródoto e seus seguidores, nunca nenhum elemento ou agente histórico foi tão importante a ponto de ter sua designação associada à palavra história. Nenhum documento se impôs tanto, de tal modo a fazer jus a uma elaboração teórica, como ocorreu com o filme”.

⁸ Neste sentido, Ferro (2010, p. 52) afirma que “Os soviéticos e os nazistas foram os primeiros a encarar o cinema em toda a sua amplitude, analisando sua função, atribuindo-lhe um estatuto privilegiado no mundo do saber, da propaganda, da cultura. Eles estavam construindo duas contrassociedades e só sentiam desprezo ou ódio pelo comportamento cultural dos dirigentes que estavam substituindo”.

a exibição dos cinejornais produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo (1937-1945). Numa época na qual a televisão não era um meio de comunicação popular, os cinejornais informavam a população sobre as ações do governo e ajudaram a construir uma imagem positiva do presidente Getúlio Vargas. Por outro lado, o cinema também pode exercer um posicionamento crítico com relação aos governantes de determinada época. É desta forma que entenderemos *Batismo de sangue* na seara do cinema político: não como propaganda, mas uma visão crítica sobre a violência e tortura pela ditadura militar brasileira.

Uma parte importante da teoria sobre o cinema que será utilizada está sintetizada na constatação de que “[...] a exatidão dos fatos dificilmente é a primeira ou a mais importante pergunta a ser feita em relação ao tipo de pensamento histórico que acontece na tela” (ROSENSTONE, 2010, p.33). Tal afirmação é capaz de causar desconforto nos historiadores que acreditam que a fidelidade deve ser o único critério para julgar um filme de caráter histórico. O questionamento desse paradigma está baseado na concepção de que as mídias audiovisuais possuem especificidades que as diferenciam das fontes tradicionais manuseadas pelos historiadores. Se a exatidão aos fatos históricos não é primordial na análise fílmica, o olhar do historiador deveria se ater a quais elementos? De acordo com Napolitano (2005, p.237), o foco do historiador deve ser

[...] entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas num filme. Obviamente, é sempre louvável quando um filme consegue ser ‘fiel’ ao passado representado, mas esse aspecto não pode ser tomado como absoluto na análise histórica de um filme.

O filme *Batismo de sangue* deve ser analisado de forma a compreender as decisões artísticas do diretor/roteirista/produtor Helvécio Ratton. Por exemplo, por qual razão o personagem de Frei Tito⁹ tem tanta proeminência na narrativa do que Frei Betto? Ou por que as cenas de tortura dos dominicanos duram vários minutos e não são apenas sugeridas? São essas e outras decisões que constroem a narrativa e dão sentido ao filme. O cinema é uma forma de expressão artística cuja historicidade possibilita analisar inúmeros elementos que ultrapassam a constatação

⁹ O filme *Batismo de sangue* não é a primeira dramatização audiovisual sobre a vida de Frei Tito. Em 2006, o programa jornalístico *Linha Direta*, exibido pela Rede Globo, alternou depoimentos de pessoas que conviveram com Frei Tito com cenas interpretadas por atores.

de deslizes factuais que contradizem a história escrita. Tal questão não deve ser considerado tabu, ou seja, o historiador deve abordá-la se considerar coerente para o conhecimento histórico que deseja construir. Desta forma, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: como o filme *Batismo de sangue* construiu sua narrativa a partir do livro de Frei Betto? A hipótese é a de Helvécio Ratton não modificou a proposta central da obra original, que era denunciar a repressão e as injustiças cometidas contra os dominicanos na época. O objetivo geral é contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a ditadura militar, particularmente no que se refere a relação entre história e cinema. Já os objetivos específicos são os seguintes: I) comparar como o roteiro do filme enfoca os personagens de Frei Betto e Frei Tito; II) analisar como o posicionamento de membros da Igreja Católica com relação aos religiosos progressistas; III) identificar as principais características da repressão no que tange aos dominicanos; IV) apontar os elementos memorialísticos que foram preservados, adaptados ou alterados na adaptação cinematográfica.

Com relação à metodologia que será empregada nas fontes históricas, ressaltamos que se trata de uma análise comparativa entre o filme e o livro *Batismo de sangue*. Entendemos que é possível analisar um longa-metragem em sua totalidade ou através da seleção de trechos que o pesquisador considere mais importantes para resolver o problema de pesquisa. Escolhemos a segunda opção porque estruturamos a análise do filme *Batismo de sangue* a partir dos seguintes personagens: os Freis Betto, Tito, Fernando e Ivo, delegado Fleury e Carlos Marighella. Dedicaremos atenção aos elementos que compõe a arte cinematográfica (roteiro, montagem, fotografia, música, diálogos, entre outros) e que, em constante interação, resultam no filme propriamente dito. Já o livro *Batismo de sangue* é uma fonte histórica diferente e, conseqüentemente, não será utilizada a mesma metodologia. Enfocaremos a obra dando atenção às informações consideradas relevantes para entendê-la e não nos restringiremos ao conteúdo adaptado para o cinema, ou seja, mesmo os trechos que não aparecem no filme também serão analisados. Conseqüentemente, perceberemos como Frei Betto articulou o seu talento literário para compor uma de suas principais obras.

Após realizarmos considerações sobre o livro e filme *Batismo de sangue*, estipularmos o problema de pesquisa e os objetivos, cabe agora alguns comentários sobre a bibliografia sobre a ditadura militar. Graças à relevância do tema e o interesse dos leitores, existe uma ampla bibliografia sobre o tema. Além dos livros

de memórias, como *Batismo de sangue*, também podem ser encontradas obras escritas por historiadores e profissionais de outras áreas. Com relação aos últimos, Moraes Ferreira (2002, p. 326) utiliza o termo *history maker* para se referir a autores que não seguem critérios acadêmicos e realizam entrevistas “[...] carregando a crença em que o relato individual expressa em si mesmo a história. Enfim, generaliza-se uma confusão entre história-objeto e história-conhecimento, entre história vivida e história como uma operação intelectual”. Por outro lado, é possível apontar a pentalogia do jornalista Elio Gaspari sobre o período ditatorial, formada por *Ditadura envergonhada*, *Ditadura escancarada*, *Ditadura derrotada*, *Ditadura encurralada*, *Ditadura acabada* como uma valiosa contribuição intelectual. Ao analisar os quatro primeiros volumes, Ravazzolo (2012, p. 152) percebeu um paradoxo na obra de Gaspari que teria gerado um “híbrido”: um texto orientado pela linguagem jornalística, mas que utilizou uma variedade de fontes (entrevistas, registros policiais, diários pessoais, etc.) que estão “[...] de acordo com boa parte das práticas da história acadêmica que vêm sendo difundidas e reiteradas ao longo de décadas entre os pesquisadores. ” Em vista disso, a série de livros sobre a ditadura militar se tornou uma referência importante no meio acadêmico.

No livro *Usos e abusos da história*, Macmillan (2010, p. 61) salienta que “[...] os historiadores gastam seu tempo estudando a história, estão numa posição melhor para fazer juízos equilibrados do que os amadores. Os historiadores, afinal, são treinados para fazer perguntas, estabelecer conexões, coletar e examinar provas”. Neste sentido, podemos citar dois historiadores que contribuíram de forma expressiva nos estudos sobre o período ditatorial: Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho. Em 1987, Gorender lançou um livro considerado clássico na historiografia brasileira: *Combate nas trevas*. De acordo com Rollemberg (2009) um livro pioneiro na historiografia nacional porque aborda a luta armada. A autora salienta que Gorender não procurou

[...] uma suposta imparcialidade para dar forma ao trabalho. O resultado é uma pesquisa rigorosa, emocionante e emocionada. Gorender reconstrói a conjuntura da época a partir de uma teia de informações que vai situando o leitor: as teorias que dão forma às organizações se misturam ao factual da vivência da luta armada. Nos 33 capítulos curtos e intensos, repletos de informações e ações, a narrativa aproxima-se do ritmo daqueles anos (2009, p.49).

Na obra em questão, Gorender (1998) se propôs a responder a seguinte indagação: por que a esquerda armada foi derrotada pela repressão? O erro da esquerda teria sido o de não ter dado início à luta armada logo após o golpe de 1964, pois existia a chance de vitória. Mas quando a esquerda decidiu pela implantação da guerrilha, o momento propício havia passado: a repressão estava melhor organizada, os movimentos de massa não possuíam a mesma força, a esquerda radical estava mais isolada do proletariado, campesinado e das camadas médias dos grandes centros urbanos. Em outras palavras, Gorender responsabiliza o Partido Comunista Brasileiro (PCB) por não ter resistido ao golpe de forma mais enfática. Gorender (1998) também dedicou espaço para situar os leitores nas dificuldades cotidianas na luta armada: muitos guerrilheiros não queriam ou tinham condições de trabalhar; em vista do crescente número de ações armadas, os bancos guardavam menos dinheiro nos cofres; casas que haviam sido alugadas eram abandonadas porque prisões tornaram o local perigoso e, por último, o dinheiro confiscado era gasto rapidamente.

Já Daniel Aarão Reis Filho¹⁰ também publicou na década de 1980 duas obras importantes sobre o período ditatorial: *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971* (1985), junto de Jair Ferreira de Sá, e *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* (1990). Nas décadas seguintes, ele escreveu outros livros sobre o tema, como *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2005). Nesta obra, ele afirma que a sociedade tem dificuldade em entender como participou de uma ditadura que utilizou de extrema violência contra os opositores. Ele acredita que, de forma geral, foi criada uma memória social que simplificou a história em prol de uma interpretação que salientasse a vocação democrática dos brasileiros. Já no livro *Ditadura e democracia no Brasil*, Aarão Reis (2014) acredita que a polarização entre uma

¹⁰ Na segunda metade da década de 1960, Daniel Aarão Reis Filho ingressou na luta armada revolucionária na direção da Dissidência Comunista (futuro Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8), que em ação conjunta com a ALN capturou o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969. Numa entrevista a *Folha de S. Paulo*, ele referiu ao tratamento que recebeu das autoridades: “Passei 50 dias muito duros na tortura do DOI-Codi. [...] A tortura é um inferno. É feita para destruir você, e não só fisicamente. O objetivo é destruir a alma do prisioneiro. É uma vergonha que as Forças Armadas até hoje escondam esse episódio que mancha sua história”. Em troca do embaixador alemão Enrenfried Von Holleben, ele foi libertado com outros presos em junho de 1970. Foi um período no qual passou por vários países: Argélia, Chile, Cuba, França (onde cursou a faculdade de História) e Moçambique. O retorno ao Brasil ocorreu com a anistia de 1979. Militante do PT (Partido dos Trabalhadores) nos anos 1980, atualmente o historiador se dedica a vida acadêmica.

época de exceção e truculência (ditadura militar) e democracia (respeito à Constituição, democracia) foi uma construção histórica que resultou num verdadeiro pacto nacional, iniciado no final da década de 1970, que tinha como objetivo unir a população em torno da ideia de acabar com a ditadura militar. Partiu-se do princípio de que “[...] a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo” (2014, p.8). É imprescindível não minimizar o fato de que uma parcela da sociedade brasileira foi beneficiada pela ditadura militar e que a apoiou por anos.

Dentre os livros que abordam a relação história e cinema, destaca-se *A História Nos Filmes, Os Filmes Na História*, do historiador norte-americano Robert Rosenstone. O cinema pode contribuir de forma construtiva para o entendimento histórico das sociedades sobre o passado. Entretanto, o autor faz uma ressalva sobre duas categorias cinematográficas: o filme “histórico” e o “drama de época”. O primeiro é uma tentativa de debater e aprofundar determinados temas relevantes socialmente, como o racismo e a violência contra a mulher, por exemplo. Já o segundo não problematiza questões sérias e “[...] usa a ambientação exótica do passado apenas como um cenário para o romance e a aventura” (ROSESNTONE, 2010, p.74). Outra questão levantada no livro é a utilização do termo cine-historiador para se referir a artistas como Oliver Stone – diretor de *Platoon* (1986), *JFK* (1991) *Nixon* (1995). Trata-se de uma ampliação do conceito de historiador que se afasta das fontes escritas e se aproxima de outras mídias que colocam a história no centro do discurso: “Minha preferência pessoal é manter a palavra “historiador” e defini lá como alguém que dedica uma parte significativa da sua carreira a criar significado (em qualquer mídia) a partir do passado” (2010 p. 174). É uma afirmação que causa debates entre os historiadores, mas que permite uma bem-vinda reflexão sobre os desafios de fazer História – seja no papel ou em celuloide – num século marcado pela presença das mídias audiovisuais.

Já com relação aos filmes produzidos no Brasil sobre o período ditatorial, uma referência importante é o livro de Caroline Gomes Leme intitulado *Ditadura em som e imagem* (2013). A autora realizou uma pesquisa que envolveu dezenas de filmes sobre a ditadura militar produzidos no país entre 1979 e 2009. Do ponto de vista quantitativo, a autora percebeu que foram lançados mais de trinta longas-metragens sobre a ditadura militar nos anos 1980, sendo que o número diminuiu na década

seguinte e voltou a crescer no século XXI. Também são feitas relações pertinentes entre os filmes e o contexto histórico de seu lançamento, desde os menos conhecidos, como *A freira e a tortura* (1984), e mais recentes, como *Zuzu Angel* (2006) e o próprio *Batismo de sangue* (2007). A pesquisa não ficou restrita a apenas uma temática, sendo que foram abordados tópicos como a direta, luta armada, sociedade civil, violência e tortura. Especificamente sobre a tortura no cinema, Leme (2013, p.29) verificou que ela “[...] se faz presente de forma explícita ou implícita, aludida, descrita, relatada ou encenada, na grande maioria dos filmes que compõem o conjunto estudado. A ditadura é apresentada como inerentemente ligada à tortura [...]”. Em vista da amplitude e da qualidade da pesquisa, o citado livro é uma referência importante para historiadores interessados na temática ditadura militar/cinema.

Uma pesquisa no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revela inúmeras dissertações e teses sobre cinema e a ditadura militar brasileira. Provavelmente por ter sido lançado há relativamente pouco tempo, foram encontrados poucos registros sobre o filme *Batismo de sangue*. Destacamos duas dissertações: *Batismo de Sangue: Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*, de Sara Carolina Duarte Feijó, e *Cinema, memória e ditadura civil militar: representações sobre as juventudes em O que é isso companheiro? e Batismo de sangue*, de Danielle Parfentieff de Noronha. No primeiro caso, Feijó (2011) analisou como o filme de Helvécio Ratton contribuiu na retomada e ampliação da memória dos dominicanos que desafiaram a ditadura militar. A autora entendeu como um problema o fato de que os dominicanos aparecem, na maior parte do tempo, como se estivessem sozinhos na oposição, pois até mesmo os militantes de esquerda possuem pouco tempo de cena. Já Parfentieff (2013) também abordou questões sobre a memória no período ditatorial, mas se diferenciou ao comparar como duas produções cinematográficas representaram a juventude. A autora percebeu que o mito da participação dos jovens contra a ditadura recebe tratamentos distintos, sendo que ele é reafirmado em *Batismo de sangue* e desconstruído em *O que é isso, companheiro?*

Além dos tópicos abordados acima sobre a ditadura militar e as relações entre história e cinema, outra necessidade da revisão bibliográfica foi pesquisar dados biográficos sobre Frei Betto. Neste sentido, uma referência é o livro *Frei Betto: a biografia* (2017), escrito por Américo Freire e Evanize Martins Sydow. Com prefácio

de Fidel Castro, amigo do dominicano e que concedeu inúmeras horas de entrevista que resultaram no livro *Fidel e a religião* (1985), a obra lança um olhar abrangente sobre os principais acontecimentos da vida privada e pública de Frei Betto. A narrativa enfoca a infância e a juventude do futuro dominicano, assim como a época em que foi preso por envolvimento com a luta armada, o trabalho pastoral, a defesa dos direitos humanos e do Movimento dos Sem Terra (MST) e até mesmo os problemas enfrentados foi assessor especial do presidente da República e coordenador da Mobilização Social do Programa Fome Zero no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se, portanto, de uma narrativa ágil que contém muitas informações que auxiliam os pesquisadores a melhor compreender a trajetória religiosa, intelectual e literária do dominicano, sendo um dos mais prolíficos escritores da atualidade no Brasil, com mais de sessenta livros publicados desde a década de 1970.

Apesar da riqueza e variedade do material encontrado no livro de Américo Freire e Evanize Martins Sydow, restavam questionamentos sobre o livro *Batismo de sangue* e o filme de Helvécio Ratton. Desta forma, foi elaborado um questionário (anexo 1) que foi enviado por e-mail e respondido por Frei Betto. Já com relação ao diretor de Helvécio Ratton, foram encontradas na *internet* entrevistas, principalmente da época do lançamento de *Batismo de sangue*, mas não se trata de um material extenso. Em vista dessa lacuna, entramos em contato com o diretor para agendar uma entrevista, que foi realizada no escritório de sua produtora, *Quimera Filmes*, em Minas Gerais, em 26 de julho de 2018.

A presente pesquisa não tem como metodologia principal a história oral, mas é essencial nos aprofundarmos em algumas questões de caráter teórico-metodológico porque as fontes incluem entrevistas. A história oral pode ser definida como “[...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações” (DELGADO, 2006, p.15). O campo de pesquisa da história oral é amplo, ainda mais num século marcado acontecimentos catastróficos como a Guerras Mundiais. A utilização de relatos para escrever história não é novidade: há séculos, Heródoto colhia testemunhos para relatar com maior exatidão os acontecimentos da Antiguidade. Séculos depois, a criação dos gravadores a fita, em 1948, pode ser considerada um marco porque possibilitou a melhoria qualidade das entrevistas gravadas.

Alberti (2011) afirma que a história oral expande as possibilidades do pesquisador no processo de interpretação do passado. Mas não basta apenas formular perguntas e gravar a entrevista. É preciso planejamento para não cometer equívocos que podem comprometer os resultados da pesquisa. O pesquisador deve ter discernimento de que a entrevista não pode ser realizada ainda no início da pesquisa. Somente quando for realizada uma extensa bibliografia sobre o tema, assim como pesquisada a biografia do entrevistado, o pesquisador estará uma posição melhor para formular perguntas e também para analisar as respostas obtidas. No caso específico, a entrevista com Helvécio Rattón foi realizada num momento no qual a pesquisa estava bem adiantada e a revisão bibliográfica havia sido concluída.

No âmbito da história oral, o pesquisador pode escolher dois caminhos a seguir com relação ao tipo de entrevista que será realizado. A chamada entrevista temática tem como o foco principal a participação do entrevistado no tema de pesquisa. Considerações sobre outros momentos de sua vida (infância, por exemplo) não são o foco principal no momento da estruturação das perguntas. O segundo tipo de entrevista possui um escopo maior e por isso é denominada de história de vida. Como afirma Alberti (2011, p.176), “[...] a preocupação maior não é o tema e sim a trajetória de vida do entrevistado. Escolher esse tipo de entrevista pressupõe que a narrativa da vida do depoente ao longo da história tenha relevância para os objetivos do trabalho”. Para os propósitos da pesquisa, a maioria das perguntas enfoca a produção e a repercussão de *Batismo de sangue*. Entretanto, o fato de que Rattón esteve envolvido com a luta armada no final da década de 1960 não deve ser deixado de lado porque é uma experiência de vida que está relacionada especificamente ao tema de pesquisa (ditadura militar). Por isso, a questão também foi abordada.

Por fim, a pesquisa está dividida em 6 capítulos. O primeiro corresponde à introdução da tese, no padrão UNISINOS. O capítulo 2 aborda questões relativas às particularidades do campo da história denominado História do Tempo Presente (HTP). Assim como outros eventos traumáticos que marcaram o século XX (Segunda Guerra Mundial, por exemplo), a ditadura militar brasileira é pensada dentro dos debates sobre a HTP que envolvem questões como a objetividade do pesquisador diante da análise do passado recente. Num segundo momento, a proposta é focar o contexto histórico do Brasil de forma a compreender as razões

que levaram à queda do presidente João Goulart e a ascensão das Forças Armadas ao poder. Em terceiro lugar, abordaremos as memórias elaboradas por setores da sociedade civil e as Forças Armadas sobre a ditadura militar. Desta forma, será possível contextualizar os eventos retratados em *Batismo de sangue*.

Já o foco do terceiro capítulo está em determinadas passagens das biografias de Frei Betto e do diretor Helvécio Ratton. Acreditamos que é importante investigar como a ditadura militar impactou a vida de ambos, pois eles não permaneceram neutros e assumiram uma posição de crítica ao governo. Tidos como “subversivos” pelos órgãos de repressão, eles foram perseguidos e presos. E no caso de Ratton, também torturado fisicamente. Entendemos que *Batismo de sangue* não representa apenas um mero trabalho para Frei Betto e Helvécio Ratton, mas um esforço intelectual que revela bastante sobre suas concepções e crenças pessoais que foram materializadas em *Batismo de sangue*. Também serão abordados debates de caráter teórico-metodológico sobre as principais características do gênero biográfico, assim como as mudanças que o conceito de biografia sofreu com o passar do tempo.

A proposta do capítulo 4 é analisar o conteúdo memorialístico do livro *Batismo de sangue*, dando ênfase aos aspectos políticos e religiosos do Brasil na década de 1960. Com relação à literatura de testemunho, abordaremos suas origens na primeira metade do século XX e principais características, além de questões de cunho teórico-metodológico. No caso brasileiro, *Batismo de sangue* não foi o primeiro livro de memórias sobre a ditadura militar escrito por alguém envolvido na luta armada, sendo antecedido por obras como *Em câmera lenta* (1977), *Os carbonários* (1980), *O que é isso, companheiro?* (1979). Explicaremos a importância da publicação do livro de Frei Betto e o contexto histórico do Brasil no final dos anos 1970 e início da década seguinte.

O objetivo do capítulo 5 é analisar o longa-metragem dirigido por Helvécio Ratton. Enfocaremos os personagens principais (Frei Tito, Frei Betto) e os coadjuvantes (Freis Ivo e Fernando de Brito, delegado Fleury, Carlos Marighella) de forma a entender como o longa-metragem construiu a narrativa baseada no livro homônimo. Assim como no capítulo anterior, serão privilegiados os aspectos religiosos e políticos da trama. Num segundo momento, contextualizaremos *Batismo de sangue* na produção cinematográfica nacional sobre a ditadura militar e faremos comparações com filmes como *Pra Frente, Brasil* (1983) e *O bom burguês* (1983).

Como a ditadura militar no Brasil não foi um caso isolado na América Latina, também enfocaremos alguns exemplos de filmes políticos produzidos em países como a Argentina e o Chile.

2 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Um vidrato do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas: é um pouco isto, a história do presente. (Jean-Pierre Rioux 1999, p.50)

Ao abordarmos o período histórico retratado no livro *Batismo de sangue*, se torna importante conceituar a História do Tempo Presente (HTP). Afinal, é um campo da história envolto em interesse e dúvidas em vista de suas singularidades teórico-metodológicas. Posteriormente, abordamos considerações historiográficas sobre a deposição do presidente João Goulart 1964 e a ditadura militar que vigorou no Brasil até 1985. No decorrer desses acontecimentos e mesmo depois, percebemos uma “batalha pela memória” que envolve a sociedade civil e as Forças Armadas. Se de um lado existe a defesa dos valores democráticos, dos direitos humanos e a crítica ao autoritarismo vigente nos “anos de chumbo”, de outro está o anticomunismo e o uso do Estado para cometer crimes contra os considerados “subversivos”. Através das divergências de opinião e dos posicionamentos políticos, visamos entender os usos da memória para explicar, justificar e dar sentido ao período ditatorial.

2.1 História do Tempo Presente

Inicialmente, é essencial definir o conceito de História do Tempo Presente (HTP). Fico (2013) afirma que não é uma certeza se a história do tempo presente se refere a periodização que engloba eventos traumáticos ocorridos do século XX ou uma especialidade da história, como por exemplo a História Antiga. Ao focar a HTP como uma abordagem historiográfica, inúmeros autores citam como exemplos as ditaduras militares da América Latina. É interessante ressaltar que o autor citado não concorda com a inclusão do Brasil nessa noção de HTP. A justificativa é a de que a violência política (tanto da direita quanto da esquerda) registrada em outros países ocorreu em maior grau do que no Brasil. No caso específico da Argentina, é salientado que a violência havia contaminado toda a sociedade. “Isso não tem nada a ver com o caso brasileiro, no qual houve censura e propaganda política, mas os militares não assumiam publicamente a violência da repressão e a luta armada foi relativamente inexpressiva” (FICO, 2013). Por outro lado, acreditamos que a noção de violência política é relevante para enquadrar a ditadura militar brasileira na HTP.

A escolha do livro *Batismo de sangue* – que aborda a violência cometida contra os dominicanos na ditadura militar – foi orientada por sua inclusão na definição de literatura de testemunho. Mesmo que o número de vítimas seja inferior em comparação às ditaduras instauradas em outros países da América Latina, a violência é fundamental para compreender a ameaça que os órgãos da repressão. Desta forma, consideraremos a HTP uma periodização e uma especialidade no campo da história.

Ainda com relação a questões temporais, não é incomum a confusão entre os termos história imediata e história do tempo presente. De acordo com Marcilio (2013, p.53), “A História imediata está entranhada na História do tempo presente. É imediata porque equivale ao instante, ao que está ocorrendo agora – uma espécie de últimas notícias do campo historiográfico”. Desta forma, é possível relacionar a história imediata ao trabalho dos jornalistas, seja nos jornais ou na *internet*, que produzem um material que pode ser interpretado como fontes privilegiadas para o estudo do presente. É importante ressaltar que as profissões de historiador e jornalista possuem especificidades próprias, mas também algumas similaridades no trato das fontes. No ensaio *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*, Le Goff (1999, p.101) concede algumas sugestões que, mesmo direcionadas para historiadores da história imediata e jornalistas, também podem ser aplicadas ao campo da história do tempo presente: “[...] manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo métodos adaptados a suas fontes; não se contentar em descrever e contar, mas em esforçar-se para explicar [...]”. Nota-se, portanto, que caso os historiadores seguirem os ensinamentos fundamentais da profissão, também podem construir conhecimento no momento que os fatos acontecem. Contudo, a presente pesquisa não deve ser enquadrada na seara da história imediata e sim como história do tempo presente. Já o livro *Batismo de sangue*, mesmo escrito por um jornalista, igualmente não é história imediata, pois foi escrito e lançado anos após os acontecimentos.

A História do Tempo Presente não foi uma novidade introduzida no século XX – uma vez que Tucídides já fazia história do presente há séculos –, mas a sua prática e aceitação nos meios acadêmicos não foi imediata. Na percepção de Chauveau e Tétart (1999), a *Escola Annales d'histoire économique et sociale* foi importante no processo de legitimação da HTP porque não desprezava questões relacionadas ao presente. A contribuição dessa revista acadêmica para o estudo da

História é incalculável. De acordo com Burke (1997, p.126-127), as três gerações dos *Annales* contribuíram para ampliar

[...] o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais.

O próprio historiador Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos *Annales*, afirmou que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (2001, p.65). Na mesma época que o campo da história se ampliava, catástrofes como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial colocou em discussão questões relacionadas ao testemunho e à memória. Desta forma, o presente não foi abolido do fazer histórico, mas foi somente na década de 1970 que a HTP ganhou impulso, mesmo que a escola histórica dominante fosse a Nova História, cuja ênfase era os fenômenos de longa duração. Na década seguinte, a renovação da preocupação dos historiadores com o fato e o político possibilitou espaço para o crescimento do interesse no presente e no imediato. Mas foi com a inauguração do “Instituto de História do Tempo Presente”, na França, que a HTP adquiriu um caráter legítimo como objeto de pesquisa. Para Bédarida (apud CUNHA, 2016, p. 4), que foi o primeiro diretor do IHTP entre 1978 e 1991

o tempo presente, indubitavelmente, constitui um espaço de tempo minúsculo, um simples ponto passageiro e fugaz, uma vez que sua característica é o seu desaparecimento no momento mesmo em que ele começa a existir. [...] Portanto, o presente é a transição entre o que foi futuro e que torna passado. Em outras palavras, a escrita dessa história é, ao mesmo tempo, análise do passado, perspectiva do presente e antecipação do futuro.

É interessante perceber os primeiros passos da história do tempo presente no meio acadêmico brasileiro. Para Fico (2014), entre as décadas de 1940 e 1960, os professores de pós-graduação desestimulavam os alunos a se afastar dos estudos relacionados à época do Brasil Colônia. Mas na década de 1960, a influência do Marxismo e da *Escola dos Annales* começou a ser sentida nas pesquisas da pós-graduação. Por exemplo, foram os estudos marxistas sobre o movimento operário

que levaram os historiadores brasileiros a abordar o surgimento do mesmo na Primeira República. Sob o ponto de vista político, a adoção do Marxismo nas universidades pode ser interpretada como uma crítica ao governo militar. Capelato (2014, p.302) afirma que “[...] no Brasil da década de 1970, a análise de temas contemporâneos era privilégio de sociólogos, cientistas políticos, economista; para os historiadores, ir além dos anos de 1930 representava uma ousadia”. Desta forma, não é inexplicável que ocorresse certa demora para o surgimento de pesquisas historiográficas sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Uma exceção é o livro *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco* (1968), do historiador brasilianista Thomas Skidmore, que publicou a pesquisa no exterior ainda em 1966. Neste sentido, talvez seja possível justificar que a escassez de fontes documentais e a indisponibilidade das testemunhas também possam ser identificados como obstáculos para a HTP. Mesmo assim, assinalamos que ainda nos anos de 1980 foram desenvolvidas duas pesquisas essenciais para entender os “anos de chumbo”: *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, e *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho.

Ao assinalarmos que o presente é alvo da atenção dos pesquisadores, lembramos que Hobsbawm (1998, p.244) afirma que “Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”. Consequentemente, a proximidade temporal¹ do historiador com o tema pesquisado é uma crítica recorrente porque comprometeria a objetividade. Entretanto, é possível pensar que o pouco recuo temporal é, na verdade, benéfico

o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história. (CHARTIER, 1993, p.8 apud SANTOS, J., 2009, p. 11-12).

O debate entre objetividade e subjetividade se faz presente em qualquer pesquisa de cunho científico, especialmente se for enquadrada na HTP. De fato, é necessário um maior cuidado para que as influências do presente (posicionamentos partidários, por exemplo) comprometam de forma irremediável o julgamento do

¹ Bersntein e Milza (1999) questionavam afirmação de que o presente é definido pelo período de vida do historiador. Esta afirmação é comparada ao pressuposto da história positivista de que a objetividade é uma garantia de neutralidade. Não existiria, portanto, critérios que possam delimitar o recorte temporal exato entre a história do passado e do presente.

pesquisador. Partimos do princípio de que o olhar do historiador não pode ser destituído de criticidade – mesmo sabendo da impossibilidade de sublimar totalmente a subjetividade, uma característica inerente aos seres humanos. Mas a proximidade temporal com o tema de pesquisa permite que os historiadores iniciem o processo da construção de conhecimento a partir do que uma geração anterior legou à próxima com relativa maior facilidade. A questão da objetividade não significa que pesquisa sobre fatos contemporâneos deva ser exclusiva de outras áreas do conhecimento, como o jornalismo. Se isso acontecer, a consequência será a limitação do campo de estudos da disciplina da história.

Outra questão importante sobre a HTP é apontada por Tétart (2000, p.136) ao afirmar que o historiador que se dedica principalmente a “[...] períodos mais imediatos, não conhece o ‘fim’ da história. Inicialmente, tal questionamento nos faz refletir sobre o fato da existência de uma história que podemos chamar de ‘acabada’”. Ao lidar com acontecimentos contemporâneos, existe uma maior probabilidade da descoberta de fontes históricas desconhecidas ou até então inacessíveis. Isso acarreta que os historiadores estejam atentos ao fato de que a construção do conhecimento histórico é um processo contínuo e, em certa medida, imprevisível. Trata-se, portanto, de um pressuposto que abrange todas as temporalidades, mas que se torna mais visível para os estudiosos da história do tempo presente porque se trata da primeira tentativa de decifrar as informações disponíveis e buscar nelas as respostas para as dúvidas existentes naquela conjuntura espaço-temporal.

De acordo com Motta (2012, p.34), as pesquisas sobre o tempo presente demandam que os historiadores estudem de forma mais aprofundada o passado e a historiografia produzida sobre o tema sob a ameaça de que a falta de erudição possa “[...] estimular estudos superficiais, ancorados em depoimentos diretos, produzidos pelas memórias dos entrevistados e recolhidos acriticamente, reafirmando assim uma memória não coincidente com as evidências empíricas”. A pouca distância temporal do acontecimento pode possibilitar uma maior variedade de fontes históricas, desde escritos (reportagens, jornais, panfletos, etc.) até os de ordem audiovisual (reportagens de televisão, documentários, filmes). Desta forma, a utilização do citado material é um procedimento que amplia o campo de visão do historiador no processo de contextualização das informações obtidas através das fontes históricas.

2.2 Apontamentos sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar

Com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros, a situação política no Brasil se agravou profundamente. Como o vice-presidente João Goulart² estava em missão especial na China comunista, quem assumiu de forma interina a presidência foi o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli. Os ministros militares não aceitavam a posse de Goulart, político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ligado à esquerda e ao movimento sindical. Gorender (1998, p.21) afirma que o golpe fracassou porque o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, “[...] se entrincheirou no Palácio Piratini e apelou à resistência popular”. Com o apoio do III Exército, foi montada uma rede de rádio que tinha como objetivo garantir a posse de Goulart. Foi a chamada campanha pela Legalidade. Sob o risco de uma guerra civil, a solução encontrada foi a implementação do regime parlamentarista, no qual João Goulart poderia ocupar “[...] a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder” (GASPARI, 2014, p.48). Desta forma, Goulart assumiu a presidência da República em condições difíceis: além da crise militar e das contas públicas desreguladas, não houve tempo para planejar o governo. Além disso, o regime parlamentarista, que vigorou entre 2 de setembro de 1961 e 6 de janeiro de 1963, limitava os poderes do presidente da República. O plebiscito revogou o parlamentarismo significou o fortalecimento da figura do presidente.

Toledo (1997, p.32) acredita que ocorreu no governo de João Goulart uma aproximação política e ideológica com as classes populares e trabalhadores até então inédita no Brasil: “A política começava a deixar de ser privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma mais intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas”. Além do movimento operário, ligas camponesas, setores progressistas da Igreja Católica³, e a União Nacional dos Estudantes (UNE), a esquerda brasileira

² Filho de um rico estancieiro, João Belchior Marques Goulart (1919-1976) se formou em Direito e, em 1943, assumiu os negócios do pai. Em 1945, conheceu Getúlio Vargas e se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Antes de assumir a presidência da República, em 1961, Goulart adquiriu experiência política desde cargos eletivos como os de deputado estadual, deputado federal e de vice-presidente nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros (1961). Além desses cargos, também assumiu o Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), em 1953, no qual causou polêmica ao propor que o salário mínimo tivesse aumento de 100%. Após o golpe de 1964, Goulart e sua família deixaram o Brasil rumo à Montevideu. Após o golpe militar no Uruguai, Jango e a família partem para Buenos Aires, a convite de Perón. Em dezembro de 1976, Goulart morreu de ataque cardíaco.

³ Questões relacionadas a Igreja Católica e a ditadura militar serão abordadas de forma mais aprofundada no próximo capítulo que analisa o livro *Batismo de sangue*.

também apoiava Goulart. Ferreira e Gomes (2007, p. 140) acrescentam que a esquerda nacional exigia “[...] que Goulart iniciasse um amplo programa de reformas de base, incluindo as reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, universitária⁴ e agrária”. Apesar de colocado na ilegalidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era a organização de esquerda mais influente no começo da década de 1960. De acordo com Ridenti (1993, p.25),

As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciaram vários setores sociais, mesmo que não militavam no partido. Buscava-se realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semi-feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora.

Enquanto a esquerda pressionava o presidente da República para implantar as reformas de base, uma forte oposição se organizava contra o governo: Forças Armadas, políticos conservadores que representavam a maioria no Congresso, empresariado nacional e uma das maiores potências da época: os Estados Unidos. Bandeira (2001) afirma que o governo de Goulart estava inserido em contradições sociais e políticas que foram potenciadas pela industrialização da década de 1950. O proletariado urbano estava organizado e com peso político e “[...] o grande fluxo de investimentos estrangeiros modificou a própria composição do empresariado, ampliando a faixa de poder dos executivos estrangeiros, particularmente os norte-americanos” (BANDEIRA, 2001, p.201). No plano internacional, o Pentágono redefinia para os aliados as estratégias de combate contra o inimigo interno e

⁴ Mudanças profundas no Ensino Superior ocorreriam somente na ditadura militar. Motta (2014) afirma que maior parte das faculdades brasileiras no período anterior ao golpe de 1964 possuía pouca infraestrutura para pesquisa e a pós-graduação ofertava poucas vagas. Era uma situação que contrastava com o processo de urbanização e crescimento demográfico registrado no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. O “projeto modernizador-autoritário” visava atenuar o ativismo radical da juventude universitária e também criar quadros acadêmicos que poderiam ser utilizados no projeto modernizador da ditadura militar. As reformas foram implantadas no começo da década de 1970 ajudaram a desenvolver o Ensino Superior ao mesmo tempo em que foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação para vigiar a comunidade acadêmica. Mesmo assim, constata-se que a repressão não conseguiu evitar a expansão da esquerda no meio universitário. “Podem ter retardado o processo momentaneamente, contudo os próprios efeitos das práticas autoritárias alimentavam o esquerdismo de muitos jovens. No final da intervenção repressiva, os inimigos estavam tão fortes quanto antes, talvez mais” (MOTTA, 2014, p.354-355).

apoiava governos militares conservadores. Para Borges (2009, p.24), o golpe de 1964 e a ditadura militar estavam

[...] inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos. Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e a manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. [...] Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais.

Os Estados Unidos, por sua vez, tomaram providências para que o golpe de 64 fosse bem-sucedido. No livro *O Grande irmão*, Carlos Fico pesquisou milhares de documentos estadunidenses sobre as relações diplomáticas com o Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A Operação Brother Sam consistiu no apoio de tropas militares aos golpistas em caso de resistência do governo Goulart. O golpe de estado foi arquitetado pelos próprios brasileiros, mas com “[...] apoio norte-americano, em função dos milhões de dólares gastos para desestabilizar o governo de João Goulart, da “*Operação Brother Sam*” e do farto apoio financeiro, material e técnico ao governo de Castelo Branco” (FICO, 2008, p.277-278). Nos vindouros governos militares, houve um esforço do Brasil em manter boas relações com os Estados Unidos.

Os militares não foram os únicos responsáveis pelos golpes de estado na região do Cone Sul, ou seja, a sociedade civil participou do processo de deslegitimação de governos democráticos e apoiou governos de inspiração autoritária. No caso brasileiro, Ramírez (2012, p.63) sustenta que o golpe envolveu “[...] segmentos empresariais, latifundiários, rentistas urbanos, tecnocratas, membros da Igreja Católica, bem como, em papel subordinado, profissionais liberais e até donas de casa”. Dentre as entidades civis envolvidas no golpe de 1964, destacam-se duas: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Mattos e Júnior (2004) afirmam que o IBAD financiava políticos da oposição e agia no Congresso Nacional através da Ação Democrática Parlamentar (ADEP). Já o IPES mobilizava a oposição civil ao governo (imprensa, escritores, cineastas, etc.) e também divulgava as “[...] idéias do instituto para a população, publicando folhetos, livros ou ocupando espaço nos meios de comunicação” (MATTOS e JUNIOR, 2004, p.9). Após a saída de Goulart da

presidência, o IPES ocupou áreas importantes na organização do Estado, como a Fazenda e o Planejamento. Como resultado disso, obteve êxito em colocar em prática um programa que favorecia a fração internacionalizada do capital.

O apoio dos principais meios de comunicação do país (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, por exemplo) é uma parte visível da participação civil no processo de desgaste do governo de Goulart. Ao mesmo tempo em que criticavam a corrupção e a crise econômica (aumento da inflação e no custo de vida, desabastecimento de produtos), os jornais clamavam pela saída do presidente. Chammas (2012, p.14-15) acredita que os interesses dos meios de comunicação não são apenas econômicos, pois buscam a representação de valores ou interesses de determinada parcela da sociedade. No intuito de influenciar os leitores, os órgãos de comunicação recriam a realidade através de “[...] uma articulação entre sua ideologia, suas representações simbólicas, seus interesses político-econômicos imediatos e sua constante tentativa de formulação e delimitação da agenda de debates públicos [...]”. Num momento posterior, a imprensa também desempenhou um papel importante na manutenção dos militares no poder, assim como assumiu outra posição nos anos finais da ditadura⁵. Por exemplo, ao analisar reportagens publicadas pela revista semanal *Veja* sobre a luta armada no final da década de 1960, Rautenberg (2011, p.68) percebeu que foi construída “[...] uma imagem negativa dos guerrilheiros, associando-os ao banditismo e a subversão”.

A radicalização política que colocava em risco a ordem democrática aumentou após o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. O posicionamento de João Goulart era de enfrentamento direto contra o Congresso e outras forças conservadoras. Para Fico (2016, p.49), o presidente da República

[...] anunciou decreto desapropriando terras das margens de rodovias, ferrovias e açudes públicos – espécie de sinalização em favor da reforma agrária – e outro que encampava refinarias particulares. Disse ainda que, finalmente, remeteria mensagem ao Congresso explicando as reformas de base. Enquanto ele fazia o discurso, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, em protesto, acenderam velas nas janelas de seus apartamentos.

⁵ Ao se referir a *Folha de S. Paulo*, Silva (2005, P.49), acredita que o jornal “[...] se adaptou aos rumos da abertura, no momento em que a democracia se colocava como necessária ao projeto de “modernização”. O jornal buscou se construir como o “jornal das diretas”. Mas, com isso, oculta que não apenas apoiou a ditadura, mas também exigia editorialmente que o governo de Jango fosse derrubado”.

Se a esquerda estava organizada ao lado de João Goulart, a classe média e alta se posicionou no espectro político diametralmente contrário. Com o propósito de proteger o Brasil do comunismo (ameaça potencializada pela propaganda antigovernista realizada com dólares norte-americanos) e exigir a saída de Goulart, foi realizada em São Paulo, em 19 de março de 1964, a primeira das Marchas da Família, com Deus pela Liberdade. Nos dias seguintes, também ocorreram manifestações em outros estados, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Após o sucesso do golpe, foram realizadas manifestações que ficaram conhecidas como Marchas da Vitória

Com relação ao engajamento de setores conservadores ligados à religiosidade, podemos ressaltar a atuação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira com o apoio Dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e Dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG), a TFP visava “[...] defender e estimular a tradição, a família e a propriedade, e promover e animar a ordem temporal conforme os princípios do Evangelho, interpretados de acordo com o magistério tradicional da Igreja Católica” (ZANOTTO, 2012, p.18-19). Além de opositores do comunismo e dos progressistas dentro da Igreja Católica, a TFP chegou a promover uma campanha de vulto nacional contra a reforma agrária entre 1961 e 1963. No ano seguinte, ela apoiou as marchas contra o governo e o vindouro governo militar.

Também merece atenção posicionamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) diante do clima de impasse político. Gomes (2014) afirma que, num primeiro momento, a CNBB foi favorável aos projetos reformistas propostos pelo governo Goulart. Entretanto, a intensificação das ações dos movimentos sociais virou motivo de preocupações para uma parcela dos bispos, que temiam a desordem social e até mesmo de uma insurreição de caráter comunista. Mas não havia consenso dentro da CNBB, pois membros como o Cardeal Jaime Câmara e dom Geraldo Sigaud apoiavam as marchas contra Goulart; já outros, como Dom Carlos Carmelo Motta e Dom Hélder Câmara, discordavam. De qualquer forma, em maio de 1964 a CNBB publicou uma declaração na qual oficializava o apoio às Forças Armadas.

O envolvimento do Exército na política brasileira é uma constante, em maior ou menor grau, desde a Proclamação da República. Para Chirio (2012, p.7), a

política se tornou uma questão delicada porque colocava em risco a ordem hierárquica da corporação. As Forças Armadas criaram uma imagem negativa da política porque ela poderia “[...] corromper a alma pura do oficial. Formou-se, assim, um ideal de profissionalismo e apolitismo militar.” Ao mesmo tempo, as Forças Armadas não se afastaram do debate político. A solução encontrada foi a de limitar o envolvimento na política apenas para a elite hierárquica como forma de preservar as Forças Armadas. Mas isso não ocorreu na prática, uma vez que os oficiais de patentes inferiores procuraram intervir no processo político, seja na realização de protestos, revoltas e até mesmo atentados.

Após as movimentações das tropas militares, o Congresso Nacional consumou o golpe ao desrespeitar a Constituição de 1946 e declarar vago o cargo de presidente da República, mesmo que João Goulart ainda estivesse em território nacional. Assim como aconteceu na renúncia de Jânio Quadros, o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli assumiu interinamente a presidência da República. Apesar de Goulart não ter ordenado que as tropas que o apoiavam resistissem ao golpe, é importante salientar que a violência foi elemento que se fez presente desde os primeiros momentos do golpe de 64 e não está restrito somente ao período de vigência do AI-5. O dirigente comunista Gregório Bezerra, de 64 anos, foi preso, amarrado e puxado à traseira de um jipe em Recife, além de ser espancado. Em 1 de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e incendiada. Além disso, ela também foi posta na ilegalidade. Tais episódios podem ser apontados como exemplos do tipo de tratamento que seria reservado para os opositores dos novos detentores do poder. Em outras palavras, a ditadura militar havia sido instaurada com sucesso no Brasil.

2.3 Os Primeiros Anos da Ditadura Militar

No período ditatorial, uma das formas de governar o Brasil foi através de Atos Institucionais (AI) que visavam regulamentar o novo equilíbrio de forças políticas. Nota-se que o AI-1 foi baixado ainda com Mazzilli no cargo de presidente da República:

Por meio da suspensão das garantias constitucionais o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis

e militares. [...] Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas Forças Armadas 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva [...] Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas. (GASPARI, 2014, -132-133)

Eleito pelo Congresso Nacional, o mandato de Humberto Castelo Branco (1964-1967) estava estipulado para acabar em 31 de janeiro de 1966. Desta forma, a classe política conservadora considerou, num primeiro momento, que a tomada do poder pelos militares seria benéfica. Carlos Lacerda, por exemplo, queria eleger-se presidente da República no pleito que deveria ocorrer em 1965. Enquanto isso, as eleições ao governo dos Estados desagradaram as Forças Armadas: em Minas Gerais, Santa Catarina, Guanabara e Mato Grosso a oposição saiu vencedora. Dias após a eleição, foi baixado o Ato Institucional 2 (AI-2) que alterou a organização partidária. De acordo com Braga (2016, p.42), o objetivo inicial do bipartidarismo “[...] era desmantelar o quadro partidário formado ainda no período anterior a 1964, para, em seguida, redistribuir as elites políticas sob o jugo centralista e repressivo deste regime, entre situação e oposição.” Assim sendo, a oposição foi agrupada no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e os aliados da ditadura na ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Apesar das tentativas do governo, a economia brasileira continuava em crise, o que afetava diretamente a classe média.

Foi no mandato do presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969) que se intensificaram pelo Brasil manifestações contra a ditadura militar. Para Fico (2016), o ano de 1968 foi marcado por manifestações contra a ditadura militar. Os metalúrgicos das cidades de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais) fizeram greves. Em 25 de julho de 1968, uma passeata organizada pelo movimento estudantil⁶ reuniu cerca de 100 mil pessoas (profissionais liberais, intelectuais, religiosos progressistas da Igreja Católica e até mesmo populares) nas ruas do Rio de Janeiro. A escalada da violência também atingiu as universidades brasileiras no decorrer de 1968. Em agosto, a polícia invadiu o *campus* da Universidade de Brasília e atacou uma manifestação estudantil. Um mês depois, outra invasão

⁶ Mesmo após o AI-5, os estudantes mantiveram-se na oposição: “O não esmorecimento do movimento durante os ‘anos de chumbo’ mostrou um ME [Movimento Estudantil] sempre na ativa e em atividade mesmo na clandestinidade. A representação estudantil, diferentemente dos estudantes que optaram pela luta armada, acreditava na possibilidade de uma resistência pacífica à ditadura e se empenhou nesse sentido” (MÜLLER, 2010, p.223).

policial ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais. Já em outubro, a repressão prendeu cerca de mil estudantes que participavam do 30º Congresso da UNE. Tais fatos, aliados à escalada de ações da guerrilha urbana, como o assassinato do capitão Charles Chandler e do major alemão Edward Von Westernhagen, contribuíram para a radicalização política das Forças Armadas.

Dentre os atos institucionais que vigoraram no Brasil, nenhum foi mais controverso do que o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968. Para Lima (2017, p.218),

[...] não se destinava especificamente ao movimento estudantil, e sim ao conjunto dos movimentos reivindicatórios, incluindo os setores operários, a esquerda revolucionária e a oposição parlamentar. Esse ato dava poderes ao governo de decretar o recesso do Congresso Nacional e a intervenção nos estados e municípios. Além disso, reabria a “Operação Limpeza”, ao permitir nova onda de cassações e suspensão de direitos políticos. Um dos pontos mais impactantes foi a suspensão do direito de habeas corpus, tornando ainda mais insegura a integridade dos presos e detidos. (LIMA, 2017, p.218)

Conforme Rollemberg (2006, p. 142), o AI-5 foi um sinal de que as Forças Armadas não deixariam o poder e não havia previsão para a entrega do poder para os civis. Inclusive, foi cunhada a expressão “golpe dentro do golpe” para se referir a “[...] vitória dos militares da chamada ‘linha dura’, a favor da permanência no poder, em relação aos da ‘linha branda’, defensores da intervenção militar apenas como recurso para garantir a ordem, com o retorno aos quartéis a curto prazo”. Diferentemente dos atos institucionais anteriores, o AI-5 não possuía prazo para vigorar. As consequências para aqueles considerados inimigos do governo foram sentidas prontamente. Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e outros intelectuais foram impedidos de trabalhar nas universidades. Os políticos Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek foram presos, assim como os cantores e compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil. A censura aos meios de comunicação e a classe artística venho acompanhada de intervenções nos sindicatos e da proibição de greves. Ao analisar os documentos produzidos pelos três maiores sistemas repressivos do período militar (o SISSEGIN, o SISNI e o Sistema CGI), Fico (2001, p.166) afirma que

[...] os jornais, as emissoras de TV, o cinema e o teatro estariam dominados por comunistas, subversivos e licenciosos: os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do “movimento comunista internacional”; os

escritores, diretores e atores de TV e teatro [...] tentavam doutrinar o povo com “ideologias alienígenas” ou corrompiam com pornografia.

Além das questões envolvendo a imprensa e a classe artística, é importante ressaltar o papel da propaganda é um elemento importante para entender a construção de uma imagem que enaltecesse o governo ditatorial. No livro *Reinventado o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, o historiador Carlos Fico (1997, p.89) afirma que a propaganda era um tema que dividia as Forças Armadas:

Desde 1964, o regime militar viveu um certo conflito em relação à propaganda política. Havia aqueles que julgavam indispensável cuidar da imagem do governo, fazer propaganda; proposta que foi levada ao primeiro general-presidente. Existiam setores, entretanto, que associavam essa tarefa à própria circunstância de exceção que vivia o Brasil, isto é, fazer propaganda política chamaria ainda mais a atenção de todos para o fato de o país viver sob uma ditadura.

Em 1968, o governo tomou a decisão de criar a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) para coordenar a propaganda do governo. Empresas de publicidade eram contratadas para elaborar campanhas inspiradas em ideias apresentadas pela Aerp que eram veiculadas na televisão. De acordo com Oliveira (2014, p.16), foram criadas campanhas ufanistas que enfocavam “A vitória da seleção canarinho na Copa de 1970, a comemoração do Sesquicentenário da Independência, a inauguração de grandes obras e o projeto de integração territorial militar despertaram o sentimento de que o Brasil era o país do futuro”. Foi nessa época que surgiram *slogans* que se tornaram conhecidos até os dias atuais: “Este é um país que vai pra frente”, “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”, “Pra frente, Brasil” e Brasil, ame-o ou deixe-o!”.

Enquanto a repressão política atingia o seu grau máximo, a economia brasileira começou a apresentar sinais de crescimento a partir de 1968. Schwarcz e Starling (2015, p.452-453) afirmam que o período chamado de “milagre econômico brasileiro” foi marcado pelo “[...] subsídio governamental e diversificação das exportações, desnacionalização da economia com a entrada crescente de empresas estrangeiras no mercado, controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salários. ” Além da queda dos índices de inflação, houve aumento substancial da produção automobilística e do consumo de bens de consumo, como aparelhos de televisão e câmeras Super-8. No livro *A revolução faltou ao encontro*

(1990), Reis Filho (1990, p.64-65) ressaltou que a prosperidade econômica e a radicalização política da ditadura militar criaram um paradoxo:

A classe média oscilava: do apoio ao golpe à oposição. Mas os sinais começavam a inverter-se em 1968: parcelas ponderáveis preparavam-se para entrar alegremente no banquete do 'milagre econômico'. Simpatizavam com a luta pelas liberdades democráticas, mas havia limites que não tinham condições de transpor nem desejavam fazê-lo. 'Caminhavam' com Geraldo Vandré, mas também gostavam de passear de 'Calhambeque' com Roberto Carlos. Apreciavam o teatro e a poesia da pobreza e do engajamento, mas começavam a se embalar nas novelas da TV Globo. Revoltavam-se contra a repressão, mas eram atraídos pelas oportunidades do novo ciclo de prosperidade.

Além da burguesia brasileira e internacional, a classe média também foi muito beneficiada pelo período que vigorou o "milagre econômico". Ao mencionarmos a população menos abastada da população, percebemos uma faceta que a censura aos meios de comunicação e a propaganda ufanista escondiam: a perda do poder aquisitivo, baixos salários (mesmo com os altos lucros da burguesia) e o aumento da concentração de renda e da desigualdade social. O aumento da presença do capital internacional deixou o Brasil mais vulnerável a crises econômicas mundiais. No final de 1973, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o preço do petróleo no mercado internacional. Como o Brasil precisava do petróleo importado, a única opção foi pagar o valor comprado, o que afetou profundamente a economia. De acordo com Earp e Prado (2009, p.26), foi "[...] o fim do grande boom de 25 anos do pós-guerra, que seria substituída por um longo período em que a economia mundial manteve-se muito mais hostil ao crescimento de países em desenvolvimento como o Brasil". Com o aumento da inflação e da dívida externa, o "milagre econômico brasileiro" chegou de forma melancólica ao fim.

Concomitantemente ao "milagre econômico brasileiro" e a propaganda ufanista, a ditadura militar se preparava para combater a guerrilha. Conforme Joffily (2013), a deserção do capitão Carlos Lamarca e o roubo de armamentos e munições do 4º Regimento de Infantaria, em 29 de janeiro de 1969, foram episódios importantes para a conscientização das Forças Armadas da necessidade de aprimorar seu sistema de informações. Dias antes, militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) haviam sido presos e interrogados pela polícia do Exército, mas nada haviam descoberto. De acordo com a autora, a questão era "[...] mesmo tempo de acumular conhecimentos sobre as organizações de esquerda e suas

formas de atuação, e aprimorar as técnicas de extração de dados dos militantes capturados em sessões de interrogatório mais bem preparadas” (2013, p.39-40). Ainda em 1969, outra ação da guerrilha despertou a atenção e preocupação nas Forças Armadas: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Para Aarão Filho (1997, p.73-74),

Os movimentos de guerrilha urbana tinham feito muitas ações até então, mas ações que eram muito isoladas, várias inclusive não se reivindicavam como ações revolucionárias. Embora a imprensa já tivesse noticiado que o Marighella estava atrás de pelo menos algumas daquelas ações, ainda havia uma certa atmosfera na sociedade de que aquelas ações poderiam estar sendo cometidas por criminosos comuns. Não havia ainda uma associação muito clara entre a multiplicação de ações e expropriações de fundos, como nós chamávamos as ações contra Bancos e instituições financeiras, e as expropriações de armas, como parte de um movimento revolucionário. Embora as pessoas mais informadas já estivessem sabendo dessa ligação. Então, a ação do seqüestro do embaixador norte-americano começou a ser pensada entre nós não apenas para ser trocada uma pessoa pela outra, mas como uma ação para apresentar à sociedade um movimento revolucionário, que era muito dividido naquele momento, mas tinha uma perspectiva comum.

Desta forma, as Forças Armadas buscaram se organizar para combater a guerrilha. Mas como fazer isso? De acordo com Gorender (1998), os DEOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) eram corruptos e ineficientes. Como foram registradas inúmeras ações da luta armada na cidade de São Paulo, foi fundada em 29 de junho de 1969, a Operação Bandeirante (Oban), sediada no quartel do Exército na Rua Tutoia. Nas dependências da Oban, os agentes da repressão se referiam a ela por apelidos como “Hotel Tutóia”, “Inferno” e, talvez o mais perturbador por sua cruel ironia, “Casa da vovó”. Para o autor citado (1998, p.171-172),

O êxito alcançado pela experiência-piloto de São Paulo venceu as objeções de oficiais que julgavam indevido ou inconveniente o envolvimento institucional do Exército em missões policiais. Em setembro de 1970, por decreto do Presidente Médici, a OBAN se integrou no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército). Assumiu o comando do DOI/CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-Maior. De maneira metódica, Ustra sistematizou as operações de investigação, captura, interrogatórios, fichário, cruzamento de informações etc. Sob suas ordens, a tortura deixou de ser arbitrária e caótica e se tornou uma prática orientada e metódica, friamente calculada.

A Oban serviu de modelo para a criação dos Departamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e Brasília. Percebe-se que o financiamento do empresariado brasileiro foi essencial para o êxito da repressão. De acordo com Gaspari (2014, p.64), foi realizado no segundo semestre de 1969 um almoço com o empresariado paulista, no qual contou com a participação de Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 a 1974: “Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim Netto explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento e verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro”. Pode-se argumentar que o objetivo era realizar uma repressão ilegal e não contabilizada. Além disso, não haveria tanta burocracia - o que geraria no futuro “provas” que poderiam ser usadas contra os envolvidos na repressão. Foi graças ao financiamento da elite empresarial que a Oban recebia refeições congeladas (da *Supergel*), carros (*Volkswagen, Ford*) e empréstimos de caminhões (da *Ultragaz*), entre outras facilidades. Para Souza (2000, p.13), um homem conhecido pelo codinome *Gama 10* tinha acesso ao DOI-CODI e intermediava ofertas de ajuda:

As gratificações chegavam como salário complementar, emprego paralelo, vantagens pessoais e ajuda de materiais [...] Tudo funcionava como estímulo para o empenho e a dedicação desses homens do poderoso aparelho repressivo instalado na Casa da Vovó [...] Empresários [...] comprometiam-se a financiá-los. Os valores eram secretos, mas suficientes para a autonomia financeira de muitos. Havia apoios paralelos, visitas e até almoços reservados com simpatizantes dos métodos empregados que iam ao local ‘dar uma força’ para os militares e civis do DOI-Codi.

O empresariado financiava a repressão porque temia o avanço de ideias de caráter comunista e que a luta revolucionária lograsse êxito. Sob a couraça de patriotas, defendiam seus interesses econômicos. Cabe aqui a menção ao documentário *Cidadão Boilesen* (2009), dirigido por Chaim Litewski, que enfoca a questão da colaboração de empresários para financiar a luta contra a guerrilha. O foco é o envolvimento do empresário dinamarquês Henning Boilesen, presidente da Ultragás e membro do IPES no começo dos anos 1970, que colaborava financeiramente para a OBAN e o DOI/CODI. Além de assistir a sessões de tortura, também importou dos Estados Unidos um dispositivo (que recebeu o apelido de Pianola Boilesen) que dava choques através de um teclado. Ele foi executado a tiros

após uma perseguição de carro em 15 de abril de 1971 por membros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

No auge dos “anos de chumbo”, o delegado Sérgio Paranhos Fleury se tornou um dos símbolos da repressão política. Ele foi incorporado pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em vista da política de recrutar homens da lei da Delegacia de Roubos, uma vez que tais quadros possuíam experiência no combate ao crime nas grandes cidades. Em vez de investigar e prender criminosos comuns, agora os alvos eram os guerrilheiros. De acordo com Gorender (1998), uma vez que havia sido colocada em plano subordinado ao Exército com a criação da OBAN e dos DOI/CODI, o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) insistiu em dispor de uma forma autônoma de combater a guerrilha. Em todo o país, o único DEOPS que possuía autonomia para investigar, prender e interrogar era o de São Paulo. Como o delegado Fleury era considerado homem de confiança da ditadura militar e mantinha boas relações com o CENIMAR, ele ficou encarregado de chefiar o DEOPS de São Paulo. Na concepção de Gaspari (2014, p.67-69), Fleury

[...] projetava a imagem de machão valente, quando na realidade sua fama derivava da bestialidade do meio que vivera e sua ascensão ao posto chefe dos janízaros da ditadura militar, do declínio dos padrões éticos dos comandantes militares da ocasião. Nunca na história brasileira um delinquente adquiriu sua proeminência. [...] Nos anos seguintes o delegado tornou-se um paradigma da eficácia da criminalidade na repressão política. Um raciocínio que começara com a ideia de que a tortura pode ser o melhor remédio para obter uma confissão transbordava para o reconhecimento de que um fora da lei pode ser o melhor agente para a defesa do Estado. Recompensando-o e protegendo-o, em 1971, por sugestão do CIE, o governo passou-lhe no pescoço a fita verde-amarela com a Medalha do Pacificador.

Ao utilizar o termo “chefe dos janízaros”, Gaspari faz uma referência à elite do exército dos sultões otomanos que eram formados por jovens cristãos prisioneiros de guerra com o intuito de enfrentar a ameaça dos senhores feudais. Eram bem treinados e temidos. É, portanto, uma referência ao papel de Fleury como um destacado agente da repressão. O comportamento de “machão valente” que possibilitou ao delegado Fleury se tornar uma figura de tamanha importância para o governo ditatorial está ligado à violência urbana seja contra criminosos comuns ou guerrilheiros. O próprio Fleury contribuía para realçar a imagem de corajoso e assim causar uma impressão de força para os meios de comunicação, criminosos e colegas de polícia. De acordo com Souza (2000, p.18), ele era

Introspectivo na maior parte do tempo, expansivo nos poucos lugares onde se sentia bem, misterioso no seu Opala azul com granadas no porta-luvas, metralhadora no chão, telefone de campanha militar instalado no carro – passou a ser chamado de *Papa* na polícia, como se estivesse acima de toda e qualquer hierarquia na qual os delegados da cúpula gostavam de ser chamados respeitosamente de *Cardeais* (grifo do autor).

Do ponto de vista dos guerrilheiros, o historiador Jacob Gorender relatou em *Combate nas Trevas* (1998) que conheceu pessoalmente o delegado Fleury. Gorender (1998) foi preso em 20 de janeiro de 1970 e levado para o DEOPS. Severamente torturado, tentou o suicídio ao cortar os pulsos com os estilhaços de uma janela. Ele narra que se encontrou três vezes com Fleury em seu gabinete, mas não é afirmado que o delegado o torturou. Para o historiador, Fleury era “Corrupto até a medula e assassino profissional [...], mas também [...] astucioso, capaz de analisar informações, levantar pistas certas e preparar pacientemente armadilhas fatais” (1998, p.172). Além de responsável pela investigação que resultaria na morte de um dos principais inimigos do governo militar, a participação de Fleury na luta contrarrevolucionária também inclui a morte de Joaquim Câmara Ferreira, que assumiu a liderança da ALN após a morte de Marighella. Policial acostumado com as grandes cidades, ele chegou a se deslocar até o interior da Bahia para ajudar na perseguição a Carlos Lamarca, em 1971, mas não estava presente no momento que o guerrilheiro foi localizado e morto.

Figura 1 - Foto do delegado Sérgio Paranhos Fleury



Fonte: Freire (2015).

Ao mencionarmos o delegado Fleury, estamos invariavelmente abordando o uso desmedido da violência na ditadura militar. Além de *Batismo de sangue*, outro livro que descreve Fleury como torturador é *Diário de Fernando* (2009), no qual Frei Betto transcreveu as cartas que Frei Fernando de Britto escreveu na prisão. Para o dominicano (2009, p.17)

De nossos encontros não guardo a imagem de um policial; mas se assemelha a um personagem sádico de filme de terror, como se o sofrimento alheio, aliado à humilhação, lhe causasse prazer orgiástico. Não perde tempo em inquirir ou investigar; seu cartão de visitas é a dor. Utiliza os instrumentos de tortura como um cirurgião equipado para abrir, sem anestesia, as entranhas do paciente e extrair o tumor. A seus olhos cada prisioneiro porta o vírus capaz de ameaçar a segurança nacional, contaminando o corpo social. Antes que a peste se espalhe, urge de arrancá-lo a ferro e fogo. Se o prisioneiro resiste com o seu silêncio, Fleury passa dos métodos 'científicos' – pau de arara, choque elétrico, afogamento – aos brutais: arranca unhas com alicate, fura o tímpano, cega um olho, castra. Nesses casos, quase sempre mata. O único silêncio que não lhe irrita os ouvidos nem lhe instiga a prepotência é o da morte.

Além da violência, a figura do delegado Fleury também ficou marcada pela impunidade. Conforme Kehl (2010) o que diferencia o Brasil de outros países da América Latina que tiveram ditaduras militares é o fato de que não foi sequer exigido reconhecimento ou perdão pelos crimes cometidos. Trata-se, portanto, de uma questão que não foi bem resolvida. De acordo com a autora citada,

O 'esquecimento' da tortura produz, ao meu ver, a naturalização da violência como um grave sintoma social no Brasil. [...] A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz (2010, 124).

Policial cuja carreira foi marcada por denúncias de corrupção, tortura e assassinatos, Fleury foi frequentemente protegido pelo governo ditatorial. Para Streck (2011, p.12), a Lei n. 5.941/73, também conhecida como "Lei Fleury", foi criada com o propósito de evitar que o delegado fosse preso. Na época, ele foi processado e indiciado pelo Promotor Hélio Bicudo em vista de suas ligações com os esquadrões da morte⁷. Na época, o Código de processo Penal previa a prisão em

⁷ Para Mattos (2011, p.1), "Os Esquadrões da Morte eram grupos de extermínio, compostos por agentes da lei, que atuaram durante a década de 1950 a 1970 em diversos Estados brasileiros. Os seus integrantes eram policiais, delegados, investigadores e outros funcionários da polícia civil e/ou militar. Agiram inicialmente contra as pessoas indicadas como criminosos comuns muitos dos quais sem julgamento estabelecido ou ainda, sem acusação feita, executando também pessoas que

caso de indiciamento. No entanto a “Lei Fleury” introduziu o princípio da presunção da inocência, ou seja, quem fosse réu primário ou tivesse bons antecedentes poderia evitar a prisão ou mesmo ser posto em liberdade por decisão do juiz.

2.4 Memórias sobre o Anticomunismo e Ditadura Militar

Um dos mais destacados intelectuais que abordou questões relacionadas à memória foi o historiador francês Pierre Nora. De acordo com Ferreira (2012, p.321), o autor aprofundou a diferenciação

[...] entre o relato histórico e o discurso da memória e das recordações. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.

Não é raro que o posicionamento político e ideológico seja percebido pelos historiadores nos testemunhos diretos; afinal, a memória é uma forma de expressar sentimentos e denunciar injustiças, como assassinatos, prisões e torturas. Já a história não é orientada pelas emoções e sim pela racionalidade. De qualquer forma, o passado incide em ambas e isso gera uma relação com atritos. No livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, Beatriz Sarlo (2007, p.9) percebe que “[...] nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade)”. Até o momento, abordamos neste capítulo considerações historiográficas sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Usada como ferramenta política no presente, a análise da memória sobre o período citado revela como o passado é interpretado pelas Forças Armadas e sociedade civil, entendida como “[...] a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais” (BOBBIO, 1998, p.1206).

estavam sob custódia do Estado, alguns na condição de presos correccionais, por terem sido presos por motivos fúteis como vadiagem, roubo de frutas e etc.”

Consequentemente, a construção da memória desses grupos visa dar coerência e legitimidade a uma narrativa que explique e justifique seus respectivos posicionamentos políticos.

Para compreendermos como foi forjada a memória anticomunista das Forças Armadas que respaldou a ditadura militar, é necessário realizar um recorte temporal que remonta ao começo do século XX. Motta (2002) afirma que o discurso anticomunista no Brasil pode ser percebido na imprensa a partir Revolução Russa (1917), mesmo que a internacionalização do comunismo seria promovida por Moscou na ocasião da III Internacional Comunista (março de 1919-1943). Naquela conjuntura política, a elite nacional não percebia os comunistas como principais adversários a serem combatidos; afinal, os anarquistas possuíam maior penetração nos meios operários. Mas o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), colocaram o comunismo como a principal força política a ser combatida em meados da década de 1930. Fundada em 1935, a ANL foi uma organização política que possuía o comunista Luís Carlos Prestes como presidente de honra. Nacionalistas favoráveis à reforma agrária, a ANL reunia, além de comunistas, católicos e até mesmo militares. Mesmo posto em ilegalidade pelo governo de Getúlio Vargas, a ALN participou da organização da Revolta Comunista de 1935 – também conhecida pela expressão Intentona Comunista. Foi nessa época também foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), que eram anticomunistas e usavam o lema “Deus, Pátria e Família”.

Um episódio importante para entender a mentalidade anticomunista das Forças Armadas, principalmente no Exército Brasileiro, é a Intentona Comunista (1935). Para Schwarcz e Starling (2012, p.374),

Os levantes de 1935 converteram-se, pelo discurso oficial, na Intentona Comunista – “intentona” significa “intento louco ou insensato” –, e uma carga injuriosa de crimes foi imputada aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam acusados de ter assassinado friamente os próprios companheiros legalistas do 3º Regimento de Infantaria enquanto estes dormiam; o levante em Natal teria sido acompanhado por saques, depredações, invasões e estupros.

Motta (2002) observa que os militares mortos na Intentona Comunista foram lembrados como heróis que enfrentaram a violência e crueldade dos comunistas. Eram, portanto, verdadeiros patriotas e cidadãos dignos de exaltação. Por outro lado, os inimigos carregariam a pecha de traidores da hierarquia militar e da pátria,

uma vez que houve influência estrangeira na Intentona Comunista. Apenas um ano depois do acontecimento, foi organizada a primeira das “romarias cívicas” aos túmulos dos “heróis da pátria”. Em 1940, foi inaugurado um mausoléu com seus restos mortais. Nas décadas seguintes, as comemorações continuaram e foram reforçadas no período da ditadura militar. Para Castro e D’Araujo e Gláucio (2014, p.13),

Ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos de corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente.

Percebe-se a relutância das Forças Armadas em utilizar a nomenclatura ditadura militar. Como contraponto, foi cunhado o termo “revolução” para se referir ao golpe de 1964. Quadrat (2006, p. 128-129) acredita que, ao chegarem ao poder, os militares possuíam ambições que ultrapassavam

[...] ‘apenas’ restabelecer a ordem no país, ainda que no decorrer dos 21 anos de ditadura, segundo alguns militares – inclusive o próprio general Ernesto Geisel –, o governo não tenha conseguido construir algo realmente novo, que é o sentido de uma revolução. Na visão militar, o governo só corrigiu o que estava errado ao afastar a ‘ameaça comunista’ e liquidar a corrupção (o que não ocorreu, conforme comprovam os diversos escândalos financeiros vividos durante a ditadura). Contudo, o termo ‘revolução’ perdurou entre os militares, que até hoje o utilizam, assim como ainda é comum ouvi-lo em conversas sobre 1964.

É importante percebermos que a memória dos militares foi preservada através de duas iniciativas, sendo que uma partiu de historiadores civis. Na década de 1990, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação de Getúlio Vargas (FGV), organizou três volumes que englobam o ciclo das Forças Armadas no poder (*Visões do golpe: a memória militar sobre 1964; Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão e A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*) e que contam com relatos de oficiais que estiveram envolvidos diretamente no golpe de 1964 ou nos governos militares. Em 1997, foi publicada uma extensa entrevista cedida pelo presidente Ernesto Geisel a Maria Celina d’Araujo e Celso Castro. Ainda com relação a depoimentos, a Biblioteca do Exército (BIBLIEX) publicou a coleção de 15 volumes com cerca de

220 entrevistas, incluindo civis, chamada de “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história” dentro do Projeto História Oral do Exército. Mancuso (2011, p.182) afirma que a coleção procura deixar claro certa homogeneidade nas ações dos militares durante o período que também pode ser percebida “[...] na condução das entrevistas, seja pela ausência de discussão de questões polêmicas ou nos vários momentos de interferência nas entrevistas por parte do entrevistador, ditando o tom de suas afirmações”. Na introdução do livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão (1994)*, D’Araújo e Soares e Castro (1994, p.13) afirmam que perceberam nas entrevistas que

[...] muitos militares se ‘queixam’ justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso - a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘donô’ da história.

Mas como foi construída e estabelecida uma memória sobre a ditadura militar contrária aos interesses corporativos das Forças Armadas? Uma contribuição importante foi o projeto *Brasil: nunca mais*, um exemplo da resistência pacífica, democrática e colaborativa que somente foi possível porque os processos no Superior Tribunal Militar (STM) foram disponibilizados para os advogados dos presos políticos, em 1979. Figueiredo (2012) afirma que a lei permitia a retirada dos documentos (relatórios oficiais, depoimentos, por exemplo) pelo prazo de 24 horas, existia a oportunidade de duplicá-los sem deixar vestígios. Numa operação sigilosa que envolveu a ação de advogados e religiosos (d. Paulo Evaristo Arns, reverendo Jaime Wright), foram copiados 707 processos e mais de um milhão de folhas. De acordo com Silva (2011, p.36), o recorte temporal do projeto *Brasil: nunca mais*

[...] não contempla todo o período ‘oficial’ da ditadura militar (1964-1985). Dividem a atuação da Justiça Militar em duas fases distintas: 1ª. De 1964 a 1968, com a decretação do AI-5, fase na qual predominaram os processos abertos contra setores sociais ligados ao governo deposto; 2ª. De 1969 até 1979, período no qual predominavam as denúncias envolvendo organizações clandestinas, e que se encerra com a publicação da Lei de Anistia.

Ao total foram criados dois projetos com objetivos distintos. O projeto A reunia os processos na íntegra (6.891 páginas), codinomes e nomes de 444 agentes da

repressão envolvidos em casos de tortura, incluindo médicos, que posteriormente foi doado a Unicamp. Já o projeto B (que não incluía a citada lista) consistia na versão resumida que foi transformada em livro por Frei Betto e o jornalista Ricardo Kotscho. Publicado em julho de 1985 pela Editora *Vozes*, *Brasil: nunca mais* surpreendeu as Forças Armadas – que não faziam ideia do projeto – causou impacto na mídia e foi sucesso de vendas. Conforme o texto de apresentação do livro *Brasil: nunca mais* (1985, p.26),

Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg. Não o anima qualquer sentido de revanche. [...] O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964.

De acordo com Napolitano (2015, p.24), ocorreu no Brasil um processo político que resultou na minimização da violência cometida pela esquerda armada:

[...] A experiência do terror de Estado, condenada por liberais que dominavam a imprensa, foi fundamental para uma espécie de perdão histórico daqueles que pegaram em armas, tragados pela barbárie da repressão à base de torturas e desaparecimentos. A publicação do livro *Brasil: nunca mais* em 1985 foi um marco central na produção de uma memória do terror de Estado, e na sistematização do sentido histórico contido no embate entre os grupos de oposição ilegais ou clandestinos e as forças de segurança.

Ao enfatizar a violência perpetuada pelo Estado brasileiro na ditadura militar, o livro *Brasil: nunca mais* entrou em rota de colisão com as Forças Armadas. Poucos meses após o seu lançamento, o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou que a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) elaborasse uma versão que refletisse a perspectiva das Forças Armadas. O resultado foi uma obra de mais de mil páginas chamada de *Projeto Orvil* (“livro”, ao contrário) que, mesmo pronto em 1987, teve a publicação vetada pelo presidente da República José Sarney, em 1988, sob a justificativa que o conteúdo causaria problemas políticos. Mesmo assim, cópias do livro circularam até ser finalmente publicado em 2012 com o título de *Orvil – Tentativas de tomar o poder*. Para Figueiredo (2009, p.85-86),

[...] o livro exporia a tese de que a Igreja e os movimentos de direitos humanos, infiltrados pelo comunismo, protegiam criminosos e assassinos. Narraria também, com indisfarçável orgulho, como ‘subversivos’

encontraram a morte pelas mãos da repressão. E registraria, com amargura, quais inimigos continuavam vivendo “livremente” naquele final de 1987 – nesse caso, incluía-se d. Paulo, com quatro menções [...]. Ao todo, o *Orvil* citava 1.700 ‘subversivos’ e dava a todos o mesmo tratamento: inimigos no passado, inimigos também no presente.

Apesar do não lançamento⁸ do Projeto Orvil, as Forças Armadas não silenciaram perante as graves acusações de violação dos direitos humanos relatadas no *Projeto Brasil: nunca mais*. O livro *Brasil: sempre* (1986), do hoje coronel reformado Marco Pollo Giordani, visava desqualificar tais acusações e apontava inúmeros atos de violência cometidos pela esquerda armada. Para Corrêa e Oliveira (2008, p.123), a “[...] preocupação foi criticar a atuação do comunismo internacional e a vinculação deste com a esquerda brasileira, ao invés de pontuar características do regime que contrariassem as afirmações do PBNM [Projeto Brasil: Nunca Mais]”. Dentre os membros das Forças Armadas que escreveram livros sobre a ditadura militar, podemos citar o coronel Agnaldo Del Nero Augusto (*A grande mentira e Médici: a verdadeira história*), além de ser creditado como um dos organizadores de *Orvil — Tentativas de tomada do poder* (2012), e o coronel Carlos Alberto Brilhante, comandante do DOI/CODI/II Exército entre setembro de 1970 a março de 1974 e autor de *Rompendo o silêncio* (1987) e *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (2007). Um trecho da dedicatória deste último é revelador das intenções do autor:

Faço-o, especialmente aos meus comandados no DOI/CODI/II Exército, abnegados que atenderam ao chamado da Pátria e arriscaram a vida com coragem, lutando com honra e dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranqüilidade do Brasil. Minha admiração a vocês que enfrentaram, em luta armada e traiçoeira, irmãos brasileiros fanatizados (USTRA, 2007, p.15).

Dividido em pequenos capítulos (entre eles, “Carlos Marighella, o ideólogo do terror” e “Lamarca rouba as armas que a Nação lhe confiou”), o livro apresenta uma perspectiva do período ditatorial que enaltece as Forças Armadas e expõe de forma enfática as ações violentas cometidas pelos guerrilheiros. Chama atenção que a expressão “Batismo de sangue” é utilizada como título do capítulo que narra a

⁸ Outra obra sob a perspectiva das Forças Armadas que não foi publicada mesmo depois de pronta foi o *Livro branco* ou *Livro da verdade*. Escrito por Alfredo Buzaid, ministro da Justiça do governo Médici, a referida obra foi uma tentativa de desqualificar as denúncias de tortura no exterior. Sob tal ponto de vista, a intenção foi “[...] imputar ao ‘Movimento Comunista Internacional’ a origem da oficialmente alegada ‘campanha difamatória contra o Brasil’ (MACHADO, p.144).

primeira ação que Ustra participou, a tentativa fracassada de prisão do guerrilheiro Yoshitame Fujimore. Diferentemente de Frei Betto, a expressão foi esvaziada de qualquer conotação religiosa. Ao descrever o envolvimento dos dominicanos com a guerrilha, é suprimida a informação que os Freis Ivo e Fernando foram severamente torturados por agentes da repressão. É perceptível o caráter memorialístico que referência à época de escrita do livro:

Não imaginava que seria um, dentre muitos, a combater o terror que ameaçava a Nação e o Estado. Não esperava que um dia eu seria injuriado e caluniado por ter cumprido o meu dever, lutando em uma guerra perigosa e suja, contra inimigos desconhecidos, militarmente treinados no exterior e dispostos a tudo, para implantar no Brasil uma ditadura de inspiração marxista-leninista (USTRA, 2007, p.169).

Percebe-se aqui a construção de uma memória heroica das Forças Armadas repleta de coragem, bravura e, acima de tudo, patriotismo. Os militares teriam arriscaram suas vidas para resguardar a Nação e o Estado dos perigos oriundos da influência da doutrina marxista. Os verdadeiros inimigos não são estrangeiros, mas brasileiros que traíram sua pátria e foram treinados militarmente no exterior para derrubar a sociedade capitalista, cristã e burguesa. Numa entrevista ao jornal *Zero Hora*, o coronel Ustra (2014) foi ainda mais longe ao exaltar a suposta eficiência dos órgãos de segurança no âmbito da América Latina com número menor de mortes:

O Brasil estabeleceu um modelo de combate ao terrorismo. Quantos mortos nós tivemos? Não chegou a 500 mortos de ambos os lados - 119 do nosso e quase 400 deles. [...] Você acha que o terrorista brasileiro é menos capaz, menos corajoso, menos doutrinado ideologicamente, menos valente do que o argentino ou uruguaio? Não! São todos iguais. Como que na Argentina, para combater o terrorismo, foram 30 mil mortes? No Uruguai, pequenininho, foram 5 mil mortes; Peru, 30 mil; Chile, quase 30 mil. Colômbia, que quis manter a democracia, está até hoje lá, território dividido, mais de 45 mil mortos. Se fôssemos combater igual aos outros, era 150 mil no mínimo. Pense bem. Foi menos de 500 porque nós, militares das Forças Armadas, combatemos de uma maneira diferente, de maneira profissional.

Portanto, o coronel Ustra defendia uma perspectiva do período ditatorial na qual os guerrilheiros perderam a guerra revolucionária em vista de uma suposta eficácia dos métodos utilizados pela repressão. Consequentemente, foi por causa do profissionalismo dos militares que o número de mortes de ambos os lados não foi maior. Desta forma, ocorre a inversão de papéis na luta pela memória da ditadura militar: o coronel Ustra desloca a posição dos militares de opressores para a de oprimidos pela História. Em outras palavras, os brasileiros deveriam se orgulhar dos

militares e não os acusar de assassinatos e torturas contra indivíduos considerados “inimigos da nação”. Como veremos no próximo capítulo, Frei Betto e Helvécio Ratton estiveram entre inúmeros jovens que não compactuavam com as justificativas das Forças Armadas para a violência e participaram ativamente da oposição à ditadura militar.

3 VIDAS ENTRELAÇADAS PELA DITADURA MILITAR: FREI BETTO E HELVÉCIO RATTON

O livro *O desafio biográfico: escrever uma vida* (2009), do historiador francês François Dosse, traz pertinentes reflexões sobre a escrita biográfica nas ciências humanas. No âmbito da historiografia mundial, as biografias deixaram na década 1980 o ostracismo na qual se encontravam por várias décadas do século XX. De acordo com o autor citado (2009, p.406),

A humanização das ciências do homem, a era da testemunha, a busca de uma unidade entre o pensar e o existir, o requestionamento dos esquemas holistas, assim como a perda da capacidade estruturante dos grandes paradigmas, todos esses elementos contribuem para o entusiasmo atual pelo biográfico.

Por outro lado, é possível indagar os motivos de o gênero biográfico ter sido desprezado por grande parte dos historiadores? De acordo com Schmidt (2000, p.49), a biografia fazia parte do “[...] modelo de história tradicional, mais propenso à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais”. Além disso, também existia “[...] o risco de o historiador se deixar envolver pelos ‘sentimentos’ de seu biografado, o que lhe retiraria a capacidade crítica e o distanciamento indispensáveis ao ofício de pesquisador” (MOTTA, 2000, p. 102). Ao suplantando a liderança intelectual do historicismo clássico alemão, a Escola dos *Annales* foi o modelo historiográfico responsável por uma grande revisão epistemológica na historiografia, mas reservou pouca atenção às biografias. Contudo, destaca-se na primeira geração dos *Annales* a contribuição do historiador Lucien Febvre como o

[...] pioneiro em colocar as bases de uma biografia histórica renovada: ‘Os homens, únicos objetos da história [...] sempre capturados no quadro das sociedades a que pertencem.’ Instaurava-se uma ‘biografia modal’ que, debruçada sobre o indivíduo, informava sobre a coletividade. Ao fazer as biografias de Lutero e Rabelais, Lucien Febvre deu vida a personagens tributários de uma utensilagem mental que os ultrapassava e os permitia se situar numa dada época e sociedade. Estavam lançadas as pistas que levariam do indivíduo ao ator ou atores da história. (PRIORE, 2009, p.9)

Nas décadas seguintes, as biografias passaram por um processo de revalorização nos círculos acadêmicos e foram publicados livros que se tornaram referências na área, como *O queijo e os vermes* (1976), de Carlo Ginzburg, e *O*

retorno de Martin Guerre (1983), de Natalie Davis. Percebe-se que as obras citadas não enfocavam homens públicos. No prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes*, Ginzburg (2005, p. 15) reafirma o interesse da historiografia pelas pessoas anônimas:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as 'gestas dos reis'. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. 'Quem construiu Tebas das sete portas?' – perguntava o 'leitor operário' de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso.

Ao comparar as biografias atuais com aquelas produzidas pelos membros da Escola Metódica no século XIX, Silva (2007, p. 14) percebe que

[...] o uso da biografia como fonte histórica não significa o retorno da história dos grandes homens em detrimento dos excluídos da história. Apesar da preferência da historiografia positivista por temáticas relacionadas a grandes personagens da história, a historiografia contemporânea distancia-se desta ao considerar a análise do contexto social do biografado. Dessa forma, ela se desprende do ultrapassado estudo das ações individuais e abrindo espaço para a investigação das ações coletivas. Ao isolar as ações do biografado de seu contexto social, o historiador incorre na desmedida valorização da ação individual, atribuindo-lhe o papel de agente da história, colocando em segundo plano as influências das ações coletivas.

Se a biografia sofreu um processo de reavaliação dentro da historiografia, a popularidade de público se manteve estável no mesmo período, ou seja, não se trará de um mero modismo. Mas porque o grande interesse em biografias pelo público não especializado em História? Conforme Dosse (2009, p.13), "Sem dúvida, a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada". De forma geral, existe uma grande curiosidade do público para saber mais sobre a vida privada de pessoas famosas, sejam elas atrizes ou mesmo políticos. Para Malcolm (1995, p.17), a biografia possui uma "natureza transgressiva":

A incrível tolerância do leitor (que ele não estenderia a um romance mal escrito como a maior parte das biografias) só faz sentido se for entendida como uma espécie de cumplicidade entre ele e o biógrafo numa atividade excitante e proibida: atravessar o corredor na ponta dos pés, parar diante da porta do quarto e espirar pelo buraco da fechadura.

Nem todas as biografias possuem um único objetivo: revelar a privacidade alheia. No livro *Frei Betto: biografia* (2016), escrito pelo historiador Américo Freire e

a jornalista Evanize Sydow, a intenção não era revelar informações escandalosas e polêmicas sobre Frei Betto. Na sessão intitulada “Agradecimentos”, os autores salientam o compromisso ético na produção acadêmica e biográfica sobre as esquerdas cristãs e os movimentos sociais:

[...] nosso principal objetivo tem sido apresentar dados e de produzir análises e interpretações que levem o leitor a melhor compreender o significado histórico desses protagonistas e desses agentes coletivos em meio às transformações que têm marcado a vida brasileira e latino-americana nas últimas décadas (FREIRE E SYDOW, 2016, p.403).

A pesquisa dos autores contou com a colaboração de ex-colegas, familiares, amigos (o prefácio foi escrito por Fidel Castro). Na produção de biografias, uma indagação que pode ser feita é se houve interferência do biografado na versão final do livro. Afinal, uma biografia é um relato que engloba as conquistas e também insucessos de uma vida. É, portanto, um relato que afeta diretamente a percepção que o público em geral terá do biografado. No caso estudado, Evanize Sydow afirmou numa entrevista que o dominicano não interferiu “[...] para que o livro tendesse mais para um lado ou outro. Esse temor de que ele pudesse vetar alguma coisa não foi questão durante o processo de produção da obra. Estava subtendido que tínhamos liberdade para trabalhar (SYDOW, 2016)”. Na entrevista concedida via e-mail, Frei Betto afirmou que os autores permitiram que ele lesse os manuscritos de forma a “[...] evitar algum equívoco, sobretudo vindo de informações das centenas de pessoas entrevistadas. De fato, encontrei alguns erros”. Apesar disso, a pesquisa foi considerada “Primorosa, muito bem escrita e documentada”. Independentemente das circunstâncias de sua produção, *Frei Betto: biografia* traça um perfil positivo de Frei Betto, tanto na esfera pública quanto na privada.

Além do livro de Freire e Sydow, é possível encontrar nas prateleiras das principais livrarias do Brasil inúmeras biografias, sendo que muitas foram escritas por jornalistas. Um dos mais profícuos biógrafos brasileiros é o jornalista cearense Lira Neto, que escreveu *O poder e a peste: A vida de Rodolfo Teófilo* (1999), *Castello: A marcha para a ditadura* (2004), *O Inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar* (2006), *Maysa: Só numa multidão de amorés* (2007), *Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão* (2009) e uma trilogia sobre o presidente da República. Já outro jornalista, Mário Magalhães, realizou uma extensa pesquisa sobre o líder da ALN intitulada *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012), que venceu

o Prêmio Jabuti em 2013 na categoria Biografia. Mas não são apenas jornalistas que se dedicam à escrita biográfica, sendo que é possível citar o doutor em ciência política e mestre em sociologia Jorge Caldeira que escreveu *Mauá: empresário do Império* (1995) e o historiador André Diniz, autor de *Joaquim Callado, o pai do choro* (2008).

Nota-se que existem biografias que são autorizadas pelos biografados aquelas não autorizadas. No Brasil, a publicação de biografias é polêmica porque envolve o direito à privacidade do biografado e, em caso de falecimento, os interesses dos herdeiros. No primeiro caso, a biografia *Roberto Carlos em detalhes* (2006), do historiador Paulo César de Araújo, foi retirada de circulação após uma ação judicial na qual o cantor Roberto Carlos alegou que a obra invadia sua privacidade. Em 2014, Araújo lançou *O réu e o rei: minha história com Roberto Carlos, em detalhes* (2014), que relatava os bastidores da disputa jurídica. No segundo caso, a biografia *Estrela Solitária – Um Brasileiro chamado Garrincha* (1995), do jornalista Ruy Castro, foi objeto de disputa judicial porque as filhas do jogador alegaram que não foram ouvidas e nem autorizaram a publicação. A questão foi resolvida através de um acordo entre os herdeiros de Garrincha e a editora *Companhia das Letras*. A disputa jurídica sobre os limites da liberdade de expressão dos biógrafos ganhou um novo capítulo em 2015: o Supremo Tribunal Federal decidiu autorizar a publicação de biografias sem a autorização dos biografados ou de seus herdeiros.

Ao refletir sobre a prática biográfica, Schmidt (2014) afirma que os jornalistas tem uma atenção especial no que tange à revelação de segredos, o que costuma ser utilizada para atrair a atenção dos meios de comunicação e de possíveis leitores. Já numa pesquisa acadêmica, isto perde a razão de ser: o objetivo não é vender livros e sim produzir conhecimento histórico de acordo com as regras da disciplina da História. Afinal, os historiadores desejam explicar à luz da história a trajetória dos biografados. Além disso, existe a “[...] consciência de que as explicações históricas, embora assentadas na rigorosa pesquisa das evidências do passado, são provisórias e contextuais, e que, portanto, não se pode falar em biografias ‘verdadeiras’ ou ‘definitivas’ (SCHMIDT, 2014, p.139). Com relação a este tópico, Levi (2014) afirma que os historiadores estão num processo contínuo de reescrita quando se propõem a escrever biografias sobre personagens famosos, mas esta ação está alicerçada no princípio de que se trabalha “[...] sobre verdades parciais. O

fato de que, a cada ano, possam aparecer 50 livros sobre Carlos V não significa que 49 são estúpidos e 1 é inteligente. Significa que cada um procura uma nova perspectiva sobre ele” (LEVI, 2014, p.4). As possibilidades do gênero biográfico são inúmeras porque não existe biografia que possa ser classificada como definitiva. Tampouco a existência de inúmeras biografias impossibilita o surgimento de outras que adotem enfoques diferenciados ou mesmo utilizem fontes até então não exploradas.

Após refletirmos sobre o gênero biográfico, assinalamos que a pesquisa não tem a intenção de realizar uma biografia completa de Frei Betto. Abordaremos alguns aspectos de sua trajetória de vida no intuito de melhor entender o livro *Batismo de sangue*. Desta forma, cabe aqui questionar: como descrever o sujeito histórico Frei Betto? Homem branco de origem pequeno burguesa, jornalista, escritor, dominicano. Mas o que é mais relevante é o que ele vivenciou como membro da Igreja Católica e militante de esquerda no período ditatorial. O dominicano não passou despercebido pela ditadura militar (ele foi um dos homens mais procurados no Brasil no final de 1969) ou do presente (no qual escreve livros e participa do debate público sobre a política nacional). Portanto, as consequências de suas ações e opções políticas o transformaram numa figura emblemática dentro e fora da Igreja Católica, nos movimentos sociais e na história política do Brasil.

3.1 Frei Betto

Escrevo para ser feliz. Bartheanamente, para ter prazer. Sabor do saber. Tecer textos. Tanto que, uma vez publicado, o texto já não me pertence. É como um filho que atingiu a maturidade e saiu de casa. Já não tenho domínio sobre ele. Ao contrário, são os leitores que passam a ter domínio sobre o autor e sua obra. Nesse sentido, toda escritura é uma oblação, algo que se oferta aos outros. Oferenda narcísica de quem busca superar a devastação da morte. O texto eterniza o autor” (BETTO, 2017, p.13).

Começaremos a escrita biográfica sobre Frei Betto de forma cronológica. Nascido em Minas Gerais em 25 de agosto de 1944, Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido no Brasil e no exterior como Frei Betto, é filho do jornalista Antonio Carlos Vieira e de Maria Stella Libânio Christo, cristã progressista e escritora de livros de culinária, sendo *Fogão de lenha* considerado referência na área. Conforme Freire e Sydow (2017, p.35), na infância ele já era conhecido como Betto, mas a existência de outro menino de seu bairro com o mesmo nome o fez acrescentar um

‘t’ por um simples motivo: para diferenciar a grafia no momento que a turma escrevesse seus nomes no cimento fresco das calçadas. Como afirma Frei Betto em entrevista à revista *Cult*, foi também nessa época que o talento para a literatura foi percebido pelos professores:

Comecei a escrever muito cedo. Sempre conto que, aos oito anos, quando estava no grupo escolar, minha professora, Dercy Passos, entrou na sala com um maço de composições (bela nome que se usava então para as redações) e, ao fazer a correção, deixou a minha por último. No fim, disse à classe: ‘Vocês deveriam fazer como Carlos Alberto; ele escreve as próprias composições, não pede para os pais fazerem por ele’. Aí meu ego bateu lá em cima... E mais tarde, no primeiro ano de ginásio, no Colégio Marista, meu professor de português me chamou e disse: ‘Você só não será escritor se não quiser’. Só que, para mim, ser escritor era coisa de outro mundo, para gente muito erudita. Foi daí que me meti no jornalismo. Comecei, em 1966, por onde muitos almejavam concluir carreira: a revista *Realidade*. Mas só me tornei autor graças aos generais brasileiros, ao escrever *Cartas da prisão*”

No artigo “A ilusão biográfica”, Bourdieu tece alguns comentários pertinentes sobre a questão biográfica. Para o autor citado ([s.d] p. 184)

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Ao analisarmos as palavras de Frei Betto, percebemos que existe uma linearidade que liga a trajetória do jovem iniciante nas letras Carlos Alberto com a do hoje experiente escritor Frei Betto. O talento com a redação não surgiu na vida adulta, mas já era uma virtude que era percebida e exaltada pelos seus professores nos anos iniciais da escola. Invocações à infância e à adolescência parecem apontar na trajetória de vida uma coerência e linearidade que revelam que haveria uma espécie de predestinação para com suas atividades no futuro. No livro *Sobre História*, Hobsbawn (1998, p.250) alerta aos historiadores que os eventos do passado podem ser interpretados de outra forma em vista de ações que ocorreram tempos depois, ou seja, “[...] até o passado registrado muda à luz da história subsequente”. O desafio teórico-metodológico é tentar perceber se a coerência e linearidade não foram construídas *a posteriori*. Por outro lado, o fato do biografado demonstrar desde pequeno certas habilidades – como a escrita no caso de Frei

Betto – que serão relevantes no seu futuro não pode ser desconsiderado na construção da narrativa biográfica.

O primeiro contato de Frei Betto com os dominicanos ocorreu aos 13 anos de idade. Ao ingressar na JEC (Juventude Estudantil Católica), ele conheceu os dominicanos que assessoravam a entidade e que despertariam a ideia de seguir a vocação religiosa. Para entender a aproximação da Igreja Católica do Brasil e a juventude, é necessário citar é a Ação Católica Brasileira (ACB), fundada oficialmente em 1935 com o objetivo de reintroduzir os valores cristãos. Souza (2006, p.48-49) afirma que a ACB foi um movimento controlado pela hierarquia da Igreja que “[...] teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã”. Percebe-se a ênfase da Igreja Católica no trabalho direcionado aos jovens: JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica), JIC (Juventude Independente Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), sendo que esta última se destacava por sua organização e abrangência nacional.

Ao interromper os estudos na faculdade de Jornalismo, aos 20 anos, Frei Betto optou por seguir a vida religiosa na OP (Ordem dos Pregadores). Em 10 de fevereiro de 1965, ele tomou o hábito como frade dominicano. O pai era um anticlerical militante e cortou relações ao ser informado da decisão. Contudo, ao conhecer melhor a atuação dos dominicanos no Brasil, retomou contato com o filho. Ao se referir ao pai no livro *A mosca azul*, Frei Betto (2006, p.26) acredita que a mudança de opinião do pai foi incomum:

Predomina no consenso popular o axioma de que o jovem incendiário de hoje será o bombeiro de amanhã. No caso do meu pai, a sentença se inverteu. Tornava-se tanto mais jovem quanto mais envelhecia. Da aversão a padres evoluiu à profunda admiração pela Teoria da Libertação e, em especial, por dom Evaristo Arns, o cardeal que desafiou a ditadura [...]

Ainda no período anterior ao envolvimento com a luta armada, Frei Betto relata que foi preso com outros jovens da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) por agentes do CENIMAR, em 6 de junho de 1964: “No mínimo, toda aquela literatura religiosa era o álibi que usávamos para encobrir nossa infiltração comunista” (FREI BETTO, 2006, p.142). Os agentes

estavam atrás de membros da Ação Popular (AP). Frei Betto foi agredido ao ser confundido com Betinho, um dos fundadores da AP. Graças a interferência de superiores eclesiásticos, eles foram soltos 15 dias depois.

Figura 2 - Foto de Frei Betto na década de 1960



Fonte: Frei Betto (2015).

Em algumas passagens do livro *Batismo de sangue* (que abordaremos com maiores detalhes no próximo capítulo), Frei Betto aborda questões de cunho pessoal relacionadas à escolha pela vida religiosa. Isto ocorre, por exemplo, quando rememora o fato de ter, momentaneamente, perdido a fé após a tomada do hábito como frade dominicano. Ao conversar com Frei Martinho Penido Burnier, recebeu uma lista de livros no qual encontrou em contato com obras da santa Teresa de Ávila, fato que mudou sua vida: “Minha fé havia mudado de qualidade: já não tinha que fazer nenhum esforço para amar a Deus. Agora, o Amor derramava-se abundantemente, gratuito, fundo e forte em meu ser que o acolhia” (FREI BETTO, 2006, p.138). Quando recebeu a visita do cardeal Scherer, no DOPS de São Paulo, pediu a ele uma Bíblia e obras de santa Teresa de Ávila (FREI BETTO, 2006).

Preso no Rio Grande do Sul em novembro de 1969, Frei Betto foi levado para São Paulo e lá se juntou aos outros dominicanos detidos. Nos anos seguintes, os dominicanos estiveram presos nos seguintes cárceres no Estado de São Paulo:

Presídio Tiradentes, Operação Bandeirante (OBAN, futuro DOI-CODI), quartéis da Polícia Militar, Penitenciária do Estado, Carandiru (Casa de Detenção) e Penitenciária Regional de Presidente Venceslau (SP). Além disso, os Freis Ivo Lesbaupin, Fernando de Brito e Betto foram condenados a quatro anos de prisão, sendo que “[...] nos últimos 16 meses de encarceramento perdemos o direito ao regime especial de presos políticos e fomos misturados aos presos comuns” (FREI BETTO, 2009, p.11). No livro *Batismo de Sangue* (2006), podemos encontrar um exemplo dos laços de união entre os dominicanos e os presos comuns no Presídio de Tiradentes: em outubro de 1970, eles foram enviados para solitárias sob a justificativa de terem protestado contra a retirada de presidiários pelos temidos esquadrões da morte que agiam impunemente na época. Através do contato com a realidade dos presídios brasileiros, Frei Betto e seus colegas dominicanos agiram de forma a defender os direitos humanos dos presos. Como veremos a seguir, a trajetória de Frei Betto está ligada aos problemas sociais e a defesa dos direitos humanos em nosso país.

As experiências na prisão resultaram na publicação de três livros na década de 1970. *Cartas da prisão* (1977) é uma compilação de cartas escritas por Frei Betto entre os anos de 1972 e 1973 e que foram endereçadas a amigos e familiares. As cartas escritas antes foram publicadas no ano seguinte sob o título de *Das catacumbas: cartas da prisão 1969-1971* (1978). Por último, *O canto na fogueira: cartas de três dominicanos quando em cárcere político* (1978), que reúne cartas de Frei Betto, Ivo e Fernando escritas na clausura. No livro *Das catacumbas: cartas da prisão 1969-1971* D. Paulo Evaristo Arns escreveu no prefácio que “Está na hora de levar aos brasileiros o testemunho de homens que responderam ao ódio com amor. A difamação, com propostas de autenticidade, fraternidade, paz (1985, p.10)”. No citado livro, os leitores encontram informações sobre a rotina na enclausura e o relacionamento com os outros presos políticos, como é o exemplo os trechos de uma carta enviada os pais e irmãos do dominicano e datada de 7 de março de 1970:

Vivo uma experiência muito rica ao lado destes cinquenta irmãos. A cada dia aprendo a pertencer menos a mim mesmo e mais aos outros. Aqui ninguém tem direito sobre a maioria. O que é de um é de todos. Temos o dia todo para ouvir rádio, ler, estudar, jogar buraco ou bridge, conversar, mas devemos dormir antes de 1h. Prefiro dormir às 23 horas e levantar entre 6:30 e 7, pois assim aproveito melhor o dia. Com o passar do tempo, é como se tivéssemos escolhido viver desta maneira. [...] Nossas necessidades ficam reduzidas e a resistência física aumenta. Hoje me

bastariam duas calças e duas camisas. Neste sentido, a prisão é muito educativa. Ensina a viver em comunidade, a saber, estudar com barulho, a dormir com luz acesa... (FREI BETTO, 1985, p.37-38)

Já no século XXI, foi publicado *Cartas de esperança em tempos de ditadura: Frei Betto e Leonardo Boff escrevem a Alceu Amoroso Lima (2015)*, no qual Leandro Garcia Rodrigues reproduziu e escreveu notas explicativas sobre 22 cartas da correspondência entre Frei Betto e Amoroso Lima¹ datadas entre 1967 e 1981. Lima mantinha relações com Frei Betto e publicava crônicas jornalísticas para o *Jornal do Brasil* que criticavam o governo e apoiava os dominicanos presos. Datada de 22 de fevereiro de 1970, Frei Betto escreveu o seguinte trecho para Amoroso Lima:

Embora processados por atividades, sofremos punição religiosa. Fomos proibidos de celebrar missa, e três estudantes dominicanos foram impedidos pela Auditoria de renovarem seus votos religiosos, conforme a Igreja exige. Resta-nos saber quem tem o direito de nos suspender de ordens: A autoridade militar ou a autoridade eclesiástica? O juiz alegou que a profissão religiosa seria uma 'promoção aos dominicanos'. Desde quando renovar a opção pela vida religiosa é uma 'promoção' ofensiva ao Estado brasileiro? Estamos sendo religiosamente punidos por quê? Nada está provado contra nós, nem mesmo temos culpa formada. Tais medidas só se justificam num regime que persegue a Igreja.

Em *Batismo de Sangue (2006)*, Frei Betto relata que Frei Tito era um dos religiosos que precisavam ter os votos renovados. Entretanto, a ditadura criou obstáculos: “O provincial solicitou à auditoria militar licença para celebrar missa no presídio. O Juiz chamou-o para uma conversa e explicou que não daria autorização porque a missa poderia ser entendida como afronta ao governo” (2006, p. 387). Apesar da proibição, Frei Domingos renovou, em março de 1970, os votos de Tito – que foi carregado para o pátio por seus companheiros porque ainda estava se recuperando das sessões de tortura.

Na mesma época na qual os dominicanos estavam presos, o Estado autoritário colocou em prática uma tática de combater a luta armada através de um artifício que causou impacto social: a retratação pública de guerrilheiros através dos

¹ Considerado um dos maiores intelectuais brasileiros ligados à Igreja Católica, Alceu Amoroso Lima (1893-1983) foi advogado, crítico literário, professor universitário (deu aulas para Frei Betto quando este cursava Jornalismo, nos anos 1960), era membro da Academia Brasileira de Letras desde 1935. Além disso, também integrou o Centro dom Vital, da direita católica, que esteve vinculado ao IPES e, conseqüentemente, ao golpe de 1964. Assim como outros intelectuais de direita, Alceu se distanciou da ditadura militar. As cartas que Lima Filho enviou para a filha Lia, que vivia enclausurada no Mosteiro da Paz em São Paulo, foram escritas quase que diariamente até 14 meses depois do AI-5, foram organizadas por Frei Betto e Alceu Amoroso Lima Filho e publicadas pelo Instituto Moreira Salles sob o título de *Diário de um Ano de Trevas*.

meios de comunicação. Conforme Gasparotto (2012), o primeiro episódio ocorreu em maio de 1970: membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram apresentados a jornalistas brasileiros e também estrangeiros e divulgaram dois manifestos – sendo que um estava endereçado para a opinião pública internacional. O conteúdo incluía a negação da “[...] existência de tortura sistemática nos porões da ditadura, elogiariam as obras do governo ditatorial e as Forças Armadas, criticavam de forma intensa as organizações de esquerda e fizeram um apelo aos jovens, para que não ingressem na luta armada” (2012, p.15-16). Percebe-se, portanto, a preocupação do governo com a imagem do Brasil principalmente no exterior, sendo que nos anos seguintes as denúncias aumentariam, inclusive os relatos de Frei Tito no exterior. Segundo Freire e Sydow (2012, p.120), os Freis Betto, Fernando e Ivo chegaram a ser isolados do convívio com outros presos. “Tratava-se de uma forma de puni-los. O período em que ficaram em celas solitárias também fazia parte do processo de repressão, pela repercussão que obtinham fora do país especialmente pelas mídias da Igreja”.

Nas décadas de 1960 e 1970, o advogado Mário Simas defendeu inúmeros acusados de crimes políticos, inclusive os dominicanos envolvidos com a luta armada. No livro *Gritos de justiça* (1986), ele relata que, como estavam incomunicáveis após a prisão, a sua contratação ocorreu via procuração outorgada pela Ordem dos Pregadores. Além disso, o processo dos dominicanos foi um caso notório de desrespeito às leis da época:

A prisão preventiva, decretada com fundamento em claudicante representação da autoridade policial, perdurou até o julgamento do processo em primeira instância (14/14 de setembro de 1971) alicerçada em inaceitável jurisprudência do Superior Tribunal Militar e do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que era razoável alguém ficar preventivamente preso por período igual ao mínimo da pena fixada ao crime que lhe era imputado. [...] Os religiosos foram presos na 1ª quinzena de novembro de 1969, sem que houvesse ordem escrita de qualquer autoridade e sem que lhes fosse atribuído o estado de flagrância. Tiveram a prisão preventiva decretada em 11 de dezembro do mesmo ano. O processo criminal teve início em junho de 1970, praticamente 8 meses após a prisão, e somente foram interrogados em outubro daquele ano. Encontravam-se, portanto, encarcerados há praticamente 1 ano, quando foram ouvidos pela Justiça. Todos os prazos para a prática dos atos processuais estabelecidos pela Lei de Segurança e pelo Código de Processo Penal Militar, haviam sido desobedecidos; até a legislação criada pelos detentores do poder era desrespeitada. (SIMAS, 1986, p. 85-86).

Os dominicanos foram denunciados na forma de co-autores pelos crimes contidos nos seguintes artigos do Decreto-Lei nº 898 (Lei de Segurança Nacional):

Art. 14 – Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional. Pena: reclusão, de dois a cinco anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de seis meses a dois anos, para os demais.

Art. 23 – Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de Partido Político, de grupo ou indivíduos. Pena: reclusão de oito a vinte anos.

Art. 25 – Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena: reclusão, de cinco a quinze anos.

Parágrafo único: Se, em virtude deles, a guerra sobrevém. Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo. (BRASIL apud SIMAS 1986, p. 92-93).

Nesta época, Frei Tito já havia sido banido. Conforme Rollemberg (1999, p.76), o termo banidos era utilizado amplamente pelos meios de comunicação e pela ditadura militar, sendo que a esquerda utilizava a expressão “trocados”. Mais tarde, o termo banido foi incorporado no vocabulário das forças de oposição. Já os dominicanos presos que foram defendidos por Mário Simas foram os Freis Betto, Fernando de Brito e Ivo, sendo que os leigos processados como co-autores foram representados por outro advogado. A denúncia foi apresentada em 1 de junho de 1970, processo nº 207/69, que correu pela 2ª Auditoria do Exército, da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. No libelo do Ministério Público Militar, percebe-se que a suposta traição à Ordem dos Dominicanos e, conseqüentemente, à Igreja Católica, foi um dos argumentos usados pela acusação (apud SIMAS, 1986, p. 87):

Fundada no século XIII por São Domingos de Gusmão, para lutar contra a heresia albigense [...] a Ordem dos Dominicanos vêm através dos séculos se fazendo notar por seus pregadores, dela havendo feito parte vultos notáveis, como o santo Tomás de Aquino. Contrariando, assim, os princípios imanentes à própria ordem religiosa, os clérigos denunciados abraçaram a filosofia de uma organização, que prega o anti-Cristo, nega as verdades sublimes do Evangelho, e desfralda a bandeira do terror e do sangue, passando assim a serem verdadeiros apóstatas.

Por que o comunismo é visto como um inimigo pela Igreja Católica? Motta (2002) afirma que o comunismo é um sistema de crenças que fornece uma tentativa de explicação para o mundo, assim como uma escala de valores (moralidade) que entra em atrito com os valores religiosos seculares. Além de negar a existência de

Deus e contrapor o amor e perdão cristão com a violência da luta de classes que levaria a uma revolução que abalaria as noções de hierarquia da instituição, o objetivo final da propagação do comunismo era acabar com a Igreja Católica. Desta forma, percebemos que o discurso anti-comunista da Igreja Católica também serviu como forma de recriminar a ação dos acusados:

Ao abraçarem a organização Carlos Marighella, cujo conteúdo é comunista, rebelaram-se os denunciados dominicanos contra as lições do Santo Padre, que proclamou: 'Rejeitamos o comunismo como sistema social, em virtude da doutrina cristã' (Pio XII, Quadregésimo Anno). E, quanto à problemática social, a Igreja, que realmente não pode ficar de braços cruzados, ante as angústias do mundo atual, devendo certamente baixar os seus olhos piedosos para a as misérias da comunidade, já proclamou que: 'Não é na Revolução, mas na evolução harmoniosa que está a salvação e a Justiça'. (Pio XII, 13/6/1943), condenando assim a violência e o terror. (SIMAS apud Lei, 1986, p.88)

Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), Yves do Amaral Lebauspín (Frei Ivo) e Frei Fernando de Brito foram considerados culpados segundo o artigo 14 do Decreto-lei 898/69 e ganharam a sentença de quatro anos de reclusão. Já os Freis Roberto Romano, Giorgio Calligari foram absolvidos das acusações em vista da falta de provas e Frei Tito foi considerado pelo Conselho como sobrestado. A lista de presos políticos que foram trocados pelo embaixador da Suíça Giovanni Bücher, que havia sido capturado pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), incluía o nome de Frei Tito. Em 11 de janeiro de 1971, ele partiu para o exílio no Chile. Rollemberg (1999) acredita que não é possível afirmar com exatidão o número de brasileiros que viveram no exílio por causa da ditadura militar. Parte dessa dificuldade deriva da multiplicidade do tipo de exilados: se muitos eram procurados pela repressão (Hélcio Ratton) ou mesmo foram banidos pelo governo (Frei Tito), também havia casos de cônjuges e filhos que acompanhavam os exilados e pessoas que procuraram o exílio porque não concordavam com a ditadura militar (com documentos legais).

Após deixar a prisão, Frei Ivo formou-se no curso de Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia (1978) e obteve os títulos de Mestrado e Doutorado em Sociologia. Nos anos 1970, ele deixou a Ordem Dominicana e constituiu família. Em entrevista o autor, Hélcio Ratton relatou que Lebauspín não havia contato ao filho os detalhes do seu envolvimento com a morte de Marighella até ambos terem assistido ao filme. Assim como Frei Betto, ele também se tornou escritor. Entre suas

obras estão *Igreja, movimentos populares, política no Brasil* (1983) e *Igreja: Comunidade e Massa* (1996). Já Frei Fernando de Brito permaneceu na vida religiosa e desenvolveu trabalhos sociais na Bahia, tendo falecido em março de 2019.

Figura 3 - Freis Fernando, Betto e Ivo durante o julgamento em 1971



Fonte: Frei Betto (2015).

Ao sair da prisão, em outubro de 1973, Frei Betto se mudou para o convento de Nossa Senhora da Penha, em Vitória, no Espírito Santo. Para Freire e Sydow (2017, p.169), “Uma vez que era figura conhecida e visada pelos órgãos repressivos, pensara também em preservar-se, afastar-se temporariamente do centro dos acontecimentos políticos. A opção por viver em Vitória pareceu-lhe mais apropriada”. No livro *A mosca azul*, Frei Betto relata que recusou a sugestão de autoridades da repressão e da Igreja Católica para se exilar e justifica a permanência no Brasil:

Decidi ficar. Queria prosseguir na resistência à ditadura. Não por questão de coragem, e sim de teimosia. Depois do que padecera, e trazendo no coração tantos companheiros e companheiras assassinados pela repressão, eu não poderia cruzar os braços, ficar lá fora aguardando numa plataforma imaginária o trem da redemocratização do Brasil, sem dia e hora marcados para passar. (2006, p. 43)

Percebe-se que a recusa de Frei Betto à opção do exílio não foi um caso isolado na esquerda brasileira. Conforme Rollemberg (1999, p. 63),

Carlos Lamarca jamais quis, sequer, considerar a hipótese de sair do país, mesmo temporariamente. Tinha verdadeiro desprezo pelo exílio e perdia a confiança nos militantes que insistissem em sua saída. Escolher este caminho era sinônimo de traição e covardia. Lamarca manteve essa posição diante do massacre da esquerda. Preferiu ficar, isolado, sem chances de sobreviver.

Com relação aos indivíduos perseguidos pelas ditaduras latino-americanas, Mafra (2016, p. 74) afirma que a maioria dos exilados era

[...] em geral, eram escritores, artistas, intelectuais que não se alinhavam às práticas do regime militar e tiveram que viver como “fugitivos” para escapar do horror da repressão. Houve ainda aqueles que ficaram em seus países no exílio interno, “insílio”, condenados ao silêncio, vivendo em um exílio interior. Estes sujeitos são forçados pela ditadura a adotar uma atitude passiva, ou são encarcerados ou mortos.

O fato é que Frei Betto não procurou o exílio e sim o *insilio*² Mas a atitude do dominicano não pode ser classificada como passiva diante da ditadura militar e tampouco subserviente. Não houve desistência da luta contra o autoritarismo, mas um deslocamento: em vez da colaboração com grupos armados, Frei Betto focou seu trabalho nas camadas populares. Na segunda metade da década de 1970, ele relata que viajou “[...] muito pelo Brasil naqueles anos; organizei as Comunidades Eclesiais de Base, fiz assessoria pastoral a dioceses, ajudei a criar movimentos sociais, devotado à conscientização e mobilização populares” (2006, p. 53). No livro *O que é Comunidade eclesial de Base* (1985), Frei Betto salienta que fazem parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)³ indivíduos que compartilham da religião católica, residiam em regiões próximas e recebiam baixos salários. Organizadas tendo como centro a capela ou paróquia, as CEB's tinham como uma das finalidades abordar questões religiosas e políticas. Era uma forma de conscientizar as pessoas pobres, os excluídos, que a política podia ser utilizada para a reivindicação de seus direitos como cidadãos.

Na década de 1980, Frei Betto foi um dos fundadores do PT e se tornou amigo do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Ele escreveu dois livros sobre Lula que foram lançados em anos de eleição presidencial: *Lula: biografia política de um*

² Utilizado para se referir à ditadura militar, o conceito de insilio é creditado a Carina Perelli.

³ De acordo com Barbosa (2007, p.13), “As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) constituem-se numa experiência pastoral que nasceu da possibilidade de participação, aberta aos leigos, dentro da estrutura tradicionalmente rígida da Igreja. Essa abertura à participação dos leigos é ponto crucial para entendermos o que aconteceu na Igreja do Brasil nas décadas de 1970 e de 1980, quando as CEB's estavam trabalhando com todo o seu potencial mobilizador”.

operário (1989) e *Por que eleger Lula presidente da república* (1994). Na madrugada de 19 de abril de 1980, Frei Betto estava na casa de Lula quando ele foi preso. (2017, p. 206). O dominicano foi um dos fundadores da CMP (Central de Movimentos Populares) e da CUT (Central Única os Trabalhadores), além de ter coordenado a ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), assessorado o Instituto Cidadania (São Paulo), a Pastoral Operária do ABC (São Paulo) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Destaca-se também a consultoria prestada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dentre os diversos prêmios recebidos por causa do trabalho em favor dos Direitos Humanos, destacam-se o Prêmio de Direitos Humanos da Fundação Bruno Kreisky, em Viena, em 1987; a Medalha Chico Mendes de Resistência, concedida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, em 1998; ganhou o Prêmio Dom Paulo Evaristo Arns, criado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, em 2014.

Com relação à diversificada produção literária, é possível encontrar livros que não estão necessariamente relacionados à política ou religião: desde receitas culinárias *Comer como um frade- divinas receitas para quem sabe por que temos um céu na boca* (2010), *Saborosa viagem pelo Brasil* (2005) e obras voltadas para o público infantil, como *Começo, meio e fim* (2014). Na ocasião da realização da II Conferência do Episcopado Latino-americano, ocorrida em 1979, na cidade mexicana de Puebla, Frei Betto participou e escreveu sobre o cotidiano do evento no livro *Diário de Puebla* (1979). Além de *Batismo de sangue*, outros livros de autoria de Frei Betto escritos em primeira pessoa são: *Alfabetto: autobiografia escolar* (2002), *O que a vida me ensinou* (2013), *A Mosca azul* (2006) e *Calendário do poder* (2007). Na esfera dos direitos humanos, Frei Betto participou em colaboração com o jornalista Ricardo Kotscho da escrita do texto síntese do projeto *Brasil: nunca mais* (1985), mesmo que não tenha sido creditado pelo trabalho. Além dos livros e artigos para jornais, Frei Betto também traduziu a obra clássica de Antoine de Saint-Exupéry, *O pequeno príncipe*, republicada pela editora Geração.

No livro *Ofício de escrever* (2017), Frei Betto afirma que poucos autores brasileiros vivem de direitos autorais. Ele se inclui nesta seleta lista porque tem poucos gastos como religioso, não é responsável pelo sustento da família e tem uma vasta produção literária que abrange diferentes segmentos de leitores. Mesmo com o sucesso de vendas, Deonísio da Silva (apud Freire e Sydow, 2017, p. 359)

acredita que existe certa resistência nos meios intelectuais com relação à faceta de escritor de Frei Betto e não seu trabalho como religioso:

No Brasil, são sempre os mesmos com seus latifúndios. Ele começou com *Cartas da Prisão e Batismo de sangue*, e aqueles que apoiavam o regime evidentemente não gostaram. Havia restrições a ele pelo fato ser traduzido em vários países e visto como aquele que denegria o Brasil no exterior. [...] Ele é conhecido como Frei Betto e não como escritor.

Percebemos que Frei Betto utilizou suas experiências como preso político no ofício de escritor. Um exemplo é o seu primeiro romance, *O dia de Ângelo* (1986). O protagonista, Ângelo, é um jornalista que é detido em vista de suas orientações políticas durante a ditadura e acaba sendo conduzido para a solitária. Mas diferentemente de Frei Betto, Ângelo acaba sendo torturado e morto, mesmo que as autoridades afirmam que ele cometeu suicídio por enforcamento – que é uma alusão ao caso do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975). Além deste, ele escreveu os romances *Vencedor* (1996), *Hotel Brasil* (1999), *Minas do ouro* (2011), *Aldeia do silêncio* (2013). Em *Entre todos os homens* (1997), Frei Betto pesquisou os Evangelhos e também o contexto histórico para escrever sobre a vida de Jesus Cristo. Os livros de Frei Betto foram traduzidos para 24 idiomas e publicados em 35 países. De acordo com Freire e Sydow (2017, p.400-401),

No nosso modo de entender, Betto reuniu condições específicas para se colocar como um dos principais artífices do que se poderia designar como o 'campo popular brasileiro', ora operando na formação de lideranças de base, ora articulando a construção de entidades de cunho nacional, ora agregando figuras-chave da Teologia da Libertação, ora dando sentido político a esse conjunto de movimentos por intermédio de seus livros e palestras. Contando com o apoio de lideranças da Igreja Católica e com o indispensável respaldo de dirigentes da Ordem dos Dominicanos, Frei Betto, por tudo isso, tornou-se a face mais conhecida da esquerda cristã brasileira que teve como horizonte construir um projeto que se fundamentou no conhecido axioma marxista: a emancipação dos trabalhadores deverá ser obra dos próprios trabalhadores.

Um dos livros de Frei Betto que mais se destaca – tanto com relação aos tópicos abordados (religião e política) quanto pelo sucesso de vendas (foram inúmeras reedições) é *Fidel e a religião* (1985), que consiste numa série de entrevistas que o dominicano realizou com Fidel Castro na ocasião que visitou Cuba em meados da década de 1980. Além de receber o Prêmio Juca Pato, a obra vendeu mais de três milhões de exemplares, sendo 1,3 milhão apenas em Cuba, e foi tão bem recebido em países com governos de inspiração comunista, como a

Polônia e a China, que autoridades governamentais e Igrejas “[...] passaram a discutir o seu conteúdo e a querer, assim como Cuba, a intermediação de Frei Betto nas relações Igreja-Estado, à luz da Teologia da Libertação [...]” (FREIRE E SYDOW, 2017, p. 271). Percebemos que a trajetória de Frei Betto está relacionada aos princípios da Teologia da Libertação. Trata-se de uma corrente teológica cristã surgida na América Latina na década de 1960 e que não pode ser dissociada dos diversos setores progressistas da Igreja Católica pela opção preferencial pelos pobres. Considerado o principal expoente da teologia da libertação, o dominicano peruano Gustavo Gutiérrez (1981, p.58) afirma que a

A teologia da libertação é uma tentativa de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação, das lutas, dos fracassos e das conquistas dos próprios oprimidos, de um modo de se reconhecer filho ou filha do Pai, diante de uma profunda e exigente fraternidade.

Ao mesmo tempo em que Frei Betto auxiliava os movimentos sociais e se posicionava contra a ditadura militar, ocorriam mudanças na Igreja Católica. Veiga (2009, p. 253-234) afirma que o papado de João Paulo II está relacionado ao retorno do

[...] espírito antimodernista que havia prevalecido no período anterior ao Concílio Vaticano II [...] As características comuns não deixam dúvida quanto a isso: fortalecimento do poder papal, reafirmação da ortodoxia e, principalmente, adesão a um tipo de espiritualidade divorciada da reflexão sobre problemas concretos do homem.

Duas maneiras de desarticular os religiosos ligados à teologia da libertação foi a diminuição da liderança de bispos progressistas⁴, como d. Hélder Câmara e d. Paulo Evaristo Arns e a censura através de penas eclesiais. No caso do ex-Frei franciscano Leonardo Boff, a Igreja Católica o sentenciou ao silêncio obsequioso, ou seja, ficou proibido de realizar conferências, dar entrevistas ou mesmo publicar livros. A razão da condenação foi o livro *Igreja: carisma e poder* (1981), publicado em outras línguas, que foi interpretado como uma crítica ao exercício do poder sagrado e à concepção do dogma.

⁴ Levy (2009) afirma que “A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Ao contrário do que aconteceu em outros países latino-americanos, no Brasil a Igreja Católica Progressista esteve e está presente em todos os níveis da Igreja. Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e congregações”.

Em 2015, Fidel Castro entregou ao Papa Francisco – que na ocasião visitava Cuba – um exemplar do livro. (“Fidel me contou que daria ao papa ‘o nosso livro’...”). No começo dos anos 1990, Frei Betto foi um dos organizadores do “Voo da solidariedade”, iniciativa que consistiu em reunir personalidades públicas e levar ajuda – como medicamentos – para Cuba, que atravessava uma grave crise econômica após do fim da União Soviética. Em 2015, Frei Betto recebeu o título de doutor *honoris causa* pela cátedra de Filosofia da Universidade de Havana.

Na área literária, Frei Betto já foi agraciado com vários prêmios. Em 1982, ele foi eleito Intelectual do Ano em 1982 pelos escritores filiados à União Brasileira de Escritores. Ainda no mesmo ano, recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria de Melhor Livro de Memória por *Batismo de Sangue*. Concedido desde 1959 pela Câmara Brasileira do Livro, o Prêmio Jabuti é considerado uma das principais distinções honoríficas do meio editorial brasileiro. Antes de *Batismo de sangue*, *O que é isso, companheiro?* – outro relato sobre a luta armada – também venceu o Prêmio Jabuti de literatura na categoria biografia e/ou memórias. Em 1981, Alfredo Sirkis também venceu a mesma categoria por *Os carbonários*, outra obra que enfocava a luta armada. Em 1998, o dominicano foi agraciado com o prêmio de "Melhor Obra Infanto-Juvenil", concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, pelo livro *A noite em que Jesus nasceu*. Já o livro *Típicos Tipos – perfis literários*, foi premiado pelo júri da Câmara Brasileira do Livro na categoria Crônicas e Contos.

Após trabalhar como jornalista na década de 1960, Frei Betto retomou a função no início da década de 1980 e escreveu crônicas e artigos para a imprensa, como a *Folha de S. Paulo*, *Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Neste último, Frei Betto escreveu o artigo “Temporada de caça aos brasileiros”, publicado em 15 de maio de 1992, que serviu como base para um processo por difamação movido pela Polícia Militar de São Paulo. Julgado no ano seguinte, ele foi absolvido da acusação. Em outra ocasião, Frei Betto também se colocou contra o uso da violência contra os menos favorecidos. Na ocasião do envio de soldados para as favelas do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2018, Frei Betto publicou em sua coluna no site do jornal *Globo* uma carta aberta ao responsável pela operação, o general Braga Netto. O dominicano iniciou a carta lembrando ações passadas no Exército (incluindo a Guerra do Paraguai, Canudos e a ditadura militar) que ele julgou fracassadas e se

colocou contra a intervenção no Rio por causa do risco de violência que atingiria a população mais pobre.

Por fim, destacamos os laços de amizade de Frei Tito com figuras políticas de destaque no cenário político nacional: O dominicano conheceu a ex-militante de esquerda⁵ e futura Presidenta da República, Dilma Rousseff, quando sua família morava em Belo Horizonte. Reencontraram-se na prisão, pois ambos cumpriam pena pelo envolvimento com a luta armada em diferentes pavilhões do presídio Tiradentes. No governo Lula, tornaram-se companheiros de trabalho quando ela foi ministra de Minas e Energia e ele era assessor especial do presidente da República e coordenador da Mobilização Social do Programa Fome Zero⁶. Frei Betto apoiou publicamente as campanhas eleitorais de Lula para a presidência da República (1989, 1994, 1998, 2002 e 2006) e Dilma Rousseff (2010, 2014) e também se manifestou contrário seu processo de *impeachment* que ocorreu em 2016.

3.2 Helvécio Ratton

Helvécio Luis de Amorim Ratton nasceu em 14 de maio de 1949, em Divinópolis, Minas Gerais, filho de um Juiz de Direito e de uma dona de casa. Conforme Villaça (2005), Ratton ingressou no Colégio Militar no começo da década de 1960, mas a rotina rígida e a educação conservadora o afastaram da carreira militar. Desde jovem, Ratton desenvolveu uma consciência política que o aproximou da esquerda, seja pela agitação política da época quanto pela influência dos irmãos mais velhos que cursavam faculdade. O envolvimento com a política começou quando ele se tornou militante de esquerda ao ingressar numa dissidência da POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária) e que depois seria

⁵ Não utilizamos o termo guerrilheira para se referir a Dilma Rousseff porque entendemos que ela foi na verdade uma militante de esquerda. Numa entrevista à revista *Rolling Stone*, ela esclareceu sua conduta na época: “Pertencia a organizações políticas de combate à ditadura, mas jamais me envolvi em luta armada. Fui presa, torturada, condenada e cumpri pena”.

⁶ Numa entrevista à revista *Cult*, Frei Betto revelou a razão de aceitar o cargo e o motivo da demissão: “Quando Lula foi eleito e me convidou para o Fome Zero, achei que trabalhar com os mais pobres entre os pobres – os famintos – se enquadrava em minha perspectiva pastoral e tive todo apoio de meus superiores dominicanos e até de Roma. Fiquei dois anos e, de repente, o governo matou o Fome Zero para substituí-lo pelo Bolsa Família. Tive então a certeza de que essa opção contrariava a tudo aquilo que o PT vinha pregando desde a fundação. O Fome Zero era um programa emancipador, o Bolsa Família é compensatório. O Fome Zero ia mexer na estrutura do país e por isso foi boicotado pelos prefeitos. Era coordenado por comitês gestores municipais, não passava pelos prefeitos, não havia como usar os recursos para fazer jogo eleitoral, então os prefeitos se rebelaram, pressionaram a Casa Civil, que pressionou Lula. No fim, Lula cedeu e eu caí fora”.

chamada de COLINA (Comando de Libertação Nacional). Aos 17 anos, entrou no curso de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e lá seguiu como militante estudantil. Como deixou claro na entrevista, Rattton não participou da luta armada:

Eu nunca fiz nenhuma ação armada. Eu participei de movimento estudantil em Belo Horizonte, muito fortemente, e participava de uma organização de luta armada, mas eu era do setor político da organização. Eu era muito jovem, tinha de 17 para 18 anos. Era menino demais e participei desse setor político e continuei depois que tive que ficar clandestino e fiquei participando do setor de comunicação, de propaganda. Nunca participei de ações armadas, mas sabia de tudo que estava acontecendo. Ouvia, conversava com os companheiros, de ações que eles tinham participado e sabia bastante disso. E mais tarde, no exílio, convivi com gente que vinham de todas as organizações e ouvi muitas histórias. (RATTON, 2018)

Com o cerco da repressão aumentando, ele descobriu que companheiros de esquerda revelaram, sob tortura, o identificaram pelo codinome que utilizava (Clemente). Temendo por sua segurança, ele deixou Minas Gerais. Em 1969, Rattton foi condenado a um ano e meio de prisão pela Justiça Militar. Na clandestinidade, Helvécio Rattton transportou para Brasília uma parte dos 2,8 milhões de dólares que foram subtraídos pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) da residência de uma amante de Adhemar de Barros. Com o progressivo avanço dos órgãos de repressão contra a luta armada, ele tomou a difícil decisão de deixar o Brasil em 1970, pois “[...] era impossível deixar de se sentir como um traidor, como se estivesse abandonando os companheiros que estavam presos e sofrendo nos porões da ditadura. Havia enorme peso moral em largar tudo” (RATTON, 2005, p.57-58). Graças ao intermédio do pai, Rattton deixou o Brasil na companhia de um contrabandista que fazia de avião o trajeto de Belo Horizonte até a fronteira do Mato Grosso com o Paraguai. Dentre os países da América Latina, ele escolheu o Chile.

Apesar do interesse por cinema ter vindo da infância, foi no Chile que Rattton iniciou sua trajetória profissional na área. Por intermédio de um amigo que estava selecionando uma equipe de produção, ele foi contratado pela estatal *Chile Films* como assistente de direção. Com a suspensão da produção de longas-metragens, a *Chile Films* produziria curtas sobre temas políticos e sociais, além de cinejornais. Graças a iniciativa em propor um curta que se chamaria *Um crimen tan comentado*, Rattton acumulou o cargo de roteirista. Em 1973 foi deixada na sede da *Chile Films*

uma câmera de 16 mm que continha a execução do cinegrafista argentino Leonardo Henrichsen por militares chinelos. Foi feito um cinejornal com o vídeo, mas ele foi retirado de exibição pelos militares em menos de um dia.

Figura 4 - Foto de Helvécio Ratton e sua mãe no Chile, em 1972



Fonte: Villaça (2005, p.87).

Com a eclosão do golpe militar, Helvécio Ratton e sua esposa decidiram deixar o Chile. Ele corria risco de vida não apenas pelo seu passado como militante de esquerda no Brasil, mas também por causa de sua nacionalidade. Para Rollemberg (1999, p.170),

A junta militar que tomou o poder explorou o sentimento nacionalista muito arraigado no Chile, promovendo uma campanha contra os estrangeiros, segundo a qual eles faziam parte de um plano para matar os chilenos. Assim, conclamava a população a delatá-los e quem fosse pego acobertando estrangeiros seria igualmente punido.

O pai de Ratton havia convencido o filho a retornar ao Brasil sob a justificativa de que a sentença havia prescrito. O pai havia conseguido um documento oficial que garantiria a liberdade do filho em solo brasileiro. Mas não foi isso que aconteceu: antes mesmo de deixar o aeroporto, ele e a esposa foram detidos por agentes do DOI-CODI. Momentos depois, a esposa foi deixada no endereço de um tio de Ratton e ele foi levado a sede do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Na entrevista, Ratton descreveu o que aconteceu nos dias seguintes de sua captura:

Eu fui torturado não com a intensidade do que foram os dominicanos. Eles sabiam que eu não tinha nenhuma informação quente para passar. Eles simplesmente me deram porrada pelo fato que eles não me prendido anos atrás. Era muito mais para vingar. Eu fiquei preso uns dois meses e meio, eu acho. Eu fui preso antes do ano novo e sai em fevereiro. Eu fiquei o tempo inteiro nu. Eles me tiraram as roupas e fiquei vários dias numa coisa que eles chamavam de geladeira. Nesse momento que fui preso, eu fui preso no final de 1973, estava ocorrendo uma mudança na repressão. Eles estavam usando o chamado método irlandês de tortura que era para não deixar marcas. Eles te enfiavam num local pequeno que realmente parecia uma geladeira e você ficava o dia todo com uma luz acessa em cima de você ou então o dia inteiro no escuro. Eu fiquei vários dias no escuro e você perde totalmente a noção do tempo. Eu lembro que a primeira coisa que eu senti foi quando escutei os fogos do ano novo. Eu escutei um foguetório e em seguida me levaram ao banheiro e eu perguntei ao carcereiro se era ano novo. Ele não me confirmou. Mas eu tive a impressão que era sim. Depois eu levei uns tapas para reconhecer umas pessoas, etc. Basicamente foi apenas isso. Não cheguei a tomar choques. (RATTON, 2018).

Após 40 dias de prisão, Helvécio Ratton foi solto e decidiu voltar para Minas Gerais para se afastar do núcleo da repressão e também para ficar mais perto da família. Iniciou seus estudos no curso de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e conseguiu emprego no mercado publicitário. Antes de dirigir longas-metragens, Ratton co-dirigiu o curta-metragem de animação *Criação* (1978). O enredo é centrado numa galinha de coloca ovos que são, na verdade, planetas que compõem o universo. Ao colocar o ovo que representa o planeta Terra, a galinha observa imagens de sofrimento e decide esmagá-lo. Trata-se, portanto, de uma animação de caráter político que foi lançada numa época na qual havia a ameaça da censura. Para evitar a interdição, “[...] usamos poucas imagens do Brasil (intencionalmente, para evitar a censura), o filme passou pelo filtro da repressão, embora sua mensagem fosse clara” (RATTON, 2005, p.133). Como

havia uma lei que obrigava a exibição de curtas nacionais antes da atração principal, *Criação* (com apenas cinco minutos de duração) foi exibido nos cinemas.

O próximo projeto cinematográfico de Helvécio Ratton foi um documentário de curta-metragem. *Em nome da razão* (1979) foi gravado no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais. Exibido pela primeira vez no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, ocorrido no final de 1979, o documentário causou impacto no meio acadêmico e também na opinião pública porque “[...] retratou, pela primeira vez, de forma sensível e direta, a situação que expressava a tônica de uma política de exclusão da qual eram alvos os doentes mentais brasileiros. Corpos nus e ultrajados retrataram a hipocrisia de uma sociedade intolerante” (GOULART, 2010). *Em nome da razão* recebeu três prêmios: Melhor documentário nas Jornadas do Curta-metragem de Salvador; *Priz de Public no Festival de Lille*, na França e o Prêmio Margarida de Prata, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Helvécio Ratton começou sua carreira como diretor de cinema numa época na qual a maior parte da produção cinematográfica nacional estava ligada a Embrafilme, estatal criada em 1969 com o objetivo de promover e distribuir os filmes brasileiros no exterior junto com o Instituto Nacional de Cinema (INC). Uma das justificativas para o interesse do governo militar no cinema era fortalecer a imagem do Brasil, uma vez que obras de diretores do Cinema Novo como Pereira dos Santos (*Vidas Secas*) e Glauber Rocha (*Deus e o Diabo na Terra do Sol*) recebiam ótimas críticas em festivais de cinema no exterior. Para Almeida e Morelli-Mendes (2014, p.183), foi através da Embrafilme que o governo ditatorial intencionou estatizar os bens culturais através da organização de um sistema que não excluía a classe cinematográfica (o diretor Roberto Faria presidiu a estatal entre 1974 e 1979) das decisões administrativas:

Esse diálogo entre Estado e cinema, que historicamente seria realizado em um ambiente conturbado, encontrou calma suficiente para o crescimento em conjunto, seja das políticas públicas culturais ou da própria cinematografia e de seu mercado. A intenção de criar uma identidade nacionalista e encontrar no cinema a extensão para se propagar, coincidiu com a luta dos cineastas brasileiros contra a invasão brutal do cinema estrangeiro.

Já na primeira metade dos anos 1970, a Embrafilme passou a participar da

[...] co-produção, aquisição e importação de filmes, além de distribuição, exibição e comercialização no Brasil e no exterior; financiamento à indústria

cinematográfica, promoção de filmes em festivais nacionais e estrangeiros, a criação de subsidiárias para atuarem em qualquer campo de atividade cinematográfica e a concessão de prêmios e incentivos ao filme nacional. [...] pesquisa, recuperação e conservação de filmes, produção, co-produção e difusão de filmes educativos, científicos, técnicos e culturais, formação profissional, documentação e publicação, manifestações culturais cinematográficas – atividades a serem executadas, sempre que possível, em convênio com entidades culturais sem fim lucrativo (cinematecas, escolas de cinema, cineclubes etc.) (AMANCIO, 2000, p.54-55)

A segunda metade da década de 1970 foi um marco para a Embrafilme em vista do interesse do público pelo cinema nacional. A título de exemplo, os longas-metragens *Dona Flor e seus dois maridos* (1978), *A Dama da Lotação* (1978) e *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1976) tiveram, somados, mais de 20 milhões de espectadores. Mas na década seguinte a Embrafilme entrou em progressivo declínio. Além da crise econômica que restringiu os investimentos na área cultural, o fechamento de salas de cinema no interior, a competição com o videocassete e o apelo das super-produções de Hollywood diminuíram o público. Além disso, “[...] na sua fase final, a Embrafilme era acusada, entre outras coisas, de inoperância, má gestão administrativa, favoritismo e também de não cumprir compromissos assumidos” (GATTI, 2007, p.67). Apesar das críticas recebidas, a Embrafilme desempenhou um importante papel ao estimular a produção cinematográfica nacional. No momento que a Embrafilme, *Concine* e a *Fundação do Cinema Brasileiro* foram extintas pelo presidente Fernando Collor, em 1990, a produção e distribuição de filmes no Brasil sofreu uma diminuição drástica. Para Caetano (2007, p.196)

A produção, que chegara na década de 1970 a ocupar 35% do mercado interno, diminuiu de média de 80 filmes/ano para poucos títulos. Poucos e sem mercado de exibição. Resultado: os ingressos vendidos por filmes brasileiros na fase mais aguda da crise (1991-1993) reduziram-se a ponto da produção nacional ocupar apenas 0,4% do total. A hegemonia do cinema americano chegou ao seu momento máximo, já que, naquela década, cinematografias européias, asiáticas e latino-americanas (a mexicana em especial), que conheceram momentos de grande aceitação no mercado brasileiro, viviam período de retração.

Ainda no governo Collor foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei Rouanet, que possibilitava empresas públicas e privadas investir na cultura em forma de dedução do imposto de renda. Mas foi no governo de Itamar Franco (1992-1994) que a produção do cinema nacional começou a apresentar os primeiros sinais de recuperação. Oricchio (2003, p.26) salienta que a promulgação da Lei do

Audiovisual aumentou a produção de filmes brasileiros, pois foi criado “[...] mecanismos de captação de recursos via renúncia fiscal. Esta legislação, associada a leis de incentivos municipais e estaduais, começou a dar frutos depois de regulamentada. ” Além da Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, também podemos mencionar o Prêmio Resgate (que utilizou recursos financeiros oriundos da Embrafilme, em 1993) como importantes marcos da retomada do cinema no Brasil.

Foi neste contexto histórico do cinema que Helvécio Ratton desenvolveu sua carreira como diretor no Brasil. O primeiro longa-metragem dirigido por Helvécio Ratton foi realizado graças a um convênio entre o governo de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Filmes S.A (Embrafilme). *A dança dos bonecos*⁷ (1986) é obra infanto-juvenil que conta a história de uma garota que possui três bonecos que ganham vida graças a uma poção mágica. Após ser seus brinquedos roubados, ela decide pegá-los de volta. Assim como *Em nome da razão*, *A dança dos bonecos* inúmeros prêmios em festivais de Cinema. No XVII Festival de Cinema de Gramado, em 1987, o filme recebeu três prêmios: Melhor ator para Wilson Grey, Prêmio Especial do Júri e de Melhor Filme – Júri Popular.

No decorrer da década de 1980, Helvécio Ratton dirigiu os curtas-metragens *Cidade Favelado* (1981), *João Rosa* (1982), *Um homem público* (1982) e *Elixir do Pajé* (1989). Em 1989, Ratton e Simone Magalhães Matos fundaram a *Quimera Filmes*, responsável pela produção de todos os longas-metragens de Ratton depois de *O menino maluquinho – o filme*. A *Quimera Filmes* tem como

[...] foco de atuação é a produção de conteúdo audiovisual para todos os segmentos do mercado. Com filmes de temas variados, muito bem recebidos pelo público brasileiro e internacional, tornou-se referência na produção de longa-metragens de ficção e documentários. (QUIMERA, [2018])

Além dessa produtora, Ratton é um dos sócios da *VT-3*, especializada em documentários institucionais e filmes publicitários. Na primeira metade dos anos 1990, Ratton dirigiu o documentário *Um olhar sobre Barcelona* (1990) e o vídeo educativo *Vida de rua* (1991), que tinha como objetivo educar meninos de rua a

⁷ Em entrevista ao site *uai*, em 2014, Helvécio Ratton comentou sobre o interesse do público pelo filme: “O longa chegou a ser lançado em vídeo pela Globo Filmes, mas esgotou. O produtor está correndo atrás disso, para transformá-lo em DVD. Muita gente me cobra. A dança dos bonecos marcou uma geração que está na faixa dos 30, 35 anos. Fiquei sabendo outro dia que é um dos campeões de pirataria no Rio de Janeiro e é vendido em vários lugares no mercado negro da cidade”.

respeito da AIDS. Em 1995 e 1997, dirigiu uma série de curtas-metragens sobre Minas Gerais intitulados *Pequenas Estórias*.

O primeiro filme dirigido por Helvécio Ratton na década de 1990 é baseado na obra do cartunista Ziraldo. *O menino maluquinho – o filme*⁸ (1995) narra as aventuras do personagem título e de seus amigos numa época na qual a infância era mais idílica e com menos recursos tecnológicos. Apesar do filme se passar no final dos anos 1960, não são feitas referências ao período ditatorial. Lançado nos cinemas em julho de 1995, o longa-metragem se tornou viável comercialmente numa época na qual o cinema brasileiro estava em crise. De acordo com Ratton (2002, p.363),

O sucesso do filme foi impressionante. Além das projeções em cinemas comerciais, ele teve muitas exhibições para escolas, quatro ou cinco exhibições na Rede Globo [...] Na época de seu lançamento em vídeo, o filme chegou a 50 mil cópias, perto de *Batman*, que tinha feito 54 mil cópias. É um sucesso de público muito grande. A recepção da crítica também foi excelente.

O filme recebeu prêmios nacionais (como o Prêmio Margarida de Prata, CNBB, 1995) e internacionais (como o Prêmio Golden Cairo de Melhor Filme no 6º Festival Internacional de Filmes para Crianças do Cairo, Egito). Os próximos longas-metragens do cineasta mineiro são *Amor & Companhia* (1998) – baseado na novela *Alves & Companhia*, de Eça de Queiroz – e *Uma onda no ar* (2002), baseado na história real da Rádio Favela, *Batismo de sangue* (2007), *Pequenas Histórias* (2007), o documentário *O mineiro e o queijo* (2011) e o infanto-juvenil *O segredo dos diamantes* (2014). Percebemos que Helvécio Ratton é um cineasta que pode ser rotulado a somente um gênero cinematográfico. Dois dos filmes mais conhecidos, *O menino maluquinho – o filme* e *Batismo de sangue*, não poderiam ser mais diferentes, mesmo enfocando o mesmo período histórico. Trata-se, portanto, de um profissional que consegue transitar pelo drama e comédia com a mesma desenvoltura.

⁸ Mesmo depois de 20 anos do seu lançamento nos cinemas, o filme de Helvécio Ratton conseguiu sobrevida através de seu público-alvo: as crianças. Para Bittencourt (2012, p.103-104), “‘Menino Maluquinho, o filme’ é um clássico muito utilizado nas escolas como um recurso pedagógico, ratificando a ideia de que o cinema é um espaço social que produz conhecimentos, de forma a contribuir com o desenvolvimento intelectual e cognitivo de todos/as os/as envolvidos/as”.

4 LITERATURA DE TESTEMUNHO E O LIVRO BATISMO DE SANGUE

Assim como o cinema, a literatura é uma fonte documental valiosa porque fornece conhecimento sobre o passado. Por exemplo, observamos que livros clássicos de Machado de Assis, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, fornecem “[...] uma visão da sociedade brasileira no final do século XIX nos mais variados sentidos, toda a relação sociocultural do final do período monárquico e a crescente pujança dos ideários republicanos no Brasil [...]” (FERNANDES, 2015, p.1). No caso estudado, o foco não é uma obra de ficção baseada ou inspirada em acontecimentos históricos, mas uma narrativa de caráter memorialístico que é enquadrada na literatura de testemunho. Para entendermos o seu surgimento, é necessário voltarmos até o começo do século XX. Conforme Huyssen (2000), esta foi uma época de otimismo e confiança no progresso da humanidade. Os avanços tecnológicos despertaram nas sociedades ocidentais a esperança da construção de um futuro que proporcionasse maior conforto e segurança. A realidade, no entanto, desconstruiu a utopia: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial espalharam insegurança, desespero e morte pelo mundo. Por mais contraditório que pareça, as memórias traumáticas do passado recente (re)ssurgem para atenuar as ansiedades da sociedade atual que está imersa na percepção de que o tempo passa numa velocidade cada vez mais acelerada. De acordo com Huyssen (2000, p. 32)

Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. Mas que conforto pode-se ter com as memórias do século XX?

Nem todas as memórias do século passado são traumáticas ou catastróficas, mas podemos afirmar que muitas são. Talvez o interesse pelo passado ultrapasse a mera curiosidade mórbida ou nostalgia e desperte a esperança de que as dificuldades do presente e do amanhã também sejam superadas. Em outras palavras, o passado apelaria para o instinto de sobrevivência inerente aos seres humanos. Conforme Seligmann-Silva (2005, p.82)

As catástrofes, na mesma medida em que explodem o referencial simbólico do Iluminismo, revelando seus ocios e contradições, geram um gigantesco acúmulo de dor e morte. O trabalho de luto das catástrofes do século XX

deu uma nova dimensão ao trabalho da história, na mesma medida em que despertou novamente o interesse pela memória, em oposição ao modelo historicista da historiografia (monumentalista, como afirmou Nietzsche já nos anos 1870).

Os pesquisadores consideram que Segunda Guerra Mundial um marco no que se refere a eclosão da literatura de testemunho. Ao abordarmos o Holocausto, torna-se compulsória a menção a Primo Levi, judeu italiano que sobreviveu aos horrores de Auschwitz e escreveu suas experiências nos livros *É isto um Homem?*, *Os afogados e os sobreviventes* e *A trégua*. Para Kolleritz (2004, p.81) os relatos dos sobreviventes venceram a doutrina nazista

[...] em sua perversidade: a evocação literária da morte concentracionária só confirma o bem fundado das razões democráticas, a legitimidade dessa vitória. Um dos raros momentos em que as práticas da nação e da democracia, da potência e da justiça, reforçam-se incontestes uma à outra.

Outro relato dramático é o livro *O pianista*, de Wladyslaw Szpilman, cuja adaptação cinematográfica, lançada em 2002, foi dirigida por Roman Polanski, outro sobrevivente do Holocausto. A obra – que descreve o cotidiano no Gueto de Varsóvia – foi escrita logo após o fim da guerra e publicada na Polônia em 1946, mas logo foi censurado pelas autoridades, uma vez que seu conteúdo podia ser entendido como uma crítica aos poloneses e judeus que colaboraram com o regime nazista. As palavras de Wladyslaw Szpilman (2003, p.195) são sintomáticas da desesperança surgida na expressão cunhada por Hobsbawm, “era das catástrofes”:

A partir de amanhã terei de começar uma vida nova. Como recomeçar a viver tendo apenas a morte atrás de si? Como sair da morte para a vida?... Fui em frente. O vento uivava por entre as ruínas e os vãos sem vidraças. Escurecia. Uma neve fina começou a cair do céu cada vez mais sombrio.

Sendo a subjetividade uma característica da literatura de testemunho, Sarlo (2007, p.24) faz a seguinte indagação: “Qual a garantia da primeira pessoa para captar um sentido da experiência?” (2007, p.24). Não existem certezas absolutas: uma pessoa que relembra acontecimentos dramáticos ocorridos há décadas pode cometer enganos ou mesmo omitir deliberadamente informações. A situação se torna ainda mais complexa quando é afirmado que “[...] o princípio elementar que conduz a leitura da literatura de testemunho, pela História, é a aposta na sinceridade e na veracidade do relato feito” (ELMIR, 2010, p.159). Portanto, como o historiador

deve lidar com essa questão tão complexa? Uma possível resposta é aceitar a possibilidade da imprecisão da memória e orientar a pesquisa no sentido de

[...] neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2002, p.324).

Neste sentido, a pesquisa que envolva a literatura de testemunho não deve abdicar da consulta a outras fontes. Sarlo (2007, p. 61) salienta que antes da eclosão dos golpes militares na América Latina é possível encontrar

[...] uma massa de material escrito, contemporâneo aos fatos – folhetos, reportagens, documentos de reuniões e congressos, manifestos e programas, cartas, jornais partidários –, que seguiam ou antecipavam o correr dos acontecimentos. São fontes ricas, que seria insensato deixar de lado, pois é freqüente que digam muito mais que as lembranças dos protagonistas ou, pelo menos, as tornem compreensíveis, já que acrescentam a moldura de um espírito de época.

Ao salientar a importância da pesquisa em fontes de natureza diversa, salientamos que o relato testemunhal é uma narração sobre o passado que não deve ser menosprezado em vista da fragilidade da memória. Desta forma, trata-se de um procedimento que objetiva ampliar o campo de visão do historiador ao contextualizar as informações dos relatos testemunhais. No Brasil, uma possibilidade é a pesquisa no acervo digital da revista semanal *Veja*, que noticia os principais acontecimentos políticos do Brasil desde 1968. Um exemplo é a morte de Carlos Marighella, que foi capa da edição de 12 de novembro de 1969. A reportagem *O terror entrou no convento* foi dedicada exclusivamente aos religiosos da Ordem dos Pregadores (OP). Na ocasião da invasão pela polícia do Convento das Perdizes, a revista *Veja* afirmou que os dominicanos “[...] foram os primeiros religiosos que, no Brasil, além de dar asilo a elementos subversivos em seus templos, passaram a agir na prática da guerra revolucionária” (1969, p.30). É perceptível que a reportagem selecionou frases de frades envolvidos com a subversão – o que causa a impressão no leitor de que eles estão se incriminando ao defender a causa revolucionária numa época na qual o combate à guerrilha era uma política de Estado e os meios de comunicação estavam sob censura. No último parágrafo da reportagem, esclarece-se que os dominicanos do Rio de Janeiro afirmaram numa nota que não sabiam do envolvimento dos frades de São Paulo

com a guerrilha. Por fim, é relatado que, em 1966, freiras paulistanas rezavam para que os dominicanos voltassem a serem cristãos.

Outro exemplo de fontes de natureza diversa são as crônicas políticas escritas pelo dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues para a coluna *Confissões*, do jornal *O Globo*, entre 1967 e 1974. Souza (2013) percebeu que ele retratava a esquerda nacional de forma caricata e enaltecia os valores morais conservadores da ditadura militar. Os religiosos progressistas eram considerados anticatólicos e parte da ofensiva comunista que objetivava fragmentar e enfraquecer a Igreja Católica. Ao alegar que não possuíam comprometimento com Deus em vista do envolvimento em questões políticas, Souza (2013, p.28-19) afirma que ele considerada

[...] ilegítimo um grupo que questionasse os valores católicos tradicionais e se voltasse para concepções modernizantes e defensoras de ideais tidos como de esquerda – por exemplo, a defesa das Reformas de Base e a resistência ao regime militar.

Na ocasião da morte de Carlos Marighella, as opiniões políticas conservadoras de Nelson Rodrigues visaram atingir a Ordem dos Dominicanos, mais especificamente Frei Fernando de Britto. Na crônica *Era um drácula com a euforia de um anjo*, ele imaginou uma hipotética conversa na qual Jesus Cristo pergunta se Frei Fernando gostava de trair. Ao afirmar que sim, Cristo indaga por que não trai Marighella, uma vez que já havia feito o mesmo com ele. O dominicano, por sua vez, também concorda. Na concepção de Nelson Rodrigues, Frei Fernando de Brito traiu a Igreja Católica em vista de sua aproximação com a luta armada. E seguida, traiu a confiança de Marighella. Em outras palavras, o dominicano não era uma pessoa confiável.

Voltando às questões sobre a literatura de testemunho, percebemos que o crescente interesse das sociedades ocidentais por narrativas sobre o passado – o chamado *boom* da memória – carrega consigo uma variedade de experiências traumáticas que tem uma de suas mais destacadas materializações na literatura sobre o holocausto. Mas ao refletirmos sobre a América Latina, os relatos testemunhais sobre as ditaduras militares proporcionam um amplo campo de estudos para os historiadores. No campo cultural, a memória de oposição às Forças Armadas encontrou na literatura um campo fértil para a sua disseminação. O pioneiro foi o livro *Em câmera lenta* (1977), de Renato Tapajós, militante da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que para Silva (2008, p.143) foi

o “[...] primeiro livro de memórias, um romance, fruto de um militante ativo do período de desenvolvimento e fim das ações armadas e guerrilha urbana”. Na época, a obra foi interpretada pelas autoridades brasileiras como um retrato que enaltecia a luta armada. Cerca de dois meses depois do lançamento do livro, Tapajós foi preso em 27 de julho de 1977 por uma equipe do DOPS liderada pelo delegado Fleury. Libertado no mês seguinte, ele teve o livro apreendido e censurado e foi processado e inocentado do crime de incitação à subversão. Para Silva (2008), trata-se da última vez que um autor envolvido na luta armada foi preso, processado e teve o livro apreendido. Outros ex-guerrilheiros escrevem suas memórias sobre os tempos da guerrilha: Fernando Gabeira (*O que é isso, companheiro?*, 1978), Alfredo Sirkis (*Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, 1980), Alípio de Freitas (*Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil no Brasil*, 1981) e Reinaldo Guarany (*A fuga*, 1984). Diferentemente de Frei Betto – que foi nunca rompeu relações com a Igreja Católica –, Alípio de Freitas havia abandonado o sacerdócio, em 1962, aderido à doutrina socialista e à guerrilha. Capturado pela repressão em 1970, foi torturado e mantido preso até 1979.

É importante atentarmos ao que ocorria na política brasileira no momento que foram publicados tais livros, anteriores a *Batismo de sangue*. O governo de João Batista Figueiredo (1979-1984) foi responsável por uma série de medidas que contribuíram para a abertura política, como a eleição direta para governadores e o fim da eleição indireta para senador. Em 1979, ocorreu a reforma partidária que acabou com o bipartidarismo. O partido governista foi rebatizado de Partido Democrático Social (PDS), enquanto o MDB acrescentou o P em sua sigla. Com a anistia, Leonel Brizola voltou ao Brasil disposto a continuar na política. Disputou com Ivete Vargas no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de utilizar a sigla PTB, partido fundado por Getúlio Vargas, mas foi derrotado. A solução encontrada por Brizola foi fundar seu próprio partido, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Além desses partidos, surgiram também o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PP (Partido Popular). Esse último, um partido montado por políticos oriundos da ARENA e moderados do MDB, contava com a liderança de Tancredo Neves.

Outro episódio fundamental para entender a redemocratização ocorreu em 28 de agosto de 1979: a promulgação da Lei da Anistia. Os debates sobre a Lei da Anistia englobavam, principalmente, duas propostas com diferentes significados. Por um lado, uma anistia ampla, geral e irrestrita teria como consequências a devida

apuração dos crimes cometidos pelos órgãos da repressão, além de suas extinções. A outra proposta que preservaria as Forças Armadas e os agentes do Estado envolvidos em crimes contra os direitos humanos e tinha como finalidade ajudar na reconciliação¹ da nação brasileira com a construção de uma ordem democrática. Foi a segunda proposta que o Congresso votou e aprovou por uma parca margem de 206 contra 201 votos. Para Lima (2012, p.15),

Após a conquista da democracia, houve uma reconstrução da história e um deslocamento de sentido deixando o passado conflituoso para trás. A sociedade preferiu se configurar hostil a ela, como se nunca houvesse existido qualquer tipo de apoio ao novo regime, tal como a 'Marcha da Família com Deus e pela Liberdade'.

Ao comparar a produção memorialista de Frei Betto e Alípio de Freitas com a de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis, Cardoso (2012,) afirma que os primeiros produziram um discurso de valorização das ideias revolucionárias do passado, como o socialismo e a valorização dos movimentos sociais como forças políticas importantes no período da redemocratização. Desta forma, as memórias de resistência são interpretadas como uma forma de prosseguir a luta:

Ao descreverem as agruras da nossa história recente, enfatizam a resistência heroica de alguns revolucionários, militantes da esquerda armada, que lutaram pelos ideais de justiça contra as atrocidades praticadas durante a atuação do regime militar (CARDOSO, 2012, p. 199).

Entretanto, percebemos que foi Fernando Gabeira que se tornou, talvez, o maior expoente da cultura memorialista da ditadura militar. Na década de 1980, ele se aproximou de ideias defendidas pelo movimento feminista e o ecológico, em contraste com as ideias socialistas que o levaram à luta armada na década de 1960. Um exemplo pode ser encontrado no livro *O crepúsculo do macho*, no qual Gabeira (1980, p.74) relata suas dúvidas sobre o socialismo para um amigo:

Temos esperado amplamente uma revolução socialista no Ocidente e esta revolução não vem. E se estamos empenhando nossas vidas em algo que não existe? E se basearmos todos nossos esforços num suposto reino dos céus que não existe a não ser em nossas fantasias teóricas?

¹ Para Reis Filho (2010), a promulgação da Lei da Anistia não significou a liberdade para os presos políticos. Foi somente com a reformulação da Lei de Segurança Nacional que as penas foram reduzidas e os presos colocados em liberdade: "Mas estes seriam anistiados, no sentido pleno da palavra, apenas mais tarde, em 1985, quando foi revista a Lei de Anistia aprovada em 1979" (REIS FILHO, 2010).

Tais posicionamentos não eram incomuns no meio intelectual da época porque envolvia a perda da utopia e do sujeito da história (proletariado). A título de comparação, *Batismo de sangue* critica os rumos da guerrilha, mas não questiona a validade da doutrina de esquerda. No livro citado, Frei Betto (2006, p.378) fez menção ao fato de que Fernando Gabeira esteve por breves momentos com Frei Tito no hospital e o critica pela mudança de posicionamento sobre a luta armada:

Outro companheiro soube o que é isso e estendeu-lhe a mão, a paz, o pão: Fernando Gabeira. Ave insolente, um tiro atravessou-lhe o voo para a liberdade, devolvendo-a à gaiola de ferros. Não lhe cortaram as asas impetuosas, o amor à vida e o fascínio pela utopia. Contudo ao retornar do exílio, diria adeus às armas e, por cima de abnegados sacrifícios, faria entender que o circo não passou de uma grande aventura, como se o sonho fosse fruto e não matriz da realidade.

Acreditamos que *Batismo de Sangue* possui peculiaridades que o diferencia de outras obras memorialísticas sobre o período ditatorial. Em primeiro lugar, os dominicanos acusados de subversão integravam as chamadas organizações de superfície, ou seja, faziam a ligação entre a sociedade civil e as organizações clandestinas. Em outras palavras, os dominicanos não pegaram em armas e, portanto, não eram guerrilheiros. Diferentemente de *O que é isso companheiro?*, o leitor que procurasse saber mais sobre as organizações clandestinas de esquerda não encontraria maiores aprofundamentos em *Batismo de sangue*. O enfoque não é a guerrilha, mas o contexto histórico da época que levou os dominicanos a aderir à luta armada e os desdobramentos disso. Em segundo lugar, a adesão dos religiosos à causa revolucionária criou um forte contraste com o anticomunismo e o apoio da Igreja Católica aos militares. Além de criticados pela parcela conservadora do catolicismo brasileiro, os Freis Tito, Ivo e Fernando de Britto sofreram o mesmo tratamento reservado aos guerrilheiros capturados pela repressão: sessões de tortura intercaladas com interrogatórios. Por último, entre os autores que escreveram livros de memórias sobre a ditadura militar, Frei Betto foi o único a consolidar uma carreira literária de sucesso. À título de comparação, o exemplo mais próximo é o de Fernando Gabeira, que escreveu 12 livros desde a década de 1980, como *O crepúsculo do macho* (1980) e *Entradas e Bandeiras* (1981), ambos com reminiscências biográficas, mas a sua produção decresceu nas décadas seguintes.

Assim como *O que é isso, companheiro?*, *Batismo de sangue* também se tornou um marco da literatura memorialística brasileira sobre a ditadura militar. Nas

palavras de Paulo Rocco, “há determinados livros que vão passando por gerações. *Batismo de sangue* é um deles – é um *long seller*. Vai ser lido o resto da vida. Trata-se de um clássico” (apud Freire e Sydow, 2017, p. 346). Resultado de um trabalho de pesquisa e escrita que durou 10 anos, o livro se tornou uma referência que é citada em diversas outras obras sobre o período ditatorial, como *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender; *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães; *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari; *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura*, de Emiliano José. No próximo subcapítulo, analisaremos o conteúdo memorialístico de *Batismo de sangue*

4.1 Dominicanos e a Luta Armada

Como afirmado anteriormente, *Batismo de sangue* venceu o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria de Melhor Livro de Memória, em 1982. Dada às circunstâncias da época - era um momento que a censura era mais flexível, mas continuava atuante - Pereira (2010) vê como uma possibilidade o fato do livro ter recebido o citado prêmio em vista de sua “coragem e pioneirismo” (2010, p.337), sem querer desconsiderar outros méritos. Além disso, o autor citado afirma que

Era preciso uma revisão que exumasse essa morte para reexame e reparação. Era preciso mais: recompor, no quadro de um Brasil que, dali em diante seria democrático, a imagem da participação política dos dominicanos em particular, e da Igreja Católica em geral, na luta contra a Ditadura. Nesse sentido, o livro era uma aposta num futuro democrático para o Brasil. Sua própria existência se calcava na idéia de que a vida política, feita de modo público e institucional, valeria alguma coisa nos anos que viriam. Até então, a forma de disputa política que parecia ter valor era aquela travada de forma privada, quase sempre violenta, levada a cabo na clandestinidade, fosse pela Ditadura fosse pela esquerda. BS apostava num novo Brasil fundado na noção de esfera pública como lugar privilegiado de disputa política (2010, p.337-338).

Antes de *Batismo de sangue*, Frei Betto havia escrito dez livros e não era, portanto, um autor inexperiente. Publicado pela Editora Civilização Brasileira² em 1982, o livro alcançou repercussão entre os leitores, a crítica e os meios de comunicação. A resenha do livro foi publicada na revista semanal *Veja*, n.718, de 9

² Ao se referir às editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, Galucio (2009, p.258) defende que elas “[...] ficaram conhecidas ao longo de suas trajetórias como editoras do pensamento crítico e seus editores reivindicavam projetos culturais articulados aos setores políticos da esquerda brasileira, mesmo com dificuldades econômicas, impostas às suas empresas durante o regime militar”. Em 2000, a Civilização brasileira foi incorporada à Record. Para a coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, Frei Betto escreveu o livro *O que é comunidade eclesial de base* (1985).

de junho de 1982. Sob o título de *Luz na catacumba*, o jornalista Augusto Nunes abordou principalmente as revelações contidas em *Batismo de sangue*, como o envolvimento dos dominicanos na morte de Marighella e a tese de que os religiosos foram vítimas de uma conspiração. No parágrafo inicial, foi enaltecida a objetividade jornalística de Frei Betto ao abordar questões referentes à repressão em contraste com as opiniões sobre Carlos Marighella:

Em Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, convivem o religioso e o jornalista, ou a fé que remove montanhas e a objetividade que trata de encontrar a melhor maneira de escalá-las. Sua fé religiosa, aliada a convicções radicais, leva-o a imaginar, por exemplo, que Carlos Marighella, o valente ex-deputado comunista convertido ao terrorismo em meados da década de 60, foi uma espécie de enviado dos deuses da guerrilha. Já quando aflora sua objetividade jornalística, o autor de *Cartas da Prisão* quase sempre se transforma num competente explorador das catacumbas da ditadura do AI-5, cujos horrores contemplou de perto (1982, p.145).

Uma questão-chave para entender as intenções de Frei Betto ao escrever *Batismo de sangue* é a contestação da versão oficial sobre o envolvimento dos dominicanos na morte de Carlos Marighella. Conforme Prost (2000, p. 11),

A procura pela memória comporta sempre uma dimensão afetiva: aquilo que se passou, cuja memória deve ser guardada, é seguidamente uma provação, um drama, uma tragédia. As cicatrizes não estão totalmente fechadas e a ferida permanece viva. Evocar então um direito de memória é convidar toda a coletividade a compartilhar uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transforma-la em resolução.

Neste sentido, a evocação do direito à memória pode ser relacionada com as seguintes palavras de Frei Betto (1982) concedidas ao jornal *Zero Hora*: “[...] não há como ocultar da História o que se passou neste país, nos porões do regime militar; o Estado pode apagar alguma consciência, mas não pode apagar os fatos para todas as consciências”. E quais fatos a ditadura militar poderia querer apagar? Conforme Gaspari (2014, p.156), *Batismo de Sangue* é “A principal peça revisionista da narrativa oficial da morte de Marighella”. A teoria de Frei Betto (2006) é a de que havia um espião na ALN que, com auxílio de autoridades brasileiras e estrangeiras, esteve envolvido na cilada que vitimou Marighella. É citado como um indício dessa teoria o livro “*A CIA e o culto da inteligência*”, de Victor Marchetti e John D. Marks, no qual é revelado que havia um contato na ALN que avisou seus superiores de planos para sequestrar dois aviões. A CIA, sob a justificativa de não expor o agente infiltrado na ALN, não tomou providências para evitar os sequestros. Entretanto, fica

a indagação: por que as autoridades responsabilizam os dominicanos pela morte do guerrilheiro? Na ocasião do golpe de 1964, a ala progressista da Igreja Católica (composta de grupos leigos, padres e bispos) efetuava mudanças no perfil da instituição – o que causava atritos com a cúpula dirigente conservadora. Ao culpar os dominicanos pela morte de Marighella, a intenção era indispô-los ainda mais com a Igreja Católica e isolá-los da esquerda nacional. A esquerda cometeria um erro ao recriminar os Freis Ivo e Fernando de Britto por fornecer informações, mesmo sob tortura, aos policiais da equipe do delegado Fleury. Afinal, os verdadeiros culpados seriam autoridades do Brasil e dos Estados Unidos – superpotência criticada pelo apoio às ditaduras na América Latina. Gomes (2014, p. 200-201) afirma que Frei Betto

[...] implantou uma questão importante para as disputas sobre os sentidos do passado recente: qual seria a história oficial dos anos de ditadura? Certamente, Betto não fez do seu relato a ‘história oficial’ da trajetória dos dominicanos, mas deu um passo importante utilizando-se da dinâmica de disputas própria da conjuntura que permeava o processo de redemocratização. Confrontar a ditadura com relatos outrora proibidos e desmascarar factualmente versões construídas pelos órgãos de repressão fazia parte da luta por construir uma memória do período.

Uma forma de questionar a versão oficial da morte de Marighella foi utilizar trechos da defesa que foi elaborada pelo advogado Mario Simas na ocasião do julgamento pelo Supremo Tribunal Militar. Por exemplo, foi defendido que Carlos Marighella foi alvejado antes de entrar no carro onde estavam os dominicanos. É interessante observar que Frei Betto sofreu críticas da esquerda por sustentar essa versão. No livro *Combate nas trevas*, Gorender (1998, p.197) afirma que “[...] o meu silêncio de historiador significaria conivência com a versão divulgada por Frei Betto em curso no Brasil e no exterior. Silêncio inadmissível diante do compromisso que o historiador tem com a verdade”. Para o historiador marxista, Marighella foi executado no carro onde estavam os dominicanos e o suposto envolvimento da CIA careceria de comprovação. Como fontes para embasar seu raciocínio, Gorender citou quatro presos que conversaram com Frei Ivo, na prisão, poucos dias depois da morte de Marighella. A questão se Carlos Marighella foi executado dentro ou fora do carro agravaria a “culpa” dos dominicanos: além de fornecer informações para a repressão, eles teriam facilitado a ação da polícia ao atraí-lo e aprisioná-lo no veículo. Preso meses após a morte de Marighella, Gorender conviveu com os

religiosos no Presídio Tiradentes e constatou que: “[...] era generalizada a convicção dos presos políticos acerca da responsabilidade de Fernando e Yves na tragédia da Alameda Casa Branca” (1998, p.197). Já Frei Betto, numa versão revisada de *Batismo de sangue* (2006), questionou Gorender por entrevistar outros guerrilheiros – como Paulo de Tarso Venceslau e Genésio Homem de Oliveira – e ignorar Yves Lesbaupin (ex-Frei Ivo).

Para narrar o envolvimento dos dominicanos com a guerrilha em *Batismo de sangue*, Frei Betto dividiu o livro em seis capítulos (Carlos, o itinerário; Sul, a travessia; Prisão, o labirinto; Morte, a cilada; DEOPS, a catacumba; Tito, a paixão), *Batismo de Sangue* não é uma autobiografia no sentido clássico, ou seja, não engloba a infância de Frei Betto e avança até o presente (a década de 1980, na edição original). Com exceção do primeiro capítulo, que enfoca fragmentos da vida e posicionamentos políticos de Marighella, o livro também não é uma biografia do emblemático guerrilheiro. Do ponto de vista narrativo, a figura de Marighella age como um catalisador para os eventos imprevisíveis que se abateram sobre os dominicanos. Talvez a proposta desse capítulo seja fornecer subsídios para os leitores compreenderem, com maiores detalhes, a importância de Marighella no contexto dos anos de 1960. No restante da obra, o autor utiliza a memória dos dominicanos para construir uma narrativa que explique as razões da aproximação com a luta armada e as consequências, com destaque para a trágica história de Frei Tito.

Exercitando a liberdade da condição de escritor, Frei Betto utilizou somente o primeiro nome de Marighella para intitular o primeiro capítulo de *Batismo de sangue*, Carlos, o itinerário, o que transmite a ideia de intimidade. O livro inicia com um curto prólogo que exemplifica ao leitor que Marighella era um símbolo da resistência à ditadura militar. No intervalo do jogo entre São Paulo e Santos, na noite de 4 de novembro de 1969, “O locutor pediu atenção e deu a notícia, inusitada para um campo de futebol: *Foi morto pela polícia o líder terrorista Carlos Marighella* (grifo do autor)” (FREI BETTO, 2006, p.18). Podemos questionar a razão do autor em utilizar o futebol para iniciar o capítulo sobre Marighella. Provavelmente porque o futebol é considerado uma verdadeira “paixão nacional”, ou seja, é parte integrante do cotidiano da população. Desta forma, o dominicano “tira” Marighella da política e o insere num assunto no qual as pessoas (e os leitores de *Batismo de sangue*) poderiam se identificar com mais facilidade.

Em seguida, o autor inicia um relato da trajetória de vida de Marighella, que nasceu no dia 5 de dezembro de 1911, em Salvador, na Bahia. Na opinião de Frei Betto, o contexto familiar foi importante para Marighella não esquecer, mesmo na universidade, as ideias incutidas pelo pai - que antes de imigrar para o Brasil, era simpatizante do socialismo e havia participado de sindicatos na Europa - e o passado de violência e opressão sofridas pelos parentes da mãe, que “Descendia dos negros haussás, escravos africanos trazidos do Sudão, sempre rebeldes à privação da liberdade” (FREI BETTO, 2006, p.18-19). Desta forma, o autor dá a entender que houve alguma influência dos pais na futura postura ideológica do filho. Já Magalhães (2012, p.37) salienta que o pai de Marighella incentivava o hábito da leitura e até mesmo construiu uma estante para guardar os livros que comprava para o filho, mas não houve incentivo por parte dele com relação ao socialismo:

Proprietário de um pequeno empreendimento, Augusto era patrão, não assalariado. Em vez de frequentar assembleias sindicais, cuidado dos músculos, exercitando-os com marombas em casa e remando em um clube. A Lei Adolfo Gordo, de 1907, fabricada para expulsar estrangeiros associados à agitação social, nunca o ameaçou

Independentemente dessa questão familiar, a trajetória política do futuro guerrilheiro ganhou maiores contornos quando, ainda na juventude, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Frei Betto enfatiza as vezes que Marighella foi preso. Na primeira vez, aos 21 anos, o motivo foi a crítica feita em versos contra o interventor da Bahia. Já nesta época, ele teria se destacado “[...] como um dos mais combativos militantes baianos, dotado de excepcional capacidade de trabalho e admirável coragem pessoal. Costumava dizer que não tinha tempo para ter medo.” (FREI BETTO, 2006, p.21). A coragem e o comprometimento pela causa socialista são procedimentos discursivos aplicados na construção biográfica de Marighella que contribuem para torná-lo uma figura heroica. No livro *Viagem à luta armada*, o guerrilheiro Carlos Eugênio Paz descreve Carlos Marighella da seguinte forma:

Sou testemunha de como foi importante, para minha geração, conhecer um líder político que vivia de acordo com suas palavras. Antes dele nos cansamos de nos decepcionar com os que pregavam a resistência sem resistir, luta sem lutar e, sobretudo, que falavam de construir um mundo novo com mentalidades velhas (2008, p.121).

Ao ser preso pela segunda vez em maio de 1936, ele foi torturado por 23 dias. Conforme Frei Betto (2006, p.28):

A dor fez-se companheira do silêncio. A vida e a liberdade de seus camaradas no PCB valiam mais do que a dele. Esse o preço da fidelidade a uma causa, salário da morte e amor que não se paga com o simples querer. [...] Ao encarar em sua vida os ideais pelos quais lutava, Marighella conseguiu que o limite de sua resistência chegasse à fronteira em que a morte recebe o sacrifício como dom.

A descrição da conduta de Marighella constrói a ideia do mito do herói revolucionário e também visa despertar a compaixão do leitor: além de resistir bravamente a tortura, não delatou seus companheiros. Ao ser libertado em 1945, Marighella foi eleito deputado federal pelo PCB com votação expressiva no Estado da Bahia. Na elaboração da Nova Constituição, teve grande participação no capítulo sobre as liberdades individuais. Mais uma vez Frei Betto faz menção a coragem de Marighella, citando que durante a CPI que investigava as torturas durante o Estado Novo, foi revelado que o médico Nilo Rodrigues afirmara que nunca vira tanta resistência à tortura e bravura (2006). Deputado atuante, Marighella teve o mandato cassado porque seu partido foi considerado ilegal – uma consequência direta do combate mundial empreendido pelos países capitalistas contra o Comunismo. Novamente na clandestinidade, ele continuou a fazer política: apoiou a eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República e visitou a China Comunista entre 1953 e 1954. Em 1957, fez parte da Comissão Executiva do PCB que seguia a linha de Moscou de coexistência pacífica com as potências capitalistas.

Para Frei Betto (2006), o contexto da década de 1960 (a revolução de Cuba, guerra do Vietnã, o golpe militar de 64) fez Marighella rever seus conceitos e o colocou em atrito com o PCB. Em 9 de maio de 1964 - pouco mais de um mês após os militares deporem Goulart - ele foi baleado e preso num cinema no Rio de Janeiro que exibia o filme Rififi no safári. Ao ouvir a voz de prisão, ele teria gritado “Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva ao partido Comunista!” (FREI BETTO, 2006, p.36). Assim como ele, Magalhães (2012, p. 21) também descreve Marighella de forma heroica ao confrontar a violência do Estado autoritário: “O tiro foi um, mas o sangue escorre por três perfurações. A bala se alojou no braço esquerdo. Marighella continua a lutar. Como um leão, compara um dos seus contendores que tentam imobilizá-lo”. O fato contribuiu para o progressivo distanciamento entre ele e o PCB. De acordo com Rollemberg (2007, p. 3, grifo do autor):

A resistência à prisão, em maio de 1964, era uma posição tomada individualmente frente ao governo recém-instaurado, não era a posição do PCB. Ao fazê-lo, assumia também a posição frente ao próprio Partido. Ou

seja, a *resistência* tinha muito a dizer aos comunistas e não só aos militares. Assim, a dupla resposta: da polícia política, recebeu um tiro do peito; do partido, críticas severas ao livro que publicou, em 1965, que mais do que relatar o episódio, justificava-o, condenando a *passividade* do Partido. Sem discuti-lo internamente e assumindo posições próprias, Marighella, colocava-se como indivíduo diante da organização, inaceitável segundo a sua disciplina e a sua hierarquia. Marighella resistia ao Partido.

A atitude de Marighella foi interpretada positivamente por Frei Betto: “Resistir à prisão é um ato político. A ordem da direção do PCB era ‘evitar provocações’, como se tudo não passasse de uma efêmera quartelada que estaria com seus dias contados” (2006, p. 36). Em 1966, Marighella pediu demissão da Comissão Executiva Nacional do PCB, mas continuou no Comitê Estadual de São Paulo. Em uma carta, ele criticou a imobilidade do Partido, a falta de atuação frente aos camponeses e defendeu a luta armada. Mas o rompimento com o partido ocorreria na ocasião da realização da I Conferência de OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em 1967, em Cuba. Mesmo que o PCB tenha se recusado a enviar representante, Marighella fez questão de ir. Ao enviar uma carta para justificar a viagem, o PCB o expulsou. Entretanto, uma parcela do PCB estava alinhada com Marighella. Ainda em Cuba, ele escreveu um documento que foi distribuído para as dissidências do PCB: *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*. Aqueles que aceitaram sua liderança formaram o Agrupamento Comunista de São Paulo. Em 1968, o Agrupamento constituiu a organização revolucionária Ação Libertadora Nacional (ALN).

Frei Betto também analisou ideias de Marighella sobre a luta armada e não teceu críticas. Por exemplo, foi repreendido o fato de ocultar da população o objetivo político da guerrilha, que seria revelado numa etapa posterior do processo revolucionário. É enfatizada a mudança de ideia do guerrilheiro, que no livro *Por que resisti a prisão*, defendeu “[...] a importância dos trabalhos de base e de massa. Tomado pelo entusiasmo de desencadear o quanto antes a luta armada, parecia acreditara na ‘eficácia da ação de pequenos grupos’, o que condenara em 1965” (FREI BETTO, 2006, p.55). Ao se referir à luta armada, Frei Betto (2006, p. 59) assume um tom reflexivo:

Seria fácil – e leviano – dizer, hoje, que aqueles militantes foram envolvidos numa aventura guerrilheira incapaz de avaliar corretamente a conjuntura do país. É cômodo julgar, do alto de nossas ideias tão arrumadas, impecavelmente imaculadas, a prática de quem ousou sujar as mãos quando o regime militar já não admitia nenhuma forma de luta legal. Essa

coragem, que sacrificou prematuramente vidas heroicas, não a exime, entretanto, da crítica e da autocrítica – faces da mesma moeda, muito valorizada nos meus anos de cadeia, entre 1969 e 1973.

Percebe-se que Frei Betto adota uma posição defensiva ao lidar com o argumento de que a guerrilha se originou de uma percepção errônea da realidade brasileira. A opção pela luta armada é justificada pela impossibilidade de enfrentar dentro das normas democráticas a ditadura militar. Para Ridenti (2004, p.144), essa interpretação surgiu “[...] a partir do final dos anos 1970, quando setores significativos das esquerdas – agora comprometidos com o processo de democratização – reviam seu passado em conformidade com as posições políticas assumidas posteriormente”. Salienta-se que mesmo com os obstáculos impostos pelas Forças Armadas (bipartidarismo, cassações, fechamento do Congresso, por exemplo), o MDB continuou fazendo oposição. Além de elogiar a coragem dos guerrilheiros assassinados pela repressão, Frei Betto entende que a causa revolucionária pela qual lutaram era válida, apesar dos erros cometidos.

As revoluções socialistas ocorridas na Rússia, China e Cuba causaram impacto considerável nos jovens latino-americanos da década de 1960. Ao combater os interesses capitalistas, figuras como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara se tornaram exemplos. Além da influência ideológica, o governo cubano também ajudou financeiramente os guerrilheiros brasileiros. Mesmo assim, a batalha não seria vencida pelos insurgentes. Para Gaspari (2002, p.193), “A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas”. Em *Batismo de Sangue*, não é especificada a natureza do regime político que substituiria o governo ditatorial e que melhoraria as condições de vida da população, mas podemos perceber a influência do pensamento socialista.

Ressaltamos que existe uma relação direta entre a guerrilha no Brasil e Cuba. Em *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, Rollemberg (2001) analisou a questão do financiamento da guerrilha, antes e depois do golpe de 64, por Cuba. Inicialmente, o dinheiro foi intermediado através das Ligas Camponesas; na segunda, entre 1966 e 1967, foi recebido por Leonel Brizola, sob a justificativa de organizar forças contrárias ao governo e tomar o poder. Entre 1969 e 1973, guerrilheiros brasileiros foram a Cuba para receber treinamento militar. Além

disso, o governo de Fidel Castro forneceu armamentos e dinheiro para comprar fazendas em diferentes estados com a finalidade de criar campos de treinamento. Ao voltarem ao Brasil, o governo obteve através de um informante uma lista com nomes desses guerrilheiros ou de suspeitos. Desta forma, foram considerados perigosos e caçados implacavelmente. A autora também afirma que as atividades realizadas pelos guerrilheiros brasileiros tinham como principal objetivo a propaganda do regime para os próprios cubanos.

Uma possível definição de guerrilha é encontrada no *Dicionário de política*:

[...] tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular. Os objetivos por ela perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada (1998, p.577-578).

Azevedo (1999) acredita que uma das condições para o êxito da guerrilha é o apoio da população. Ao enfrentar forças com grande poder bélico, por exemplo, é uma estratégia útil à manutenção de esconderijos que possam servir como depósito de armamentos ou para o atendimento de eventuais feridos. No Brasil, um dos obstáculos para a vitória dos guerrilheiros foi a falta de apoio da sociedade. Mesmo após o destaque midiático dado aos grupos revolucionários MR-8 e ALN, que capturaram o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 1969, a sociedade brasileira não se manifestou de forma ativa a favor da causa revolucionária, “[...] fosse porque não estava de acordo com os seus meios, fosse porque não compartilhavam os seus fins – o socialismo e mesmo o fim do regime militar [...]” (ROLLEMBERG, 2007, p.6). Portanto, os grupos guerrilheiros não tiveram realmente condições de chegar ao poder seja pela falta de apoio da população, pela eficiência dos mecanismos de repressão ou mesmo pouca estrutura (número limitado de membros, armamentos e esconderijos).

Apontamos a existência de diferentes terminologias que demonstram a perspectiva das Forças Armadas e da esquerda. No discurso veiculado pela mídia, os guerrilheiros eram chamados “terroristas”, enquanto os próprios se consideravam “revolucionários”. Neste sentido, a “confissão” pública de guerrilheiros foi uma tática utilizada para demonstrar aos brasileiros a “verdade” sobre a esquerda. Para se referir aos “arrepentidos”, era utilizado o termo “desbundado”. Para Aarão Reis (apud Kushnir, 2010, p.286-287),

[...] devemos ter, sempre, compaixão dos que não aguentaram os maus-tratos. Desbundado foi uma palavra inventada pelos caras 'duros' de vanguarda que, assim, se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas. Depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando, ambiguamente, seja os que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja os que cediam diante da tortura. Enfim, trata-se de um termo carregado de sentido pejorativo e deve ser usado com muito cuidado. Em tempo: os torturadores gostavam muito de utilizá-lo.

Já o termo “expropriação” era utilizado pelos guerrilheiros para se referir às ações armadas que visavam financiar a luta armada (comprar armamentos, alugar casas, etc.); para as autoridades, eram atos de terrorismo. A diferenciação entre assaltos cometidos por criminosos comuns e as expropriações era uma questão que preocupava até mesmo Carlos Marighella. No livro escrito por ele e publicado clandestinamente no final dos anos 1960, *Manual do guerrilheiro urbano*, é afirmado que o criminoso comum obtém benefício pessoal “[...] e ataca indiscriminadamente sem distinção entre explorados e exploradores [...] O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos” (MARIGHELLA, 2003, p. 4). Além disso, ele alertava para o não utilizar de violência desmedida contra a população, uma vez que a mesma supostamente apoiara guerrilha. Com relação ao *O manual do guerrilheiro urbano*, Gaspari (2014, p.144) que se tratava menos de uma obra didática do que de propaganda, mas “[...] cumpriu uma singular trajetória no mundo da propaganda política. Circulou na esquerda pretendendo ser uma obra didática, que não era, e na direita como se tivesse sido aquilo que não foi: um tratado de terrorismo”. De qualquer forma, *O manual do guerrilheiro urbano* é uma fonte histórica que permite pensar a ditadura militar do ponto de vista da esquerda armada.

Foi neste contexto no qual estava inserida a luta armada que ocorreu o primeiro encontro de Carlos Marighella com os dominicanos. Conforme Frei Betto (2006), o encontro aconteceu por intermédio do Frei Oswaldo Rezende, que atendeu a um pedido do colega de faculdade e guerrilheiro, João Antônio Abi-Eçab. O local escolhido foi o convento do bairro de Perdizes, em São Paulo, em meados de 1967. A justificativa era apresentar aos dominicanos um homem que estava interessado em expandir seus conhecimentos sobre a juventude católica. Marighella não foi reconhecido pelos religiosos e se apresentou como professor Menezes. Ao fim do encontro, o guerrilheiro presenteou os anfitriões com livros de sua autoria. Dias

depois que Frei Betto e Oswaldo se encontraram novamente com Marighella e debateram como os dominicanos poderiam auxiliar a ALN e, conseqüentemente, a luta armada. Para Frei Betto (2006, p. 229), o envolvimento dos dominicanos com a guerrilha

[...] consistia em favorecer guerrilheiros urbanos e preparar as condições para a guerrilha rural. Éramos base de apoio dos militantes envolvidos em ações armadas. Acolhíamos feridos e perseguidos, escondíamos alguns e facilitávamos a fuga do país de outros. Guardávamos material considerado subversivo e armas.

Ao mesmo tempo em que investia na guerrilha urbana, Marighella também intencionava implantar a luta revolucionária no meio rural. E para isso, ele contava com a ajuda dos dominicanos. Para Frei Betto (2006, p.81-82),

Na medida em que se estreitavam os nossos contatos com Marighella, ele vislumbrou nos dominicanos uma importante ponta de lança para implantar as bases da guerrilha rural, já que possuíamos comunidades religiosas em Marabá e Conceição do Araguaia, no Pará. A seu pedido, em julho de 1968 viajaram para o interior de Goiás e do Pará os frades Fernando, Oswaldo, Ivo e Ratton, empenhados num minucioso levantamento da área. De fato, a presença dos religiosos na região não levantava suspeitas, já que os dominicanos eram conhecidos por ali desde o fim do século 19. Porém, o despreparo para a missão da qual foram incumbidos só não era percebido por quem confundida sonho com realidade.

Ao analisar a tática do líder da ALN de investir no fomento da guerrilha urbana, Gaspari (2014, p. 147) percebe que, em momentos de necessidade, as bases rurais poderiam servir de

[...] refúgio para quadros 'queimados', mantendo-os em atividade e economizando os custos das fugas para o exterior. Depois dos momentos fáceis de 1968 e das perdas dos primeiros meses de 1969, a ALN ia para o teste da adolescência dos grupos armados. Mesmo sem começar uma guerrilha, caso conseguisse botar o pé no campo, teria pelo menos ampliado sua base de manobra. Do contrário, continuaria no cotidiano de gato e rato.

Entretanto, a guerrilha não rompeu a rotina de "gato e rato" – pelo contrário, se intensificou – uma vez que a repressão havia aprendido com seus erros e tornou seus métodos mais sofisticados, eficientes e violentos. Ao se referir à luta armada, o ex-presidente Ernesto Geisel, no livro editado por D'Araujo e Castro, afirmou que

Achava que era um conflito que era preciso enfrentar. Achava que era uma questão que tinha que ser liquidada. O Brasil não podia estar vivendo

situações como a de meia dúzia de esquerdistas seqüestrarem um embaixador! Ou roubarem bancos! [...] Havia líderes tradicionais, como Marighella. Mais tarde surgiu Lamarca, com suas guerrilhas, e que teve de ser liquidado. Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou (1997, p.223-224).

Salienta-se que a violência³ da repressão não foi obstáculo para o voluntarismo dos dominicanos. Na época, Carlos Marighella era visto como um líder que unia teoria à prática e seus textos circulavam nas universidades. “Para os setores dominantes, Marighella era o líder do terrorismo e surpreendia o próprio aparelho repressivo” (FREI BETTO, 2006, p.73). A morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto, em 28 de março de 1968, motivou um protesto na frente da Igreja da Candelária que reuniu sacerdotes paramentados e intelectuais marxistas. Antes do envolvimento com a guerrilha, observamos que os dominicanos estavam em contato com o meio universitário da época. De acordo com Frei Betto (2006, p. 72)

A presença de frades na USP levou-nos a participar da política estudantil. Devido à repressão da ditadura, os estudantes passaram da denúncia à contestação, do debate ao enfrentamento, dos grêmios e diretórios às organizações de esquerda. No bojo desse movimento é que nos vimos atraídos pela ALN de Carlos Marighella. Quiçá houvesse ali boa dose de romantismo para uma geração despontada politicamente pelas barbas de Fidel Castro e pela vitória vietnamita sobre os EUA. O futuro parecia logo ali, à mão. Contudo, predominava o idealismo, a convicção ideológica de que o Brasil só poderia liberta-se da ditadura e da exploração capitalista mediante a única forma de luta possível frente à supressão dos espaços democráticos: o recurso às armas.

Com o intuito de estudar Teologia e Filosofia, alguns dominicanos partiam para a França e então entravam em contato com ideias de cunho marxista. Ao retornarem ao Brasil, ingressavam no movimento estudantil e no mundo operário. “Nossos conventos tornaram-se oficinas de novas idéias e propostas” (FREI BETTO, 2006, p.70). Por exemplo, o Frei Carlos Josaphat fundou o tabloide “Brasil Urgente” e ministrava aulas sobre justiça e doutrina social da Igreja e atraía grande público.

³ Quando mencionamos número de mortos e desaparecidos nas ditaduras militares do Cone Sul, é difícil chegar a um número exato. Mas é consenso colocar a ditadura argentina foi a que mais assassinou. Conforme a reportagem *Argentina ainda discute quantas foram as vítimas da última ditadura militar*, da *Folha de São Paulo* a associação civil Avós da Praça de Maio afirma que o número supera 30 mil vítimas, enquanto que em 2006 o governo de Cristina Kirchner apontou 8.368 pessoas como desaparecidas, mortas ou sequestradas (FOLHA DE S. Paulo., 2016). De acordo com Mariano (2009, p.145), número de cadáveres era tão alta que foi necessário criar novas formas de ocultá-los: “Como ficou impraticável cremar pilhas de corpos em fogueiras alimentadas por pneus regadas a óleo diesel (o cheiro forte de borracha abafava o odor de carne em combustão), utilizou-se os sepultamentos coletivos no oceano Atlântico ou no Rio da Prata”.

Em 1964, o tabloide foi fechado pela repressão. Em 1967, a secularização dos agentes da pastoral era notável: os frades usavam roupas comuns no dia a dia (hábito apenas nos ofícios religiosos), estudavam na universidade, moravam fora do convento e viviam do próprio trabalho. A maioria dava aulas. Na época que Frei Betto era repórter da *Folha da Tarde* e assistente de direção do Teatro Oficina e os Freis Fernando de Brito e Maurício Caldas trabalhavam na Livraria Duas Cidades.

Além da morte do padre-guerrilheiro Camilo Torres e o Concílio Vaticano II, o Papa VI se pronunciou sobre os efeitos de insurreições e revoluções e, nas palavras de Frei Betto, a luta armada era válida “[...] em caso de tirania evidente e prolongada que ameace gravemente os direitos fundamentais da pessoa e prejudique perigosamente o bem comum do país” (2006, p.71). A violência revolucionária⁴ é entendida por Araújo (2008, p.248) como “[...] uma noção positiva de violência como instrumento legítimo de ação política”. As guerras anticoloniais no Vietnã e na Argélia foram utilizadas como exemplos bem-sucedidos da violência como instrumento legítimo contra a opressão. O fenômeno da violência revolucionária que não esteve restrito à América Latina entre as décadas de 1960 a 1980. Além do Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Uruguai, Guatemala, Colômbia, Nicarágua, também vivenciaram a luta armada sob o viés de esquerda. Conforme Araújo (2008, p.266)

[...] a situação política da maioria dos países do Terceiro Mundo – submetidos a regimes ditatoriais, sem garantias de respeito aos direitos humanos, sem o livre exercício da cidadania política, sujeitos muitas vezes a sucessivos golpes militares, com desigualdades e injustiças cruéis – não só tornava a realidade política extremamente explosiva, como justificava e incentivava o recurso à violência. Esta seria, no contexto do terceiro Mundo, a luta política legítima de sociedades que desejavam emancipar-se e abrir a porta para o socialismo. A crença no potencial revolucionário do Terceiro Mundo – mais que isso: a crença em sua tarefa revolucionária – impulsionou a luta armada na América Latina.

A contestação ao governo ditatorial foi uma característica da cultura brasileira no período anterior ao AI-5. Uma das músicas mais emblemática é *Para não dizer que não falei das flores (Caminhando)*, de Geraldo Vandré, mas podemos citar

⁴ Se por um lado intelectuais de esquerda como Frantz Fanon (1925-1961) e Jean-Paul Sartre (1905-1980) se manifestaram a favor do uso da violência revolucionária da década de 1960, a filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) via a questão sob o parâmetro do esvaziamento da política. Para ela, (2009, p.62), “[...] a diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional é sempre um fator que pode levar à violência [...] muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade de ação do mundo moderno”.

várias outras, como *Soy loco por ti, América*, de Capinam e Gil, no teatro (como a peça *O rei da vela*, na qual Frei Betto foi assistente de direção) e nas artes plásticas (a exposição *Nova Objetividade Brasileira*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro). Para Ridenti (1997, p.17), “Na década de 1960, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (não a democracia ou a cidadania, como hoje), tanto que o próprio golpe designou-se como ‘revolução de 1964’”. Percebe-se, portanto, uma justificativa para o apoio dos dominicanos aos guerrilheiros.

4.2 O Esquema do Sul e a Queda dos Dominicanos

No começo de 1969, Frei Betto deixou o cargo de repórter da *Folha da Tarde* e se afastou dos dominicanos do convento de Perdizes, porque achou que seria alvo dos órgãos de repressão, uma vez que vários conhecidos haviam sido presos e torturados. Após passar um tempo escondido em São Paulo, ele pediu transferência para o Seminário Cristo Rei, em São Leopoldo (RS). Frei Betto (2006, p.95-96) descreve da seguinte maneira o impacto de sua presença no seminário Cristo Rei:

Com certa perplexidade, descobriram que eu via no compromisso político um meio evangélico da vivência da fé cristã, e compreendia teologicamente a opção revolucionária do padre Camilo Torres, assassinado em combate nas selvas colombianas, em fevereiro de 1966. Aliás, isso poderia ser creditado ‘à mera festividade de um dominicano esquerdista’, não fosse eu um aluno aplicado, que passava horas na biblioteca, desenterrando os escritos dos místicos da Igreja.

Como havia concluído o curso de filosofia e ganhado uma bolsa para estudar teologia na Alemanha, a ideia era permanecer no seminário até o fim de 1969 e então deixar o país (FREI BETTO, 2006). No capítulo dois, Sul, a travessia, Frei Betto afirma (2006) que o esquema da fronteira⁵ foi proposto por Carlos Marighella num encontro, ocorrido em maio de 1969, no qual indagou se ele poderia acompanhar, de Porto Alegre, a passagem de perseguidos políticos que, antes de irem para a Europa, partiriam para o Uruguai ou Argentina. O guerrilheiro afirmou que o esquema não seria limitado somente a membros da ALN, mas também a outros inimigos da ditadura militar. Frei Betto (2006, p.92) justificou da seguinte

⁵ No livro *Viagem à lutada*, o guerrilheiro Carlos Eugênio Paz relata que se alistou no Exército e preparava um atentado à bomba no quartel. Contudo, a morte de Carlos Marighella mudou os planos. Inclusive, a ideia do líder da ALN era que Carlos Eugênio Paz fosse treinar em Cuba através do esquema da fronteira (2008, p.117).

forma o seu posicionamento: “Aceitei o encargo, ciente de que se adequava à tradição da Igreja Católica de auxílio a refugiados políticos”. Mais adiante, o dominicano admitiu que nunca que aproximou da fronteira e que obteve as rotas de viagem através de pessoas que conheciam bem a região.

Em *Batismo de sangue* constam os nomes e codinomes das pessoas que Frei Betto ajudou a deixar o Brasil: o jornalista Jorge de Miranda Jordão (que inaugurou o esquema da fronteira), “Jarbas” (João Zeferino da Silva), “Gustavo” (João Roberto Arantes), “Romualdo” (Aylton Adalberto Mortatti), “Tiago” (Márcio Beck Machado), Ana Maria (esposa do líder estudantil Wladimir Palmeira), “Toledo” (Joaquim Câmara Ferreira), “Piter” (Boanerges de Souza Massa) e “Carlos Alberto” (Franklin Martins), sendo que estes dois encontraram com Frei Betto em 3 de novembro de 1969, um dia antes da morte de Marighella. Também é relatada a confiança Frei Betto tinha em Jorge de Miranda Jordão: ao ser preso no Uruguai, ele possuía uma mensagem de Carlos Marighella costurada no lado avesso da gravata que deveria ser entregue para Fidel Castro. Antes de ser abordado, ele conseguiu se livrar da mensagem e não citou o nome de Frei Betto nos interrogatórios. No livro *Memórias do esquecimento*, Tavares (2012) afirma que o silêncio de Jorge de Miranda Jordão evitou que a repressão descobrisse os vínculos dos dominicanos com a ALN. Ao ser preso, as autoridades fizeram perguntas sobre o jornalista para Frei Betto, que admitiu apenas que haviam trabalhado juntos: “Dos que passei pela fronteira, Miranda Jordão foi o único que não figurou em meu inquérito policial” (FREI BETTO, 2006, p.100). Como prova de consideração por Jordão, Frei Betto dedicou o livro *Batismo de sangue* a ele.

No capítulo três, *Prisão, o labirinto*, Frei Betto descreve a sua fuga das autoridades no Rio Grande do Sul. Apesar de distante dos dominicanos de São Paulo, Frei Betto continuava a se comunicar com Frei Fernando de Brito através do correio postal. Como forma de despistar as autoridades, as cartas eram endereçadas a um colega de Frei Betto, Camilo García. Foi através da caderneta de endereços de Frei Fernando de Brito que as autoridades localizaram Frei Betto, mas confundiram os nomes: ao prender Camilo García, acreditavam ter capturado o dominicano. Avisado por um colega da prisão, Frei Betto foi ao seu quarto no Seminário Cristo Rei e pegou roupas, identidade falsa, dólares e pesos uruguaios. No livro de saídas, escreveu que iria a Porto Alegre e retornaria às 19 horas. Foi

uma forma de despistar a repressão e ganhar tempo para procurar abrigo na capital gaúcha (FREI BETTO, 2006).

Neste período de clandestinidade que antecedeu a sua prisão no Rio Grande do Sul, Frei Betto procurou abrigo na paróquia da Piedade (com os padres Manuel e Marcelo) e na casa das Irmãs de Jesus Crucificado, onde foi recebido pela irmã Filó. Naquele momento, Frei Betto era caçado pela Brigada Militar, Polícia Federal e o DOPS e as informações divulgadas pelos meios de comunicação a seu respeito visavam despertar o medo da população e causar danos à imagem da Ordem dos Pregadores (OP):

Consideravam-me o chefe da ALN no Rio Grande do Sul, responsável pela fuga de Lamarca rumo ao Uruguai e pelos contatos entre tupamaros e os combatentes brasileiros. Os grandes jornais do Rio e São Paulo promoviam o linchamento moral dos dominicanos (FREI BETTO, 2006, p.164).

Em vista do cerco que se fechava, o Padre Manuel levou Frei Betto para sítio da família do Dr. Waldemar Chaves Barcellos, em Viamão. Alertado pelo filho de Chaves Barcellos, Paulino, que o sítio estava “queimado”, ou seja, visado pela polícia, propôs levar o dominicano para o apartamento de um amigo em Porto Alegre. Foram até uma mansão esperar o amigo. Enquanto isso, Waldemar Chaves Barcellos – que representava o governador Peracchi Barcellos – tentava um acordo com os assessores do Cardeal Scherer – que estava em viagem – e não conseguiu convencê-los que Frei Betto deveria ser levado para a sé episcopal e então entregue às autoridades. Por fim, o dominicano foi preso na mansão, mas conseguiu esconder a caderneta de endereços numa poltrona.

Em *Batismo de sangue*, é citado o nome de diversos torturadores, como o delegado “Pudim”⁶ (Raul Ferreira), capitão Maurício e Alfredo Magalhães, que utilizava os codinomes de “Alemão” ou “Mike”. Mas é a figura de Fleury que se destaca, uma vez que foi ele que torturou os frades Fernando de Brito, Ivo e Tito. Na primeira vez que se encontrou com Fleury, Frei Betto estava detido no DOPS de Porto Alegre:

⁶ Uma das passagens inusitadas de *Batismo de sangue* envolve padre Marcelo, que havia dado abrigo a Frei Betto após a sua fuga do Colégio Máximo C. Rei e estava preso junto com os dominicanos no DEOPS de São Paulo. No cárcere, o delegado Pudim, que era um dos homens de confiança de Fleury, tinha o hábito de conversar com padre Marcelo. Um dia, o religioso foi tirado de sua cela e foi levado a casa do delegado, na qual comeu um lanche e conheceu a esposa e o filho. Antes de ser levado para o DEOPS de Porto Alegre, Pudim e seus homens ainda o levarem para comer um churrasco na capital gaúcha.

Gordo como um urso, vestia terno cor de malva e gravata vermelha. Comentava-se que viera me buscar. Os seus olhos verdes reluziam o travo da perversidade, a auréola de herói do sistema realçava-lhe a prepotência, os policiais gaúchos fitavam-no como anões perante um gigante. Sua presença repulsiva espremia-me a alma; a fatalidade protegia-me do medo. Olhou-me de relance quando entrei, e continuou a arrumar os papéis que transbordavam de sua pasta executiva, de couro negro, deixando entrever o revólver 38, niquelado, cano longo, e a máuser 7.65, compacta, deitados na valise como dois brinquedos de luxo. Dr. Firmino estendeu-lhes os meus depoimentos. Recostando ao fundo da poltrona, pernas cruzadas, o cigarro de filtro fumegando no canto da boca, Fleury fazia uma leitura dinâmica, passando as páginas bruscamente, estalando o papel.

– Você só encheu linguiça aqui. Lá em São Paulo, o papo vai ser outro – ameaçou-me.

Virando-se para o delegado gaúcho, indagou em tom cínico, prazeroso:

– Como é, deram uns beliscões nele aqui?

Dr. Firmino reagiu desajeitado, como se o seu machismo tivesse sido posto em dúvida. Atrapalhado, respondeu:

– Não foi preciso (FREI BETTO, 2006, p. 198-199).

Ao interpretamos as palavras do dominicano, percebemos que o corpo de Fleury é comparado a um urso, ou seja, ele não é mais um homem e sim um animal selvagem. Ele não era um homem musculoso, mas era suficientemente forte para transmitir uma imagem de virilidade. A sua simples presença desperta diferentes reações: Frei Betto sentiu aversão, mas os policiais expressaram uma espécie de reverência ao homem forte da ditadura militar. O delegado Fleury agiu de forma estratégica para intimidar Frei Betto: deixou visíveis as armas, avisa que as informações que contam em seus depoimentos não são relevantes e que no DOPS de São Paulo isso mudaria. É interessante perceber que a menção aos “beliscões” é feita de forma despreocupada pelo delegado Fleury. Fica subtendido que a utilização da violência contra os acusados de colaboração com a guerrilha era considerada um procedimento rotineiro da polícia.

Uma informação que merece menção é a de que, diferentemente do que aconteceu com os Freis Ivo, Fernando e Tito, Betto não sofreu torturas físicas. Todavia, nem todos os traumas são oriundos somente da violência física. A tortura psicológica também foi utilizada pelas autoridades com o intuito de obter confissões e, seguindo o raciocínio do preso, evitar abusos físicos. Ao ser detido e levado ao DOPS de Porto Alegre⁷, Frei Betto assistiu a um homem ser severamente torturado; na ocasião, foi ordenado que o dominicano ficasse apenas de cueca:

⁷ No Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) estão disponíveis para a consulta os documentos apresentados por Carlos Alberto Libânio Christo (processo 5494-1200/98-0) para solicitar indenização segundo a Lei Estadual n 11.042/1997, que consistia no reconhecimento da responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por causar danos de ordem psicológica e física

Esse havia sido o método para intimidar-me, pois a repressão gaúcha não sentia em condições políticas de torturar-me fisicamente, devido às boas relações entre o governo do estado e a Igreja. No entanto, eu demoraria a descobrir esse detalhe tão importante. No decorrer dos interrogatórios, guardei sempre o momento da tortura física (2006, p.175).

O olhar retrospectivo de Frei Betto sobre a ameaça da tortura preenche lacunas que o seu “eu” da época não possuía. O testemunho não se limita à mera descrição, mas explica ao leitor as possíveis razões do episódio ter ocorrido daquela maneira. O dominicano também relata que ainda em Porto Alegre foi interrogado pelo delegado Fleury, que alertou ao diretor do Dops “– Cuidado, ele tem costas quentes” (2006, p.199). A explicação é a de que o general reformado e tio de Frei Betto, José Carlos Campos Christo, teria conseguido a garantia de autoridades em Brasília da preservação da integridade física do sobrinho. Percebe-se que a influência dos contatos pessoais⁸ nas esferas do poder – numa época na qual a repressão sequestrava, torturava e matava sob a justificativa de combater a esquerda armada – significavam a diferença entre a vida e morte.

A delimitação entre “nós” (aqui representada na união de cristãos e comunistas na luta por uma sociedade mais igualitária) e “eles” (o governo militar e a repressão) é perceptível em *Batismo de Sangue*. Inicialmente, Frei Betto apresenta, com simpatia, o voluntarismo dos dominicanos que admiravam a figura carismática de Marighella. Com o transcorrer dos acontecimentos, a esperança é substituída pela dor e desespero. São narrados com detalhes os sofrimentos físicos pelos quais passaram os Freis Fernando, Ivo e Tito quando estavam sob a custódia do delegado Fleury que é descrito como um sádico obstinado a obter informações a qualquer custo. Dentre os dominicanos torturados, o caso mais trágico foi o de Frei Tito: mesmo exilado num convento na França, em 1974, ele não conseguiu superar os traumas psicológicos oriundos das sessões de tortura e cometeu suicídio.

aos indivíduos presos por razões políticas entre 1961 e 1979. Preso em Porto Alegre entre 9/11/1969 e 27/11/1969, Frei Betto afirmou que não sofreu sevícias, mas maus tratos. Além disso, alegou ter sofrido problemas físicos decorrentes da prisão (“alergia ao leite”) e psíquicos (“insônia, pesadelos, claustrofobia”). Ao relatar os problemas decorrentes da prisão, afirmou: “Interrupção da atividade jornalística; interrupção do curso de Teologia; difamação via imprensa como ‘terrorista’; obrigado a presenciar torturas; obrigado a conviver com presos comuns durante 1 ano e 4 meses (Pres. Wescelau); greve de fome de 36 dias; ameaças de morte. Fui condenado a 2 anos de reclusão e fiquei 4 anos!” Em 1998, foi concedido a Frei Betto uma indenização no valor de R\$ 20.000.

⁸ Outro exemplo é narrado por Frei Betto no livro *Das catacumbas: cartas da prisão (1969-1971)*. Numa carta datada de 30 de dezembro de 1969, ele afirma que “Papai conseguiu avistar-se comigo no DOPS de Porto Alegre e no DOPS de São Paulo – creio que a sua condição de juiz facilitou estas visitas” (1978, p.18). O fato aconteceu no período que o dominicano estava supostamente incomunicável.

Uma das características da literatura de testemunho é o afastamento da ironia do seu centro narrativo, uma vez que ela “[...] implode a leitura na medida em que obscurece e desarticula as funções referenciais e comunicativas do discurso” (SELIGMANN-SILVA, [s.d], p. 375). Para Campos (2002), uma das características da ironia é o fato dela poder significar exatamente o oposto do que está sendo afirmado, sendo, portanto, portadora de um “[...] caráter revolucionário, questionador, contestatório” (2002). O relato testemunhal de Frei Betto prima pela denúncia dos abusos cometidos pelo regime instaurado em 1964. Contudo, é possível encontrar resquícios de ironia em passagens isoladas do livro *Batismo de Sangue* que, assim como as passagens mais densas, também critica os militares. Na prisão, foi cedida uma máquina *Remington* para que Frei Betto reescrevesse seu depoimento sobre o esquema da fronteira. Ao terminá-lo, ele utilizou o papel que sobrou para jogar batalha naval com um preso:

Não terminamos o jogo. Em pleno bombardeio, os soldados da tropa de choque invadiram nossas fortalezas, apoderaram-se de nossos mapas, navios, torpedos, submarinos, minas e porta-aviões, convencidos de que capturavam um sistema de código altamente subversivo... A máquina de escrever foi retirada da cela (FREI BETTO, 2006, p. 342).

Provavelmente o maior exemplo do uso da ironia é a crônica *O sabonete suspeito*⁹, escrita por Frei Betto na prisão. Após ser detido pelas autoridades no Rio Grande do Sul, Frei Betto e outros presos foram escoltados para a Base Área de Canoas para serem transferidos para o DOPS de São Paulo. Ao terem seus pertences pessoais revistados, um sabonete da marca *Lux* foi esquecido numa mesa. Francisco, um escolástico, pediu a um soldado o pertence de volta. Criou-se então uma situação de tensão, pois surgiu a suspeita de que o suposto sabonete pudesse ser uma bomba:

[...] o cosmético foi entregue ao oficial, que o levou para a roda de militares no pátio. [...] levaram o Lux para uma pequena murada de cimento, consideravelmente distante para que nada fosse atingido, caso a bomba perfumada detonasse (FREI BETTO, 2006, p. 219-220).

⁹ A ditadura militar está repleta de episódios pitorescos como esta crônica de Frei Betto em *Batismo de sangue*. Um dos exemplos mais notórios ocorreu com o poeta Ferreira Goulart: ao ter a casa invadida pela repressão, os agentes levaram julgaram que o livro *“Do Cubismo à Arte Neoconcreta”* tivesse relação com Cuba. Nada mais longe da verdade: era um livro sobre a arte contemporânea.

A falsa ameaça à bomba foi desmascarada quando o sabonete foi aberto e cortado em pequenos pedaços. O leitor sabe de antemão que o perigo não é real – até mesmo porque a linguagem utilizada possui caráter humorístico. A ironia se encontra na percepção errada dos fatos por parte dos militares. Da mesma forma que as passagens mais densas do livro criticam os militares, a crônica *O sabonete suspeito* faz o mesmo. De acordo com Travaglia (1990, p.55),

O humor é uma atividade ou faculdade humana cuja importância se deduz de sua enorme presença e disseminação em todas as áreas da vida humana, com funções que ultrapassam o simples rir. Ele é uma espécie de arma de denúncia, de instrumento de manutenção do equilíbrio social e psicológico; uma forma de revelar e de flagrar outras possibilidades de visão do mundo e das realidades naturais ou culturais que nos cercam e, assim, de desmontar falsos equilíbrios.

Talvez por se tratar de uma temática repleta de seriedade, a ditadura militar foi frequentemente abordada pelos humoristas brasileiros. O equilíbrio do poder se mostrou muito mais favorável aos militares, mas isso não significa que o humor não tentou questionar de uma forma mais sutil as estruturas do poder. Por isso, o fato de Frei Betto ridicularizar os militares em plena ditadura pode ser considerado uma tática de resistência pacífica que foi adotada por inúmeros humoristas. Neste sentido, destaca-se o jornal *Pasquim* (1969-1991) e outras publicações da chamada alternativa. Conforme Vieira (2010) o *Pasquim* colaborou para enfraquecer a ditadura militar do mesmo modo do que a guerrilha e a Igreja, por exemplo. O *Pasquim* forjava leitores que também podiam ser considerados combatentes e que se reuniam pelo riso em verdadeiros “[...] focos de resistência espalhados nos cinco cantos do Brasil. Não era um jornal que defendia a luta armada ou os seqüestros de embaixadores. Mas o desenho de humor do *Pasquim* era, metaforicamente, uma *Guerrilha de Pincéis*.” (VIEIRA 2010, p. 181). O jornal abordava de forma contínua assuntos relacionados à política brasileira e até mesmo entrevistou Fernando Gabeira, em 1978, antes de seu retorno ao Brasil e do sucesso do livro *O que é isso, companheiro?*

Em vista das implicações das ações dos dominicanos naquele determinado momento histórico, *Batismo de Sangue* é um relato que condensa religião e política. Podemos citar como exemplo disso o episódio da celebração de uma missa na prisão, na qual Frei Betto proferiu aos presentes –inclusive comunistas – um discurso que fazia analogias entre o Cristianismo e o Marxismo. Em determinado

momento, Frei Betto (2006) afirmou que no começo dos tempos os homens viviam no paraíso; depois, o pecado da ganância teria gerado a acumulação primitiva de capital. Contudo, através da História, os modos de produção se sucederiam até chegar a um reino da liberdade. Percebe-se que esta interpretação dos Evangelhos aproximava os dominicanos da esquerda armada, pois ambos criticavam o capitalismo¹⁰ e almejavam derrubar a ditadura instaurada em 1964. *Batismo de Sangue* foi escrito por um religioso que não rompeu relações com a instituição antes, durante ou depois da prisão. A crença pessoal da utilização do Marxismo como uma forma de alavancar a mudança social que não excluía a religião. É neste sentido que o discurso.

Com relação à Igreja Católica no Brasil, elegemos como marco cronológico a Proclamação da República, fato que delimitou a perda da prerrogativa de religião oficial. Apesar disso, a Igreja tratou de manter relações com o novo poder constituído. Nesta época, a doutrina positivista – expressa no lema Ordem e Progresso da bandeira nacional – exercia grande influência nas Forças Armadas e tinha como um de seus preceitos a substituição de explicações religiosas por científicas. De acordo com Serbin (2001), com a progressiva decadência da influência do positivismo, a partir da década de 1920, cresceu o número de oficiais procurando pelo batismo e a Igreja ajudava no recrutamento militar. Na década seguinte, o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) – que teve muitos adeptos no Exército – ganhou influência, sendo que Dom Hélder Câmara participou do seu conselho supremo. Com a abolição da AIB pelo presidente Getúlio Vargas, a Igreja Católica permaneceu ao lado presidente com o intuito de preservar os privilégios.

Neste mesmo período, é perceptível que a Igreja Católica se aproximou das oligarquias conservadoras e proprietários rurais e se distanciou dos setores menos abastados da sociedade. Para Delgado e Passos (2009, p.98),

O processo de romanização do catolicismo brasileiro entra em crise com as manifestações religiosas do povo. São consideradas supersticiosas,

¹⁰ Numa entrevista ao jornal *Zero Hora*, foi indagado a Frei Betto por que da afirmação que o capitalismo havia fracassado. A resposta foi a seguinte: “Fracassou para dois terços da humanidade que vivem abaixo da linha da pobreza, quatro bilhões de pessoas. O capitalismo é bom para um terço, que teve sorte e ganhou na loteria biológica, não nasceu nem entre os miseráveis nem entre os pobres. E esse um terço deveria ter consciência de que isso não é um privilégio, mas é uma dívida social para com aqueles não tiveram a mesma sorte. E, portanto, devemos lutar para que essa loteria social não mais exista” [FREI BETTO, 2014].

alienantes e vazias de sentido. As implicações desse tipo de catolicismo se fazem sentir nas celebrações litúrgicas, na ausência de um projeto pastoral que considere a pluralidade cultural brasileira. [...] a Igreja estabelece maiores vínculos com as classes médias, e o exercício pastoral será direcionado pela hierarquia eclesiástica. O lugar de articulação dos leigos se faz dentro da Igreja, sob a tutela da autoridade religiosa.

Mas foi após a Segunda Guerra Mundial que parte da Igreja Católica percebeu a necessidade de realizar mudanças estruturais:

As rápidas mudanças socioeconômicas, a ameaça do comunismo, o crescimento do protestantismo e das religiões afro-brasileiras e a assimilação de inovações teológicas e filosóficas europeias impulsionaram a mudança. A partir do final dos anos 40, os bispos passaram a exigir a reforma do sistema profundamente iníquo da posse de terra, que eles viam como a causa da efervescente migração para as favelas urbanas. No final dos anos 50 e anos 60, padres, bispos e trabalhadores leigos aderiam ao novo nacionalismo econômico e pregavam transformação social. Muitos católicos questionavam o modelo de neocristandade da Igreja (SERBIN, 2001, p.98)

Foi neste momento histórico que o Papa¹¹ João XXIII convocou o Concílio Vaticano II (1962-1965). Uma das questões mais importantes era a de “[...] manter a plausibilidade da mensagem cristã, açambarcando novos espaços e populações, frente a um mundo marcado por transformações profundas e velozes e, muitas das vezes, perpassado por espírito anticatólico?” (CALDEIRA, 2009, p.59). O evento conciliar foi um passo importante para a Igreja Católica adotar posicionamentos mais progressistas e que enfatizassem a defesa dos direitos humanos e da justiça social. Para Gomes (2014, p37), foi debatida a necessidade

[...] de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítico-econômica, valorizou-se o diálogo ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade.

Conforme Buccioli (2012, p.55), o Concílio do Vaticano II

[...] introduziu uma *linguagem nova* (grifo do autor). Termos como *carisma*, *diálogo*, *colaboração*, *amizade* (grifo do autor), etc. revela um estilo

¹¹Para Borin e Henn (2017, p.84) “A figura do Papa como líder máximo na Igreja Católica existe desde o princípio do cristianismo, sendo interpretado como um legado dado por Jesus Cristo, primeiramente a Pedro que iniciou a sucessão apostólica, seguido pelos outros Papas. Por representar a Igreja Católica no nível máximo de seu Magistério, o Pontífice Romano é o condutor dos princípios da fé e da doutrina, mas não somente isso, como também a partir do Tratado de Latrão, firmado entre o Estado italiano e a Igreja Católica, o Papa também é o chefe de Estado da Cidade do Vaticano e responde por todas as ações políticas e diplomáticas”.

diferente nas relações humanas e de poder e exige mudança no pensamento, na palavra, nas atitudes e nos comportamentos. [...] propôs um modelo novo de relações dentro da Igreja, passando do estilo *legislativo-judicial*, que predominou desde o I Concílio de Niceia (325) até o Vaticano I (1869-1870); começou a prevalecer uma linguagem que apontava mais para o diálogo, o convite, a persuasão.

Como consequência do Concílio do Vaticano II, foram criadas conferências episcopais nos diferentes continentes com a finalidade de adaptar as novas diretrizes para as especificidades locais. Em 1968, ocorreu na Colômbia o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Mesmo com as novas resoluções, a parcela progressista ainda era vista com restrições tanto no Brasil quanto no exterior. Um exemplo é o caso de Dom Hélder. Para Serbin (2001, p.171),

Durante o Vaticano II outros bispos davam a entender que dom Hélder logo seria feito cardeal. Mas o governo provavelmente conseguiu bloquear sua nomeação para o grupo mais exclusivo da Igreja. De acordo com Raimundo Caramuru de Barros, assistente de dom Hélder nos anos 60, um dos embaixadores do Brasil na Santa Fé 'vangloriava-se' de ter trabalhado com sucesso contra a promoção. Os burocratas do Vaticano também estavam cautelosos quanto à promoção de um bispo tão crítico do poder de Roma como dom Hélder.

Também no livro *Batismo de Sangue* percebemos as divergências entre a ala conservadora da Igreja e a parcela progressista da instituição. Frei Betto descreve Cardeal Vicente Scherer como autoritário e reacionário nas ideias:

Seu estilo germânico de autoridade ultrapassava as fronteiras da arquidiocese de Porto Alegre para impor-se a todo o sul do Brasil. Em torno de sua figura, como uma espécie de eixo central, gravitou a Igreja do Rio Grande do Sul entre os anos 50 e 70 (2006, p.160-61).

Além disso, o Cardeal Vicente Scherer afirmou no seu programa de rádio que dificilmente Frei Betto seria inocente das acusações que Justiça imputava de ligação com a guerrilha. Enquanto estava na prisão, Frei Betto narra da seguinte forma o encontro que teve a sós com Vicente Scherer: "Ele ouve-me interessado, sem contudo demonstrar apoio ou confiança" (2006, p.197-198). Percebe-se, portanto, o contraste entre duas gerações: de um lado, um jovem religioso de inspirações liberais; no outro um homem experiente e ideologicamente conservador. Já com relação ao Cardeal Bispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ele é descrito como um amigo e defensor dos dominicanos presos. Motta (2002, p.24) afirma que os setores conservadores da Igreja Católica não concordavam com os ideais de

reformismo social defendidos pelos religiosos progressistas, assim como a ausência de ímpeto para combater o comunismo. Desta forma, os dominicanos envolvidos na luta armada não eram considerados verdadeiros militantes da fé católica e sim comunistas que se passavam por religiosos. Como veremos no próximo subcapítulo, foi neste contexto histórico de divergências dentro da Igreja Católica que Frei Tito ingressou na militância política contra a ditadura militar.

4.3 A Tragédia de Frei Tito

O capítulo *Tito, A Paixão* é dedicado exclusivamente para Frei Tito. Nascido em 14 de setembro de 1945 em Fortaleza, Ceará, Tito de Alencar Lima foi o 15º filho de Ildfonso Rodrigues de Lima e Laura de Alencar de Lima. Conforme Duarte-Plon e Meireles (2014), uma das mulheres que tiveram grande influência na criação do futuro dominicano foi a irmã Nildes, que tinha 12 anos quando ele nasceu e seria o último parente a vê-lo vivo na França. Além de cuidá-lo desde que nasceu (era costume no Nordeste que as filhas mais velhas cuidassem dos irmãos menores), Nildes incentivava a criança a ler a Bíblia e a frequentar a Igreja. Seguindo seus passos, Tito ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC) com anos e isso incentivou o seu engajamento político. Foi à serviço da JEC, Frei Betto conheceu Frei Tito em Recife. Em *Batismo de sangue*, Frei Tito é descrito da seguinte maneira:

Baixo, forte, ombros largos, cabelos pretos anelados, tinha rosto redondo e os olhos miúdos, sempre atentos, sob as lentes brancas dos óculos. Trazia da adolescência a espiritualidade cristã, acentuadamente mística, e a racionalidade política embasada na ciência. Nele, essa síntese não resultava de uma postura teórica, fora criado assim. Afetuoso, ficava amigo de infância em cinco minutos, e mantinha-se sempre fiel às suas amizades. Gostava de música popular brasileira e aprendera a dedilhar violão, seu companheiro nas horas de lazer (FREI BETTO, 2006, p.79).

No livro *Batismo de sangue*, Frei Betto (2006) afirma que, após a queda de Freis Ivo e Fernando de Brito, Frei Tito foi preso pela segunda vez na invasão ao convento da Rua Caiubi 126 e, encaminhado ao DEOPS. Foi quando “[...] o próprio Fleury encarregou-se de torturá-lo com choques, palmatória e pancadas na cabeça” (2006, p.387). Após a morte de Marighella, os dominicanos foram encaminhados para o Presídio Tiradentes, onde foram alojados na cela 7, junto com outros presos políticos. Entretanto, em 17 de fevereiro de 1970, Frei Tito foi levado para a sede da Operação Bandeirante. Tal fato causou a revolta dos presos políticos, pois até então

imaginavam “O presídio Tiradentes significava proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava na Auditoria Militar” (GORENDER, 1998, p. 249). Frei Tito foi levado porque havia intermediado o aluguel do sítio¹² no qual foi realizado o 30º Congresso da UNE, ocorrido em outubro de 1968. Escoltado por dois policiais, o capitão Maurício pronunciou uma frase emblemática que também é repetida no filme de Helvécio Ratton: “*Você agora vai conhecer a sucursal do inferno*’ (grifo do autor)” (Frei Tito apud Frei Betto, 2006, p.368). Em *Batismo de sangue*, Frei Betto afirmou na seção “Fontes” que reproduziu o relato de Frei Tito publicado em abril de 1970 na *Look Magazine*. Em *Batismo de sangue*, ele intercala as dramáticas palavras de Frei Tito com observações nas quais reflete sobre a força de vontade do confrade, repressão e religião. Com relação específica às torturas, Frei Tito (apud Frei Betto, 2006, p.369) expõe que foi enviado a Oban por autorização do juiz-auditor Nelson Guimarães “[...] sob garantias de integridade física”.

Figura 5 - Frei Tito sendo fichado



Fonte: Arquivo Nacional (2015).

Os agentes da repressão tentavam descobrir informações que, aparentemente, Frei Tito não possuía, e também ameaçaram torturar os outros dominicanos presos:

¹² Segundo Ventura (1988), Domingos Simões, o dono do sítio, permaneceu dois anos na clandestinidade com a família até ser capturado e torturado. Ele ficou seis meses preso e perdeu a propriedade por falta de pagamento das prestações.

Angustiava-me a possibilidade de os outros religiosos sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria aguentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me. [...] tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados, e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a Paixão Segundo São Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre (Frei Tito apud Frei Betto, 2006, p.376-377).

Inicialmente, Tito pegou uma lata vazia e tentou amolar sua ponta no cimento de sua cela, mas não deu certo. Com a justificativa de fazer a barba, ele conseguiu emprestada uma gilete com um soldado e cortou a artéria do braço esquerdo. Acordou no Hospital de Clínicas e foi transferido para o Hospital Militar. Frei Tito também relatou as torturas psicológicas que sofreu enquanto se recuperava dos ferimentos, sendo ameaçado de expulsão da Igreja Católica e chamado de padre “suicida e terrorista”. Ele foi examinado por um médico na frente de um juiz-auditor e do dominicano dom Lucas Moreira Neves, bispo auxiliar de São Paulo. Conforme Frei Betto (2006), a província dominicana pediu a dom Lucas Moreira Neves que testemunhasse no julgamento de Frei Tito, mas ele recusou porque poderia causar problemas nas atividades pastorais que desenvolvia. Frei Tito pediu para que o juiz Nelson Guimarães impedisse seu retorno à Oban. Mesmo com a promessa, o dominicano retornou à Oban em 27 de fevereiro de 1970 e, à noite, ao Presídio Tiradentes. Frei Betto (2006, p.383-384) relata da seguinte forma o retorno do amigo:

Afeto e admiração cercaram o retorno de Frei Tito à cela 7. Nossa alegria foi contida pelo lastimável estado em que ele se encontrava: o rosto inchado, o corpo coberto de hematomas e de queimaduras de cigarro, o braço esquerdo enfaixado [...] Estava fraco, pálido. Carregado, subiu as escadas, e, na cela, os médicos Davi Unovich e Antônio Carlos Madeira, presos políticos, improvisaram a aplicação de soro glicosado. Apesar de tudo, estávamos orgulhosos da coragem de Tito. Ele parecia todo feito de luz: seus olhos miúdos irradiavam alegria, o moral revelava-se alto, e seu silêncio traduzia a paz.

Entendemos que o conceito religioso de martírio pode ser relacionado a Frei Tito. Para Kayser (2016, p.15),

O conceito de martírio nasceu em ambientes de ódio, violência e perseguição dirigida contra as testemunhas de Cristo. Elas sustentaram sua fé com fidelidade até a morte porque encontraram ambientes hostis que colocaram à prova a sua fidelidade. Portanto, os martírios aconteceram em contextos de perseguição, ou de hostilidade sem os quais não os haveria.

Esse contexto é uma pressuposição necessária para que haja testemunhas que acabem sendo mortas por causa da sua confissão.

É interessante perceber que no documentário *Ato de fé* (2004), Frei Fernando de Britto concedeu um depoimento que compara Frei Tito à figura de Jesus Cristo:

Dentro Frei Tito, ele faz como Jesus fez. Todos os fantasmas de todos os prisioneiros políticos passam a frequentar a cabeça de Frei Tito e eles passam a ter vida própria. E o psiquiatra [Jean-Cloude Rolland], ele foi de uma clarividência incrível. 'O Tito não pode ser tratado como um louco porque ele não é um louco. Ele tá vivendo a situação normal elevada à enésima potência de toda a repressão que aconteceu no Brasil inteiro, na América Latina inteira'.

Se formos interpretar a trajetória de Frei Tito sob a perspectiva do martírio de Jesus Cristo, podemos inferir que a tortura física e psicológica ocorrida no contexto da ditadura militar colocou à prova suas convicções religiosas, sendo o envolvimento com a esquerda interpretado como uma escolha ideológica. Desta forma, ele não renegou a fé e o suicídio foi uma tentativa de proteger seus colegas dominicanos da tortura ou mesmo da morte pelas mãos dos agentes da repressão. Frei Tito foi uma testemunha da fé que morreu por proclamar os preceitos cristãos. Índícios dessa interpretação datam imediatamente após a sua morte. Ao ser enterrado no cemitério dominicano *Sainte Marie de La Tourette*, em *L'Arbresle*, foi escrito o seguinte em sua cruz:

Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, atormentado... até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela libertação de seus irmãos. Tito descansa nesta terra estrangeira. 'Digo-vos que, se seus discípulos se calarem, até as pedras clamarão' (Lucas 19:40).

Neste sentido, Frei Tito pode ser considerado um mártir. No entanto, é necessário salientar que a violência que atingiu Frei Tito não foi motivada pela religião. Afinal, a maioria dos torturados e mortos pela ditadura militar não pertenciam a ordens religiosas. Salienta-se que esta interpretação que pode ser questionada por religiosos conservadores, mas ela não invalida a motivação religiosa dos dominicanos envolvidos na luta armada. Outro termo cristão que pode ser relacionado a Frei Tito é o da Paixão de Cristo. Godoy (2009, p.141) afirma que a Paixão de Cristo possui um significado importante para o Cristianismo porque

Cristo proclama a inocência das vítimas, a inocuidade dos sacrifícios, a falsidade dos deuses vingativos. [...] Cristo inaugura a nova civilização que, sabe haver mais justiça no perdão do que na vingança. A paixão de Cristo é o grande evento da história capaz de destruir para sempre a velha lógica de Satanás escondida desde a origem do mundo nas relações humanas. O amor gratuito e generoso de Cristo que dá a vida como oferenda de amor revela para sempre o segredo de Satanás, escondido desde o início no núcleo do mecanismo vitimário e responsável pela matança de milhares de bodes expiatórios no decorrer da história do mundo, bem como a formação dos sistemas mitológicos e do sagrado violento. A paixão de Cristo ilumina as sombras do sistema vitimário, tornando claro para o mundo a inocência da vítima e a perversidade dos perseguidores. A paixão mostra que as razões da condenação das vítimas são perversas e enganosas.

Para Cantarilho (2012, p, 59) “A Paixão de Cristo tem inspirado ao longo dos séculos artistas, escritores, fiéis leigos e clérigos, mantendo vivo, ao longo das gerações, um acontecimento absolutamente único, que viria a marcar para sempre a Humanidade. ” Tal termo engloba os acontecimentos ocorridos nas horas de vida de Jesus Cristo, o que inclui a traição de Judas Iscariotes, a prisão, julgamento, tortura e a crucificação. Para Godoy (2009, p.277)

Jesus reconhece que seus linchadores não sabem o que fazem. São vítimas de um poder estranho: o pecado. Jesus se identifica como vítima de seus perseguidores. O seu sofrimento é real, porque assume sobre Si o pecado de todos, mas real também porque no seu sofrimento se entrega totalmente nas mãos do Pai, torna-se um único evento descrito na carta aos Hebreus como sacrifício de Cristo. Um Deus que ama incondicionalmente e infinitamente o homem, mas que respeita a liberdade do homem e aceita de sofrer, no Filho, a cruz.

Amaral (2016, p.253-254) acredita que a Paixão de Jesus pode ser entendida como uma realidade que ainda desestabiliza e inquieta:

As paixões e os sofrimentos de Cristo e do mundo podem ser compreendidos como memórias intercambiáveis e experiências que se reconfiguram e confluem. [...] O sentido do sofrer de tantas pessoas, muitas vezes abandonadas em suas cruces, nos conduzem à memória da Paixão de Jesus. Na Paixão de Jesus, percebemos que o mundo ainda faz suas vítimas, crucificando-as, hoje, em outros madeiros: da violência, impunidade, corrupção, fome, enfim, da completa desumanização.

Em *Batismo de Sangue*, Frei Betto (2006, p.413-414) descreveu da seguinte maneira as consequências das experiências traumáticas vividas pelo amigo:

De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. [...] Permanecerá como símbolo das atrocidades infundáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. [...] destruíram-lhe o universo psíquico, roubaram-lhe a paz, [...] Deixaram-no sobreviver para que experimentasse o horror de si mesmo. [...]

A morte foi seu último ato de coragem e protesto. Ao morrer, Tito matou seus algozes e recuperou a paz duradoura que lhe haviam sequestrado.

Frei Tito esteve preso no Presídio Tiradentes junto com os outros dominicanos até o começo de 1971. Ele deixou o Brasil ao ser um dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça que havia sido capturado por guerrilheiros. Para Frei Betto (2006), Frei Tito não desejava deixar o Brasil, mas ponderou que sua recusa poderia ser utilizada politicamente pelo governo militar na campanha contra a esquerda. Em 13 de janeiro de 1971, os presos políticos embarcaram num voo até o Chile, que na época tinha como presidente Salvador Allende. Frei Tito ficou cerca de duas semanas no Chile e aproveitou para denunciar a repressão. Como constatou Rollemberg (1999, p.35), “O exílio também pode – e frequentemente é – o lugar da resistência, da continuidade da luta. ” Para Duarte-Plon e Meireles (2014, p. 239), Frei Tito

[...] foi escolhido pelos exilados para fazer parte da comissão de imprensa e dar declarações a jornais europeus e latino-americanos. Além disso, participou ativamente da coordenação do II Encontro Latino-Americano em memória de Camilo Torres, o padre-guerrilheiro, morto em 1966.

Após deixar o Chile, Frei Tito partiu para Roma. Segundo Frei Betto (2006, p.393), ele “[...] bateu, em vão, às portas do Colégio Pio Brasileiro, o seminário destinado a formar a elite de nosso clero. A fama de terrorista assustou os padres do Pio Brasileiro. O próximo destino foi Paris”. O autor também salienta que

Durante os primeiros seis meses sentia-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgiram os sinais das torturas que sofrera, estigmas psíquicos de sua subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. Sua personalidade avariada exigia tratamento psiquiátrico. Apesar da dedicação dos médicos, os fantasmas não se apagavam: a mente atordoada de Frei Tito projetava sobre Paris a imagem onipresente da opressão brasileira, o rosto diabólico do delegado Fleury aparecia-lhe em cada café dos Champs Elysées [...] (2006, p.393).

Em *Batismo de sangue*, Frei Betto reproduz trechos dos escritos de Frei Tito. Numa carta datada de 20 de fevereiro de 1971 e endereçada ao provincial Frei Domingos Maia Leite, o dominicano afirmava que o delegado Fleury esteve no Chile e estaria “[...] montando seu esquema por aqui” (FREI BETTO, 2006, p. 392). Em outra carta, agora endereçada a Frei Daniel Ulhôa e datada de 7 de setembro de 1971, Frei Tito afirma que além de estudar a teologia, também lia os escritos de Karl

Marx. Conforme Duarte-Plon e Meireles, entre fevereiro de 1971 a junho de 1973, ele continuou seus estudos teológicos no Convento Saint-Jacques. No mesmo mês, se transferiu para o Convento Sainte-Marie de la Tourette, na região de Lyon, na França.

Percebe-se aqui o caráter jornalístico do discurso de Frei Betto ao descrever as alucinações de Frei Tito e também a postura diante da ameaça representada pela figura imaginária do delegado Fleury:

[...] ouvia continuamente a voz rouca e autoritária do delegado Fleury, hóspede intruso do cérebro, do medo e dos porões da consciência de Frei Tito. Queria que ele confessasse e dissesse as coisas que sabia e inventasse o que pudesse e desse vivas aos generais brasileiros e delatasse todos os seus amigos e acusasse os dominicanos, a Igreja, o papa, e assinasse depoimentos falsos. [...] Fleury ameaçava torturar cada um dos membros de sua família. Tito preferia morrer do que ceder. Ainda que sua família padecesse, havia nele uma força descomunal que o impedia de trair seus ideais. O chefe do esquadrão da morte cumpria a promessa: em seu estreito quarto no convento de L'Arbresle [...] Frei Tito estremecia aos gritos do pai, gemia aos berros da mãe dependurada no pau de arara, arrepiava-se de pavor aos espasmos de seus irmãos eletrocutados, contorcia-se com calafrios ao ver as irmãs despidas pelos homens do Esquadrão (2006, p.397-398).

Ao abordamos a história de Frei Tito, se faz necessário abordar uma questão sensível até os dias de hoje no Brasil: o suicídio. Para Assis (2016, p.309) trata-se de uma temática com “[...] pouca visibilidade, com uma considerável carga de rejeição e tabu. O termo suicídio carrega em si uma aura misteriosa, referido ‘àquilo que não deve ser pronunciado’, como uma epidemia capaz de contaminar todos os que dela se aproximam”. Araújo e Bicalho (2012) assinalam que o suicídio foi interpretado de diferentes maneiras na história da humanidade. Se Homero considerava um ato relacionado à honra e à defesa de princípios de ordem filosófica ou religiosa, os gregos epicuristas e estóicos defendiam que cada um possuía o direito de decidir o momento da morte. Entretanto, Aristóteles e Pitágoras condenavam o suicídio porque seria um ato de covardia e que iria contra o Estado. O suicídio também pode ser visto sob a perspectiva religiosa. Os autores citados afirmam que o Cristianismo não é a única religião que já condenou o suicídio: “De acordo com a cultura judaica, era proibido que se professasse orações fúnebres para qualquer pessoa que cometesse o suicídio e o enterro era realizado em um setor isolado do cemitério. Na lei islâmica, o suicídio é considerado um crime mais

grave que o homicídio” (2012, p.725). No artigo *Suicídio* (2018), Frei Betto apontou a mudança de paradigma da Igreja Católica sobre a questão:

No século VI, a Igreja passou a negar funerais religiosos aos suicidas. Pouco mais de um século depois, eles foram excomungados. Isso mudou com o novo Catecismo, aprovado pelo papa João Paulo II, em 1983. Embora cometam um atentado ao maior dom de Deus, a vida, deve-se acolher com misericórdia os suicidas induzidos por “distúrbios psíquicos graves, angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura”, fatores que lhes diminuem a responsabilidade. E acrescenta: ‘Não se deve desesperar da salvação eterna das pessoas que se mataram. Deus pode, por muitos caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida’ (2283 – Catecismo da Igreja Católica).

Frei Tito cometeu suicídio, por enforcamento, no dia 10 de agosto de 1974, em Villefranche-sur-Saône, na região de Lyon, na França. Ele tinha somente 28 anos de idade. Frei Tito não foi o único entre os exilados brasileiros que cometeu suicídio. Maria Auxiliadora Lara Barcellos, ex-guerrilheira da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que também foi banida com Frei Tito, cometeu suicídio ao se atirar na linha de metro de Berlin, em 1976. De acordo com Jean-Claude Rolland, psiquiatra francês que cuidou de Frei Tito,

Pode-se dizer que ele foi quebrado porque tinha um ponto de fraqueza. Mas todos os homens têm um ponto de fraqueza. Há algo na perversidade da tortura que leva o torturador a procurar no outro exatamente o que ele percebe que não vai resistir. Eles visaram à sinceridade do seu sacerdócio, foi aí que ele foi terrivelmente posto à prova, perseguido, acuado. E desmoronou (ROLLAND apud DUARTE-PLON E MEIRELES, 2014, p.359).

O suicídio de Frei Tito foi interpretado como um ato político pelos dominicanos franceses Para Frère Ducret, que conviveu com Frei Tito,

A ideia de enterrar Tito fora da Igreja nos pareceu totalmente impensável. Sua história ultrapassava o Direito Canônico. Sua morte foi uma forma de interpelar a Igreja e o mundo sobre o que se passava nas prisões. Ele mesmo escrevera no seu relato de torturas que a Igreja existe para ser um sinal da Justiça de Deus no mundo (apud DUARTE-PLON E MEIRELES, 2014, p. 344).

O translado dos restos mortais do dominicano para o seu país de origem ocorreria apenas em março de 1983. A diretora Marlene França realizou o curta-metragem de dezesseis minutos intitulado *Frei Tito*. Nas imagens, é possível ver imagens da missa celebrada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns e depoimentos do ex-frade Ivo Lesbaupin e de Frei Betto. O curta-metragem recebeu o prêmio

Margarida de Prata, da CNBB, e o de melhor curta-metragem, no Festival Latino-Americano de Cinema. No mesmo artigo citado, Frei Betto lembrou que “Por ocasião do retorno de suas cinzas ao Brasil, em solene celebração na catedral da Sé, em São Paulo, o cardeal Paulo Evaristo Arns afirmou na homilia: ‘Frei Tito não se matou. Buscou do outro lado da vida a unidade perdida deste lado’.” Frère Xavier Plassat, amigo de Frei Tito e que conviveu com ele na comunidade dominicana de L’Arbresle, possui uma outra explicação para o suicídio: “Entendi assim: Minha vida, ninguém tira, ela é minha. Eu a estou entregando” (apud DUARTE-PLON E MEIRELES, 2014, p.16). Como é possível perceber, o suicídio do dominicano é uma polêmica. No próximo capítulo, veremos como essa e outros elementos do livro de Frei Betto foram adaptados para o cinema.

5 CINEMA E DITADURA MILITAR

O desejo de expressar a nossa relação com o passado usando formas contemporâneas, bem como o desejo de agradar uma sensibilidade contemporânea, mais cedo ou mais tarde tinham de nos direcionar para as mídias visuais (ROSENSTONE, 2010, p.16-17).

No último capítulo da tese, primeiramente será mostrado que o cinema produzido na América Latina enfocou as ditaduras militares de diferentes formas, como documentários e filmes de ficção. Neste sentido, o foco será em filmes oriundos da Argentina e do Chile. Num segundo momento enfocaremos alguns longas-metragens produzidos e lançados no Brasil que são significativos para entender a trajetória da ditadura militar nas telas de cinema desde a década de 1980. E, por fim, analisaremos o filme dirigido por Helvécio Ratton que foi baseado no livro de Frei Betto.

5.1 Fragmentos do Cinema Latino-americano sobre as Ditaduras Militares

A produção cinematográfica sobre a ditadura militar chilena envolve inúmeros documentários. De acordo com Barros (2012, p.58), uma das diferenças entre os documentários e os filmes históricos é que o primeiro faz

[...] a análise de eventos e processos históricos, e não a mera narração desses processos mediada pelo mesmo tipo de estetização que aparece nos filmes ficcionais. Além disso, o autor destaca que no documentário é possível enxergar as fontes utilizadas e assim notar as diferenças entre elas e o discurso do cineasta.

Dentre os documentários que merecem destaque estão *A Batalha do Chile* (1975-1980) e *Nostalgia da Luz* (2010), dirigidos por Patrício Gumán, *Acta General de Chile* (Miguel Littin, 1986), *Rua Santa Fé* (German Berger, 2007). Já no campo da ficção, um destaque é o longa-metragem *Machuca* (2004), dirigido por Andrés Wood. O enredo narra a amizade entre duas crianças de diferentes contextos econômicos que estudam numa escola de elite às vésperas do golpe militar de 1973. De acordo com Pinheiro (2010, p.31), *Machuca* foi sucesso de bilheteria no Chile e “[...] fez sua estreia mundial na quinzena dos realizadores, evento paralelo à seleção oficial do Festival de Cannes. Também foi distribuído em toda a América Latina, Estados Unidos, Europa, Canadá e Japão, além de ganhar prêmios de público e

crítica”. Neste sentido, percebemos que *Machuca* é um filme importante sobre a ditadura militar chilena e que suas qualidades artísticas contribuíram para o seu lançamento em circuito internacional.

Ainda com relação ao cinema chileno, chama atenção é que os filmes *Tony Manero* (2008) *Post Mortem* (2010) e *No* (2012) foram dirigidos por Pablo Larraín¹. Indicado ao *Oscar* de Melhor Filme Estrangeiro em 2013, *No* narra a história de um publicitário que aceita o trabalho de coordenar a campanha do “não” no plebiscito realizado em 1988. Ao se referir ao caso do Chile, Pessanha (2018, p.109) afirma a produção cinematográfica na redemocratização não pode ser separado do contexto histórico:

Existe uma democracia conservadora, diria quase reacionária, devido as “heranças” do período ditatorial. Esse medo, esse *pisar em ovos*, oscilando entre medo de *pisar em falso*, algo notadamente marcado já no plebiscito nacional realizado em 1988, que iria definir se Pinochet encerrava ou não seu governo, e assim convocaria novas eleições para o executivo e o legislativo em fins de 1989. Mas mesmo com a convocação das eleições, Pinochet mantinha seu cargo de senador vitalício e comandante das forças armadas. A conciliação não fora um elemento fácil de ser conquistado, havia o jogo das responsabilidades e também o peso desse passado recente, no plano individual e no plano coletivo.

Uma especificidade da ditadura chilena no cinema é o envolvimento de atores e diretores de outras nacionalidades. Adaptado do romance homônimo de Isabel Allende, o filme *A Casa dos Espíritos* (1993) foi dirigido pelo dinamarquês Bille August e conta no elenco principal com atores de língua inglesa como Meryl Streep, Jeremy Irons, Glenn Close e Winona Ryder. O filme narra a história da família Trueba em diferentes décadas no Chile, desde a década de 1920 até os desdobramentos do golpe militar. Já *Missing – Desaparecido* (1982), dirigido pelo grego Constantin Costa-Gavras (especialista em longas-metragens de caráter político), é protagonizado pelos norte-americanos Jack Lemmon, John Shea e Sissy Spacek e narra a história de um pai que vai ao Chile em busca do filho desaparecido na ditadura militar. De acordo com Nóvoa (2012, p.41), “A ideia

¹ Paniago (2015, p.15) chama atenção para o fato de que os pais de Larraín eram “[...] membros da UDI – União Democrata Independente –, um partido de direita. Em entrevistas, Pablo comenta que seus pais sempre lhe propiciaram uma vida muito confortável financeiramente, tanto que ele estudava em uma escola frequentada por alunos provenientes de classe social alta. Porém, na adolescência, Pablo mudou de escola e passou a estudar em um local em que a diversidade social dos alunos predominava. Para ele, essa mudança foi fundamental por possibilitar que desenvolvesse uma percepção mais ampla das questões sociais, que iam além do mundo que ele vivia e de suas percepções familiares”.

originária do filme é a necessidade de refletir sobre as consequências da implantação de uma ditadura militar em um país capitalista como o Chile, no que tange às diversas classes sociais”. Outro longa-metragem de Costa-Gavras que enfoca a ditadura militar na América Latina é *Estado de sítio* (1972). O foco principal do filme é o sequestro e a morte do agente norte-americano Dan Mitrione (que recebeu outro nome Philip Michael Santore) pelos tupamaros, em Montevidéu em agosto de 1970. Com relação a este filme, é possível fazer um paralelo com o longa-metragem brasileiro *O que é isso, Companheiro* (1997), no qual o ator norte-americano Alan Arkin interpretou o embaixador Charles Elbrick também sequestrado pela guerrilha, mas foi libertado apenas com ferimentos superficiais.

No cinema argentino, podemos destacar títulos como *La republica perdida I* (Miguel Pérez, 1983), *La historia oficial* (1985), *La noche de los lápices* (Héctor Oliveira, 1986), *Garage Olimpo* (Marco Bechis, 1999), *Kamchatka* (Marcelo Piñeyro, 2002). Dentre esses filmes, *La historia oficial*, dirigido por Luis Puenzo, foi sucesso de bilheteria e ganhou o *Oscar* de Melhor Filme Estrangeiro. O longa-metragem enfoca uma professora que ensina as crianças uma versão da História da Argentina contada pelos vencedores. Com o desenrolar dos fatos, ela começa um processo de conscientização sobre os males da ditadura militar ao descobrir que a sua filha adotiva foi retirada dos pais guerrilheiros e colocada de forma ilegal para adoção, sendo esta mediada por um alto sacerdote. Para Souza (2007), *La historia oficial* “[...] participa – dada a época em que foi lançado – do difícil trabalho pós-ditatorial de memória da violência política em que diferentes narrativas postas à margem ou reprimidas começavam a aflorar”. Pode-se dizer, portanto, que foi um filme que toca em tópicos sensíveis no debate público sobre as consequências da ditadura militar para a população argentina, ou seja, era um filme relevante naquele determinado momento histórico. Tão importante quanto assistir *La historia oficial* é, ainda hoje, debater as questões levantadas pelo filme. Como veremos no próximo subcapítulo, os filmes brasileiros também permitem apreender diferentes aspectos da ditadura militar.

5.2 O Período Ditatorial no Cinema Brasileiro

Ao pesquisarmos sobre a produção cinematográfica brasileira da década de 1960, é perceptível o impacto do golpe no chamado movimento do Cinema Novo.

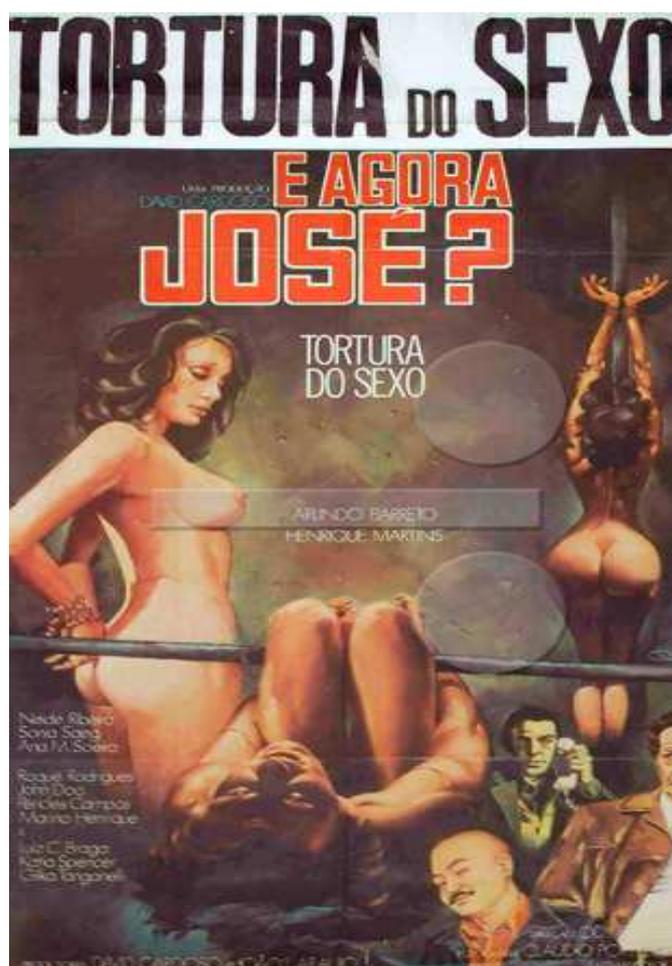
Malafaia (2012) afirma que o Cinema Novo foi uma proposta estética, de caráter inovador e de vanguarda, cujo ápice foi entre o final da década de 1950 e metade dos anos 1970 e que objetivava discutir a realidade do Brasil. Havia uma forte dicotomia entre o desenvolvimento econômico oriundo do governo Juscelino Kubitschek (1956-60) e as péssimas condições de vida dos brasileiros menos afortunados. Longas-metragens como *Os fuzis* (1964), de Ruy Guerra, *Deus e o Diabo na terra no sol* (1964) e *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha, e *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, abordavam a miséria e a fome que persistiam mesmo com a prosperidade econômica das elites. Conforme Carvalho (2006 p.298), a ascensão das Forças Armadas ao poder impossibilitou que Cinema Novo pudesse debater de forma livre os problemas brasileiros de forma a enfatizar “[...] segmentos sociais sem direito a voz, com a proximidade da câmera na mão, do som direto, da ida dos cineastas aos locais onde o real seria enquadrado, ou seja, de desenvolver um modo brasileiro de fazer ‘cinema-verdade’”. Com o AI-5, os cineastas do Cinema Novo tentaram de adaptar ao clima política da época, sendo que houve o afastamento da temática social e política em prol da reflexão sobre cinema, cultura e história do Brasil.

Salientamos que nem sempre a ditadura militar apareceu no cinema de forma desfavorável ao Exército Brasileiro. Um exemplo é o filme infanto-juvenil *Os Trapalhões na Serra Pelada* (1982), dirigido por J.K Tanko, que teve cenas gravadas no garimpo de Serra Pelada, no Estado do Pará. Protagonizado pelos humoristas Didi, Dedé, Mussum e Zacarias, que na época eram populares graças ao programa humorístico transmitido pela Rede Globo e por uma série de filmes de sucesso, *Os Trapalhões na Serra Pelada* narra as tentativas de quatro amigos de enriquecer no garimpo. O enredo também insere na ação um grupo armado estrangeiro ameaça a região em busca de ouro, que acaba por se derrotado pelo Exército. O ator Renato Aragão interpretou o personagem Curió, uma referência do major Sebastião Curió, que combateu na guerrilha do Araguaia. No livro *Mata!: o Major Curió e as guerrilhas do Araguaia*, o próprio Sebastião Curió deu sua interpretação sobre o longa-metragem: “Tropa irregular com roupas pretas e disparos de bombas não condiziam com Serra Pelada. O Brasil assistiu a um filme sobre a Guerrilha do Araguaia” (2012, p.292).

Com a censura que cerceava as manifestações culturais e artísticas diminuindo no final da década de 1970, os cineastas brasileiros começaram a

abordar a ditadura militar de forma mais direta e não apenas de forma implícita. Percebe-se o lançamento de vários filmes que abordavam temas polêmicos como a guerrilha e a tortura ainda no governo do presidente João Figueiredo (1979-1985). Os pioneiros foram dois longas-metragens praticamente esquecidos pelo público e crítica nos dias de hoje e que foram lançados em circuito nacional no ano de 1980: *Paula – A história de uma subversiva*, dirigido por Francisco Ramalho Jr, e *E agora, José? Tortura do sexo*, dirigido por Ody Fraga. O primeiro filme faz um paralelo entre o ápice da repressão e o período pós-anistia. Marco Antônio foi preso e teve a namorada e militante de esquerda Paula torturada e assassinada nos porões da ditadura. Anos depois, ele busca ajuda da polícia para encontrar a filha desaparecida. Entretanto, o policial responsável pelo caso é o ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Dr. Oliveira. Já *E agora, José? Tortura do sexo* possui determinadas características que merecem uma análise mais aprofundada.

Figura 6 - Cartaz de divulgação do filme E agora, Jose? Tortura do sexo



Fonte: [Cartaz E agora...]

O cartaz de *E agora, José? Tortura do sexo* evidencia a exploração da sexualidade feminina, mesmo que em situações de tortura física. De acordo com Gubernikoff (2009, p.57), o gênero de cinema brasileiro conhecido como pornochanchada

[...] redescobre o grande potencial sexual da mulher brasileira, na década de 70, mas explora de forma agressiva e acintosa a fantasia masculina no binômio desejo/sexo. [...] O que se vê é a vulgarização da imagem feminina, inserida numa ideologia falocrática de dominação e violência.

Ao analisar a trama do filme, é perceptível que as mulheres não protagonizam a história. A trama de *E agora, José? Tortura do sexo* enfoca as consequências do reencontro de José Zurin, um administrador de empresas, com seu amigo de faculdade, Pedro, que faz parte da oposição à ditadura militar. Após um jantar regado a bebidas e companhia de mulheres, José é preso e acusado de pertencer a mesma organização de esquerda que Pedro. Ao mesmo tempo que alega inocência, também são envolvidas na história duas garotas de programa e a mulher do patrão de José. Mesmo sem envolvimento com a esquerda, José é torturado e morto. De acordo com Leme (2013, p.18), o filme em questão

[...] ficou pouco conhecido por pertencer ao âmbito da Boca do Lixo, a uma modalidade de cinema cuja produção e consumo pode ser denominada de 'marginal', já que se realizava à margem do circuito cinematográfico 'oficial', socialmente consagrado. Essas características também podem ter colaborado para a liberação do filme pela censura, pois *E agora, José*, em sua precariedade de produção, ficaria circunscrito ao público da Boca do Lixo, formado por consumidores de cinema erótico; não concorreria em festivais nacionais e internacionais e não seria 'digno' de debates, não tendo repercussão na imprensa.

Apesar da pouca relevância comercial dos filmes *Paula – A história de uma subversiva*, dirigido por Francisco Ramalho Jr, e *E agora, José? Tortura do sexo*, a ditadura militar continuaria a ser abordada pelo cinema brasileiro. Em 1983, foram lançados dois longas-metragens que merecem destaque: *Pra frente, Brasil* e *O bom burguês*. Dirigido por Roberto Farias, *Pra frente, Brasil* é considerado o primeiro filme sobre a ditadura militar que foi sucesso de bilheteria. Com o orçamento de Cr\$ 35 milhões, produção e distribuição da Embrafilme e a presença de artistas da Rede Globo (Reginaldo Farias, Antônio Fagundes, Carlos Zara, Cláudio Marzo, Natália do Vale, Elisabeth Savalla), o filme recebeu grande cobertura dos meios de comunicação porque foi interditado pela censura. Miguel (2007 p. 64-65) afirma que

Em 1980 ainda havia no Brasil manifestações de familiares de desaparecidos e, com a censura de um filme que remetia ao tema, houve intensa mobilização da classe artística em favor da liberação e contra o restabelecimento de uma censura política. Os jornais de grande circulação noticiaram insistentemente informações sobre a proibição do filme pela censura e o processo de recurso para a liberação, atuando sistematicamente a favor da película, criticando a censura. [...] Elementos fascistas ainda ocupavam cargos de poder e ofereciam resistência à democratização. A proibição do filme demonstrava que a “abertura” política não se faria sem crises e sem a repressão das tentativas de exposição dos crimes do regime que fossem levadas a cabo na produção cultural.

Exibido pela primeira vez no Festival de Cinema de Gramado, em março de 1982, *Pra Frente, Brasil* venceu o prêmio de Melhor filme (Roberto Farias) e Melhor montagem (Roberto Farias e Mauro Farias). Após receber pareceres favoráveis à liberação, a diretora do DCDP/DPF (Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal), Solange Maria Teixeira Hernandez, interditou *Pra frente, Brasil*. Numa entrevista publicada na seção “Páginas amarelas” da revista *Veja* na semana de lançamento de *Pra frente, Brasil* nos cinemas, Roberto Farias (1983, p.3) afirmou que seu filme foi acusado de fazer parte de um suposto ‘movimento subterrâneo’ que tinha como objetivo a [...] desestabilização do governo. Nunca pretendi isso, nem conheço qualquer filme que fosse capaz disso. Nunca pertenci a nenhum grupo ou partido político e tive de provar que sou uma única pessoa e que realizara um filme. A justificativa para a interdição foi o Decreto nº 20.493/46, mais especificamente no artigo 41, que proibia a exibição caso o conteúdo fosse “capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes”. No começo de 1983, *Pra frente, Brasil* foi liberado para lançamento nos cinemas.

Ao se referir aos filmes de caráter político, Ferro (2010, p.220) salienta que a maioria dos cineastas

[...] evitaram cuidadosamente a abordagem frontal dos problemas políticos. Eles os abordaram de viés. Quer se trate do fascismo, do nazismo, do comunismo stalinista, os sucessos mais impressionantes dos cineastas procederam sempre a encenação de uma experiência particular: a de um casal, de uma família, etc. É por isso que nos fazem participar de uma tragédia e sentir o que pode ter disso o terror.

A narrativa fílmica de *Pra frente, Brasil* é semelhante à perspectiva de Ferro. Baseado no argumento “Sala escura”, de Reginaldo Farias e Paulo Mendonça Filho, a história, roteiro e diálogos de *Pra frente, Brasil* são creditados ao diretor Roberto Farias. O filme inicia com Jofre Godoi da Fonseca – chefe de família de classe

média e, segundo suas palavras, apolítico – se despedindo da esposa e do irmão ao embarcar no avião. A situação toma rumos inesperados quando Jofre aceita dividir o táxi com um homem que conheceu no voo. Perseguidos por homens armados, o desconhecido é baleado e morre. Já Jofre é sequestrado e severamente torturado por um grupo clandestino que combate a luta armada. Esta é, portanto, a história de um homem que estava “na hora e local errado.” Como se pode perceber, *Pra frente, Brasil* apresenta um enredo que guarda as devidas semelhanças com *E agora, José? Tortura do sexo*, lançado três anos antes. Dessa forma, a questão da aleatoriedade traz um elemento de identificação para o público: qualquer um poderia ser confundido com um subversivo e torturado pela repressão. Enquanto isso, o irmão e a esposa de Jofre tentam descobrir o que aconteceu com Jofre.

Diferentemente do que acontece em filmes mais recentes sobre a ditadura militar, como *Batismo de sangue*, a repressão retratada em *Pra Frente, Brasil* está desvinculada das engrenagens do Estado. Seriam os torturadores de Jofre (liderados pelo “Dr. Barreto”) eram militares ou policiais civis encarregados de combater a guerrilha? Não são fornecidas respostas. Pode-se concluir, inclusive, que eles fazem parte de um grupo paramilitar que age à revelia das Forças Armadas. Podemos inferir que Roberto Farias retratou repressão de forma cuidadosa em vista das implicações políticas da época. Afinal, as Forças Armadas não são responsabilizadas por atos de tortura e assassinato cometidos no decorrer do filme.

Lançado poucos meses após *Pra Frente, Brasil*, *O bom burguês (1983)* foi dirigido por Oswaldo Caldeira e inspirado num episódio real que ilustra a complexidade das relações de classe na ditadura militar. Assim como *Pra frente, Brasil* e *Paula - A história de uma subversiva*, *O bom burguês* também foi produzido com recursos da Embrafilme. O filme conta a história de Lucas (na vida real, Jorge Medeiros Valle) que criou um esquema que desviava dinheiro do banco que trabalhava para doá-lo ao Partido Comunista e à luta armada. Diferentemente de outros setores da esquerda no final da década de 1960, o Partido Comunista não apoiou a luta armada. Percebe-se a contradição: um homem com boas condições de vida (Valle recebeu a alcunha de bom burguês em vista da generosidade financeira), mas descontente com a ditadura militar. De acordo com Almeida (2015, p.108),

[...] o filme parece estar inserido no seu contexto e ter um papel importante na consolidação da memória coletiva da luta armada em tempos de democratização. Preferindo focar naquilo que a trajetória de Valle tinha de ambígua e fazendo caricaturas dos militantes da luta armada como despreparados e desorganizados, assim como não mencionando quase a presença dos militares, o filme anistia os dois lados e sugere que eles podem estar presentes até na mesma pessoa. A imagem e a trajetória recuperada de Jorge na película enfatizam, justamente, um aspecto obscuro, mas, destacando, sem dúvidas aquilo que teve de burguês, bem como sua aproximação com os homens do “miolo do poder”.

Os filmes que abordamos até o momento apresentam uma visão crítica da ditadura militar ainda no governo de João Figueiredo. Como vimos anteriormente, os primeiros anos da década de 1990 ficaram marcados pela crise na produção e nos lançamentos de filmes nacionais. Entretanto, um dos primeiros êxitos da chamada retomada do cinema brasileiro foi *Lamarca* (1994), dirigido por Sérgio Rezende, e baseado no livro *Lamarca – O Capitão da Guerrilha* (1980), dos jornalistas Emiliano José e Oldack de Miranda. A recepção ao filme na época do lançamento nos cinemas permite observar as controvérsias envolvendo as disputas pela memória. Em 1971, o major Nilton Cerqueira chefiou a operação que resultou na execução de Lamarca no sertão da Bahia. Em 1994, o então general ingressou na justiça com intenção de apreender as cópias do filme sob a alegação de que a obra mitificava Carlos Lamarca. A justiça não deu ganho de causa ao general. De acordo com Stigger e Gutfreind (2013, p. 55), Carlos Lamarca é retratado no filme como “[...] um homem coerente, equilibrado, praticamente um herói. Pois, além das virtudes, ele transforma sua vida em uma batalha perdida contra a ditadura militar. E essa maneira de morrer por uma causa o torna um mártir”. Além disso, as autoras salientam que o filme enfatiza a preocupação de Lamarca com a mudança social, ou seja, a sua execução no sertão da Bahia não é o foco principal da narrativa fílmica.

Ainda da década de 1990, outro longa-metragem sobre a ditadura militar frequentemente lembrado é a adaptação do livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* (1997), dirigido por Bruno Barreto. A repercussão do filme originou o livro *Versões e ficções: o seqüestro da História* (1997), uma coletânea de artigos de autores como Marcelo Ridenti, Elio Gaspari, Emir Sader e Daniel Aarão Reis. De acordo com Ridenti (1997, p.25-26), os produtores afirmaram que não pretendiam realizar “[...] uma reconstituição histórica fiel, sequer ao conteúdo do livro em que se inspira, embora o *trailer* anuncie o filme como ‘uma história verdadeira’”. De fato, o filme toma liberdades com relação aos personagens reais que causou

polêmica entre os envolvidos no sequestro do embaixador dos Estados Unidos. O guerrilheiro Jonas, por exemplo, é transformado numa espécie de vilão, sendo “[...] que na vida real era um digno e valente militante, morto sob tortura logo após o seqüestro, e que nada tem a ver com o personagem do filme [...]” (RIDENTI, 1997, p.28-29). Apesar das ressalvas dos historiadores, o longa-metragem dirigido por Bruno Barreto fez sucesso nas bilheteiras no Brasil e foi indicado ao *Oscar* de Melhor Filme Estrangeiro, em 1998.

Como podemos perceber, os cineastas brasileiros abordaram de distintas formas o período ditatorial, sendo que realizamos um recorte temporal que data desde o começo dos anos 1980 e prossegue até a década seguinte. Já no próximo subcapítulo, enfocaremos um dos principais filmes sobre a ditadura lançados no começo do século XXI: *Batismo de sangue*.

5.3 *Batismo de Sangue*: Uma Visão Singular sobre a Resistência na Ditadura Militar

*“Quando eu fiz *Batismo de sangue*, senti que os filmes tinham chegado no limiar do que tinha acontecido, mas não tinham avançado mais. Eu queria avançar mais. Eu achava que eles haviam chegado na porta do inferno e não tinham entrado. Eu queria fazer entrar realmente e que as pessoas vivessem e sentissem o que se tinha passado lá”* (RATTON, 2018).

Os primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) foram marcados pelo lançamento de inúmeros filmes sobre a ditadura militar: *Tempo de Resistência* (2004), *Cabra-Cega* (2005), *Quase Dois Irmãos* (2005), *Araguaya – A conspiração do silêncio* (2005), *1972* (2006), *Zuzu Angel* (2006), *O Ano em Que Meus Pais Saíram de Férias* (2006), *Sonhos e Desejos* (2006), *Batismo de sangue* (2007) e os documentários *Vlado – 30 anos* (2005), *Dom Hélder Câmara – O santo rebelde* (2006) e *Hércules 56* (2006). De acordo com Feijó (2011, p. 8), tal fato pode ser enquadrado como

[...] um modismo e refletiu a ideologia dominante no momento de sua produção. [...] Naquele período, popularizou-se a noção de que os jovens que fizeram parte da luta armada eram heróis ou mártires e que sua causa era justa, tanto que eles haviam triunfado e chegado ao poder.

Além de ex-militantes de esquerda como José Dirceu e Dilma Rousseff terem assumido cargos de relevância no primeiro governo de Lula, vimos anteriormente

que Frei Betto foi assessor especial da presidência da República. Com relação aos patrocinadores de *Batismo de sangue*, a autora citada afirma que foram

[...] mais de vinte patrocinadores, a maior parte empresas estatais ligadas ao governo federal ou ao Estado de Minas Gerais: Petrobrás, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Furnas, Governo do Estado de Minas Gerais, Companhia de Gás de Minas Gerais, Companhia de Energia de Minas Gerais, Usiminas, Acesita, MBR, Fumec e Infraero. Até mesmo a prefeitura de Belo Horizonte, na época a cargo de Fernando Pimentel (PT), amigo de Rattton desde os tempos da VAR-Palmares, patrocinou o filme [...] (2011, p.82).

Entendemos que o filme *Batismo de sangue* foi beneficiado pelo momento histórico no qual foi produzido, sendo que desde os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) a temática ditadura militar aparecia com relativa frequência no cinema nacional. Foi exatamente o contrário do que aconteceu com outro projeto cinematográfico que Helvécio Rattton tentou produzir no final da década 1980 e início da década seguinte. Intitulado de *Era uma Vez em Brasília*, o roteiro contava a história de um casal de militantes durante a ditadura militar. O filme havia recebido uma parcela da verba aprovada pela *Embrafilme* e o casal de protagonistas foi contratado. Entretanto, a extinção da estatal interrompeu a pré-produção: as tentativas posteriores de obter financiamento falharam e o resultado foi a interrupção definitiva do projeto. A segunda tentativa de produzir um filme sobre a ditadura militar resultou na adaptação do livro de Frei Betto.

No que concerne a questões sobre a distribuição do referido filme, chama atenção o apoio de uma empresa que manteve vínculos diretos com a ditadura militar: a Rede Globo. Não se trata de uma novidade no cinema nacional, uma vez que o filme *Zuzu Angel* (2006) também contou com participação da Globo Filmes. É um paradoxo que pode ser explicado dentro da lógica do capitalismo, que transforma até mesmo obras de cunho contestatório em produtos para consumo. Em entrevista ao autor, o diretor Helvécio Rattton afirmou que

“O apoio da Globo Filmes foi no sentido de participar da divulgação do filme. Contamos com o apoio dela para termos chamadas mais baratas na televisão. Porque quando a Globo Filmes apoia um filme você vai pagar pela mídia da televisão – que é um absurdo de cara – você vai pagar muito menos. Você paga menos porque, neste caso, a Globo Filmes está coproduzindo o filme com você. É claro que devolve aquilo, eles retiram da bilheteria. Eles não dão nada de mão beijada. E no momento que o

Batismo foi lançado, em 2007, a mídia de televisão era muito importante. Hoje ela não é. O apoio da Globo Filmes era importante para garantir ao filme uma certa visibilidade” (RATTON, 2018).

De acordo com Noronha (2013), *Batismo de sangue* foi orçado em R\$ 4.632.282,33, sendo que R\$ 4.350.000,00 foram capturados via leis de incentivo fiscal. Antes da estreia em circuito nacional, ele foi exibido no 39º Festival de Cinema de Brasília (2006) e venceu dois prêmios: Melhor Diretor e Melhor Fotografia. Foi apenas no dia 20 de abril de 2007 que *Batismo de sangue* estreou em 24 salas de cinema de cinco cidades: Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Com classificação etária de 14 anos, foi o 18º filme brasileiro mais visto naquele ano: com 56.535 mil espectadores, a arrecadação final foi de R\$ 402.345,00. Mas o longa-metragem teria sido um fracasso de bilheteria para os padrões do cinema brasileiro? Ao ser questionado sobre isso, Helvécio Ratton afirmou o seguinte:

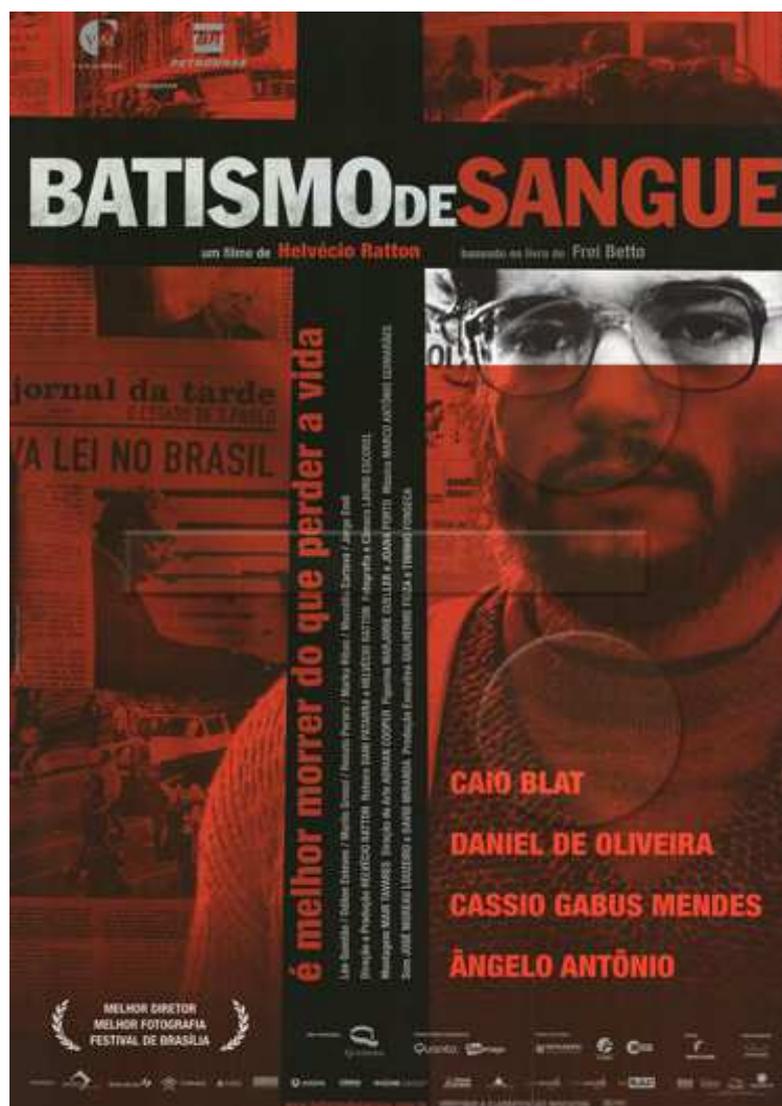
“Sucesso de bilheteria eu acho que seria muito. Eu acho que podemos dizer que ele teve uma boa bilheteria para o tipo de filme que ele é. Sendo ele um filme político, que fala do Brasil, que pega um acontecimento da história do Brasil muito forte, no caso os frades dominicanos. Tínhamos receio que fizesse uma carreira no cinema muito fraca, que as pessoas tivessem uma certa rejeição. Mas não foi isso que aconteceu. O longa-metragem teve uma boa carreira em salas de cinema dentro desse formato, ficou um bom tempo em cartaz no Brasil. E ele teve uma sobrevida através de outros meios que não as salas de cinema: canais de televisão e plataformas de streaming, tipo vod. Ele continua muito vivo e continua tendo público até hoje. Ele continua se mantendo” (RATTON, 2018).

Se fossemos comparar o orçamento e os resultados obtidos durante a exibição nos cinemas, *Batismo de sangue* seria considerado um fracasso. Entretanto, a bilheteria não é a sua única fonte de receita de um longa-metragem. É importante ressaltar que a maior parte do orçamento do filme foi capturada via leis de incentivo fiscal e não foi bancado pelos produtores. Do ponto de vista comercial, *Batismo de sangue* não possui características de um sucesso de bilheteria nacional. Trata-se de um drama histórico cuja narrativa envolve aspectos políticos e religiosos do período ditatorial. Além disso, aborda um episódio pouco lembrado pelo público do século XXI, os personagens principais são frades dominicanos e inexistentes cenas de ação. Desta forma, consideramos que o público alvo de *Batismo de*

sangue é formado por pessoas interessadas numa abordagem politizada da história do Brasil e não somente em divertimento descompromissado.

Ao analisarmos *Batismo de sangue*, lembramos que Ferro (2010) alerta os historiadores de que o filme é um produto cujas significações não estão atreladas somente a fatores de ordem cinematográfica. Por exemplo, a campanha de divulgação de um longa-metragem gera inúmeros subprodutos: *trailers*, cartaz de cinema, propagandas de televisão, rádio, entrevistas, matérias jornalísticas. Os responsáveis pelo *marketing* de *Batismo de sangue* produziram um cartaz de cinema que exibe com destaque a imagem de Frei Tito e não de Frei Betto. Além disso, o ator Caio Blat, que interpreta Frei Tito, aparece em primeiro lugar nos créditos, antes de Daniel de Oliveira, que vive Frei Betto.

Figura 7 - Cartaz de divulgação do filme *Batismo de sangue*



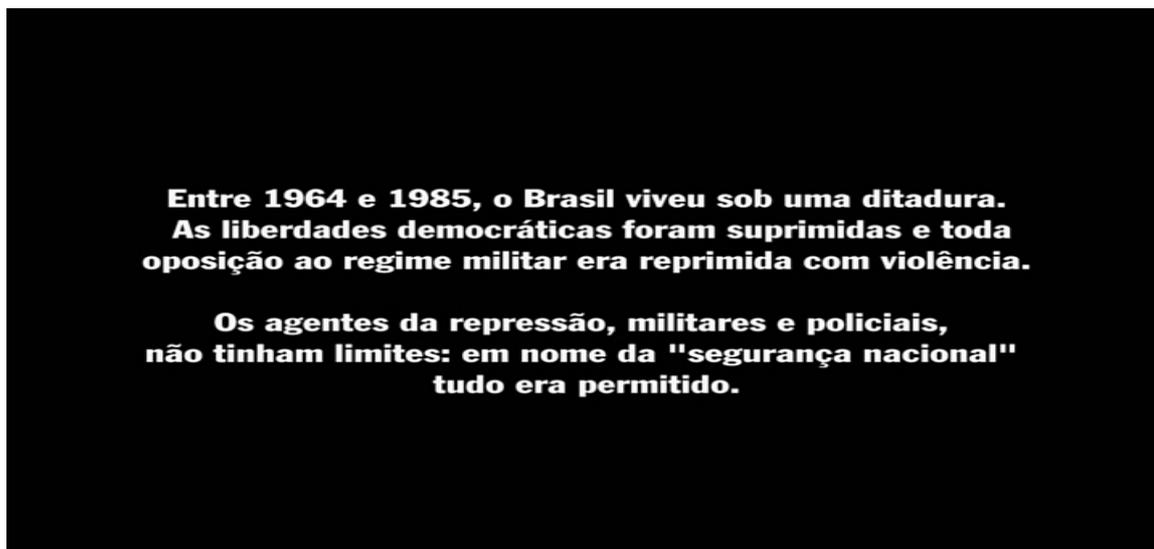
Fonte: [Cartaz Batismo...]

Num primeiro momento, o cartaz chama atenção pela predominância da cor vermelha, fato que está relacionado ao título do filme. No fundo, imagens de jornais indicam que o filme se passa na época da ditadura militar. O rosto de Caio Blat (que não é identificado como Frei Tito) transmite seriedade, fato salientado pelo detalhe em preto e branco ao redor dos seus olhos. A julgar pela barba, inferimos que a foto faz referência ao período que Frei Tito viveu na França e sofria de transtornos psicológicos.

Percebe-se uma imagem que, em vista da temática do filme, pode ser interpretada como uma cruz, sendo que na horizontal consta o título do filme (cuja apenas a palavra “sangue” está grafada da cor vermelha). A cruz foi um instrumento de tortura e execução no qual as vítimas eram pregadas ou amarradas pelas mãos e pés numa viga feita de madeira. No sentido religioso, a cruz é relacionada a paixão e a morte de Jesus Cristo. Nota-se que na vertical da cruz está escrito uma frase creditada a Frei Tito (“é melhor morrer do que perder a vida”) e os créditos do filme. Não se trata de uma frase criada para a campanha de *marketing* do filme. No livro *Batismo de sangue* (2006), é revelado que Frère Xavier Plassat, amigo de Frei Tito, encontrou num livro emprestado a Frei Tito a citada frase acompanhada das palavras “corda” (uma indicação de suicídio) e a opção Bacuri² (tortura prolongada). Por fim, também é possível identificar os logos dos patrocinadores e a indicação que o filme recebeu os prêmios de Melhor diretor e Melhor fotografia no 39º Festival de Cinema de Brasília.

Começamos agora a análise do filme de Helvécio Ratton. Um recurso encontrado nos filmes de caráter histórico é o letreiro de abertura. No caso de *Batismo de sangue*, a cor do texto é branca e o fundo escuro. Sem nenhuma imagem para causar distração, o público se concentra especificamente no curto enunciado na tela.

² Um dos casos que ilustram a violência e a crueldade da repressão é a morte do guerrilheiro Eduardo Leite, mais conhecido como Bacuri. Com apenas 25 anos de idade, ele havia participado das capturas do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben e do cônsul japonês Nobuo Okushi e foi capturado pessoalmente pelo delegado Fleury, em agosto de 1970, no Rio de Janeiro. Durante 109 dias, Bacuri foi torturado de forma ininterrupta. No Dops, os policiais mostraram a ele uma notícia que fora plantada nos jornais: o mesmo havia sido retirado da cadeia para fazer o reconhecimento do corpo do guerrilheiro Joaquim Câmara Ferreira e havia conseguido escapar das autoridades. Com o paradeiro desconhecido para o público, mas em liberdade, Bacuri foi então executado. Em 2011, a jornalista Vanessa Gonçalves lançou a biografia *Eduardo Leite Bacuri*.

Figura 8 - Letreiro inicial de *Batismo de sangue*

Fonte: *Batismo...* (2007).

Em entrevista ao autor, o diretor Helvécio Ratton afirmou que escreveu o letreiro com o objetivo de contextualizar de forma breve o período ditatorial para o público nascido nas décadas posteriores aos eventos narrados em *Batismo de sangue*. Talvez em vista disso, o letreiro não especifica que abrangerá um recorte temporal (1968 a 1973) que não toda a ditadura militar. Salienta-se que espectadores com maior bagagem intelectual podem relacionar trechos como a supressão das “liberdades democráticas” e a violência contra a oposição em defesa dada “segurança nacional” com o período que vigorou o AI-5. Também é perceptível a menção ao fato de que agentes da repressão não eram somente membros das Forças Armadas, mas também civis, com era o caso do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Do ponto de vista da narrativa fílmica, o letreiro utiliza o didatismo para situar o público de forma eficaz no período histórico da ditadura militar.

Após o letreiro de abertura, Helvécio Ratton introduz um dos personagens principais de *Batismo de sangue*, Frei Tito (Caio Blat), caminhando pela floresta com uma corda na mão. Ao subir num galho e amarrar a corda na árvore, o jovem relembra um fato ocorrido durante uma sessão de tortura: um homem vestido de branco estica a mão e ordena para que beije “a mão do Papa”. Após alguns segundos de hesitação, ele coloca a corda ao redor do pescoço e se atira da árvore. Ressalta-se que em nenhum momento é relevado a identidade de Frei Tito e do delegado Fleury, tampouco o local e o ano do suicídio. Trata-se de uma cena de forte impacto que deixa a seguinte indagação: Quais razões levaram o jovem ao

suicídio? Desta forma, o filme pode ser interpretado como uma investigação cujo objetivo é desvendar os motivos que levaram Frei Tito ao suicídio. Trata-se de uma diferença substancial entre o livro de Frei Betto e o filme de Helvécio Ratton pode ser percebida desde a citada cena, pois é perceptível a opção artística de dar maior destaque ao personagem de Frei Tito. Questionado sobre esse fato na entrevista concedida por *e-mail*, Frei Betto considerou que foi uma opção “Muito acertada, pois Tito foi, de todos os oito frades presos, o que mais sofreu”. No livro, Frei Tito é citado poucas vezes antes do capítulo *Tito, a paixão* - no qual é contada com detalhes a violência a qual foi submetido pelos agentes da repressão, a vivência como preso político no Presídio Tiradentes e o exílio na França.

Com relação às alterações realizadas pelo cinema, Rosenstone (2010) afirma que o filme dramático comercial recorre a inúmeros recursos para “encenar” o passado, tais como diálogos, interpretação dos atores e alterações. Este último ocorre quando “[...] personagens realizam ações ou expressam sentimentos que talvez fossem de uma figura histórica diferente ou de ninguém” (ROSENSTONE, 2010, p.64). Mesmo que o filme *Batismo de sangue* possa ser considerado uma adaptação fiel do livro homônimo, os roteiristas Helvécio Ratton e Dani Patarra realizaram alterações periféricas nos episódios narrados por Frei Betto. Um exemplo ocorre nos primeiros minutos do longa-metragem. Os Freis Fernando de Brito, Ivo e Tito estão no interior de um carro e utilizam óculos que limitam a visão e dificultam a identificação do caminho percorrido. Ao chegarem ao local misterioso, encontram pela primeira vez com Carlos Marighella, estão em companhia dos Freis Osvaldo e Betto. Observa-se, no entanto, que Frei Tito “[...] fez parte dos que apoiavam a organização de Marighella sem nunca ter encontrado o líder guerrilheiro” (DUARTE-PLON E MEIRELES, 2014, p.62). Apesar de incorreto do ponto de vista histórico, trata-se de uma alteração que pode ser explicada pela concisão da narrativa cinematográfica. Em apenas uma cena, são transmitidas informações essenciais para o andamento da história: são apresentados os personagens principais (Freis Ivo, Fernando de Brito e Osvaldo) – Frei Tito já havia sido introduzido na cena do suicídio –, é evidenciada a importância de Carlos Marighella como líder na guerrilha e o interesse dos dominicanos em colaborar na oposição à ditadura militar.

Em *Batismo de sangue* também ocorre o processo de compressão do número de personagens na trama. Além dos Freis que aparecem no filme (Betto, Tito, Ivo, Osvaldo e Fernando de Brito), também colaboravam diretamente com a guerrilha os

dominicanos Luiz Felipe Ratton Mascarenhas (primo do diretor Helvécio Ratton), Magno José Vilela e João Caldas Valença. Numa nota publicada no livro que reproduz o roteiro de *Batismo de sangue*, Ratton (2008, p.12) citou que a diminuição do número personagens foi motivada por “razões dramáticas”. Tal escolha artística pode ser justificada pelo fato de que o filme dramático comercial possui “[...] uma forma de narrativa que comprime os eventos que aconteceram ao longo do tempo (dias, meses anos, décadas) em um estreito e intenso intervalo que geralmente não tem mais de duas horas [...]” (ROSENSTONE, 2010, p. 65). Com a duração 1 hora e 52 minutos (incluindo os créditos iniciais que informam os patrocinadores do filme e os finais que indicam a equipe técnica), *Batismo de sangue* situa a narrativa num espaço temporal específico (1968-1974) que engloba o primeiro contato de Frei Tito com a luta armada e o seu suicídio. Ao diminuir o número de dominicanos envolvidos na luta armada, percebemos que o roteiro permite desenvolver um pouco mais os personagens, principalmente os Freis Tito e Betto. Trata-se, portanto, de uma justificativa que pode ser entendida do ponto de vista cinematográfico e que não causa problemas para o público compreender a enredo que está sendo contado.

Com relação à juventude politizada da década de 1960, percebemos que *Batismo de sangue* aborda um marcante episódio da oposição estudantil contra a ditadura militar: o 30º Congresso Nacional da UNE. De acordo com Gaspari (2014, p.325), a polícia já sabia da realização do evento: “Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus”. Além de Frei Tito, Frei Luiz Felipe Ratton também foi preso pelos soldados da Força Pública Estadual e fichado. É interessante observar que o filme não mostra a realização do 30º Congresso Nacional da UNE, mas os preparativos e os estudantes sob custódia das autoridades.

Figura 9 - Painel sobre o 30º Congresso Nacional da UNE



Fonte: Batismo... (2007).

Analisaremos o 30º Congresso Nacional da UNE através de quatro cenas. Na primeira, Frei Tito e Frei Osvaldo participam de uma reunião estudantil sobre as possíveis opções para a realização do evento, sendo que a ideia do sítio de Ibiúna parte de Frei Tito. Nesta época, o dominicano era presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Filosofia e Teologia (IFT) e estudava ciências sociais na USP. Na segunda cena, o dominicano acerta a realização do congresso com o dono do sítio de Ibiúna. Já na terceira cena, jovens utilizam como “senha” para se reconhecerem e pegarem carona um exemplar da revista *Veja*. Na quarta cena, os estudantes estão sentados no chão no pátio do DOPS e vigiados por homens da Polícia Militar (PM) e cães. Os jovens são empurrados, recebem socos e são, um por um, fichados. A iluminação da cena é mínima, destacando-se as lanternas que mostram os estudantes apreensivos. Analisado sob a perspectiva da narrativa fílmica, tais cenas possuem três finalidades: demonstrar o envolvimento dos dominicanos na política estudantil, reforçar a ideia de que a repressão já perseguia a oposição antes do AI-5 e que luta armada era uma possibilidade a ser considerada para combater a ditadura militar.

Além desse momento, outra cena do longa-metragem faz menção à relevância e necessidade da guerrilha como forma de enfrentar a ditadura militar. No cargo de jornalista na *Folha da tarde*, o dominicano é informado por um repórter que a polícia havia descoberto o local que abrigava congresso da UNE. Sem ter como

avisar os estudantes da prisão iminente, Frei Betto lamenta o fato para o diretor do jornal que se mostra favorável à luta armada: “Parece que eles não nos deixam outra saída. Você sabe que eu não tenho peito, mas, a cada dia que passa, tenho mais certeza: só com a luta armada...”³. Em outro momento do filme, o diretor do jornal decide agir na clandestinidade e é escolhido para levar uma mensagem, costurada na gravata, para Fidel Castro.

Voltando aos personagens dominicanos, percebemos que o filme fornece poucas informações com relação aos Freis Ivo e Fernando de Britto. Com relação ao último, sabemos que ele trabalha na livraria Duas cidades. De forma geral, a caracterização dos dominicanos não apresenta muitas variações: eles são comprometidos com a fé católica e voluntariosos na ajuda fornecida para a luta armada ou outros perseguidos pela ditadura militar. Neste sentido, o roteiro demonstra em algumas cenas como isso funcionava na prática. Em uma cena, um homem interrompe o café da manhã no Convento para pedir ajuda: era necessário transportar uma mulher, Jana, até Santos o mais rápido possível. Prontamente, Frei Ivo se levanta, pega a bolsa de Jana e ambos vão até um Fusca azul. Em outra cena, Frei Ivo e Frei Osvaldo estão levando dois líderes estudantis para o 30º Congresso da UNE quando o carro é parado por um guarda rodoviário. Ao pedir os documentos de Frei Ivo e descobrir que era um religioso, ele pergunta se estamos indo para o seminário dos Salesianos. Ao concordar, o guarda não pede os demais documentos dos ocupantes do carro e os libera. Essa cena é um exemplo de como a colaboração de religiosos com a oposição não despertava, ao menos num primeiro momento, a suspeita das autoridades.

Como anteriormente afirmado, os personagens de Frei Betto e Frei Tito recebem maior atenção do roteiro. Frei Tito é retratado como um jovem que escreve poesia numa máquina de escrever e canta ao ouvir no rádio a canção A noite dos mascarados, interpretada por Chico Buarque e Elis Regina. Em outra cena, os dominicanos estão assistindo na televisão em preto e branco a chegada do homem à lua e, numa conversa, Frei Fernando de Brito e Frei Ivo entram em consenso que os bilhões gastos na missão espacial poderiam ser investidos para combater a pobreza. De repente, Frei Tito começa a dedilhar o violão e canta os seguintes

³ É interessante perceber que o roteiro original indicava que o diretor do jornal diria uma frase que não foi incluída na versão final do filme: “É, os cristãos agora vão ter de armar-se uns aos outros. ” Mesmo que o roteiro indique que era uma brincadeira, o dominicano não teria achado graça.

trechos da música de Gilberto Gil, *Lunik 9*⁴, do disco Louvação (1967): “A mim me resta disso tudo uma tristeza só/talvez não tenha mais luar para clarear\minha canção\o que será do verso sem luar?\o que será do mar, da flor do violão?\tenho pensando tanto, mas nem sei”. No contexto da cena, Frei Tito demonstra sensibilidade ao utilizar a música para corroborar o ponto de vista debatido sobre os investimentos da NASA. Também é perceptível que os dominicanos ao seu redor prestam atenção à música e sorriem, o que demonstra certa simpatia para com Frei Tito. Mas um momento revelador sobre o íntimo de Frei Tito ocorre numa rápida conversa com Frei Osvaldo, que em breve se mudaria para a França para continuar seus estudos. Ao ser questionado se gostaria de assumir seu lugar para intermediar os contatos com o professor Menezes (Marighella), Frei Tito afirma que pensará na proposta. Ao perceber a hesitação do dominicano, Frei Osvaldo menciona que conversará com Frei Osvaldo e Frei Tito concorda que era uma boa ideia.

Ao analisarmos as ações dos personagens de Frei Tito e Frei Betto, percebemos que o primeiro demonstra maior envolvimento na militância estudantil contra ditadura militar. Por outro lado, as ações de Frei Betto estão direcionadas à luta armada. Além de transportar dinheiro até Carlos Marighella, o dominicano recebe do guerrilheiro a função de organizar a saída de militantes pelo sul. Assim como narrado no livro *Batismo de sangue*, Frei Betto se muda para o Convento Cristo Rei, no Rio Grande do Sul, e coloca em prática o chamado esquema da fronteira. Dentre as pessoas que tiveram a ajuda do dominicano, o filme mostra dois exemplos: Jorge de Miranda Jordão, diretor do jornal que o dominicano trabalhou em São Paulo, e Joaquim Câmara Ferreira, um dos principais dirigentes da ALN. Em ambas as cenas, Frei Betto é alertado de que guerrilheiros e militantes de esquerda estão sendo presos e torturados pela repressão. No momento que ocorre a prisão dos Freis Fernando de Brito e Ivo e a invasão do convento de Perdizes, Frei Betto foge do Seminário Cristo Rei. É curioso que o diretor Helvécio Ratton incluiu uma cena que remete à primeira página do livro *Batismo de sangue*, na qual a morte de Marighella é anunciada por um locutor no intervalo do jogo entre Santos e Corinthians. Num boteco à beira da estrada, o dominicano descobre pela televisão

⁴ Percebe-se que a canção não foi composta como uma referência ao êxito da missão comandada pelos norte-americanos em 1969, mas ao programa espacial da URSS que ficou conhecido no ocidente como Lunik. Nas palavras de Gilberto Gil, “Recebi o impacto da notícia do pouso (suave, segundo as avaliações) do Lunik 9 na lua com orgulho e ponderação: estávamos conquistando o espaço, mas aonde isso ia dar? Não era só o cidadão que especulava, mas também o artista, com o senso de responsabilidade de ser locutor da sociedade junto à história”.

que o líder da ALN foi assassinado. Ao olhar ao redor, ele percebe que as pessoas não prestaram atenção e, conseqüentemente, parecem alienadas com relação aos acontecimentos políticos e à luta armada.

Assim como o livro de Frei Betto, a religião também é um elemento importante no filme de Helvécio Ratton. Destacaremos agora alguns desses momentos porque são essenciais para melhor compreendê-lo. Após um policial ser pego gravando a missa realizada no convento de Perdizes, o superior Frei Diogo reúne os Freis Ivo, Osvaldo, Tito, Betto e Fernando de Brito para uma conversa sobre o perigo do envolvimento na oposição à ditadura militar. Frei Tito é o primeiro a se manifestar: “Mas a opção pelos pobres é uma exigência do trabalho apostólico. E nós estamos apenas defendendo a causa dos humilhados, dos homens e mulheres de pés descalços”. Frei Diogo, auxiliar os perseguidos é uma tradição da Igreja!”. Abaixo, reproduzimos um trecho dos diálogos.

FREI DIOGO (PARA OSWALDO)

E o senhor não tem feito o que deveria, que é estudar.

OSWALDO

Mas tenho lido São Tomás de Aquino. Ele já dizia que, em caso de tirania evidente e prolongada, o povo tem o direito de se defender!

BETTO

E Paulo VI disse algo bem parecido: esgotadas todas as possibilidades, é legítimo o uso da violência!

FERNANDO

Se queremos realmente mudar alguma coisa, temos de ir além das palavras!

OSWALDO

E dos estudos!

IVO

Não pegamos em armas, não assaltamos, só damos o nosso apoio!

A citada cena tem a função narrativa de expor ao espectador argumentos de caráter teológico que justificassem o envolvimento dos dominicanos com a luta armada. Assim em outros trechos do filme, é transmitida a ideia de que a luta armada é legítima em contraponto ao autoritarismo da ditadura militar. Em outras palavras, a violência era a última e única solução encontrada para combater derrubar o governo ditatorial. Mas outro ponto também chama atenção: o silenciamento com relação às ideias de esquerda. Na época, os Freis Tito e Betto, por exemplo, liam autores como Karl Marx e a influência das ideias socialistas não podem ser separadas do seu engajamento político. Somente na cena da missão realizada no DOPS que é mencionada a luta de classes. Entretanto, na maior parte do tempo o filme propõe que os dominicanos participaram da resistência não porque

tivessem simpatia com a esquerda e as ideias socialistas e sim por motivos religiosos.

Outra cena com forte componente religioso é uma das mais marcantes do filme é a missa realizada pelos dominicanos no corredor das celas do DOPS. Libertados da cela pelo carcereiro, os Freis Betto, Ivo, Fernando de Brito e Tito celebram a missa sob o olhar de policiais civis armados. Dentro das celas, os prisioneiros são enfocados prestando atenção às palavras dos dominicanos, mesmo que alguns não façam o sinal da cruz. Após a leitura de um trecho do capítulo 11 de Isaías por Frei Tito, Frei Betto faz o seguinte monólogo:

Não há conciliação possível entre opressores e oprimidos. Do lado de dentro destas grades encontram-se comunistas e cristãos. Foi o amor por nosso povo e a luta por justiça que nos aproximou e nos uniu. Um dia, não existirão mais diferenças de classes, todos viverão como irmãos, em torno do mesmo Pai... Haverá igual partilha de comida e de bebida, como aqui nesta mesa eucarística.

O discurso de Frei Betto é proferido num momento melancólico para a luta armada: Marighella foi assassinado e os guerrilheiros presos continuavam sendo torturados, sendo que fica subtendido que uma mulher foi estuprada. Anteriormente, um guerrilheiro questionara se os dominicanos sabiam o que estavam fazendo ao aceitar colaborar com a luta armada, ou seja, existia certa animosidade em vista das circunstâncias da morte do líder da ALN. Neste sentido, as palavras do dominicano procuram minimizar as diferenças entre cristãos e comunistas e enfatizam que o compromisso da luta pelos menos favoritos foi o que os uniu. Ao rejeitar a possibilidade de conciliação com a ditadura militar, Frei Betto expressa o desejo de continuidade da luta revolucionária. A referência ao termo “luta de classe”, de teor marxista, é seguida da menção há um tempo futuro de prosperidade sob os auspícios “do mesmo Pai”, ou seja, Deus. Portanto, o discurso de Frei Betto é eminentemente político porque propõe a união para derrotar a ditadura militar e possui elementos de ordem religiosa e marxista. Em outro momento, dois presos provocam os dominicanos: um pergunta “E os traidores, vão pro céu também?” e outro grita em seguida “Judas”. Sem responder às provocações, os outros presos intercedem pedindo para que se calem. Mas quando Frei Betto pergunta se alguém gostaria de manifestar suas intenções, outro militante comunista se prontifica: “Queria pedir ao Deus de vocês que talvez também seja nosso, que nos faça ganhar essa luta, um dia”. Por fim, Frei Tito oferece as hóstias para os presos.

Em alguns trechos do livro *Batismo de sangue*, Frei Betto faz menções de como os dominicanos foram tratados pela ala conservadora da Igreja Católica: com frieza e desconfiança. Uma cena do longa-metragem mostra isso de forma contundente. Após a morte de Marighella, os Freis Ivo, Tito e Fernando de Brito recebem a visita de um cardeal que indaga se realmente eram verdadeiras as acusações contra eles. Ao permanecerem em silêncio, o cardeal insiste para que respondam e afirma que não acontecerá nada com eles. Neste momento, o Frei Fernando de Brito toma a palavra: “Como o senhor pode garantir isso? Fomos muito torturados e somos ameaçados constantemente, cardeal”. A resposta é curta e demonstra o posicionamento político do religioso: “Mas os senhores não foram presos celebrando a missa, não é verdade? ”. Em segundo plano, o delegado Fleury sorri de forma irônica. No livro *Batismo de sangue*, o cardeal é identificado como Agnelo Rossi e a referência ao fato dos dominicanos não terem sido presos atuando como religiosos havia sido feita num programa de rádio dias depois.

Se por um lado o filme é por vezes demasiadamente didático, como a cena na qual os dominicanos justificam suas ações para o superior Frei Diogo, é notável que o roteiro se preocupe em explicar a razão de Frei Betto não ter sido torturado ou mesmo agredido fisicamente sob a custódia da polícia. Afinal, os Freis Fernando de Brito e Ivo foram torturados logo após a prisão e Frei Tito foi retirado do presídio Tiradentes no começo de 1970 e torturado em vista de seu envolvimento no 30º Congresso da UNE. Após ser transferido do Rio Grande do Sul para São Paulo, Frei Betto é interrogado pelo delegado Fleury e policial Pudim. Bem informados sobre o funcionamento do esquema do sul, o dominicano não revela novas informações mesmo ao ser ameaçado pelo delegado Fleury (“Se você não abrir o bico, nós vamos acabar com a reputação dos padres de uma vez por todas”). Irritado, Pudim exclama: “Porra de tio general!”. A explicação, assim como ocorre no livro *Batismo de sangue*, foi a de que um tio general intercedeu por Frei Betto e isso inibiu que os agentes da repressão atentassem contra a sua integridade física.

5.3.1 O Coadjuvante Carlos Marighella

Como já firmado, o personagem de Carlos Marighella (que se identifica com o codinome de Professor Menezes) é introduzido no filme ao conhecer os Freis Tito, Ivo e Fernando de Brito. Ao esticar a mão para cumprimentar Marighella, Frei Tito é

advertido por ele: “É melhor não dizer o seu nome verdadeiro, você deve usar um nome de guerra... Não devemos escrever nomes e endereços em cadernetas, papéis ou em qualquer lugar! (apontando a própria cabeça) Tudo na cuca.” O filme também recorre a diálogos expositivos para contextualizar a luta armada em 1968, principalmente na figura de Marighella:

O apoio de vocês chega em um momento crucial para a ALN. (pausa) Não adianta mais lutar apenas com palavras. Daqui pra frente, quem samba fica, quem não samba vai embora! (grave) Vamos intensificar as ações armadas, com assaltos a bancos e ataques às forças da ditadura.

Neste momento, Frei Betto salienta que os dominicanos não envolverão em ações armadas. Aproveitando o ensejo, Marighella revela o que esperava: “Contamos com vocês para esconder companheiros, para transportar, levar mensagens, fazer contatos... E no que mais vocês puderem colaborar”. Após receber um envelope com dinheiro de Frei Osvaldo, o guerrilheiro expressa que um Fusca poderia ser comprado para ser usado pelos dominicanos. O único questionamento a Marighella é feito por Frei Tito, que deseja saber como conscientizar o povo sobre a importância da luta armada. Marighella responde de forma sucinta e sem maiores aprofundamentos: “Pela ação, tudo nasce da ação. A consciência do povo vai brotar é da luta armada, do próprio combate”. O guerrilheiro deixa alguns livros de sua autoria para os dominicanos: “São uns livrinhos que escrevi, quem sabe vocês aproveitam alguma coisa...” Por fim, ele se despede e diz: “É muito bom ter vocês do nosso lado”. Enquanto ele deixa o recinto, Frei Tito pega os livros e lê os títulos em voz alta⁵, além de um trecho do poema Liberdade: “Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma, que não existe força humana alguma que esta paixão embriagadora dome. E que eu por ti, se torturado for, possa feliz, indiferente à dor, morrer sorrindo a murmurar teu nome”. Esta é a cena de maior duração em que Marighella aparece: dois minutos e 21 segundos.

A segunda cena de Marighella no filme ocorre numa conversa com os Freis Ivo e Betto, na qual ele indica, num mapa, a intenção de implantar um foco da guerrilha na região do Bico do Papagaio, localizado ao norte de Goiás. Os dominicanos se prontificam a verificar a possibilidade de visitar a área em questão,

⁵ Na crítica publicada na *Folha de S. Paulo*, Paulo Butcher também percebeu certo grau de didatismo nos diálogos do filme e interpretou como uma forma de apresentar às novas gerações os personagens. Especificamente sobre esse trecho do filme, ele afirmou que “O tom é tão artificial que, imediatamente, impõe um grau de desconfiança e afastamento”.

uma vez que havia um convento e uma casa religiosa nas proximidades. No rádio, um samba de Noel Rosa chama a atenção dos ocupantes do carro. Marighella balança a cabeça no ritmo da canção e afirma: “Grande Noel”. A cena não mostra somente que o líder da ALN possuía planos para próximos passos da luta armada ou era um apreciador de Noel Rosa, mas como eram realizados os encontros com os dominicanos: dentro de um carro, estacionado numa área urbana deserta e à noite. Salienta-se, por fim, que a cena é curta: dura apenas 35 segundos. A terceira cena com Marighella é um curto diálogo com Frei Betto que ocorre numa igreja quase vazia. Momentos antes, o dominicano havia pegado com uma mulher uma sacola que, embaixo dos vegetais, escondia cédulas de dinheiro. Marighella, que usa uma peruca preta pouco convincente, se ajoelha atrás do banco onde está Frei Betto, coloca as mãos como se fosse orar e afirma: “Fiquei sabendo do seminário no sul. Precisamos montar um esquema para passar os companheiros pela fronteira”. Frei concorda silenciosamente ao sacudir a cabeça. Marighella vai embora e leva junto a sacola. A cena dura apenas 42 segundos.

Assim como a segunda cena, a quarta participação de Marighella também ocorre no interior de um veículo. Ele explica para os Freis Osvaldo e Ivo que os encontros com os dominicanos seriam marcados via telefone através da seguinte senha: “Aqui é o Ernesto. Vou na gráfica hoje”. Apesar do protesto de Frei Osvaldo, que considerou a ideia arriscada, Frei Ivo concorda prontamente com a proposta. Marighella também consola Frei Osvaldo, que estava relutante em deixar o Brasil para estudar no exterior, ao dizer que ele teria a oportunidade de realizar contatos com a esquerda internacional. Do lado de fora do carro, Frei Osvaldo afirma que a peruca não servia como disfarce porque chamava a atenção. Marighella justifica dizendo que as pessoas olhavam para a peruca e não para ele. A cena dura somente 35 segundos.

A última cena de Marighella antes da sua morte também se passa em um carro estacionado na Avenida Casa Branca. Os Freis Ivo e Fernando de Brito escutam quietos a avaliação da situação da guerrilha: “Estamos vivendo um momento muito difícil. Depois do seqüestro, muitos companheiros caíram. O Toledo tem que sair pelo sul o mais rápido possível. E eu vou sumir por um tempo. É hora de curar as feridas...” Os diálogos fornecem algumas informações importantes para

o público: em primeiro lugar, o sequestro do diplomata dos Estados Unidos⁶ aumentou o cerco da repressão; em segundo, Frei Betto pôs em prática o esquema do sul, através do qual Joaquim Câmara Ferreira⁷ deixaria o Brasil; em terceiro, o próprio líder da ANL afirmara que iria desaparecer por um tempo. Após sair do carro, a câmera acompanha o andar solitário de Marighella na noite, observado por Frei Fernando de Brito. A cena em questão, que dura apenas 35 segundos, pode ser interpretada como um presságio da morte do guerrilheiro, uma vez que ele desaparece sozinho na noite.

Figura 10 - Painel sobre o encontro de Carlos Marighella com os dominicanos



Fonte: Batismo... (2007).

⁶ Em *Combate das trevas*, Gorender (1998) se referiu ao episódio como “golpe de mestre”. O historiador afirma que Carlos Marighella não sabia dos planos para a ação, uma vez que estava no Rio de Janeiro e não pode ser contatado. Dias após o sequestro, Marighella se encontrou com Joaquim Câmara Ferreira e criticou a ação porque acreditava que as organizações revolucionárias não estavam preparadas para a represaria da ditadura. Apesar disso, Marighella elogiaria a iniciativa numa reunião com a direção geral da ALN em São Paulo e participantes do sequestro “[...] e, numa das manifestações antes do fim próximo, anunciou que haveria novos sequestros de personalidades importantes” (GORENDER, 1998, p.186).

⁷ Para Silva (2007), ele foi militante do Partido Comunista Brasileiro e foi preso e torturado no Estado Novo. Conhecido pelos codinomes de “Toledo” e “Velho”, Joaquim Câmara Ferreira era considerado o Braço direito de Carlos Marighella na ALN. Perseguido e capturado pela equipe do delegado Sérgio Fleury, ele morreu de ataque cardíaco em outubro de 1970.

Após analisar as cenas nas quais Marighella aparece, percebemos que a decisão dos realizadores de *Batismo de sangue* de centrar a narrativa fílmica nos dominicanos resultou num maior tempo de tela para eles e, conseqüentemente, o público pode conhecê-los um pouco melhor. Entretanto, ocorre o inverso com o personagem de Marighella: nas cinco participações anteriores à cena de sua morte, ele aparece em exatos 4 minutos e 48 segundos. Se o livro *Batismo de sangue* fornece inúmeras informações sobre a vida de Marighella, o filme toma a decisão deliberada de abordá-lo sem pormenorizar sua trajetória. Trata-se de uma escolha artística que pode ser questionada, mas salienta-se que uma história real pode ser adaptada para o cinema a partir de diferentes personagens. Do ponto de vista narrativo, as cenas com Marighella possuem uma progressão que espelha a realidade da época, na qual os agentes da repressão perseguiram os guerrilheiros e seus líderes. Na primeira cena, Marighella se apresenta como um líder confiante que busca convencer os dominicanos de que a ajuda deles seria bem vinda, uma vez que previa o aumento das ações da luta armada. Já a segunda e terceira cenas informam sobre ações práticas que Marighella delegou aos dominicanos. Mas são nas cenas seguintes que a ameaça da repressão é se torna latente: Frei Osvaldo acredita ser perigoso o esquema elaborado para contatar os dominicanos; em outra, o próprio Marighella afirma que deixará o país e que vários guerrilheiros “caíram”, ou seja, foram capturados pela repressão.

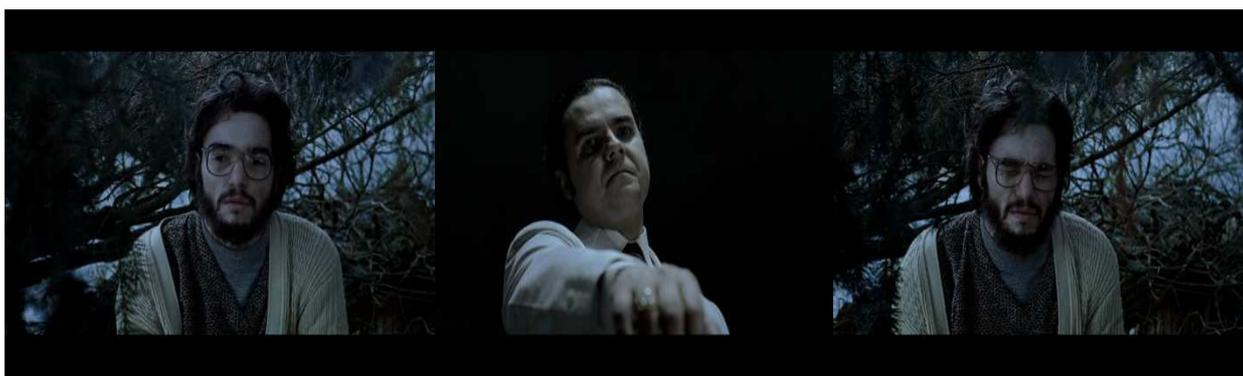
5.3.2 A Repressão, Delegado Fleury e a Morte de Carlos Marighella

Assim como Carlos Marighella, o delegado Fleury possui pouco tempo em cena ao compararmos aos dominicanos. A maioria de suas cenas envolve abusos verbais e físicos, sendo que apenas uma vez ele desfere um tapa em Frei Fernando. Nas cenas restantes, ele não agride fisicamente os dominicanos, mas comanda os interrogatórios. O delegado Fleury pode ser considerado o principal antagonista do filme, uma vez que ele é o líder da equipe encarregada de neutralizar Carlos Marighella. Como suas cenas estão diretamente vinculadas com a repressão, a mesma também será analisada nesse subcapítulo.

A primeira cena do delegado Fleury é o *flashback* que ocorre na abertura do filme. Ao relembrar de uma frase de Fleury (“Beija a mão do papa, beija”), o dominicano fecha os olhos com angústia. Ele coloca a corda em torno do pescoço e

se atira do galho da árvore. Cria-se, portanto, uma conexão entre o personagem de Fleury (ainda não identificado como agente da repressão) e Frei Tito. Apesar de durar poucos segundos, percebemos que a cena introduz o delegado Fleury de forma econômica e funcional. O ambiente na cena é coberto pela escuridão, sendo que Fleury veste um paletó e camisa da cor branca. Mesmo desfocado, é possível perceber que ele usa um anel nos dedos. Fleury é enquadrado pela câmera de baixo para cima, na altura que seu braço está levantado. É perceptível que a mão, no primeiro plano, está desfocada enquanto o rosto pode ser visualizado. A posição da câmera, o diálogo e a linguagem corporal de Fleury criam uma aura de poder em torno de sua figura e, conseqüentemente, deixa subentendido certa posição de inferioridade de Frei Tito.

Figura 11 - Painel sobre Frei Tito e o delegado Fleury



Fonte: *Batismo...* (2007).

Batismo de sangue constrói em cinco cenas a ameaça da repressão antes da tortura dos dominicanos. Na primeira, Frei Betto recebeu o aviso de que uma equipe do DOPS iria prender o seu amigo, o jornalista Paulo Patarra (curiosamente, pai da co-roteirista de *Batismo de sangue*, Dani Patarra). Correndo contra o tempo, o dominicano encontra Patarra em seu apartamento e evita a prisão. No exato momento em que eles fogem, um carro estaciona e um homem armado com trajes civis sai do carro e adentra o prédio. Na segunda cena, Frei Tito e os outros jovens presos no Congresso clandestino da UNE foram reunidos no pátio do DOPS. Eles estão assustados, uma vez que os homens armados utilizam cachorros para mantê-los juntos antes de serem fichados. Na terceira cena, Frei Diogo (Jorge Emil) pronuncia um sermão na Igreja contra a ditadura militar e é gravado pelo policial do DOPS Raul Nogueira de Lima (Murilo Grossi), também conhecido como “Raul

Careca”. Frei Ivo se aproxima do microfone e alerta aos fiéis da identidade do agente da repressão que responde de forma exaltada e deixa a Igreja. A quarta cena é sutil, mas reveladora: após falar num telefone do Convento de Perdizes, Frei Ivo comenta aos colegas que a linha fez um barulho estranho, ou seja, entende-se que o telefone estava grampeado. As cenas citadas demonstram que a repressão estava atenta à conduta de indivíduos de diferentes grupos sociais (jornalistas, estudantes e religiosos). Na quinta cena, o filme utiliza um diálogo para se referir à figura do delegado Fleury (Cássio Gabus Mendes) antes de propriamente mostrá-lo. Ao serem capturados no Rio de Janeiro, os Freis Ivo e Fernando perguntam a um policial para onde estão sendo levados. De forma sarcástica e seguida de uma risada exagerada, ele responde que irão se encontrar com o “Papa”. Souza (2000, p. 18) afirma que Fleury “[...] passou a ser chamado de *Papa* na polícia, como se estivesse acima de toda e qualquer hierarquia na qual os delegados da cúpula gostavam de ser chamados respeitosamente de *Cardeais*.”

É a partir da cena que começa o martírio dos dominicanos pelas mãos dos agentes da repressão. Ao chegarem ao local – uma legenda identifica como o Ministério da Marinha –, o delegado Fleury aparece vestido com um terno branco, sozinho com um cigarro na mão, e logo ordena que os dominicanos sejam levados para salas diferentes. A tortura dos dominicanos Fernando e Ivo é mostrada em detalhes, nos quais é possível perceber as consequências físicas da violência.

Figura 12 - Painel sobre a tortura dos dominicanos



Fonte: Batismo... (2007).

As cenas de tortura foram filmadas com refinado apuro técnico e o resultado é deveras realista, fato que não passou despercebido dos críticos na época do lançamento do filme nos cinemas. Na resenha de Ruy Gardnier é percebido o apuro técnico das cenas de tortura, mas é criticado o fato do filme supostamente fazer o

[...] espectador acompanhar de forma muito confortável o espetáculo, com a firme crença que toda a sangueira exibida na tela não corresponde às suas pulsões sádicas nem a um desejo mesquinho de ser entretido com tripas, mas simplesmente a um verismo documental e à luta pela liberdade.

Já o crítico Rubens Ewald Filho assinalou que as cenas de tortura poderiam ser sugeridas e que assim o filme seria mais atrativo para seu público alvo. Ao total, são cerca de nove minutos, o espectador assiste a vários tipos de tortura: pau de arara, espancamentos, “telefones” (quando as mãos se fecham com força ao redor dos ouvidos) e choques elétricos. Mais adiante, as sessões de tortura de Frei Tito também incluem um cigarro sendo apagado em seu corpo. Para Patarra e Ratton (2008, p.13-14), o filme é narrado pelo ponto de vista dos religiosos, ou seja, a tortura foi utilizada

[...] como instrumento de Estado para arrancar informações que mudaram o curso da História e aqui fazem avançar o filme. [...] Suavizar a violência sofrida pelos dominicanos, torná-la mais palatável, seria uma traição à memória de Tito e ao testemunho de todos aqueles que passaram pelos porões da ditadura. Decidimos então mostrá-la de forma breve, as cenas de tortura duram poucos minutos no filme, mas com força suficiente para expressar toda a dor e humilhação sofridas.

No livro *Diário de Fernando*, existe um trecho que encontra semelhança com o argumento de Ratton de não suavizar o retrato da violência: ele acredita que a memória da dor tem caráter subversivo porque

Cria o desconforto, desmascara os cínicos, mantém acesa a tocha da Justiça. É o grito permanentemente parado no ar. Não o grito da vítima espancada, mas da indignação, da reafirmação do humano, da negação do terror. Grito que silencia o horror (FREI BETTO, 2009, p.17-18).

Tal questão também pode ser observada de outra forma: a violência dos agentes da lei (que, *a priori*, deveriam zelar pelo bem-estar da população) era parte dos métodos de investigação da repressão, ou seja, o que aconteceu com os dominicanos não foi um caso isolado. Gaspari (2014, p.26) afirma que os torturadores não eram pessoas mentalmente perturbadas que agiam sem o

consentimento de seus superiores: “Quando a tortura é levada para dentro de instituições hierarquizadas e fortemente disciplinadas, produz-se uma burocracia da violência. ” É interessante o contraponto que Helvécio Ratton faz com relação ao uso da violência e o cuidado dos torturadores para não “passar dos limites”, ou seja, matar sem conseguir as informações desejadas. Numa pausa nas torturas, o delegado Fleury conversa com um médico que verifica as condições físicas de Frei Fernando e depois aplica uma injeção que o desperta. Ao sair da sala, o médico diz: “Tudo *okay*. Se precisar de mim é só chamar”. Além de prestar auxílio nas sessões de tortura, os médicos brasileiros também forjavam laudos com a intenção de encobrir a real causa das mortes. Neste sentido, um dos principais médicos legistas que colaborou com a ditadura foi Harry Shibata, que assinou laudos controversos como o de Vladimir Herzog. Na reportagem *A verdade sobre os médicos da ditadura*, Venceslau (2012) afirmou que em 2012 o médico foi alvo de um “esculacho”: uma passeata reunia dezenas de pessoas na frente de sua casa. Além disso, foram colados cartazes com a foto de Shibata, endereço e até mesmo a descrição das mortes que ele encobriu.

Com relação ao personagem do delegado Fleury, percebemos que as informações sobre ele estão relacionadas especificamente ao trabalho policial. A única exceção é uma conversa com o médico citado, que diz visitará um colega da Marinha que possui um barco em Ilhabela, região localizada no litoral paulista. Com um sorriso, o delegado confessa que possuir um barco na Ilhabela era um sonho. Apesar de passar despercebido pela maioria do público, o diálogo pode ser interpretado como uma referência a morte do próprio delegado. No livro *Autópsia do medo*, Souza (2000) relatou as circunstâncias misteriosas da morte de Fleury, ocorrida na madrugada de 1º de maio de 1979, em Ilhabela. Após beber bastante no iate de um casal de amigos, Fleury caiu no mar ao tentar voltar ao seu barco. Mesmo tendo sido socorrido com vida, o delegado morreu. Como não foi realizada a necropsia, o próprio autor suspeita que o delegado possa ser sido assassinado, ou seja, “queima de arquivo”.

O delegado Fleury retratado no filme *Batismo de sangue* é implacável, violento e obstinado na missão de encontrar Marighella. Uma cena chama atenção: no primeiro plano, Fleury toma calmamente uma xícara de café; no segundo plano, os policiais espancam Frei Ivo. Muito machucado, o dominicano revela que o contato com Marighella ocorria através de uma senha. Fleury se aproxima dele e ameaça:

“Olha aqui, a coisa é fácil: a gente mata você, corta os seus dedos para ninguém descobrir as impressões digitais, e depois te enterra em qualquer lugar. E ninguém vai sentir tua falta, nem seus colegas... Qual é a senha?” Severamente machucado, Frei Ivo revela que uma pessoa, identificada como Ernesto, faz uma ligação telefônica e afirma que virá na gráfica. A tática dos torturadores foi a de separar os dominicanos para torturar e então comparar as informações obtidas. Em seguida, Frei Fernando é torturado novamente e revela que o encontro ocorre na Alameda Casa Branca, perto do número 800. Quebradas as resistências dos religiosos, a equipe de Fleury obteve as informações que precisavam para encontrar Marighella. Ao mesmo tempo em que acende um cigarro, um dos torturadores coloca o paletó em Fleury. Frei Fernando é deixado sozinho na sala, ainda colocado no pau de arara, mesmo após fornecer as informações. A cena se torna ainda mais desoladora porque enfatiza a solidão e o sofrimento do dominicano. Além disso, percebe-se que o local utilizado para a tortura é improvisado. Por exemplo, a barra que segura o corpo de Frei Fernando está fixada em duas estantes.

Figura 13 - Painel sobre a equipe do delegado Fleury e a obtenção da “senha”



Fonte: Batismo... (2007).

A cena seguinte dá prosseguimento à ofensiva da repressão contra os dominicanos. De forma truculenta, a equipe de Fleury invade, à noite, o Convento de Perdizes e prende Frei Tito. Em outra cena, Frei Fernando é escoltado para a Livraria Duas Cidades para esperar a ligação que marcaria o encontro com Marighella. Algemado e tenso, Frei Fernando olha atentamente o prendedor de papéis na mesa. Entende-se que o dominicano poderia utilizar o objeto para tentar se matar ou mesmo ferir seus algozes. Entretanto, ele permanece quieto após o aviso de um dos agentes da repressão. Ao atender a ligação, o diretor mostra um homem com a arma perto da cabeça do dominicano. Ao ser indagado se estava tudo bem por telefone, a pessoa afirma que o encontro ocorrerá naquela mesma noite.

Em 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi executado pelos agentes da equipe liderada pelo delegado Fleury. Além do guerrilheiro, o tiroteio entre os próprios policiais vitimou a investigadora Estela Borges Morato (atingida com um tiro na testa, ela morreria dias depois) e o protético alemão Friedrich Adolf Rohmann, que estava no lugar e hora errada: ao se recusar a parar na barreira montada pelo DOPS, ele avançou pela alameda Casa Branca interdita e teve o carro fuzilado. Ex-soldado da Segunda Guerra Mundial, ele não possuía nenhum vínculo com a luta armada. Já o delegado Rubens Cardoso de Mello foi ferido na coxa direita e sobreviveu. No entanto, trata-se de um episódio mais complexo do que aparenta.

A morte de Marighella é um assunto polêmico, uma vez que existem versões conflitantes sobre o episódio. Para Magalhães (2012), Carlos Marighella foi executado dentro do Fusca onde estavam os frades Ivo e Fernando e na pasta que carregava não havia arma e sim cápsulas de cianureto. Antes de sua chegada, nenhum guerrilheiro vistoriou a Alameda Casa Branca em busca de indícios de perigo. Por fim, haveria a possibilidade de capturá-lo vivo, mas não o fizeram. Acreditamos que o debate acerca desse fato não constitua um elemento de extrema importância, visto que não altera o fato de que cabe à repressão responsabilidade pela morte de Marighella. Já a versão cinematográfica da morte de Marighella é muito fiel ao relato de Frei Betto em *Batismo de sangue*. Dentro do Fusca Azul estacionado na Alameda Casa Branca, estavam os Freis Ivo (cujo rosto está muito machucado) e Fernando de Brito. Algemados, eles esperam a chegada de

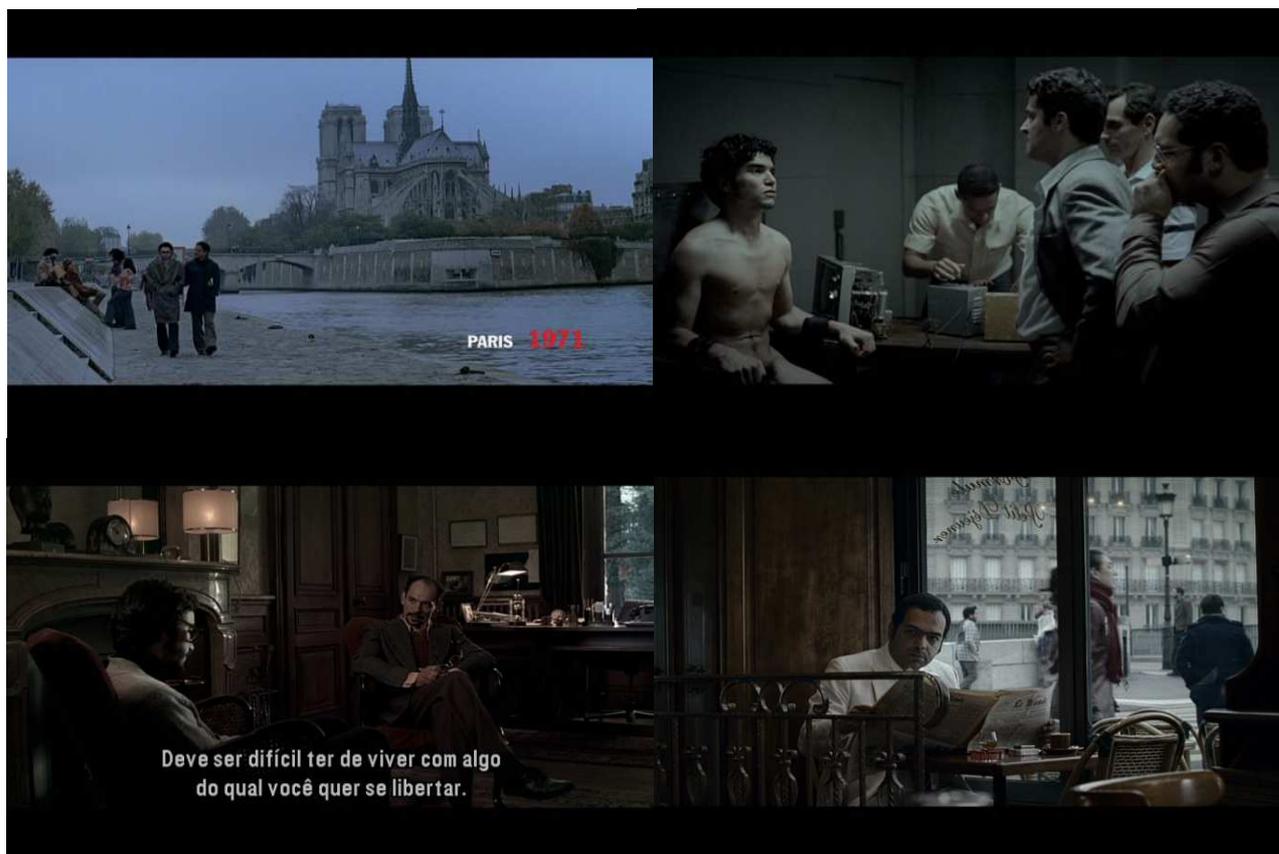
Marighella. Enquanto isso, um militante⁸ (o mesmo que fez a ligação para Frei Fernando) passa pelo Fusca para verificar as condições de segurança do local. Num dos carros estacionados, está um casal supostamente se beijando (o delegado Fleury e a inspetora Estela Borges Morato). Marighella surge caminhando na calçada em direção ao carro, segurando uma pasta e o paletó. Fleury grita o nome do guerrilheiro e dá três tiros, sendo que outros policiais, que estavam escondidos, também começam a atirar. Ao serem tirados do carro e jogados no chão, os dominicanos veem Fleury dar o último tiro em Marighella, que usa a mão para tentar se defender. Fleury então ordena para que levem o corpo para o Fusca. Um carro leva os Freis da cena da execução. Uma diferença do relato do livro *Batismo de sangue* é que não há a morte do protético.

5.4 Exílio e Morte: Os Últimos Anos de Frei Tito

O período em que Frei Tito viveu como exilado na França é um ponto de ruptura da narrativa do filme porque ocorre o seu afastamento dos dominicanos presos e que estavam à espera do julgamento no Brasil. A primeira cena do exílio apresenta como cenário a cidade de Paris e reintroduz o personagem de Frei Osvaldo, que deixou o país antes da morte de Carlos Marighella. Com a mão ao redor do cotovelo de Frei Tito – o que, no contexto, denota amizade – eles conversam enquanto caminham. Num diálogo expositivo, Frei Tito diz que não permaneceu na Itália porque foi tratado como um “padre terrorista”. Frei Osvaldo afirma que os exilados se reúnem para debater política e que Frei Tito é muito respeitado. Incentivado a participar, Frei Tito permanece em silêncio.

⁸ No livro *Batismo de sangue*, Betto (2006) afirma que Genésio Homem de Oliveira teria dito enquanto estava preso que Luís José Cunha teria vistoriado o local do ponto antes da chegada de Marighella.

Figura 14 - Painel sobre Frei Tito no exílio



Fonte: Batismo... (2007).

A cena seguinte é um *flashback* apresenta Frei Tito nu e sentado na cadeira no dragão⁹. O dominicano está numa sala com quatro pessoas que usam trajes civis, sendo que um deles manuseia o equipamento que emite choques. Ao ter os óculos retirados do rosto, um agente da repressão ameaça: “Quando eu venho pra cá, eu deixo o coração em casa. Eu tenho verdadeiro pavor de padre. E nada vai me impedir de matar mais um terrorista. Vai.” Dada a ordem, o corpo de Frei Tito é invadido pela descarga elétrica que o faz gritar de dor. Quando os choques cessam, torturador questiona: “*Quem são os outros padres terroristas?*”. Frei Tito responde não saber e o equipamento volta a funcionar. O torturador complementa: “*Isso é só estreia do que vai acontecer com os outros dominicanos*”. O diretor Helvécio Ratton filmou a citada cena de forma diferenciada: ao focar o torturador, a câmera balança de forma a simular o ponto de vista de Frei Tito – efeito que é “quebrado” através do *close* em Frei Tito. O som emitido pelo equipamento em funcionamento

⁹ Trata-se de um instrumento de tortura que consiste numa cadeira revestida de zinco na qual a pessoa sentava nua e recebia descargas elétricas.

também ajuda a tornar a cena ainda mais angustiante. Por fim, também foi acrescentado um *take* de Fleury, com o mesmo ângulo de câmera e imagem tremida.

A próxima cena ilustra a tentativa de Frei Tito de buscar ajuda profissional para lidar com as experiências vivenciadas na ditadura militar. Apesar de não receber crédito, trata-se possivelmente do psiquiatra que realmente cuidou de Frei Tito, Jean-Claude Rolland. A cena começa com o close nas mãos fechadas de Frei Tito, que parece angustiado e cabisbaixo na sala do psiquiatra: “Ele me persegue. [uma referência ao delegado Fleury] Não adianta nada vir aqui.” O psiquiatra afirma que “Deve ser difícil ter de viver com algo do qual você quer se libertar. Você não está conseguindo se livrar dos fantasmas da sua dor.” Com a duração de apenas 30 segundos, a cena expõe em diálogos o sofrimento do dominicano.

Na cena seguinte, Frei Tito está num café em Paris acompanhado de Frei Osvaldo. Trata-se de um diálogo que evidencia que Frei Tito não estava alienado da situação política, assim como refletia sobre a participação da população na luta armada: “Não foi uma guerra do povo né, Osvaldo? Foi uma guerra em nome do povo, que é muito diferente. Já Frei Osvaldo concorda:

É, você tem razão. E o povo não participou porque a guerra não era dele. Como resposta, Frei Tito dá sua sugestão sobre a oposição deveria agir: Mas agora é o momento de criar um movimento democrático, sabe, amplo, juntando todas as forças contra a ditadura sem deixar ninguém de fora.

Ao se ausentar para ir ao banheiro, Frei Tito fica sozinho na mesa e enxerga um homem de terno branco, lendo jornal, numa mesa próxima. Os olhares se cruzam e Frei Tito fica alarmado, em pânico. Toca uma música de forte carga dramática e surge o *flashback* do delegado Fleury que fala com ódio no olhar: “Traidor da Igreja. Traidor do Brasil”. Frei Tito deixa rapidamente o café antes do retorno de Frei Osvaldo.

Após uma breve cena na qual é mostrado o veredito do julgamento dos Freis Ivo, Fernando e Betto, a imagem escurece e toca uma música religiosa. Percebe-se que a fotografia do filme se torna mais sóbria. A câmera passeia por uma floresta e vai se afastando até chegar, de longe, numa construção que é identificada com a seguinte legenda: “Convento de La Tourette 1973”. Um Frei Tito sério, com cabelo desarrumado e com barba, contempla a paisagem na janela. Surge então outro *flashback* das sessões de tortura. Colocado no pau de arara, o dominicano recebe

chutes e uma cassetada O torturador grita: “Padres não casam porque são um bando de viados. Todos viados”. O pescoço de Frei Tito também é queimando cigarro. A cena termina com Frei Tito se sentando numa cadeira e digitando numa máquina de escrever. A partir de então, os delírios de Frei Tito se tornam ainda mais recorrentes. Ao receber a hóstia sagrada no convento, ele relembra novamente as torturas que sofreu. Um homem com trajes religiosos, sorrindo e fazendo a benção com as mãos entra na sala na qual o dominicano está sendo torturado. Na cena seguinte, o mesmo homem está com um fio elétrico em cada mão enquanto o capitão torturador ordena: “Abre a boca dele para receber a hóstia sagrada”. É possível ver que o rosto de Frei Tito está muito machucado e a descarga elétrica causa convulsões. Desesperado, ele não recebe a hóstia e sai correndo até deixar as pendências do convento. Ao andar na floresta, ele acaba encontrando a árvore na qual cometera suicídio.

Apesar de já ter ressaltado o comportamento errático de Frei Tito na França, as duas cenas que analisaremos antecedem a chegada da irmã do dominicano. Na primeira, ele está sentado num tronco nas redondezas no convento. Um dos dominicanos pede para ele entrar porque estava frio e era tarde. Frei Tito responde que não pode entrar porque o delegado Fleury não permitiu e, se mesmo assim o fizesse, sofrerá represálias físicas. Atencioso, um dominicano cobriu Frei Tito com uma parte de sua roupa, sentou do seu lado e disse que é necessário retomar o tratamento psicológico. Em língua portuguesa, Frei Tito desconversa antes de começar a chorar: “Betto, Ivo e Fernando estão presos. Mas um dia eles vão sair”. Percebe-se que Frei Tito continua preocupado com seus companheiros encarcerados e mantém esperanças que serão libertados. Também notamos a preocupação vinda dos dominicanos que viviam no convento para com Frei Tito. Na segunda cena, três dominicanos andam rapidamente até Frei Tito, que está com as mãos levantadas e encostado numa parede. Ao ser questionado sobre o que estava fazendo, ele responde que seria fuzilado porque traiu os dominicanos e o Brasil. Outro *flashback* mostra o capitão torturador ameaçando: “Se você não falar, eu vou te quebrar por dentro. Para sempre”. É possível ver Frei Tito nu, ferido, com as mãos amarradas para trás. De repente, a imagem fica desfocada ao acompanhar os sapatos de um homem que se aproxima do dominicano, que está com a cabeça baixa. Trata-se do delegado Fleury, que exclama: “Traidor da Igreja. Traidor do Brasil. Beija a mão do Papa, beija.”

Um personagem que retorna nos últimos minutos de filme é a irmã de Frei Tito, Nildes de Alencar Lima (Marcélia Cartaxo), que vai visitá-lo na França. Numa cena, ela e o dominicano passeiam sozinhos pela floresta que fica próxima ao Convento de La Tourette. O clima frio é refletido nas roupas dos personagens e a fotografia é sóbria e transmite melancolia. Quando Nildes pede para que Frei Tito fale um pouco sobre os seus sentimentos, o dominicano para de andar e desabafa:

Eu não aguento mais isso daqui, Nildes. Eu preciso voltar pro Brasil. Eu morro de saudade da minha terra, da minha gente. (pausa) Eu fico tão sozinho aqui. Eu quero minha raiz de volta minha língua, o meu povo, povo, Nildes. Quero minhas raízes de volta, a minha língua, o meu povo, Nildes. Foi por ele que eu lutei e dei a minha vida, Nildes! Eu preciso encontrar uma força, eu preciso.

Frei Tito chora e abraça a irmã por alguns segundos. O momento é interrompido com a inserção de uma música que emite um ruído alto e desconfortável que ilustra a desorientação mental do dominicano. Além disso, foi acrescentado o áudio da voz do delegado Fleury que profere o seguinte: “Traidor da Igreja. Traidor do Brasil”. Frei Tito olha para os lados, como se procurasse o delegado Fleury, agarra a mão da irmã e a faz andar mais rápido para sair da floresta. Preocupada, a irmã diz que não queria deixar o irmão naquela situação, uma vez que ela voltaria para o Brasil em breve. Através da utilização dos recursos cinematográficos, o diretor Helvécio Ratton ilustrou com maestria o desequilíbrio de Frei Tito e a preocupação de Nildes para com o irmão.

Por fim, consideramos que Helvécio Ratton concluiu a narrativa fílmica de forma a estimular a reflexão sobre a herança traumática da ditadura militar. Ao levarmos em consideração a existência de dois núcleos narrativos, um envolvendo Frei Tito (mesmo que Frei Osvaldo pareça em algumas cenas na França) e outro os Freis Ivo, Fernando de Brito e Betto, é possível apontar a existência de dois finais para o filme. Após quatro anos de prisão, o advogado dos dominicanos informa que eles serão postos em liberdade. É um momento de felicidade, mesmo que Frei Betto constate que a ditadura “devia” dois anos a eles, uma vez que a pena que cumpriam foi diminuída para dois anos. Trata-se de um final que pode ser interpretado como esperançoso. Ressalta-se que *Batismo de sangue* não segue uma convenção de filmes baseados ou inspirados em fatos reais: a presença de letreiros que explicam o destino dos personagens. Desta forma, os espectadores precisam pesquisar para

descobrir que os três dominicanos permaneceram no Brasil, sendo que Frei Ivo deixou a Ordem Dominicana anos depois.

Entretanto, a intenção do diretor Helvécio Ratton não foi finalizar o filme com a libertação dos dominicanos. Após Frei Tito se despedir de sua irmã, os espectadores são levados exatamente ao começo do filme, ou seja, com ele caminhando pela floresta até a árvore na qual se enforcaria. A diferença é que há o acréscimo de trechos do poema “Quando secar o rio da minha infância”¹⁰, narrado e escrito por Frei Tito, em 1972, sendo que o último verso, “Assim externarei a lembrança de um passado sombrio”, aparece a grafia na imagem. O poema também foi incluído no livro *Batismo de sangue*, mas a palavra “externarei” do verso citado é, na verdade, grafado como “exterminarei”. Possivelmente, podemos relacionar a alteração à ideia da necessidade de manter uma memória que constantemente relembre os crimes cometidos pela ditadura militar. Afinal, podemos indagar o que é exterminado, liquidado, não pode ser também esquecido. Desta forma, o filme termina de forma melancólica: os espectadores entendem as razões para o suicídio, ao mesmo tempo em que os responsáveis pela tortura dos dominicanos e a morte de Carlos Marighella não foram condenados por seus crimes.

¹⁰“Quando os regatos lípidos de meu ser secarem/ minh’a alma perderá a força/Buscarei, então, pastagens distantes/ -lá onde o ódio não tem teto para repousar /Nos dias primaveris, colherei flores/ para o meu jardim da saudade/ Assim externarei a lembrança de um passado sombrio”. (FREI TITO apud FREI BETTO, 2006, p.414.)

6 APONTAMENTOS FINAIS

No decorrer da pesquisa, a ditadura militar foi caracterizada como um período histórico no qual o Estado foi responsável por organizar, incentivar, premiar e proteger os responsáveis por perseguir os opositores, desde intelectuais renomados, artistas, guerrilheiros, religiosos e até pessoas que não estavam envolvidas em atos de “subversão”. Se o final da década de 1960 e começo dos anos 1970 foram marcados pelo auge da truculência e brutalidade dos agentes da repressão (policiais civis, militares) e da censura aos meios de comunicação, também foi o período de grande crescimento econômico. Entende-se que foi numa época de contrastes que ocorreu um episódio que ficou marcado na história do país: o envolvimento de um grupo de dominicanos com a esquerda armada. Trata-se de um fato notável, afinal, a cúpula da Igreja Católica apoiou a derrubada do presidente João Goulart e a ditadura militar. Severamente torturados, os Freis Fernando de Brito e Ivo revelaram como eram marcados os encontros com o líder da ALN, Carlos Marighella. Deram, segundo o editorial do jornal *O Globo*, o “beijo de Judas”. Como demonstramos, era uma interpretação distorcida de um órgão da imprensa que compactuava com a ditadura militar.

Neste sentido, *Batismo de sangue* pode ser interpretado como uma resposta aos críticos dos dominicanos. Na época do lançamento do livro, em 1982, o questionamento das circunstâncias da morte de Carlos Marighella tinha como objetivo resgatar a memória de resistência dos dominicanos à ditadura militar num período na qual a redemocratização ainda era um processo em andamento. *Batismo de sangue* também contextualizou as mudanças que ocorriam na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a movimentação política dos estudantes no período anterior ao AI-5, assim como revelou a criação e o funcionamento do esquema da fronteira, no qual Frei Betto auxiliava opositores da ditadura militar a deixar o país a partir do Rio Grande do Sul. Por fim, entendemos que o livro possibilitou aos dominicanos expressar seus posicionamentos políticos e dividir com os leitores suas experiências traumáticas.

Debatemos no capítulo dois considerações sobre o conceito da HTP. Diferentemente do historiador Carlos Fico, consideramos a ditadura militar brasileira se enquadra nesse campo da história que temporalmente é tão próximo do historiador, mesmo que o grau de violência dos opressores e dos oprimidos tenha

sido menor em comparação a outros país latino- americanos, como a Argentina e o Chile. Em seguida, distinguimos dois conceitos que podem confundir os pesquisadores com relação ao recuo temporal: a história do tempo presente e a história imediata. Já ao contextualizar a trajetória da HTP no Brasil, percebemos que foi nas décadas de 1960 e 1970 que os historiadores começaram a incluir em suas pesquisas períodos mais recentes, assim como já faziam os sociólogos e cientistas políticos. Por último, abordamos críticas feitas a esse campo historiográfico. Por exemplo, muitos pesquisadores questionam que a pouca distância temporal entre o historiador e a temática comprometeria os resultados da pesquisa. Entretanto, defendemos o argumento que essa proximidade é, na verdade, um diferencial que permite ao historiador entender a realidade estudada. A questão da objetividade se faz presente em qualquer pesquisa histórica orientada pelos preceitos da disciplina, sendo necessário equilíbrio e bom senso por parte do historiador.

Após debatermos os tópicos citados, o segundo capítulo também contextualizou o período de 1961 (a posse do presidente João Goulart) a 1974 (último ano que o livro *Batismo de sangue* contempla). Num primeiro momento, analisamos as circunstâncias que levaram João Goulart ao poder, as dificuldades impostas pelas Forças Armadas e a classe política e os impasses econômicos, políticos e sociais que seu governo não solucionou e que foram apontados como responsáveis pelo golpe de 1964. Entendemos que setores conservadores, a burguesia nacional e setores consideráveis da Igreja Católica e classe média, assim como os maiores veículos de comunicação (a exceção do jornal *A última Hora*, de Samuel Wainer) conspiraram para a ascensão das Forças Armadas ao poder. Destacamos também a ajuda financeira do empresariado brasileiro para a montagem do aparato repressivo, assim como a Operação *Brother Sam* que garantia ajuda militar dos Estados Unidos para consolidar o golpe de Estado em caso de reação das tropas pró-Goulart. Posteriormente, abordamos a trajetória profissional do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que se tornou um símbolos da truculência na ditadura militar e foi responsável por comandar a equipe que torturou os dominicanos.

No terceiro capítulo, procuramos entender como as trajetórias individuais de Frei Betto e do diretor Helvécio Rattton podem ser relacionadas aos acontecimentos políticos no Brasil nas últimas décadas, principalmente na ditadura militar. Nascido numa família tradicional de Minas Gerais, Carlos Alberto Libânio Christo (nome de

batismo de Frei Betto) se interessou desde a infância pela literatura. Na década de 1960, Frei Betto vivenciou os debates políticos que polarizavam a sociedade brasileira, assim como as mudanças no perfil dos religiosos menos conservadores (por exemplo, os dominicanos trabalhavam, eram universitários e utilizavam roupas comuns fora do convento) e se envolveu com a esquerda armada.

Também nascido em Minas Gerais, Helvécio Ratton se envolveu na militância política em meados da década de 1960. Perseguido pelos órgãos da repressão, buscou exílio no Chile e lá ingressou no mundo do cinema ao ser contratado pela estatal *Chile Films*. Após o golpe militar de 1973, Ratton retornou ao Brasil e foi preso e torturado. Ao analisarmos a sua trajetória profissional, percebemos que *Batismo de sangue* não se assemelha tematicamente aos outros filmes dirigidos por ele, sendo que o mais famoso é *Menino maluquinho – o filme* (1995). A adaptação da obra de Frei Betto pode ser considerada um de seus principais trabalhos.

O quarto capítulo enfocou considerações sobre a literatura de testemunho e a análise do conteúdo memorialístico do livro *Batismo de sangue*. Num primeiro momento, reconhecemos a literatura de testemunho como uma tentativa de compreensão do passado a partir dos relatos das pessoas que vivenciaram eventos dramáticos no século XX, como as ditaduras latino-americanas. Dentre as questões teórico-metodológicas, abordamos a questão da confiança dos relatos em primeira pessoa e enfatizamos a importância à consulta de fontes de natureza diversa para melhor entender e contextualizar tais relatos. Num segundo momento, verificamos que *Batismo de sangue* não foi o primeiro livro escrito por um militante político sobre a ditadura militar, sendo antecedido por *Câmera lenta*, de Renato Tapajós, *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Sirkis. Inicialmente, a análise *Batismo de sangue* não pode ser dissociada da figura de Carlos Marighella. Não se trata de uma tentativa de desmistificar o guerrilheiro; ao contrário, é reforçada a imagem de um homem corajoso que enfrentou a ditadura militar e foi assassinado.

Por fim, o último capítulo abordou questões relacionadas ao cinema brasileiro e a análise do filme dirigido/produzido/co-roteirizado por Helvécio Ratton. Num primeiro momento, afirmamos que foram lançados inúmeros filmes sobre a ditadura militar no período de 1980 a 2007. Conseqüentemente, alguns títulos se tornaram sucesso de crítica e de público, como *Pra frente, Brasil* (1983), *Lamarca* (1994) e *O que é isso, companheiro?* (1997); já outras nem tanto, como *E agora, José? Tortura*

do *E agora, José? Tortura do sexo e Paula - A história de uma subversiva*, ambos de 1980. Neste sentido, acreditamos que *Batismo de sangue* é uma adição significativa porque enfoca os dominicanos, até então ausentes do cinema nacional – com exceção de documentários – e que proporcionam um ponto de vista diferente sobre o envolvimento de religiosos na oposição a ditadura militar.

O filme *Batismo de sangue* é um filme de caráter histórico que tem a capacidade de transmitir conhecimento histórico de forma séria. Sob esta perspectiva, o cinema é uma fonte de pesquisa que foi analisada de forma cuidadosa e em consonância com os critérios acadêmicos do ofício do historiador. Assim como no trato de fontes consideradas tradicionais, abordamos *Batismo de sangue* de forma crítica, propondo questionamentos com o intuito de compreender como foi construída sua narrativa cinematográfica. Procuramos não julgar o filme somente por suas imprecisões (por exemplo, Frei Tito não conheceu pessoalmente Carlos Marighella) porque o cinema não possui a responsabilidade, como possui os historiadores, de se manter fiel aos acontecimentos. A ideia foi a de perceber como o livro *Batismo de sangue* foi adaptado para a linguagem cinematográfica de forma a construir uma narrativa contasse uma história com começo, meio e fim bem definidos.

Neste sentido, a pergunta que orientou a pesquisa historiográfica foi a seguinte: como foi construída a narrativa do longa-metragem *Batismo de Sangue* a partir do livro escrito por Frei Betto? Verificamos que a hipótese se revelou correta, pois o roteiro de Helvécio Ratton e Dani Patarra denunciou os abusos cometidos pela repressão e, conseqüentemente, assumiu uma perspectiva favorável aos dominicanos. Ressalta-se que a tese levantada por Frei Betto de que houve uma conspiração envolvendo autoridades brasileiras e internacionais para desacreditar os dominicanos diante da Igreja Católica, a luta armada e a sociedade não recebeu destaque no filme. Na realidade, é feita alusão em apenas uma cena na qual os Freis Ivo, Fernando de Brito e Tito estão presos após a morte de Carlos Marighella. Frei Ivo afirma que o líder da ALN havia dito que não entraria em contato porque deixaria São Paulo por causa da repressão. Já Fernando de Brito questiona o fato de que a equipe liderada pelo delegado Fleury sabia que o guerrilheiro entraria em contato com os dominicanos. Por fim, Frei Ivo conjectura que alguma pessoa “abriu” a informação. Trata-se de uma temática que poderia ter sido mais bem desenvolvida

porque respaldaria a ideia de que os dominicanos foram injustamente perseguidos pelas autoridades da época.

Outro ponto importante sobre *Batismo de sangue* é a forma realista que a tortura foi encenada. São visíveis as marcas da violência nos corpos dos dominicanos e sua progressiva desestruturação psicológica. Mas o diretor teria se excedido no realismo e na duração dessas cenas, que somam quase nove minutos num filme de quase duas horas? Ou elas foram necessárias para reforçar a ideia de que a violência foi o método utilizado pelos agentes da repressão para obrigar os dominicanos a fornecer informações? Nossa opinião é semelhante a do diretor Helvécio Ratton. Acreditamos que a decisão artística de abordar a violência do opressor de forma aberta e sem sutilezas contribui para reforçar a ideia de que a ditadura militar foi um período de autoritarismo e truculência, ou seja, a violência extrema está inserida como um elemento dramático e não de forma gratuita. Basta lembrar que as torturas também são descritas no livro *Batismo de sangue* de forma detalhada. Se as cenas de tortura tivessem uma duração menor ou fossem somente sugeridas, talvez não tivessem o mesmo impacto. Tal enfoque com relação à violência pode até mesmo ser considerado “subversivo” porque não ameniza amenizar ou higieniza a barbárie da tortura. Desta forma, tais cenas se enquadram no objetivo do filme de denunciar a violência da ditadura militar de forma eficaz.

Em nosso entendimento, *Batismo de sangue* não é fácil de ser assistido somente pela cenas de tortura. Ao abordar o envolvimento dos dominicanos com a luta armada, é possível que alguns espectadores se incomodem pelo inegável posicionamento político de esquerda do filme. Já outros podem considerá-lo como uma interpretação que questiona a versão oficial da morte do líder da ALN e que não busca a neutralidade. Além disso, o início e o final do filme são marcados pelo suicídio de Frei Tito, ou seja, parte-se do princípio que a narrativa fílmica fornecerá subsídios para o espectador compreender os motivos que o levaram à destruição psicológica e, por fim, física. Desta forma, Frei Tito é mais do que uma figura trágica: é um mártir – a tortura equivaleria ao sofrimento de Jesus Cristo nas mãos dos romanos, e à crucificação – o sacrifício final do filho de Deus após dedicar a vida a ajudar os mais necessitados.

Outro personagem que merece atenção em *Batismo de sangue* é o líder da ALN, sendo que ele recebeu menos destaque do que no livro de Frei Betto. Até mesmo do ponto de vista do *marketing* na época do lançamento nos cinemas e até

mesmo na capa do DVD, Marighella não figura no pôster do filme, que destaca o personagem de Frei Tito. Isso foi o indício de que o foco do longa-metragem são os dominicanos e não o guerrilheiro. Trata-se de uma escolha ambígua do ponto de vista comercial: se por um lado o livro *Batismo de sangue* foi um sucesso de crítica e de vendas, a figura de Marighella é muito conhecida no Brasil. No filme, ele aparece pontualmente na trama, sempre em cenas curtas e com poucos diálogos. Não existe o cuidado de aprofundar ou conhecer melhor a trajetória pessoal do personagem – como é feito de forma dinâmica no primeiro capítulo do livro de Frei Betto – e por isso a única faceta que ganha destaque é a do líder carismático. Entretanto, é incorreto afirmar que o personagem não é importante no desenrolar trama, pois é graças a ele que os dominicanos são convencidos a colaborar com a esquerda armada. O guerrilheiro possui a confiança dos dominicanos, tanto que somente após serem torturados que eles revelaram informações para a repressão.

Além da relação com Marighella, é interessante perceber o envolvimento dos dominicanos com grupo contrário à ditadura: os universitários. O personagem de Frei Tito é retratado como um jovem engajado na política estudantil e que teve a importante função de encontrar o local apropriado para realizar o 30º Congresso Estudantil da UNE. É mostrado que houve debates e considerável mobilização dos estudantes para garantir a realização do evento, uma vez que na época a UNE era considerada ilegal pelo governo. O diretor Helvécio Raton não mostrou o congresso, mas deu atenção aos momentos em que os estudantes já estão presos e Frei Tito é fichado. Do ponto de vista da narrativa fílmica, tais cenas revelam que a repressão agia de forma violenta antes da promulgação do AI-5 e que os dominicanos não estavam sozinhos na oposição. Neste sentido, também é possível afirmar que não havia outros grupos religiosos envolvidos da oposição.

Um dos temas abordados foi a eclosão da guerrilha urbana no Brasil. O projeto da geração que intencionava chegar ao poder via luta armada fracassou de forma definitiva na primeira metade da década de 1970. Enquanto alguns se exilavam em países como França, México ou Chile (principalmente no período anterior ao golpe militar de 1973), outros permaneceram no Brasil no intuito de reconstruírem suas vidas, como foi o caso de Frei Betto, Ivo e Fernando. Os brasileiros que fossem banidos não poderiam de forma alguma retornar ao Brasil, sob o risco de serem assassinados. Após a Anistia, em 1979, políticos identificados com a esquerda nacional (como Leonel Brizola e Miguel Arraes, por exemplo)

obtiveram êxitos eleitorais importantes e conquistaram posições de destaque na política nacional. Nas décadas seguintes, três perseguidos pela ditadura militar foram eleitos presidentes da República pela população, respectivamente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). Em retrospecto, o caminho para chegar ao poder não foi pelas armas e sim pelo voto democrático.

Ao término da pesquisa, percebemos a importância social e política do prosseguimento dos estudos historiográficos sobre a ditadura militar como uma forma de resistência ao autoritarismo que ronda a democracia brasileira. Os historiadores devem voltar seus esforços para desmistificar a concepção de que vivemos num país “sem memória” e combater a desinformação disseminada na *internet* sobre os governos militares. A história do tempo presente é fundamental no processo de preservação de uma memória de resistência que, alicerçada em fontes históricas devidamente problematizadas e analisadas criticamente, revele aos brasileiros os que de fato ocorria nos porões da ditadura militar. Neste sentido, obras como *Batismo de sangue*, seja o livro ou o filme, desempenham a função de lembrar aos brasileiros de hoje que o ditado “a história é contada pelos vencedores” não é totalmente correta. Cabe, portanto, aos historiadores a responsabilidade de proporcionar a oportunidade para que essas vozes do passado sejam ouvidas do presente. E devidamente compreendidas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.155-20
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; MORELLI-MENDES, Cleber. Política Pública Cultural: embrafilme como desenvolvimento da cinematografia brasileira. **Revista GEMInIS**, n. 1 - v. 2., 2014. p. 170-184
- ALMEIDA, Valesca de Souza. “**Bom Burguês**”: a trajetória de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura brasileira. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1920.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- AMANCIO, Tunico. **Artes e manhas da Embrafilme**. Cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981). Niterói: EdUFF, 2000.
- AMARAL, Junior Vasconcelos do. **A paixão de Jesus no Evangelho de Marcos (14,1 – 16,8)**: uma leitura narratológica. Tese (Doutorado) – Departamento de Teologia, FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, MG, 2016.
- ARAÚJO, Emanuelle Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Suicídio: crime, pecado, estatística, punição. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v.4, n.2, p. 723-734, 2012. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/151>>. Acesso em: 11 jan. 2019
- ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha Viz. (ORG.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço história e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.247-274
- ARENDT, Hannah. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- Argentina ainda discute quantas foram as vítimas da última ditadura militar**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/02/1735938-argentina-ainda-discute-quantas-foram-as-vitimas-da-ultima-ditadura-militar.shtml>> São Paulo, 2016. Acesso em: 12 fev. 2018.
- ARQUIVO Nacional. [Fotos de Frei Tito]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/agentes-da-ditadura-sao-denunciados-por-tortura-frei-tito-18608311>>. Acesso em: 08 jun. 2019
- ARQUIVO PÚBLICO DO RIOGRANDE DO SUL. Documentos encaminhados por Frei Betto para solicitar indenização segundo a Lei Estadual n 11.042/1997.
- ASSIS, Maria Evonilde. Tortura e suicídio a partir de uma perspectiva Gestáltica: o caso de Frei Tito de Alencar Lima. **IGT rede**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 298-322, dez. 2016. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ATO de fé. Direção: Alexandre Rampazzo. Roteiro: Alexandre Rampazzo e Tatiana Polastri. Brasil, 2004, 16mm (55 min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TBbSm5nFVhE>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7.ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnib, 2001.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja: Cariacica (1973-1989)**. Vitória, 2007. Dissertação (Mestrado) -- Programa de pós-graduação em história social das relações políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2007. Disponível em:<http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. IN: BARROS, José D'Assunção; Nóvoa, Jorge (ORG.). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. 3ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p.58-105

BATISMO de sangue. Direção: Helvécio Ratton. Intérpretes: Caio Blat, Daniel Rezende, Cássio Gabus Mendes. Brasil, França. Downtown Filmes, 2006. 1 DVD (110 min.), son., color.

BATISMO de sangue: [cartaz do filme]. **Banco de Conteúdos Culturais**, [S. l.], 2017. Disponível em: <<http://www.bcc.org.br/cartazes/453251>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BATISMO. In: MICHAELIS. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/batismo/>> Acesso em: 19 jan. 2019.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; Tétart, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 127-130

BITTENCOURT, Rosânia Maria Silvano. **Meninos e meninas: uma análise do menino maluquinho, o filme, sob o olhar do gênero**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, SC, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/527/1/Rosânia%20Maria%20Silvano%20Bittencourt.pdf>> Acesso em: 9 ago. 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORIN; Marta Rosa; HENN, Paula Antonia. A imprensa católica no Brasil como instrumento de aproximação entre Brasil e Roma durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v.11, n.22, 2017. Disponível

em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/7938/4263>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BOM burguês. Direção: Osvaldo Caldeira. Intérpretes: José Wilker, Betty Faria, Jardel Filho. Encontro produções cinematográficas; Embrafilme, 1983. 1 DVD (100 min)., son., color.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-42

BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. Disponível em: <http://letrasorientais.fflch.usp.br/sites/letrasorientais.fflch.usp.br/files/A%20Ilusão%20Biografica_0.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

BRAGA, Diego Garcia. **Nas “Quebradas do Inhanduí”, gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**. (1966 – 1979). Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5400>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL nunca mais. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BUCCIOL, Dom Armando. **A constituição Sacrosanctum Concilium**. IN: BRUSTOLIN, Leomar Antônio. (Org.). 50 anos do Concílio do Vaticano II: recepção e interpretação [anais]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p.55-82

BURKE, Peter. **A escola Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BUTCHER, Paulo. “Batismo de sangue” peca pelo didatismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2004200722.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CAETANO, Maria do Rosário. Cinema brasileiro (1990-2002): da crise dos anos Collor à retomada. **ALCEU** - v.8 - n.15 - p. 196 a 216- jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Caetano.pdf> Acesso em: 15 ago. 2018.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Juiz de Fora, 2009. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, MG, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2803>> Acesso em: 19 dez. 2017.

CAMPOS, Solange Maria Moreira de. Considerações acerca do conceito de ironia. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 31, 2002. Disponível em:

<<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/Cill40a.htm>>. Acesso em: 22 set. 2017.

CANTARILHO, Rui Manuel. **A paixão de Cristo na espiritualidade medieval: *Lignum Vitae e Meditationes de Passione Iesu Christi***. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, Portugal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/15498>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de pesquisa**. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.299-315

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas\Bahia: UFRB, 2012.

CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema novo brasileiro. IN: MASCARELLO, Fernando (ORG.). **História do cinema mundial**. São Paulo: Papyrus, 2006. p. 289-310.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO; SOARES, GLÁUCIO Ary Dillon; **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CHIRIO, Maud. **A política dos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORRÊA, Matheus Bello; OLIVEIRA, Luis Antonio de; SANTOS, Miguel dos; VILLANOVA, Gabriela. O regime militar a partir da análise comparativa das obras: projeto Brasil Nunca Mais e Brasil Sempre. **Revista do Historiador**, n.1, dez.2008. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/um/miguel.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos pessoais de educadores: do traçado manual ao registro digital. **Reunião Científica Regional da ANPED**, Curitiba: ANPED Sul, 2016. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1-Hist%C3%B3ria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 93-132

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado**: nos passos de frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

E agora, Jose? Tortura do sexo: [cartaz do filme]. **Banco de Conteúdos Culturais**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/local/cartazes/CN_0825.jpg>. Acesso em: 22 fev. 2019.

E agora, José? Tortura do sexo. Direção: Ody Fraga. Intérpretes: Arlindo Barreto, Henrique Martins, Neide Ribeiro. Dacar produções Cinematográficas, 1979. 90 min., son., color.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. **O “milagre” brasileiro**: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/061120151351_SEarpePra do2003OMilagreBrasileirocrescimentoaceleradointegrao....pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ELMIR, Cláudio Pereira. Desafios metodológicos da literatura de testemunho para o trabalho do historiador. In: D'AJELLO, Luís Fernando Telles; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato; ZALLA, Jocelito. (Org.). **Sobre as poéticas do dizer**: pesquisas e reflexões sobre a oralidade. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 154-163

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura**: Uma análise do filme Batismo de Sangue. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, SP, 2011.

FERNANDES, Leandro dos Santos. O historiador e a literatura como fonte histórica. **IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar**, nov. 2015, n. 9, p. 4-8. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2015/anais/leandro_dos_santos_fernandes_1.pdf> Acesso em: 12 fev. 2019.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, n. 5, p. 314-332, 2002. Disponível em:
<http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf> Acesso em: 3 mar. 2015.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Ditadura militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico**. Tempo & Argumento, v.5, n.10, 2013. Entrevista concedida para Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. Disponível em<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2884>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia Florentino (Org.) ...[ET al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p.67-100

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2005.

FILHO, Daniel Aarão Reis. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.23, n.45, Jan/Jun 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100008>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FILHO, Rubens Ewald. Crítica de Batismo de sangue. Disponível em:<<https://cinema.uol.com.br/resenha/batismo-de-sangue-2007.jhtm>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. V. 11, n. 2, **Winter**, 2014, p.22-52. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34307663/Franco_A_contracorriente.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1519996736&Signature=Y2afYeweoa6T6Ob31BluNkY7MBQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFranco_Marina_La_teor%C3%ADa_de_los_dos_demon.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FREI BETTO “Fidel me contou que daria ao papa ‘o nosso livro’”. São Paulo, 2015. Disponível em:<[http://istoe.com.br/437840_FIDEL+ME+CONTOU+QUE+DARIA+AO+PAPA+O+NOSSO+LIVRO+/
> Acesso em: 04 dez. 2016. Entrevista concedida para Gisele Vitória.](http://istoe.com.br/437840_FIDEL+ME+CONTOU+QUE+DARIA+AO+PAPA+O+NOSSO+LIVRO+/)

FREI Betto aqui lançando um livro sobre Marighella. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18, p. 30, 22 jul., 1982.

FREI Betto aqui lançando um livro sobre Marighella. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 18, [s.d], p.30, 22 jul.1982.

FREI BETTO. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FREI BETTO. **A vocação literária de Frei Betto**. Entrevista concedida CULT. [S.l.], 20 maio 2015. Disponível em: <<https://analisedeconjuntura.blogspot.com/2015/05/a-vocacao-literaria-de-frei-betto.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017. Blog: Análise de Conjuntura.

FREI BETTO. Carta ao general Braga Netto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/artigo-carta-ao-general-braga-netto-22425048>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FREI BETTO. **Batismo de sangue**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FREI BETTO. **Batismo de sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella. 14ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FREI BETTO. **Das catacumbas**: cartas da prisão (1969-1971). 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FREI BETTO. **Diário de Fernando**. Nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

FREI BETTO. **Frei Betto chega aos 70 anos somando 60 livros escritos, de infantis a religiosos**. Entrevista concedida ao O Globo .Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/frei-betto-chega-aos-70-anos-somando-60-livros-escritos-de-infantis-religiosos-13688775>> Rio de Janeiro, [2014]. Acesso em: 06 jun. 2017.

FREI BETTO. **O PT trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder**. Entrevista concedida a Zero Hora. Porto Alegre,2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/frei-betto.html>> Acesso em: 04 dez. 2016..

FREI BETTO. **O que é Comunidade eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREI BETTO. **Ofício de escrever**. Rio de Janeiro: Anfiteatro (Rocco), 2017.

FREI BETTO. Perfil. Disponível em: <<http://www.freibetto.org/index.php/perfil>> Acesso em: 12 jun. 2017.

FREI BETTO. Suicídio. 2018. Disponível em <<https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/frei-betto/suicidio-por-frei-betto>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize Martins. **Frei Betto**: biografia. 2ed. Civilização Brasileira, 2017.

FREIRE, Marcelo. Conheça dez histórias de corrupção durante a ditadura militar. **UOL**, São Paulo, 1 abr. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

GABEIRA, Fernando. **O crepúsculo do macho**. 10ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**, v.17, p.213-221,1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147/8178>> Acesso em: 30 out. 2017.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresário e militância política. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/930.pdf>. > Acesso em: 10 set. 2016.

GARDNIER, Ruy. Crítica de Batismo de sangue. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/84/pgtiradentes13.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. 2ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Rio de Janeiro: arquivo Nacional, 2012.

GATTI, André Piero. **Embrafilme e o cinema brasileiro** [recurso eletrônico]. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007. Disponível

em:<<http://www.cena.ufscar.br/wp-content/uploads/embrasilme.pdf> >. Acesso em: 02 set. 2018.

GIL, Gilberto. Sobre *Lunik 9*. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno_2017.php?id=1> Acesso em: 19 jun. 2019.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GODOY, Edevilson de. **O sacrifício de Cristo como superação do sacrifício antigo**. Tese (Doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_2a03814da0bf32f80f6dfad2c48323cf>. Acesso em: 27 out. 2017.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Victor Emmanuel Farias. **Do livro ao cinema**: memórias da ditadura em Batismo de Sangue e O que é isso, companheiro? Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, CE, 2014. Disponível em:< <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9133>>. Acesso em: 21 out. 2018.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5.ed.rev.ampl. São Paulo: Ática, 1998.

GOULART, Maria Stella Brandão. Em nome da razão: Quando a arte faz história. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento**, v.20, n.1, São Paulo, abr. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100006> Acesso em: 19 jun. 2018.

GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, jan./jun. 2009.

GUERRILHA. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradutor João Ferreira, Carmem C. Varriale. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998a. p. 577-578.

GUTIÉRREZ; Gustavo. **A Força Histórica dos Pobres**. RJ: Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HELVÉCIO RATTON. Verbete. IN: NAGIB, Lúcia. **O cinema da retomada**: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90. São Paulo: Ed.34, 2002. Helvécio Ratton. p. 360-367

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. 2ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Edusp, 2013.

KAYSER, Leonardo Canali. **Do testemunho ao martírio**: uma história de conceitos do Novo Testamento ao martírio de Policarpo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, RS, 2016. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/711/3/kayser_lc_tm323.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.123-132

KOLLRITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História - ANPUH, v. 24, n. 48, p. 73-100, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/28429>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010. v.3, p. 279-304

LAMARCA. Direção: Sergio Rezende. Intérpretes: Paulo Betti, Carla Camurati, José Abreu. Brasil. Paramount, 1994. 1 DVD (130 min.), son., color.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; Tétart, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 93-102

LEME, Caroline Gomes. **Ditadura em imagens e sons**: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro. São Paulo: Unesp, 2013.

LEVI, Giovanna. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.20, n.36, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wpcontent/uploads/2014/11/TEMPO_0003615_06-11_PT.pdf> Acesso em: 19 jun. 2017.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 177-197, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LIMA, Indiara da Silva. **A construção de uma memória do Regime Militar**: uma análise do filme “O que é isso, companheiro? ”. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais/FGV, Rio

de Janeiro, RJ, Disponível em:<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10157>>. Acesso em: 27 jul. 2019

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul**: entre a democracia e a ditadura (1961-1968) / por Mateus da Fonseca. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, RS, 2017.

LUZ na catacumba. **Veja**, São Paulo, ed.718, ano 15, p. 145-144, 9 jun.1982.

MACHADO, Rodolfo Costa. **Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964**: crítica histórico-imamente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, SP, 2015.

MACMILLAN, Margaret. **Usos e abusos da História**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MACEDO, José Rivair. Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem. In: MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.) **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.13-48

MAFRA, Liana Márcia Gonçalves. **História e literatura em Eduardo Galeano**: narrativas a contrapelo em El Siglo del Viento. São Luís, 2016. Dissertação (Mestrado) --Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, MA, 2016. Disponível em:<<http://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/LIANA-M%C3%81RCIA-GONCALVES-MAFRA.HIST%C3%93RIA-E-LITERATURA-EM-EDUARDO-GALEANO.HISTORIA.LITERATURA.EXILIO.EDUARDOGALEANO.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MALFAIA, Wolney Vianna. O mal-estar na modernidade: o Cinema Novo diante da modernização autoritária (1964-1984). IN: BARROS, José D' Assunção; Nóvoa, Jorge (ORG.). **Cinema-História**: teoria e representações sociais no cinema. 3ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p.209-228

MALCOLM, J. **A mulher calada**. Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. Cada memória, uma história: disputas políticas nas memórias militares. **Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 177-195, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3055/305525027010.pdf> > Acesso em: 13 set. 2018.

MARCILIO, Daniel. O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística. **Aedos**, n. 12, v. 5 - Jan/Jul 2013. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/36941/26769>> Acesso em: 11 jul. 2019.

Marco do cinema infantojuvenil, 'A dança dos bonecos' completa 30 anos. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2014/08/10/noticias-cinema,158196/fios-da-historia.shtml>> Acesso em: 09 jul. 2018.

MARIANO, Nilson. **A matriz ideológica das ditaduras**. IN: ABREU, Luciano Aronne de; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.) ... [Et al.]. História e ideologia: perspectivas e debates. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p.136-146

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. 2003. Disponível em: <<http://www.anarquismo.com.br/wp-content/uploads/2013/07/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

MARQUES, Aída. **Idéias em movimento**: produzindo e realizando filmes. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; JÚNIOR, Walter Cruz Swensson. **Contra Inimigos da Ordem**. A repressão política do regime militar brasileiro (1964- 1985). Rio de Janeiro: DP e A, 2004.

MATTOS, Vanessa. Esquadrões da Morte e a Campanha de descrédito internacional contra o Brasil: a violência velada na atuação do Estado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653723_ARQUIVO_EsquadroesdaMorteeaCampanhadedescreditointernacionalcontraoBrasil.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017

MELO, Demian. **'Temos hoje dois entulhos autoritários da época da Ditadura: um é a polícia militar e outro é a Globo'**. Entrevista concedida a FioCruz. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-hoje-dois-entulhos-autoritarios-da-epoca-da-ditadura-um-e-a-policia>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MIGUEL, Neliane Maria ferreira. **Do “milagre” à “abertura”**: aspectos do regime militar revisitados através de uma análise do filme Pra Frente, Brasil. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, MG, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16530>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MOREIRA, Mariângela Ricardo Alves. **Opressão e libertação**: a religião nas obras de frei Betto. Goiânia, 2011. Dissertação (Mestrado) -- Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GO, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_e1bf978f211b33e36ca4c779d3d70ce>. Acesso em: 17 nov. 2018.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.21-36

MOTTA, Marly da Silva. O relato biográfico como fonte para a História. Jul/dez. **Vydia**, v.19, n.34, 2000. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2000/34/relato.pdf>>. Acesso em: 19 jan.2017

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o “Perigo Comunista”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1973)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06102010-161921/en.php>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinky (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P.235-289

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/23617/17356>>. Acesso em: 24 jun. 2019

NORONHA, Danielle Parfentieff de. **Cinema, memória e ditadura civil-militar**: representações sobre as juventudes em *O que é isso, Companheiro?* e *Batismo de sangue*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe - UFS, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia - NPPA, Sergipe, SE, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_650b43f13aa9ad0504b4b2e47d280d83>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NOSSA, Leonêncio. **Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas do Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação cinema-história. IN: BARROS, José D’Assunção; Nóvoa, Jorge (ORG.). **Cinema-História**: teoria e representações sociais no cinema. 3ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 19-54

O TERROR entrou no convento. **Veja**, São Paulo, ed.62, ano 2, p. 22-31, 12 nov. 1969.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão**: a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, UFF, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social. Niterói, RJ, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1805.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo**: um balanço crítico da Retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

PANIAGO, Flávia Cristina. **A ditadura militar chilena**: as reflexões sobre a memória cinematográfica de Pablo Larraín. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, MG, 2015.

PATARRA, Dani; RATTON, Helvécio. **Roteiro de Batismo de Sangue**. Imprensa oficial: São Paulo, 2008.

PAULA: a história de uma subversiva. Direção: Francisco Ramalho Jr. Intérpretes: Armando Bógus, Regina Braga. Oca Cinematográfica Ltda; Embrafilme; Secretária de Cultura de São Paulo, 1979. 1 DVD (93min.), son., color.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

PEREIRA, Rogério Silva. Fronteiras da literatura brasileira contemporânea: mistura de gêneros em *Batismo de Sangue* de Frei Betto. **Remate de males**. Campinas-SP, jul. /dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/2477/2214>> Acesso em: 19 jun. 2017.

PESSANHA, Renato Lopes. **As representações da memória no cinema latino-americano no pós-ditadura**: os casos argentino e chileno. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/PESSANHA_Renato-Lopes-e-THIESEN_Icleia-As-representacoes-da-memoria-no-cinema-latino-americano-no-pos-ditadura-os-casos-argentino-e-chileno.pdf> Acesso em: 18 jul. 2019.

PINHEIRO, S. R. L. **Educação, memória e cinema**: um estudo comparativo das representações sociais da escola em “Os incompreendidos” e em “Machuca”. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Diogo.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PRA frente, Brasil. Direção: Roberto Farias. Intérpretes: Antônio Fagundes, Reginaldo Farias, Carlos Zara. Brasil. Embrafilme/Produções Cinematográficas R.F. Farias Ltda., 1982, (110 min.), son., color.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul-dez. 2009, p. 7-16. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20%2001%20artigo%201.pdf> Acesso em: 13 set. 2016.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? Anos 90. **PPG em História da UFRGS**, n. 14, dezembro de 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6792>> Acesso em: 13 set. 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura- civil militar em tempo de (in) definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 127-139.

QUIMERA. Sobre. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <<http://www.quimerafilmes.com.br/sobre.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. A Ditadura fala? Reflexões sobre os testemunhos orais através de entrevistas concedidas por Ernesto Geisel e Jorge Oscar de Mello Flôres.

Tempo e Argumento, v.2, n.1, jan. / Jun. 2010, p. 21-55. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1888/1533> > Acesso em: 12 fev. 2017.

RAMÍREZ, Hernán. A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, n.º 1, 2012, pp. 62-80. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/11586> >. Acesso em: 27 jan. 2019.

RAUTENBERG, Edina. A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: uma discussão a respeito do seu papel no campo do poder e da luta de classes. **Em Debate**, Florianópolis, n. 5, p. 64-85, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2011n5p64/19853>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

RAVAZZOLO, ÂNGELA. **A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica: o caso Elio Gaspari**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, Porto Alegre, 2012. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70683> >. Acesso em: 27 jan. 2019.

REIS, Daniel Aarão. Ficção é julgada sob as lentes da história. Entrevista concedida para Helena Salem. In: REIS, Daniel Aarão, GASPARI, Elio, BENJAMIN, César, MARTINS, Franklin, MAGALHÃES, Vera Lúcia, SALEM, Helena, LEITE, Paulo Moreira, NAHAS, Jorge, RIDENTI, Marcelo, FREIRE, Alipio, HORTA, Celso, SADER, Emir, ALMADA, Izaías, LINS, Consuelo, PIVETA, Idibal, MUNIZ, Dulce, TAPAJÓS, Renato, TORRES, Cláudio e BUCCI, Eugênio. **Versões e ficções: o seqüestro da História**. 2º Ed. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo: 1997. p. 71-92.

REIS, Daniel Aarão. **'A luta armada se esqueceu de fazer consulta ao povo', afirma historiador**. Entrevista concedida Folha de S. Paulo, 2014. Acesso em: 07 dez. 2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1432835-a-luta-armada-se-esqueceu-de-fazer-consulta-ao-povo-afirma-historiador.shtml>>. Acesso em: 18dez. 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis sobre a ditadura: "Liderada por milicos, com participação civil"**. Entrevista concedida a Zero Hora, Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993-1996.

RIDENTI, Marcelo. Que História é essa? In: REIS, Daniel Aarão, GASPARI, Elio, BENJAMIN, César, MARTINS, Franklin, MAGALHÃES, Vera Lúcia, SALEM, Helena, LEITE, Paulo Moreira, NAHAS, Jorge, RIDENTI, Marcelo, FREIRE, Alipio, HORTA, Celso, SADER, Emir, ALMADA, Izaías, LINS, Consuelo, PIVETA, Idibal, MUNIZ, Dulce, TAPAJÓS, Renato, TORRES, Cláudio e BUCCI, Eugênio. **Versões e**

ficções: o seqüestro da História. 2º Ed. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo: 1997. p. 11-30

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: **Seminário 40 anos de golpe de 1964: 40 anos Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 140-150.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; Tétart, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, Leandro Garcia. **Cartas de esperança em tempos de ditadura: Frei Betto e Leonardo Boff escrevem a Alceu Amoroso Lima**. Organização, introdução e notas de Rodrigues. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

RODRIGUES, Nelson. Era um drácula com a euforia de um anjo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1969.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 141-152.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/perly/a_pdf/rollemborg_marighella_lamarca_memorias.pdf> Acesso em: 12 mar. 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 43-91

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROUSSEFF, Dilma. **Entrevista RS Dilma Rousseff**. Entrevista concedida a Revista Rolling Stone, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/48/entrevista-rs-dilma-rousseff#imagem0>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. **Revista Historiar**, Sobral, v. 1, n. 1, p. 7-13, 2009. Disponível em:

<<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/view/1/pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: **O biógrafo**: perspectivas interdisciplinares. (Org.) Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SCHMIDT, BENITO BISSO. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 124-144, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/08.pdf>> Acesso em: 12 out. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil**: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese (Doutorado), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8816/Tese_Angela%20Moreira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. **História & Luta de Classes**, n. 1, p. 43-54, Rio de Janeiro: ADIA, abr. 2005,

SILVA, Luiz Henrique de Castro. **O revolucionário da convicção**: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp090253.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVA, Márcio Seligmann-. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SILVA, Márcio Seligmann (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora da Unicamp, [s.d]. p. 375-390

SILVA, Márcio Seligmann-. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista do programa de estudos pós-graduados em História**, São Paulo, p. 71-98, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2255/1348>> Acesso em: 21 jun. 2017.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, p. 9-15, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>> Acesso em: 23 jun. 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiro da. **Os escritores da guerrilha urbana**: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SIMAS, Mário. **Gritos de justiça**. São Paulo: FTD, 1986.

SOCIEDADE CIVIL. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradutor João Ferreira, Carmem C. Varriale. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998a. p.1206-1211.

SOUZA, Carolina de Souza. **Representações anticomunistas**: as esquerdas brasileiras nas confissões de Nelson Rodrigues (1967-1974). Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em:<http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_carolina-bezerra>. Acesso em: 27 jan. 2019.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. **Um estudo nas narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983)**. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF, Brasília, 2007. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5339/1/Tese_Maria%20Luiza.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n. 55 - abr/jun 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SOUZA, Percival. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

STIGGER; Helena; GUTFREIND; Cristiane. A resistência armada: Lamarca e Marighella no cinema nacional. **Logos: comunicação & universidade**, v.20, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/7707/5571>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

STRECK, Lenio Luiz. Ensino jurídico e pós-graduação no Brasil: das razões pelas quais o direito não é uma racionalidade instrumental. **Revista Alcance - Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3266/2048>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SYDOW, Evanize; FREIRE, Américo. “**Frei Betto – Biografia**”, de Américo Freire e Evanize Sydow: [entrevista]. São Paulo, 25 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.blogdaeditorarecord.com.br/2016/11/25/frei-betto-biografia-de-americo-freire-e-evanize-sydow/>>. Acesso em: 19 set. 2017. Blog: Blog da Editora Record.

SZPILMAN, Wladyslaw. **O pianista**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**: os segredos dos porões da ditadura. Ed., ampl. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos historiadores**. São Paulo: EDUSC, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. p.31-46

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. **DELTA**, v. 6, n.1, p.55-82, 1990.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 4ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “**Excessos podem ter havido de ambos os lados**”, disse o coronel Ustra em entrevista em 2014. Entrevista a Zero Hora. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/excessos-podem-ter-havido-de-ambos-os-lados-disse-o-coronel-ustra-em-entrevista-de-2014-5782509.html>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

VEIGA, Alfredo Cesar da. **Teologia da Libertação**: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022010-121123/pt-br.php>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

VENCESLAU, Pedro. A verdade sobre os médicos da ditadura. **Revista Fórum**. 2012. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/a-verdade-sobre-os-medicos-da-ditadura/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Átila Bezerra Fernandes. **Guerrilha de pincéis**: humor gráfico no jornal O Pasquim como resistência política e cultural à ditadura militar (1969-1970). Dissertação (Mestrado), Instituto de Cultura e Arte, programa de pós-graduação de Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2010. Disponível em:<<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/707>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

VILLAÇA, Pablo. **Helvécio Raton**: o cinema além das montanhas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

ZANOTTO, Gizele. **TFP – Tradição, Família e Propriedade**: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil. Passo Fundo: Méritos, 2012.

APÊNDICE A - ENTREVISTA POR E-MAIL COM FREI BETTO

1. Houve o receio de censura do livro *Batismo de sangue* pelos militares ou de críticas da Igreja Católica?

Frei Betto: Sim, quando “*Cartas da prisão*” foi lançado pela editora Civilização Brasileira, o editor Ênio Silveira e o público leitor temeram a apreensão do livro. A edição de 5 mil exemplares acabou nas livrarias em 9 dias. Já no caso de “*Batismo de sangue*”, publicado pela mesma editora em 1982, não houve temor de apreensão. Nem críticas da Igreja Católica, que o acolheu muito bem.

Ocorreu, porém, um fato surpreendente: para o lançamento em São Paulo, fui ao Rio, de carro, buscar 500 exemplares. No retorno pela Via Dutra, a Polícia Rodoviária me parou e estranhou tamanha quantidade de livros sem nota fiscal. Com muito esforço consegui convencê-la de que eu sou o autor, pois no livro nem há foto minha nem meu nome de registro.

2. Como o senhor percebeu a recepção do público e da crítica ao livro *Batismo de sangue* na época do lançamento?

FB: Ecléa Bosi, professora da USP, chegou a dizer que os professores de história deveriam se espelhar no livro para contar a história contemporânea do Brasil. Desde 1982 até hoje – e já são 36 anos – a obra continua vendendo. Atualmente pela editora Rocco. E virou filme dirigido por Helvécio Rattton e elencado por um time de atores de alta qualidade.

Muitos leitores só tomaram consciência da crueldade da ditadura militar através do “*Batismo de sangue*”. A única crítica negativa ao livro veio de Jacob Gorender, em “*Combate nas trevas*” (Ática), ao recusar as nossas provas de que os dominicanos não traíram Marighella. Ora, como historiador Gorender tinha a obrigação de entrevistar os frades Fernando e Ivo, que aliás foram, como eu, companheiros dele na prisão. Como um historiador se recusa a entrevistar pessoas vivas e vizinhas a ele citadas em sua obra?

3. Como o senhor percebia o engajamento político de Frei Tito antes e depois da prisão?

FB: Conheci Tito na JEC (Juventude Estudantil Católica), no início da década de 1960. Dali nasceram o nosso engajamento na política estudantil e a nossa progressiva aproximação com a esquerda. Tito participava do movimento estudantil como todos nós, jovens estudantes dominicanos que atuávamos na oposição à ditadura. Em 1967 aderimos à luta armada, à ALN (Ação Libertadora Nacional), comandada por Marighella, mas éramos um grupo de apoio que jamais pegou em armas. Após a prisão, Tito se exilou na Europa, e nunca mais teve engajamento político, até falecer em 1974, aos 28 anos, em consequência das torturas sofridas.

4. Qual é a sua opinião sobre a biografia que Américo Freire e Evanize Sydow escreveram sobre o senhor?

FB: Primorosa, muito bem escrita e documentada. Tiveram o cuidado de que eu lesse antes, para evitar algum equívoco, sobretudo vindo de informações das centenas de pessoas entrevistadas. De fato, encontrei alguns erros. A biografia já se encontra editada em espanhol.

5. Qual a relevância do livro Batismo de sangue nos dias de hoje?

FB: Em tempos de apoio eleitoral a Bolsonaro, o livro contribui para esclarecer, em especial aos jovens, quanto à natureza e o caráter hediondo da ditadura militar, que durou 21 anos. Conhecer no presente as atrocidades do passado é uma forma de evitar que se repitam no futuro.

6. Existe um debate sobre qual seria o termo mais adequado para se referir ao período militar. O que o senhor acha do termo ditadura civil-militar? Ou prefere outro termo?

FB: Sim, foi uma ditadura civil-militar, mas costumo escrever e dizer apenas ditadura militar. Sem o apoio do poder econômico, os militares não teriam êxito no golpe que derrubou o governo constitucional e democraticamente eleito de João Goulart.

7. O filme *Batismo de sangue* representa de forma satisfatória os eventos narrados no livro?

FB: Plenamente. Helvécio Ratton, baseado no roteiro de Dani Patarra, fez uma excelente reprodução cinematográfica do livro. Sem dúvida, “Batismo de sangue” é o mais realista de todos os filmes feitos sobre o período da ditadura.

8 O que o senhor achou da opção do diretor Helvécio Ratton em colocar Tito como um dos protagonistas?

FB: Muito acertada, pois Tito foi, de todos os oito frades presos, o que mais sofreu.

9. A conspiração para desacreditar os dominicanos diante a opinião pública e a esquerda é pouco trabalhada no filme, assim como a posição da ala conservadora diante da prisão dos dominicanos. Essas opções do diretor incomodaram o senhor?

FB: Pelo contrário, foram opções acertadas. A opinião pública e a esquerda nunca engoliram a versão policial de que traímos Marighella. Foi uma artimanha para tentar jogar a esquerda contra a Igreja progressista liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Helder Câmara e outros bispos. A biografia de Marighella escrita por Mário Magalhães reforça e comprova definitivamente a nossa versão em “Batismo de sangue”.

10 Como o senhor percebeu a recepção do filme na Ordem dos Dominicanos?

FB: Entusiástica. Cópias do filme foram espalhadas em nossas comunidades do Brasil e do mundo.

11 Uma das maiores polêmicas levantadas pelo filme foi o grau de realismo e a duração das cenas de tortura. Qual é a opinião do senhor sobre isso?

FB: Ora, nenhuma ficção se aproxima minimamente da realidade que suportamos. Assim como a vida extrapola o conceito, como disse Santo Tomás de Aquino, meu confrade, também a realidade extrapola a ficção.

12 A representação do delegado Fleury se assemelha ao personagem real ou foi estereotipada?

FB: É muito fiel à crueldade manifestada pelo sadismo do delegado Fleury.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O DIRETOR HELVÉCIO RATTON

1. Como o senhor percebeu a repercussão do filme *Batismo de sangue*?

H.R: O filme teve algumas sessões na Alemanha, em Munique, e numa das sessões eu participei de um debate lá. Quando o filme acabou, eu lembro que tinha uma senhora que estava sentada na frente do cinema como tivesse sido espancada. Ela estava atônita com aquilo que havia visto. Isto na Alemanha que viveu o nazismo. Então, o filme tem esse elemento que, eu acho que era algo que eu queria o tempo inteiro que era tirar o espectador da zona de conforto e que ele percebesse que aquilo ali tinha sido um período muito difícil.

2. Como foi a reação dos dominicanos ao assistirem ao filme?

Cada um viu de uma forma diferente. Frei Betto viu comigo sozinho na minha casa. Ele me contou que saiu da minha casa e precisou ficar andando um bom tempo até que ele pudesse absorver tudo aquilo que ele havia visto. No final, ele reagiu, e depois me disse: 'Você fez um documento sobre a época'. O Frei Fernando chorou muito durante o filme. E depois falou comigo que sentia que toda a parte inicial do filme era muito luminosa, muito feliz, e que depois era como se tudo aquilo desabasse e a cena que ele mais gosta do filme é a da missa, na prisão. Ele dizia que aquela missa foi o momento, tanto na vida real deles quanto no filme, o momento em que céu real encontrou o inferno. O Ivo foi assistir o filme no Rio de Janeiro na pré-estreia que nos fizemos na Cinelândia. E foi com ele o filho dele, que na época tinha 18 anos. E o filho não sabia da história, não conhecia a história, o pai havia falado várias vezes para que ele lesse o livro *Batismo de sangue* e ele nunca leu. Depois que o filme terminou, o filho procurou o pai e perguntou se tudo aquilo realmente era verdade, se tudo aquilo tinha realmente acontecido. Eu acho para eles [os Freis] foi uma coisa muito catártica, de superar uma vivência muito forte. Acho que foi um momento de superação e um momento também de luz... para postar a verdade. Eu contei a história, como ela está contada no filme, do ponto de vista dos dominicanos. Eu assumi o ponto de vista deles.

3. Por que o filme possui cenas de tortura com elevado grau de realismo?

A tortura deles, do Ivo e do Fernando, que foi quem deram a informação do paradeiro do Marighella, durou uma noite e um dia. Eu não queria deixar transparecer no filme que eles tivessem entregado aquela informação no primeiro tapa que eles levaram. Eu queria que as pessoas tivessem um pouco da medida da intensidade da tortura que eles sofreram. Eu queria passar aquilo de uma forma muito verdadeira, muito autêntica. É claro que a tortura não iria fazer durar horas, ela dura alguns minutos num filme. Mas ela dura o tempo suficiente para provocar no espectador um desconforto grande em relação aquilo.

4. Dentro da filmografia sobre a ditadura brasileira, onde se enquadra *Batismo de sangue*?

Pelo fato dos arquivos da ditadura nunca terem sido abertos, eu sinto que os filmes brasileiros cumpriram o papel de iluminar certos cantos sombrios de nossa história. Quando eu fiz *Batismo de sangue*, senti que os filmes tinham chegado no limiar do que tinha acontecido, mas não tinham avançado mais. Eu queria avançar mais. Eu achava que eles haviam chegado na porta do inferno e não tinham entrado. Eu queria fazer entrar realmente e que as pessoas vivessem e sentissem o que se tinha passado lá.

5. O filme *Batismo de sangue* pode ser considerado um sucesso de bilheteria?

Sucesso de bilheteria eu acho que seria muito. Eu acho que podemos dizer que ele teve uma boa bilheteria para o tipo de filme que ele é. Sendo ele um filme político, que fala do Brasil, que pega um acontecimento da história do Brasil muito forte, no caso os frades dominicanos. Tínhamos receio que fizesse uma carreira no cinema muito fraca, que as pessoas tivessem uma certa rejeição. Mas não foi isso que aconteceu. O filme teve uma boa carreira em salas de cinema dentro desse formato, ficou um bom tempo em cartaz no Brasil. E ele teve uma sobrevivência através de outros meios que não as salas de cinema: canais de televisão e plataformas de

streaming, tipo vod. Ele continua muito vivo e continua tendo público até hoje. Ele continua se mantendo.

6. Como o senhor se envolveu na luta armada contra ditadura militar?

Eu nunca fiz nenhuma ação armada. Eu participei de movimento estudantil em Belo Horizonte, muito fortemente, e participava de uma organização de luta armada, mas eu era do setor político da organização. Eu era muito jovem, tinha de 17 para 18 anos. Era menino demais e participei desse setor político e continuei depois que tive que ficar clandestino e fiquei participando do setor de comunicação, de propaganda. Nunca participei de ações armadas, mas sabia de tudo que estava acontecendo. Ouvia, conversava com os companheiros, de ações que eles tinham participado e sabia bastante disso. E mais tarde, no exílio, convivi com gente que vinham de todas as organizações e ouvi muitas histórias. O filme se alimentou muito do que vivi e também do que ouvi.

7. Como senhor foi torturado por agentes da repressão?

Eu fui torturado não com a intensidade do que foram os dominicanos. Eles sabiam que eu não tinha nenhuma informação quente para passar. Eles simplesmente me deram porrada pelo fato que eles não me prendido anos atrás. Era muito mais para vingar. Eu fiquei preso uns dois meses e meio, eu acho. Eu fui preso antes do ano novo e sai em fevereiro. Eu fiquei o tempo inteiro nu. Eles me tiraram as roupas e fiquei vários dias numa coisa que eles chamavam de geladeira. Nesse momento que fui preso, eu fui preso no final de 1973, estava ocorrendo uma mudança na repressão. Eles estavam usando o chamando método irlandês de tortura que era para não deixar marcas. Eles te enfiavam num local pequeno que realmente parecia uma geladeira e você ficava o dia todo com uma luz acesa em cima de você ou então o dia inteiro no escuro. Eu fiquei vários dias no escuro e você perde totalmente a noção do tempo. Eu lembro que a primeira coisa que eu senti foi quando escutei os fogos do ano novo. Eu escutei um foguetório e em seguida me levaram ao banheiro e eu perguntei ao carcereiro se era ano novo. Ele não me confirmou. Mas eu tive a impressão que era sim. Depois eu levei uns tapas para

reconhecer umas pessoas, etc. Basicamente foi apenas isso. Não cheguei a tomar choques.

**ANEXO A - REQUISIÇÃO DE FREI BETTO PARA RECEBER OS BENEFÍCIOS DA
LEI Nº 11.042 DE 18.11.97**

REQUISIÇÃO PARA SOLICITAR OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 11.042 DE 18.11.97.

SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
Nº FL. 02
RUB. SP/SP/IS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: CARLOS ALBERTO LIBANIO CRISTO Nacionalidade: BRASILEIRA
 Naturalidade: BELO HORIZONTE - MG Data de nasc: 25 / 08 / 44
 Profissão: RELIGIOSO / ESCRITOR Estado Civil: SOLTEIRO
 RG: 6.975.709 SSP-SP CPF: 628.769.458-00
 Endereço: RUA ATIBAIA 420
 Bairro: PERDIZES Cidade: SÃO PAULO
 UF: SP CEP: 01235-010 Fone: (011)3865-1473
" 864-0844

Preencha de maneira clara e objetiva os itens abaixo :

— Período de Prisão:

De 9. 11. 1969 a 27. 11. 1969 Local: PORTO ALEGRE/RS
 De 27. 11. 1969 a 7. 06. 1972 Local: SÃO PAULO / SP
 De 8. 06. 1972 a 4. 10. 1973 Local: PRESIDENTE WENCESLAU/S

Houve Sevícias? () sim () não
 Houve maus-tratos? () sim () não
 Pertenceu a alguma organização e/ou partido(s) políticos na(s) época(s) da(s) prisão(ões)?
 () sim () não — Qual ? AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

Descreva problemas físicos decorrentes da prisão:
ALERGIA AO LEITE

Descreva problemas psíquicos decorrentes da prisão:
INSÔNIA, PESADELOS, CLAUSTROFOBIA

7. Descreva outros problemas decorrentes da prisão:

INTERRUPÇÃO NA ATIVIDADE JORNALÍSTICA; INTERRUPÇÃO
DO CURSO DE TEOLÓGIA; DIFAMAÇÃO VIA IMPRENSA COMO
"TERRORISTA"; OBRIGADO A PRESENCIAR TORTURAS; OBRIGADO
A CONVIVER COM PRESOS COMUNS DURANTE 1 ANO E 4 MESES
(PRES. WENCESLAU); GREVE DE FOME DE 36 DIAS; AMEAÇAS DE
MORTE.
FUI CONDENADO A 2 ANOS DE RECLUSÃO E FIQUEI 4 ANOS!

Anexar a seguinte documentação:

1. Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
2. Certidão da Secretaria de Assuntos Estratégicos e da Justiça Militar;
3. Fichas Datiloscópicas;
4. Recortes de jornais;
5. Receitas, Laudos e atestados médicos;
6. Nome e endereço de testemunhas (companheiros, parentes, autoridades que tenham conhecimento dos fatos e dos problemas de saúde).

TENÇÃO: no caso de solicitação por parente anexar também;

SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA	
Nº FL	03
RUB	D
SPA/SJS	